



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 44 - TERÇA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Cláudio - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT	Líder Mário Couto - PSDB (9)
.....	Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros
Líder do PT - 15 Humberto Costa	Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paula Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)
Líder do PR - 5 Magno Malta	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)
.....	Vice-Líder do PP Ana Amelia	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim	PTB - 6
Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder Gim Argello - PTB
Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares	Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	Vice-Líderes João Vicente Cláudio Mozarildo Cavalcanti
Vice-Líder do PSB Lídice da Mata	Líder do PV - 1 Paulo Davim
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda	Governo
Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Líder Romero Jucá - PMDB
.....	Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM N° 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MARÇO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Lembrança de que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a reverenciar a memória do ex-Senador Mário Covas no transcurso do décimo aniversário do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 221, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Aécio Neves e outros Senadores.

08499

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 278, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Resolução nº 2, de 2011. **Deferido**.....

08499

Nº 279, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....

08499

1.2.3 – Mensagem da Presidente da República

Nº 57, de 2011 (nº 82/2011, na origem), comunicando sua ausência do País, nos dias 29 e 30 do corrente, em viagem oficial à Portugal.

08500

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro de realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre igualdade racial e luta contra atos de discriminação; e outros assuntos.

08500

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Reflexões e propostas relativas á reforma eleitoral, ora em discussão no Congresso Nacional.

08507

SENADORA ANA AMELIA – Apelo ao Governo Federal para que atenuem a angústia de prefeitos de todo Brasil, prorrogando a validade dos “restos a pagar” dos anos de 2007, 2008 e 2009, a expirar-se em 30 de abril próximo; e outros assuntos.

08511

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *susta parcialmente o Decreto do Poder Executivo, sem número, datado de 11 de setembro de 2008, que “Abre ao*

Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.....

08516

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR VITAL DO REGO – Preocupação com a interiorização da violência no País; e outro assunto.

08566

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações sobre o sistema eleitoral, tema a ser submetido, amanhã, segundo S. Ex^a, à deliberação da Comissão da Reforma Política.

08569

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Comentários acerca da importância da indústria naval no contexto do desenvolvimento do País, elogiando o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), da Petrobras Transporte, empresa brasileira de logística e transporte de combustíveis.....

08572

SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações sobre a malha ferroviária do Brasil que, segundo S. Ex^a, seria insuficiente e subutilizada, apelando para que o Executivo inclua o Estado da Paraíba no traçado da Ferrovia Transnordestina, conforme promessa do ex-Presidente Lula.

08574

1.2.7 – Comunicação

Da Liderança do PTB no Senado Federal, cedendo, provisoriamente, ao PP, uma vaga de suplente a que tem direito na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC. **(Ofício nº 70/2011, de 24 do corrente)**

08587

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Comentários acerca dos riscos do uso da energia nuclear, posicionando-se contrariamente ao seu uso pelo Brasil e fazendo referência aos acidentes ocorridos em Chernobyl, Ucrânia, e em Fukushima, Japão.....

08587

SENADOR ALVARO DIAS – Denúncia da existência de casos de corrupção em vários setores da vida pública, destacando o da saúde pública nacional; e outros assuntos.

08589

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da adoção pela Presidente Dilma Rousseff de medida provisória que reajusta a tabela do imposto de renda; e outros assuntos.....

08592

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Anúncio de que, na próxima quarta-feira, comissão externa desta Casa visitará as Usinas Angra I e II e preocupação com a criação de um plano nacional para enfrentar catástrofes naturais.

08594

SENADORA MARISA SERRANO – Necessidade de se discutir o programa nuclear brasileiro e o uso de outras fontes energéticas, tais como: eólica, solar, maremotriz e biomassa.

08600

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Defesa da inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2005, que prevê aposentadoria especial aos portadores de deficiência e comemoração pelos 176 anos do Município de Campos.

08603

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários acerca dos Programas Proinfância e Rede Cegonha, lançados este mês pelo Governo Federal; e outro assunto.

08604

SENADORA MARINOR BRITO – Preocupação com a grave crise no mundo árabe, em particular no norte da África, e seus desdobramentos; e outros assuntos.

08607

1.2.9 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, solicitando tornar sem efeito o Ofício nº 36/11-GLP-SDB, de indicação de membros que integrariam a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (**Ofício nº 72/2011, de 28 do corrente**) Designação do Senador Cyro Miranda, como titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

08642

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do documento “A CNC e os desafios do Brasil” produzido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

08642

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 29, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

08642

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 28.3.2011

3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

Ata da Sessão Plenária do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, realizada para eleição da Comissão Deliberativa, período 2011-2014.

08645

Ata da Reunião da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, re-

alizada para eleição da Comissão Diretora, biênio 2011-2012.....

08647

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 37ª Sessão, Não Deliberativa em 28 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Santiago e da Sra. Ana Amélia.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 18 horas e 55 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a reverenciar a memória do ex-Senador Mário Covas no transcurso do décimo aniversário do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 221, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Aécio Neves e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 278, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada definitiva do Projeto de Resolução nº 2, de 2011, de minha autoria.

Sala das Sessões, 22 de março de 2011. – Senador **Roberto Requião**, PMDB/PR.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 279, DE 2011

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, relativas ao controle do Banco Central do Brasil sobre a entrada de moeda estrangeira no país.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do RISF, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda **pedido de informações**, no sentido de se obter esclarecimentos, junto ao Banco Central do Brasil – BACEN, sobre o atípico fluxo de entrada de moeda estrangeira no país, verificado no primeiro bimestre de 2011. Solicita-se ao BACEN:

1. Informar o montante de moeda estrangeira que ingressou no País a cada mês, desde janeiro de 2008;

2. Informar o montante de moeda estrangeira que saiu do País, a cada mês, desde janeiro de 2008;

3. Informar a que setores da economia foram alocados os investimentos que ingressaram no País no referido período, discriminando a cada mês.

Justificação

Informações veiculadas na imprensa nacional dão conta de um fluxo atípico de entrada de capitais no país, nesses primeiros meses de 2011. Segundo as mesmas fontes, o montante líquido de entrada de moeda estrangeira já ultrapassou a casa dos 30 bilhões de dólares, valor superior, inclusive, àquele verificado em todo o ano de 2010.

É sabido, também, que a política de juros mantida pelo Governo Federal estimula, e muito, o investimento especulativo, atraindo grande quantidade de capitais oriundos de outros países.

Parece-nos fundamental para o Senado da República possa exercer plenamente suas prerrogativas, conhecer com detalhes a destinação desses vultosos recursos, ou seja, em que setores da economia esses investidores tem interesse, se apenas no setor financeiro, se parcela significativa está sendo aplicada em investimentos produtivos de médio ou longo prazo e em que medida tais aplicações se relacionam com a mais recente crise econômico-financeira internacional.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2011 – Senador **Itamar Franco**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 57, de 2011** (nº 82/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que comunica sua ausência do País, nos dias 29 e 30 de março corrente, para visita a Portugal.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 57, DE 2011
(Nº 82/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País nos dias 29 e 30 de março de 2011, em visita oficial à Portugal.

Brasília, 25 de março de 2011. – **Dilma Rousseff.**

Aviso nº 127-C. Civil.

Brasília, 25 de março de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador Cícero Lucena
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica que se ausentará do País nos dias 29 e 30 de março de 2011, em viagem oficial à Portugal.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro do Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, em nome da Liderança do PSDB, estará inscrito. Está autorizada a sua inscrição para falar em nome do seu Partido, logo após o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, presidi uma audiência pública histórica na Comissão de Direitos Humanos. A reunião se

iniciou às 10 horas em ponto e terminou exatamente às 14 horas. A finalidade desse momento foi demonstrar a todos que nós temos de ter um olhar de solidariedade, de coragem e de muita convicção na luta permanente contra todo tipo de discriminação e preconceito.

O Governo Lula teve a coragem de, no dia 21 de março de 2003, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, criar uma estrutura de Estado para monitorar, avaliar, dialogar acerca das políticas de igualdade racial na linha de combater todos os preconceitos.

Lá se vão oito anos e, hoje pela manhã, eu tive a satisfação de reunir todos os ex-Presidentes da Seppir, os ex-Secretários e Ministros da Seppir, para celebrarmos a existência da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, que, com suas dificuldades, erros e acertos, passa a dar a cada dia as respostas políticas e sociais de uma sociedade como a nossa, uma sociedade multicultural. Matilde Ribeiro, Edson Santos, Eloi Ferreira de Araújo e Luiza Bairros, atual Ministra. Duas mulheres e dois homens; dois homens negros e duas mulheres negras foram os primeiros lanceiros, nesses oito anos, da Secretaria que tem *status* de Ministério. Tive a alegria de ser o relator nesse plenário no momento em que ela recebeu esse *status* de Ministério.

Fui o autor do Estatuto da Igualdade Racial, sancionado pelo Presidente Lula.

Na reunião ficou claro que precisamos diagnosticar, verificar avanços e conquistas e aquilo que não avançou, o ponto em que estamos e para onde desejamos ir. O certo é que temos que continuar lutando com a mesma intensidade dos últimos 500 anos contra o racismo. Temos que reafirmar as nossas bandeiras de luta, ampliando o diálogo com todos os segmentos da sociedade, buscando igualdade.

Não pensem os senhores e as senhoras que foi fácil. Não pensem que foi fácil aprovar o Estatuto da Igualdade Racial depois de 10 anos de embate aqui no Congresso. Hoje ele é lei. Temos que ver sua regulamentação. Sem sombra de dúvida, o Estatuto é nosso, de negros e brancos que não aceitam o preconceito. Ele possui uma representatividade jurídica, histórica, legal e moral. Sabemos que não é porque com a abolição da escravidão não vieram as políticas públicas para o povo negro que os escravos voltaram para as senzalas. Não! O 13 de maio não foi o ideal, mas com certeza os negros cantaram, dançaram, festejaram com os abolicionistas a importância do 13 de maio. A resistência é a nossa marca. Nós seguimos lutando com coragem, com fibra, com muita raça. Esse é o estatuto que temos para começar mais uma caminhada pela igualdade.

Um dos temas que não abandonamos é o relativo àqueles que visam garantir as cotas, sejam elas no serviço público, na mídia, nas universidades. Um grande exemplo é que vamos continuar debatendo no Senado a aprovação do PL nº 180, de 2008, que estabelece cotas nas universidades, de autoria da sempre Deputada Nice Lobão. O projeto está agora na CCJ, ele já foi aprovado na Câmara dos Deputados. A Senadora Ana Rita é a Relatora.

Sr. Presidente, vale a pena reafirmar que mais de 100 instituições de ensino superior públicas adotam ações afirmativas, além, é claro das particulares, por meio do programa Universidade para Todos – ProUni, criado pelo Presidente Lula.

Também queremos acompanhar as ações de regulamentação e implantação do Estatuto da Igualdade Racial em suas mais variadas dimensões. Por exemplo, temos aqui duas iniciativas que quero destacar: a primeira diz respeito à questão de garantir aos negros espaço no concurso para diplomata do Itamaraty – parabéns ao nosso Itamaraty; a segunda é sobre o convênio assinado pela Petrobras, que vai no mesmo sentido. Mas existe o compromisso da Casa Civil de regulamentarmos o Estatuto da Igualdade Racial, e nós da CDH decidimos hoje pela manhã que vamos criar uma subcomissão, acompanhados de juristas, para que esse processo aconteça no decorrer deste ano.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar aqui sobre o caso de racismo, que aconteceu neste fim de semana, sofrido pelo jogador Neymar dos Santos, esse jovem que é considerado uma das principais estrelas do futebol no mundo.

No amistoso da seleção brasileira de ontem contra a Escócia, Neymar, como também os jogadores Roberto Carlos e Marcelo, sofreram atos de discriminação.

A Comissão de Direitos Humanos repudia essa prática e, naturalmente, vai se movimentar junto à CBF e à FIFA, repudiando toda e qualquer forma de racismo, seja no futebol ou fora do futebol. Não aceitamos, em hipótese alguma, racismo e preconceito.

Os casos de racismo na Europa são assustadores. Não vamos negar que isso existe também aqui no Brasil, de forma velada, silenciosa, que corrói todos os dias a juventude, como é o caso do estudante negro, Hélder de Souza Santos, de 25 anos. Ele teve que deixar às pressas a Cidade de Jaguarão, na noite de quinta-feira, devido as ameaças que teriam partido de um policial militar. Hoje, o Hélder está hospedado em Porto Alegre, na casa do advogado Onir Araújo. Hélder só tem um pedido: quer voltar para Bahia, onde nasceu.

Posso te dizer, Hélder, que falei hoje, pela manhã, com a Ministra da Seppir e ela me garantiu que você

vai voltar para casa e vai fazer a sua universidade na Bahia, como você tanto deseja.

Quero dizer que fiz também contato com o Ministério da Educação e que falei, antes de vir para a tribuna, com o Helder. Enfim, posso dizer, daqui da tribuna: – Hélder, você vai voltar para casa, como é a sua intenção agora, mediante os fatos que aconteceram, quando você foi chamado, inclusive por escrito, em uma correspondência a que tive acesso, de “baiano nego sujo”, por um policial militar.

Um dos trechos da última carta de ameaça que ele recebeu e me mandou, diz o seguinte:

Olha aqui, seu Hélder, se tu for lá na Brigada e falar a verdade e lá falar do meu processo, eu vou te cobrir de porrada. No Carnaval, tu escapou, mas dei um jeito de embolachar teu amiguinho Seco Edson sem sujar as mãos. Deixamos a cara dele mais feia e preta que a tua...

Eu estou resumindo a carta. Só isso mostra que, de fato, o preconceito, infelizmente, e o racismo são muito fortes. Falamos da Europa, mas há também aqui no nosso País.

Eu podia lembrar o caso que aconteceu com o jovem Tairone da Silva, que foi assassinado também por um policial em Osório, no Rio Grande. Tairone, um boxeador de futuro, que já tinha ganhado um prêmio nacional, disse à sua mãe, uma semana antes, que estava sendo ameaçado por um policial. A mãe dele disse para ele: – Tairone, deixa disso, sai fora, não dá atenção. Mas o policial, não contente com a ameaça, acabou assassinando o jovem.

Enfim, aproveito este momento, já que falo em relação ao dia 21 de março, o Dia Internacional da Luta contra os Preconceitos, de uma carta escrita, em 16 de abril, por Martin Luther King, quando ele estava na prisão.

Dizia Martin Luther King – a carta foi publicada em todo o mundo:

Já faz anos que ouço a palavra “Espero!” Ela ressoa nos ouvidos de cada negro com uma familiaridade aguda. Esse “espero” quase sempre significou “nunca”. Temos de chegar à percepção, junto com um de nossos eminentes juristas, de que a justiça adiada por muito tempo é justiça negada. Esperamos por mais de 340 anos por nossos direitos constitucionais e concedidos por Deus. As nações da Ásia e da África estão dirigindo-se com uma velocidade a jato rumo à conquista da independência política. Mas nós negros ainda nos arrastamos passo a passo, como se fosse a passo de cavalo e de charrete rumo à conquista de uma xícara de café em um aparador. Talvez seja fácil àqueles que

nunca sentiram os dardos perfurantes da segregação dizer “espere, espere, um dia você não será mais discriminado”. Mas quando você viu bandos perversos lincharem suas mães e pais à vontade e afogar seus irmãos e irmãs apenas por um capricho; quando você viu policiais cheios de ódio, amaldiçoarem, chutarem e até matarem seus irmãos e irmãs negros, você diz: “Não dá para esperar”. Quando você vê a vasta maioria de seus 20 milhões de irmãos negros sufocando-se em uma jaula hermética da pobreza em meio a uma sociedade de abundância, você diz: “Não, não dá mais para esperar”.

Sr. Presidente, eu sou o autor, nesta Casa, de um projeto que visa assegurar que 20 de novembro, dia do assassinato, da morte de Zumbi dos Palmares, seja feriado nacional. Aprovei aqui no Senado esse projeto, ele foi para a Câmara. Lá ele foi apensado ao projeto da Serys Slhessarenko, foi aprovado e voltou em forma de substituto. Aqui, entrei como Relator e o aprobei, porque tinha desaparecido na Comissão de Educação. Deixaram tudo, menos o feriado.

Ora, alguém me disse: – Mas, Paim, por que feriado só para o negro? Grande engano! Não é feriado para negro. É um feriado nacional de combate a todo tipo de preconceito. Zumbi, na sua figura histórica, é apenas a referência, o marco.

Eu quero que, no dia 20 de novembro, a gente pare para pensar o preconceito contra a nação indígena, que foi praticamente eliminada neste País. Eu quero que, no dia 20 de novembro, a gente discuta a agressão permanente contra aqueles que têm a sua livre opção sexual. Eu quero que, no dia 20 de novembro, a gente discuta o preconceito contra a religião. Se é de matriz africana, se é evangélico, se é católico, por que o preconceito religioso? Eu quero que a gente discuta o preconceito contra o idoso, contra as crianças, contra as mulheres. Eu quero que a gente discuta a violência. Eu quero que a gente olhe para o mundo e diga... Quem sabe, a gente consiga, na ONU ou na OIT, assegurar que esse seja um dia internacional de paz, de justiça, de igualdade e de combate a todos os tipos de preconceito.

É nessa linha que eu olho o dia 20 de novembro, buscando uma política de igualdade, uma política de liberdade, uma política de justiça, uma política de direitos iguais.

Sr. Presidente, há uma poesia muito bonita, que não vou ler, mas quero deixar registrada aqui, na tribuna da Casa, neste momento,

Esse cidadão do Rio Grande chama-se Oliveira Silveira, que, além de poeta, foi o criador do Dia Nacional de Luta contra os Preconceitos, dia 20 de novembro.

O nome da poesia: *Encontrei Minhas Origens*. Essa poesia diz em uma de suas estrofes:

Encontrei minhas origens (...)
Encontrei em malditos objetos
troncos e grilhetas

Os açoites dos meus antepassados escravos.

Sr. Presidente, queria também dizer a todos aqui – estou sintetizando o meu pronunciamento – que mais de 200 cidades, 276, neste País, já decretaram o feriado nacional no dia 20 de novembro, nessa visão mais ampla, mais universal de combate a todo tipo de preconceito. Estados como São Paulo e Rio de Janeiro já decretaram essa data como uma data histórica em defesa daqueles que sofrem algum tipo de discriminação.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar os quatro minutos que V. Ex^a me concedeu para falar sobre outro assunto. Quero aqui fortalecer uma questão do meu Estado: a importância da erva-mate para o Rio Grande do Sul e para a cultura gaúcha brasileira.

Vale lembrar que a erva-mate é o principal símbolo da tradição e da cultura gaúcha. Os primeiros povos que fizeram uso da erva-mate foram os índios – e aqui eu falava do combate aos preconceitos – os índios guaranis e quichua. Habitavam a região definida pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, na época da chegada dos colonizadores espanhóis e tinham o hábito de beber infusões com as folhas da erva-mate.

Por esse motivo, o hábito do chimarrão se tornou popular especialmente nos Estados do Sul do nosso querido Brasil, no Uruguai e na Argentina. Quero lembrar também o poder medicinal, nutritivo e fisiológico da erva-mate. O produto possui propriedades antioxidantes que protegem as células inibindo a diabetes, a arteriosclerose, o Alzheimer, além dos efeitos diuréticos. A ingestão reduz o colesterol e é capaz de retardar o envelhecimento, além de outros inúmeros benefícios à saúde.

Mas o mate não é consumido apenas como chimarrão, ele ingressou na indústria de refrigerantes e chás, é um produto muito apreciado no mercado interno e externo. A cadeia produtiva da erva-mate é relevante para a economia gaúcha, pois tem como base os pequenos produtores que empregam mão de obra familiar no processo de produção, fixando o homem na terra e agregando o chamado valor ao produto.

O cultivo da erva-mate exige pequenas extensões de terra, podendo ser introduzido em áreas não utilizadas para outras culturas. Dessa forma, se integra perfeitamente com a ideia da sustentabilidade ambiental. A cultura da erva-mate está tão arraigada na nossa gente que é considerada a árvore símbolo do Rio Grande do Sul e a bebida oficial. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, o produ-

to possui redução de alíquotas do ICMS e integra a cesta básica de alimentos com o intuito de valorizar os hábitos culturais e favorecer as classes de menor poder aquisitivo.

Por fim, quero justificar este meu pronunciamento informando que recebi nesta manhã o Presidente do Sindicato da Indústria do Mate no Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Alfeu Strapasson.

A conversa foi no sentido de apoiarmos a iniciativa da desoneração tributária para o produto no âmbito federal, como já aconteceu com outros produtos.

Hoje temos mais de duzentas empresas que trabalham com a industrialização da erva-mate, gerando vários empregos diretos e indiretos. Ademais, a proximidade da Copa 2014 é uma ótima oportunidade para incentivar o crescimento do setor com o intuito de propagar essa cultura não só no País, mas no mercado interno. A cadeia do setor erva-teiro tem espaço para expandir. Espero contar com o apoio dos órgãos federais.

Sr. Presidente, acho que estou nos dois minutos da chamada tolerância do tempo normal. Por fim, quero dizer que uma roda de chimarrão é um momento de tradição, de descontração e que faz parte de um importante ritual que une gerações e gerações na Região Sul.

Assim, além de relevante economicamente e de todas as funções medicinais, a erva mate é elemento que divulga uma cultura típica dos três Estados do meu querido Brasil.

Encerro, com a lembrança de uma poesia do Glauco Saraiva que diz:

Amargo doce que eu sorvo
Em beijos lábios da prata
Tens o perfume da mata
Molhado pelo sereno e, a cuia,
Seio moreno que passa de mão em mão,
Traduz o meu chimarrão
Em sua simplicidade,
A velha hospitalidade
Da gente do meu rincão
Trazes a minha lembrança,
Nesse teu sabor selvagem
A mística beberragem
Do feiticeiro charrua
E o perfil da lança nua
Encravado na coxilha
Apontando firme a trilha,
Por onde rolou a história
Empoeirada de glórias,
De tradição farroupilha.

Sr. Presidente, obrigado. Considero na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTegra, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje pela manhã presidi uma das mais emocionantes audiências públicas da história da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A finalidade deste momento é de demonstrar o olhar da sociedade brasileira para enfrentar a discriminação e os preconceitos. O Governo Lula teve a coragem de, no dia 21 de março de 2003, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, criar uma estrutura do Estado para criar, monitorar, avaliar, dialogar acerca das políticas de igualdade racial.

Lá se vão oito anos, é tempo de celebrarmos a existência da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial –SEPPIR, que com suas dificuldades, erros e acertos, passa a dar a cada dia a resposta histórica, política e social que nossa multiculturalidade exige.

Matilde Ribeiro, Edson Santos, Elio Ferreira de Araujo e Luiza Bairros, duas mulheres e dois homens foram os primeiros lanceiros nestes oito anos da Secretaria com status de Ministério.

Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial é hora de avaliar. Precisamos diagnosticar os avanços conquistados, o ponto em que estamos e para onde desejamos ir. Certo é, que temos que continuar lutando com a mesma intensidade dos últimos 500 anos, temos que reafirmar as nossas bandeiras de luta ampliando o diálogo com segmentos igualmente discriminados.

Não pensem que foi fácil, não pensem que é fácil ver o Estatuto da Igualdade Racial ser aprovado após dez anos de debate no Congresso Nacional sem incluir grande parte das reivindicações dos defensores dos direitos humanos, do movimento negro e de não negros.

Mas ele é nosso! Possui uma representatividade jurídica, histórica, legal e moral. Nós sabemos, que não é porque com a abolição da escravidão, não vieram às políticas públicas para o povo negro, que os ex-escravos voltaram para as senzalas. A resistência é nossa marca. Nós seguimos lutando. Este é o Estatuto que temos para atingir o que queremos.

Um dos temas que não abandonamos são as cotas, sejam elas no serviço público, na mídia ou nas universidades. Um grande exemplo é que vamos continuar debatendo no Senado a aprovação do PLC 180/2008 que estabelece cotas nas universidades, de autoria da Deputada Nice Lobão, e que encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aguardando o parecer da Senadora Ana Rita.

O projeto garante 50 % de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, sendo destinado o

percentual para negros e indígenas de acordo com o percentual da unidade da federação. No projeto também existe a proposição para escolas técnicas e para portadores de necessidades especiais.

Vale a pena reafirmar que mais de cem instituições de ensino superior públicas adotam ações afirmativas, além, é claro, das particulares através do Programa Universidade para Todos–Prouni.

Também queremos acompanhar as ações de regulamentação e implementação do Estatuto da Igualdade Racial nas suas mais variadas dimensões. Por exemplo, tenho notícia de duas ações práticas relativas ao Estatuto da Igualdade Racial. A primeira diz respeito à reserva de vagas para negros no concurso para diplomata do Itamaraty e a segunda é sobre convênio assinado entre Petrobras e Seppir para incluir um módulo educativo para os frentistas e profissionais da distribuidora. Mas existe o compromisso da Casa Civil de regulamentarmos o Estatuto da Igualdade Racial e nós da CDH vamos acompanhar este processo no decorrer de um ano.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, não posso deixar de falar aqui, do caso de racismo sofrido pelo jogador Neymar no amistoso da seleção brasileira de ontem contra a Escócia, tampouco com o jogador Roberto Carlos e Marcelo.

A comissão de Direitos Humanos repudia esta prática e estudará uma alternativa para encaminhar para a CBF e a FIFA repúdio as atitudes racistas e que sejam tomadas providências, bem como ampliar as campanhas contra o racismo e preconceito.

Os casos de racismo na Europa são assustadores. Isso também existe no Brasil, de forma velada, silenciosa que corrói todos os dias a juventude como é o caso do estudante negro Hélder Souza Santos, 25 anos. Ele teve que deixar às pressas Jaguarão, no sul do Estado, na noite de quinta-feira devido à ameaças que teriam partido de policiais militares do município. Hospedado na casa do Advogado Onir Araújo, em Porto Alegre, Hélder só tem um pedido: voltar para a Bahia, onde nasceu.

Hélder diz que foi abordado por PMs na saída de uma festa para escolha do Rei Momo do Carnaval de Jaguarão, em 5 de fevereiro. Durante a revista, ao ser chamado de “negão”, ele perguntou se o policial era racista. Isso teria servido como estopim para que o agressor o atingisse com golpes de cassetete.

Segundo relato de Hélder, ele foi algemado e levado em uma viatura até um hospital, onde não teria sido feito exame de corpo delito. No dia seguinte, ele procurou a Corregedoria da Brigada Militar (BM) e a Polícia Civil, onde registrou ocorrência de crimes de racismo e agressão, e fez exame para comprovar os

machucados no ombro e na barriga. A história se espalhou e uma rádio local obteve uma entrevista com a vítima.

A entrevista teria provocado a ira dos policiais. Em algumas semanas, Hélder recebeu duas cartas que o ameaçavam se não ficasse quieto. A segunda, recebida no último sábado, continha xingamentos de teor racista em tom de ameaça – com selo de Bento Gonçalves, na Serra. A correspondência começava com “Baiano Nego Sujo”.

Em um dos trechos, o texto dizia: “Se tu for lá na Brigada e falar a verdade e me caguetar no meu processo, eu vou te cobrir de porrada. No carnaval, tu escapou, mas dei um jeito de embolachar teu amiguinho Seco Edson sem sujar as mãos. Deixamos a cara dele mais feia e preta que a tua, seu otário”.

A essa altura, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos já sabia do caso e decidiu, em parceria com a Unipampa, onde o universitário cursa o terceiro semestre de História, tirá-lo da cidade.

Eu não queria ir embora. Minha pesquisa estava toda em Jaguarão. Eu estava com a ideia de morar em Jaguarão, e, por motivo maior, tive que sair — lamenta Hélder.

O prejuízo que ele sofreu é muito grande. Ele estava com a vida estruturada e teve que interromper seus sonhos. Seria o primeiro universitário da família, que é muito humilde, diz o advogado Onir de Araújo.

Há algumas semanas, no dia 11 de março, o também jovem negro, Tairone da Silva foi assassinado por um policial militar em Osório, litoral do Rio Grande do Sul. Tairone, um boxeador de futuro promissor teve sua vida interrompida também devido a uma perseguição.

Enfim, as autoridades locais disseram ao jovem Hélder, que estão investigando e pediram a ele para “ESPERAR”. Aliás, a palavra ESPERAR aparece de forma freqüente na vida dos discriminados, principalmente da população negra.

Isso me faz lembrar da “Carta de uma prisão em Birmingham”, escrita em 16 de abril de 1963, por Martin Luther King Jr, que em um trecho diz:

“Já faz anos que ouço a palavra “Espere!”. Ela ressoa nos ouvidos de cada negro com uma familiaridade aguda. Esse “espere” quase sempre significou “nunca”. Temos de chegar à percepção, junto com um de nossos eminentes juristas, de que “a justiça adiada por muito tempo é justiça negada”.

Esperamos por mais de 340 anos por nossos direitos constitucionais e concedidos por Deus. As nações da Ásia e da África estão dirigindo-se com uma velocidade a jato rumo à conquista da independência política, mas nós ainda nos arrastamos a passo de

cavalo e de charrete rumo à conquista de uma xícara de café em um aparador.

Talvez seja fácil àqueles que nunca sentiram os dardos perfurantes da segregação dizer “espere”.

Mas quando você viu bandos perversos lincharem suas mães e pais à vontade e afogar suas irmãs e irmão a seu capricho; quando você viu policiais cheios de ódio amaldiçoarem, chutarem e até matarem seus irmãos e irmãs negros; quando você vê a vasta maioria de seus vinte milhões de irmãos negros sufocando-se em uma jaula hermética da pobreza em meio a uma sociedade de abundância”

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar de um projeto que, para nós brasileiros, é sinônimo de luta por direitos humanos, paz e solidariedade entre os povos: o Dia de Zumbi dos Palmares.

O Dia 20 de Novembro, dia/feriado da Consciência Negra simboliza a luta pela dignidade dos índios buscando o respeito a sua cultura e a de suas terras, dos alemães, dos italianos, dos portugueses, dos latinos, dos africanos, dos asiáticos, de homens e mulheres, da liberdade religiosa, pelo fim da violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Simboliza também o respeito à livre orientação sexual, ao combate às drogas, à educação de qualidade ao alcance de todos, aos defensores do meio ambiente, dos sem teto, dos sem terra, aos trabalhadores e trabalhadoras, aos empreendedores, ao sonho de pais e filhos, de vidas ansiosas pelo bem comum, aos direitos do cidadão e ao dever do Estado.

Esta data, que inicialmente transmitia um simbolismo somente para o povo negro, transformou-se, aos poucos, através da consciência do papel de Zumbi e do Quilombo de Palmares, em uma data de luta dos discriminados, de solidariedade dos povos e de paz.

Quero dizer que a partir de Oliveira Silveira, poeta, gaúcho, idealizador do dia 20 de novembro a sociedade deixou de lado o dia 13 de maio, dia da abolição da escravatura para enaltecer o Dia da Morte de Zumbi dos Palmares, sinônimo de integração, de amor e resistência.

Nestes passos que estamos dando no Congresso Nacional pela aprovação do feriado de 20 de novembro, faço questão de homenagear Oliveira Silveira, lendo um dos seus mais lindos poemas:

“Encontrei minhas origens”
 Encontrei minhas origens
 Em velhos arquivos
 Livros
 Encontrei
 Em malditos objetos
 Troncos e grilhetas
 Encontrei minhas origens

No leste
 No mar em imundos tumbeiros
 Encontrei
 Em doces palavras
 Cantos
 Em fúriosos tambores
 Ritos
 Encontrei minhas origens
 Na cor de minha pele
 Nos lanhos de minha alma
 Em mim
 Em minha gente escura
 Em meus heróis altivos
 Encontrei
 Encontrei-as, enfim
 Me encontrei.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em todo Brasil, a data pegou. O símbolo de Zumbi, um herói da Pátria avançou pelas praças, igrejas e ruas e isso fortaleceu a nossa convicção de apresentar, em 2004, no Congresso Nacional, o PLS Nº 302, para instituir o Feriado Nacional da Consciência Negra.

O projeto recebeu seu primeiro parecer favorável na Comissão de Educação, em decisão terminativa, do Senador Efraim Moraes e da Senadora Fátima Cleide.

Em seguida, seguiu para Câmara dos Deputados sob o número PL 5352/2005 e foi apensado, devido ao princípio da anterioridade, ao PL 4434/2004, de autoria da Senadora Serys que instituía o “Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra”.

O trabalho dos Deputados Federais em relação ao projeto foi fundamental, desde o relator Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), na Comissão de Educação e Cultura, passando pelos pareceres dos Deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Silvinho Peccioli (DEM-SP) na Comissão de Constituição e Justiça e por fim dos Deputados Tadeu Filippelli – PMDB-DF e Felipe Maia – DEM-RN, também na CCJ.

Ao retornar ao Senado Federal o projeto, na forma de substitutivo, contempla o meu projeto original, estabelece o Dia Nacional da Consciência Negra como feriado nacional passando a tramitar como PLS 520/2003.

Ao ser apreciado novamente, pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Senado Federal, o entendimento foi pela aprovação do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, NEGANDO, no entanto, à data, a condição de Feriado Nacional.

Segundo o parecer aprovado, o feriado provoca uma crise econômica no país.

Quero ponderar, em relação a isso, que se os feriados são o motivo da crise econômica, então vamos

acabar com todos os feriados nacionais! Em São Paulo, o maior centro financeiro do país, o feriado já ocorre há vários anos e a cidade não quebrou.

A adesão ao feriado do Dia da Consciência Negra já ocorre em oito Estados; Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e mais 757 cidades já decretaram feriado ou ponto facultativo nessa data. O povo já decidiu, agora cabe ao Congresso homologar.

O argumento aprovado na CE, é que prejudicaria a educação.

Ora, todos nós somos favoráveis a qualidade educacional nas escolas do nosso país, mas não é o feriado de 20 de novembro o culpado da baixa qualidade do nosso ensino, da ausência de escolas de turno integral ou do baixo salário dos professores.

O Feriado de Zumbi trará auto-estima para os nossos jovens, principalmente para a juventude negra, indígena, cigana, judaica, palestina e de todos os segmentos historicamente excluídos e discriminados.

Na Comissão de Assuntos Sociais, coube a nós a relatoria na defesa do Dia da Consciência Negra e do Feriado Nacional da Consciência Negra, cientes de que a aceitação do Brasil como sociedade plural, do ponto de vista das etnias, é um fato incontestável. Por tudo isso e muito mais, como explico a seguir, mais uma vez reintroduzi na data do dia 20 de novembro, o feriado.

Como vemos, é necessário avançar nessa questão e fazer com que a data dedicada ao tema “consciência negra” seja equiparada a outras, essenciais para a sociedade brasileira, como o dia 21 de abril, dedicado a Tiradentes e às causas libertárias; o dia 7 de setembro, marco da independência nacional, e o dia 15 de novembro, quando é celebrado o fato de maior relevância da história da República.

Da mesma forma que reconhecemos a importância de tais datas, devemos reconhecer o 20 de novembro como a data dedicada à luta por direitos humanos, pela paz e pela solidariedade entre os povos.

A Comissão de Assuntos Sociais entendeu a relevância da matéria e aprovou o nosso parecer do projeto em 23/03/2011, justamente quando ainda celebramos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O projeto segue agora ao Plenário do Senado Federal e, se aprovado, irá à sanção presidencial.

Ouvi de dezenas de entidades dos Direitos Humanos, do movimento Negro e dos Direitos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos, que seus militantes pretendem marchar rumo a Brasília na data da votação da matéria no Plenário.

Com certeza, o Dia 20 de Novembro, Dia da morte de Zumbi dos Palmares é um dia em que olha-

mos para os pobres do mundo, para os atingidos pelo terremoto no Japão, para aqueles que enfrentam os conflitos no Oriente Médio, enfim, um dia em que estabelecemos uma conexão de amor e solidariedade com o mundo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pretendo ressaltar a importância da erva mate para o estado do Rio Grande do Sul e para a cultura gaúcha e brasileira.

Inicialmente vale lembrar que a erva mate é o principal símbolo do tradicionalismo e da cultura gaúcha.

Os primeiros povos a fazerem uso da erva-mate foram os índios Guaranis e Quíchua. Eles habitavam a região definida pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai na época da chegada dos colonizadores espanhóis e tinham o hábito de beber infusões com as folhas da erva.

Por esse motivo, o hábito do chimarrão se tornou popular especialmente nos Estados do Sul do Brasil, no Uruguai e na Argentina.

Quero lembrar também o poder medicinal, nutritivo e fisiológico da erva mate.

O produto possui propriedades antioxidantes que protegem as células inibindo a diabetes, arteriosclerose e o Alzheimer, além dos efeitos diuréticos. A ingestão do produto reduz o colesterol e os triglicerídeos e é capaz inclusive de retardar o envelhecimento, além de outros inúmeros benefícios à saúde.

Mas o mate não é consumido apenas como chimarrão, ele ingressou na indústria de refrigerantes e chás e é um produto muito apreciado no mercado interno e externo.

A cadeia produtiva da erva é relevante para a economia gaúcha, pois tem como base os pequenos agricultores que empregam mão-de-obra familiar no processo de produção fixando o homem na terra e agregando valor ao produto.

O cultivo da erva exige pequenas extensões de terra podendo ser introduzido inclusive em áreas não utilizadas por outras culturas. Desta forma, se integra perfeitamente com a idéia de sustentabilidade ambiental.

A cultura da erva mate está tão arraigada à nossa gente que é considerada “Árvore Símbolo do Rio Grande do Sul e é bebida oficial do Estado.

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná o produto possui redução de alíquota do ICMS e integra a cesta básica de alimentos, com intuito de valorizar os hábitos culturais e favorecer as classes de menor valor aquisitivo.

Por fim, quero justificar esse meu pronunciamento informando que recebi nesta manhã o Presidente do Sindicato da Indústria do Mate no estado do Rio Grande do Sul, Sr. Alfeu Strapasson.

A conversa foi no sentido de apoiar a iniciativa de desoneração tributária para o produto no âmbito federal, como já aconteceu com outros produtos.

Hoje temos mais de 200 empresas que trabalham com a industrialização da Erva Mate, gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

Ademais, a proximidade da COPA de 2014 é uma ótima oportunidade para incentivar o crescimento do setor com intuito de propagar essa cultura para o mercado externo.

A cadeia produtiva do setor ervaiteiro tem espaço para expandir, e espera contar com a receptividade dos órgãos federais.

Por fim, quero dizer que uma roda de chimarrão Sr. presidente, é um momento de tradição, de descontração, que faz parte de um importante ritual para unir gerações.

Assim, além de relevante economicamente e de todas as funções medicinais e fisiológicas a erva mate é elemento de socialização e de divulgação de uma cultura típica dos três estados do sul do Brasil.

Para encerrar deixo a poesia intitulada "Chimarrão" de autoria de Glaucus Saraiva.

Chimarrão

Autoria: Glaucus Saraiva
 Amargo doce que eu sorvo
 Num beijo em lábios de prata.
 Tens o perfume da mata
 Molhada pelo sereno.
 E a cuia, seio moreno,
 Que passa de mão em mão
 Traduz, no meu chimarrão,
 Em sua simplicidade,
 A velha hospitalidade
 Da gente do meu rincão.
 Trazes à minha lembrança,
 Neste teu sabor selvagem,
 A mística beberagem,
 Do feiticeiro charrua,
 E o perfil da lança nua,
 Encravada na coxilha,
 Apontando firme a trilha,
 Por onde rolou a história,
 Empoeirada de glórias,
 De tradição farroupilha.
 Em teus últimos arrancos,
 Ao ronco do teu findar,
 Ouço um potro a corcovear,
 Na imensidão deste pampa,

E em minha mente se estampa,
 Reboando nos confins ,
 A voz febril dos clarins,
 Repinicando: "Avançar"!
 E então eu fico a pensar,
 Apertando o lábio, assim,
 Que o amargo está no fim,
 E a seiva forte que eu sinto,
 É o sangue de trinta e cinco,
 Que volta verde pra mim.
 Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a está de parabéns pelo assunto que acaba de abordar, especificamente o anterior, que trata também da questão da discriminação.

Mesmo com as leis existentes no Brasil, e até com punições, ainda falta muito para se chegar à realidade que a população brasileira, a grande maioria, deseja. Parabéns a V. Ex^a.

V. Ex^a será atendido em sua solicitação de acordo com o Regimento.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná. Ex-Governador, ex-Senador, V. Ex^a, que tem uma história brilhante nesta Casa e no País, de fato continua não só cumprindo o seu dever como, além de tudo, mantendo a sua tradição e a sua linha em defesa dos interesses do seu Estado e dos interesses nacionais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha intenção hoje é trazer ao Plenário do Senado Federal algumas ideias sobre a reforma política que, na verdade, está sendo, no âmbito do Congresso, uma reforma eleitoral. A reforma política seria mais ampla.

Polis é uma palavra grega que significa cidade, à qual se acrescenta o sufixo *ico* ou *ica*, da cidade. Administração da cidade e, por extensão, do Estado e da Nação, mas nós aqui estamos praticamente tratando apenas da reforma eleitoral.

O fundamental é que, para o conceito moderno de democracia, o aperfeiçoamento que estamos pretendendo – uma vez que, em cada oportunidade, se afastam mais os eleitos das suas bases eleitorais, os representantes se afastam dos representados – é que se mantenha, na sua integridade absoluta, a liberdade das minorias.

Otto Maria Carpeaux definia a democracia como o regime que fala pela voz das maiorias, mas se define pela sua essência; e a essência do processo democrático é a liberdade de as minorias se manifestarem e, pelo exercício da palavra, das idéias e do conven-

cimento, virem de alguma forma a, em maioria, se transformarem também.

A democracia surge nas cidades gregas. Era a democracia da ágora, a praça onde se reuniam os gregos para, de forma direta, decidirem sobre as questões de seu governo. No entanto, essa democracia grega, o governo do povo, não era tão democrática assim. Não se consagrava ainda o direito das minorias, direito conquistado ao longo dos tempos.

Na democracia grega, 90% da população era excluída do processo decisório: os famosos metecos, que eram os estrangeiros, as mulheres, os escravos. Votavam os gregos nascidos na cidade e, dessa forma, a democracia tinha limites que acabaram sendo superados no prosseguimento do seu exercício, principalmente em Atenas na época de Péricles, onde se instituiu inclusive a remuneração para as pessoas que participavam da administração pública de forma a poder viabilizar, na administração, a participação dos mais pobres.

A democracia grega avança, aperfeiçoa-se com o instituto da representação. As cidades aumentam, crescem e os problemas cotidianos da administração pública não podiam mais ser tratados na ágora, na praça, com o voto de todos os cidadãos. Então, estabelece-se uma representação quando determinados cidadãos eleitos falavam em nome de suas bases.

O princípio representativo foi sendo viciado ao longo do tempo até que, no movimento sindical italiano, surge a figura do mandato imperativo, ou seja, os representantes eram eleitos para realizar determinado programa e, não realizando o programa, poderiam ser afastados pelas suas bases.

Essa figura do mandato representativo era mediada no movimento sindical pela própria estrutura dos sindicatos.

O mandato representativo na atualidade seria uma expressão da fidelidade partidária que, na verdade, existe em nossa legislação, mas não se conhece oportunidade em que, na realidade, tenha sido verdadeiramente exercida.

Então, a democracia representativa é um avanço, mas vivemos hoje a grande contradição do afastamento dos representantes dos seus representados, o que coloca o nosso regime democrático em crise, havendo, portanto, a pressão para o seu aperfeiçoamento.

Duas teses, hoje, dominam a discussão no Congresso Nacional. A tese da democracia representativa e indireta pela eleição em listas partidárias é uma despersonalização do processo político, em que os eleitores votariam apenas num programa partidário e os representantes estariam escolhidos pela estrutura

de cada partido numa presumível eleição interna e democrática.

Essa representação sem a individualização dos candidatos me faz pensar se seria possível uma França sem Napoleão, se a Revolução Cubana teria ocorrido sem o Che Guevara e o Fidel Castro, se a Revolução Russa de 1917 poderia ter havido sem Lênin, sem Stálin, sem Trotsky e outras conhecidas lideranças que marcaram presença na nossa história. É uma tentativa de personalização, em que, na verdade, os metecos da antiga democracia grega ressurgem e a estrutura partidária, extraordinariamente sensível a uma corrupção interna, domina o processo eleitoral.

A outra tese é a tese do distritão. O distritão, na verdade, é o espaço de uma unidade federada, de um Estado e os partidos não teriam mais o voto proporcional, mas os candidatos escolhidos nas listas partidárias seriam eleitos conforme a sua votação. Parece que, dessa forma, se anuncia o fim da história, o fim das contradições entre as classes, os grupos econômicos, o domínio e predomínio do capital, pois apenas a popularidade de um candidato seria suficiente para fazê-lo representar o partido. É a construção de uma nova e enorme geração de metecos, os excluídos do processo grego de escolha.

Imaginem, nesta segunda hipótese de distritão, do voto majoritário, que uma tendência política desapareceria quando representado por uma figura conhecida. Por exemplo, em Minas Gerais, Itamar Franco seria candidato a deputado federal. Ele representa toda uma tendência de dignidade no exercício do poder, de seriedade, de honradez, de defesa dos interesses nacionais. Itamar, candidato a deputado federal no sistema do distritão e do voto majoritário teria uma votação, acredito eu, absurda em Minas Gerais. Seria o titular de alguns milhões de votos, mas a representação da sua tendência estaria concentrada apenas na sua figura, seria apenas um deputado federal, e a drenagem de votos da tendência que representa faria com que pessoas que pensam igual a ele fossem excluídas do processo eleitoral, favorecendo exatamente os seus adversários. É a proposta do fim da história. É a despolitização absoluta do processo político. É o desejo da consolidação do *statu quo*. E, no quadro em que vivemos hoje, o domínio absoluto do capital, do capital vadio no governo do País. O fim da visão nacional.

Temos a lista fechada, um reforço absoluto da estrutura partidária, abrindo caminho para a corrupção e o voto distrital, no âmbito do Estado, com eleição majoritária, sem a proporcionalidade que conhecemos hoje.

A mim está parecendo que as duas propostas significam uma fantástica regressão na evolução da história da democracia, da ágora grega, ao conteúdo de garantia da liberdade das minorias, da moderna democracia em que vivemos.

Apresentei uma proposta na Comissão de Reforma Política. O único voto que consegui foi o meu, e isso se configura com um paradoxo, difícil até para o reitor da Universidade de Salamanca, na época da Guerra Civil da Espanha, Miguel de Unamuno. Por que uma contradição? Porque, quando não estavam exacerbadas as opções pelo domínio do capital e pela vontade absoluta de uma estrutura partidária despersonalizada, que se me afigura com a glorificação da mediania e da mediocridade, o Senado raciocinava de forma diferente, tão diferente, Senadora Ana Amélia, que, quando fui Senador, logo depois de deixar o meu primeiro mandato no Governo do Paraná, apresentei essa proposta e ela foi, ao contrário do que aconteceu na Comissão de Reforma Política atual, aprovada no plenário do Senado da República à unanimidade. Agora, sequer foi considerada.

A proposta que apresento se suporta nas ideias do nosso gênio da raça, o velho Guerreiro Ramos, que é a criação de um sistema que não torne obsoleto ou agrida de forma bruta o sistema anterior e que se afirme no seu exercício, substituindo o sistema antigo num processo de crescimento e de acertos.

Proponho a valorização dos partidos, como quer o pessoal da lista partidária, mas apenas para a metade dos eleitos. Seria o voto programático, o voto da mudança, o voto da mesma natureza do voto majoritário, que elege um Governador de Estado, um Prefeito ou um Presidente da República, mas esse voto, que concentraria as possibilidades da proporcionalidade na obtenção e garantia das vagas, elegeria apenas a metade dos Parlamentares de cada partido. A outra metade seria objeto da consideração popular sobre uma lista aberta, também democraticamente construída numa eleição interna dos partidos. Mas, na votação dessa lista aberta, não contabilizaria o voto para a proporcionalidade dos eleitos por essa legenda. A proporcionalidade seria garantida pelo voto ideológico, pelo voto programático, pelo voto na lista fechada.

Um determinado partido conseguiria, então, na contabilização da proporcionalidade no nosso sistema representativo, 50 vagas na Câmara Federal: 25 vagas para a chapa da lista partidária e 25 vagas, conforme o número de votos, para os candidatos da lista aberta e da votação nominal. Cada eleitor votaria duas vezes: um na legenda, no programa, na chapa partidária; o segundo voto, no candidato por ele escolhido, que poderia ser ou não do seu partido, abrindo-se, dessa

forma, uma flexibilidade maior para o eleitor viabilizar a sua escolha.

Aprovei por unanimidade essa proposta. Hoje, é desconsiderada, porque a impressão que me remanesce é de que temos jogadas imediatistas e partidárias ou o fim da história, a desideologização, o fim dos partidos e da possibilidade de mudança, no caminho do domínio do capital, quando um Banco Central pode ser presidido, de forma autônoma, por um Meirelles, que responde os seus esforços aos interesses do capital norte-americano ou do capital vadio do mundo inteiro, numa visão capitalista fechada, completa e antiquada do desenvolvimento econômico do planeta, um Adam Smith fora do contexto, sem a devida e necessária redução sociológica; ou a exacerbção da possibilidade de uma lista fechada que se beneficie, nas próximas eleições, do prestígio de um líder como Lula, por exemplo, mas sem a preocupação da sobrevivência do sistema democrático, da participação da população e da essência do conteúdo principal do sistema democrático, que é a viabilização da palavra e o exercício do direito das minorias.

Eu acrescentaria ainda, Senadora Ana Amélia, a necessidade absoluta da informação, a mudança do sistema de comunicação, a quebra da espinha dos monopólios das grandes mídias concentradas em poucas mãos, absolutamente atreladas aos interesses do grande capital, muito pouco atreladas aos interesses da Nação e do povo brasileiro.

E eu diria que, quando se fala também em financiamento público de campanha, esse deveria se dirigir fundamentalmente para espaços de comunicação, em vez de significar mão de dinheiro sob o comando de estruturas partidárias que já são useiras e vezeiras, na história do País e na nossa recente história de constituição de partidos, em desvio de recursos.

Senadora Ana Amélia, com prazer, escutarei o seu aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Roberto Requião, presto atenção especialíssima à exposição do meu caro colega do Paraná, pela complexidade e pelo relevo deste tema que ocupa agora as atenções dos Senadores aqui na Casa, com a Comissão Especial presidida pelo Senador Francisco Dornelles, que, em 45 dias, terá o prazo para apresentar as suas propostas. Essa complexidade foi expressa na última reunião em que os votos foram divididos em relação ao sistema eleitoral, exatamente como V. Exª está agora apresentando. Pareceu-me um pouco contraditório, Senador Requião, que o senhor combata o voto em lista fechada, que eu também acho não é o que o Brasil precisa, porque hoje o senhor, como Líder do PMDB no seu Estado, o Paraná, tem muito

mais votos do que seu Partido no Paraná; da mesma forma, o Presidente Lula é maior que seu Partido, o PT, e assim sucessivamente... Não podemos tirar essa característica, e concordo plenamente com o senhor. Mas, quando combate o voto majoritário, o chamado distritão, o senhor usa o mesmo argumento. Penso que o voto majoritário tem a vantagem, e aí foi a compreensão que entendi, em relação a representar a vontade expressa do eleitor. E vou lhe dar um exemplo prático, porque, desta forma, as pessoas entendem melhor para um debate tão complexo como este do sistema eleitoral. No Rio Grande do Sul, nas últimas eleições, a Deputada Luciana Genro, do PSOL, fez cerca de 130 mil votos e não veio para a Câmara Federal porque a aliança feita com o seu Partido não permitiu, pelo quociente eleitoral. Mas está aí um Deputado Federal com 18 mil votos. Houve a representação da vontade popular nesse processo? Eu creio que não, Senador Requião. Então, por isso, na minha avaliação, o voto majoritário ou distritão, como queiram, tem essa expressão da vontade popular. E não adianta no Brasil querermos... E também há complexidade, porque, pela proposta, que, até do ponto de vista democrático, parece conciliar a sua proposta de um voto pelo partido e um voto em aberto, o eleitor teria a liberdade de fazer essa escolha. Só serão dois votos; e, como teremos cinco para o eleitor votar, serão 10 escolhas no dia da eleição, a prevalecer a sua tese. Então, nesse ponto da representação da vontade popular, me parece de grande valor o voto majoritário para as eleições para Deputado Federal e Estadual.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senadora, eu tento corrigir a distorção do candidato folclórico de protesto fazendo com que apenas a lista partidária seja receptora dos votos que figuram na proporcionalidade da eleição. Por exemplo, um candidato de protesto em São Paulo poderia ter 1,3 milhão, mas esses votos não contariam para o aumento da legenda partidária. Seriam individuais. Por outro lado, os votos no programa do partido ou na lista fechada incidiriam, esses sim, e somente esses, na possibilidade da ampliação.

Agora, a eleição majoritária produz o efeito folclórico ao contrário, porque ela drena os votos de um candidato que tenha uma posição programática e filosófica muito clara. Ela elimina exatamente os seus iguais, os seus partidários, os participantes da mesma corrente política. E eu penso que, concentrando o voto proporcional na legenda, nós eliminaríamos esse processo.

Agora, Senadora Ana Amélia, a perfeição nós não vamos conseguir, e seguramente a perfeição não é essa proposta do distritão do fim da história.

Então, um Itamar Franco liquidaria toda a posição nacionalista em Minas Gerais, e os seus adversários se elegeriam em outros partidos com menos legenda.

Mas V. Ex^a poderia dizer: "Mas coloca o candidato folclórico na lista". Sim, mas o candidato folclórico nunca terá uma maioria de votos. Ele desmoraliza a lista. Ele poderia carrear para lista 1,3 milhão de votos, mas não carrearia os 11 milhões de votos que, por exemplo, o Aloysio teve em São Paulo como candidato ao Senado. E a lista, desta forma, estaria a salvo de tentativas espúrias de colocação de pessoas sem voto algum. E os Partidos não se incomodariam mais em colocar uma nominata enorme de candidatos sem nenhuma possibilidade eleitoral para somar à legenda, porque a legenda só seria somada com o voto programático e partidário.

Eu acho que não é perfeita a minha proposta, mas a mim ela parece, nesse momento, muito mais adequada do que o fim da história com o voto majoritário e a desideologização da política.

E o que mais me assusta é o voto distrital, que é a transformação do Congresso Nacional numa espécie de câmara de vereadores, porque aí a desideologização é absoluta. E nós teremos o candidato da creche, o candidato da escola, mas jamais teremos o candidato da mudança econômica, de uma proposta de educação, de uma política industrial, de uma política comercial. Não teremos mais candidatos com visões globais e nacionais.

Essa também é uma tentativa que a gente assiste num momento em que o capital vai dominando a República, tendo o domínio do Banco Central.

Eu vejo com alguma animação mudanças da Presidenta Dilma: tirou o Meirelles do Banco Central – e hoje o WikiLeaks revela a serviço de quem estava o Meirelles. Certamente, não era a serviço da Nação brasileira, não era a serviço dos interesses do País, mas se dispunha, ideologicamente, a estar a serviço do capital internacional.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Requião, permita-me. É o último questionamento que faço ao meu caro colega do Paraná, do PMDB, ex-Governador. V. Ex^a até citou que essa proposta que V. Ex^a havia feito foi aprovada nesta Casa, e agora ela teve, na Comissão Especial, o seu voto. Eu gostaria de saber de V. Ex^a, com essa experiência que tem, se acredita que nós teremos para as eleições de 2011 alguma mudança substancial nesse processo eleitoral, considerando que o Senado tem a sua Comissão Especial e a Câmara igualmente trabalha na mesma direção. Muito obrigada, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Eu acredito, Senadora, que as coligações já vão de-

saparecer do processo político, o que já é uma assepsia razoável; é uma medida de saúde pública coletiva.

Mas vejo o vez, a tendência dos partidos de não pensarem em uma reforma eleitoral – política não é – para o Brasil, mas, sim, em uma reforma que os favoreça nas próximas eleições. E acho que o voto distrital, que é o voto da desideologização, do fim dos partidos, é o voto que se suporta no domínio do capital sobre o governo do País, por meio da condução do Banco Central, e na desinformação da Imprensa monopolizada. Muito ruim para quem quer mudanças e tem uma visão nacional.

Presidente, agradeço a tolerância. Já excedi quatro minutos do tempo regular de vinte que me seria concedido. Agradeço à Presidência.

Apresentei algumas ideias. Tenho utilizado muito a Internet para discutir questões do Senado da República. O meu endereço no Twitter é requião@pmdb, e eu gostaria de ter críticas e sugestões, que podem facilmente ser enviadas por esse meio de comunicação, via computadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Presidente Requião, parabéns a V. Ex^a. Sou testemunho, participei de uma reunião partidária com V. Ex^a, e naquele instante V. Ex^a registrou o seu posicionamento, que coincide perfeitamente com o pronunciamento que V. Ex^a faz hoje.

Parabéns a V. Ex^a. E vamos continuar discutindo o assunto, porque ele requer posicionamentos de homens e políticos experientes, como V. Ex^a e como tantos outros que querem e que defendem, na prática, a reforma política neste País.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, que se registre definitivamente a contradição entre uma proposta fora das vésperas de eleição, aprovada por unanimidade, e uma proposta praticamente rejeitada e não considerada pela Comissão no momento em que os partidos querem resolver a próxima eleição e não o sistema eleitoral e a garantia da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, em permuta com a Senadora Gleisi.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, antes de tratar do tema que me traz a esta tribuna, nesta tarde, eu gostaria de abordar a situação complicada, difícil, provocada, novamente, por excesso de chuvas em vários Municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Após os estragos causados pela chuva, no final de semana, Municípios gaúchos solicitaram ao Governo Estadual que fosse decretada situação de emergência em suas cidades. Maximiliano de Almeida e Paim Filho, na região norte do Estado, a 350 km de Porto Alegre; Não-Me-Toque, na região do Alto Jacuí; Panambi, na região noroeste; e Alegrete, na fronteira oeste, à 480 km da capital gaúcha, já encaminharam notificação preliminar de desastre à defesa civil.

Em Maximiliano de Almeida e Paim Filho e também em Não-Me-Toque, aguarda-se a avaliação dos danos para formalizar o pedido de ajuda. Ao todo, 6.325 pessoas foram afetadas com as chuvas nessas três cidades.

Alegrete, na fronteira oeste, foi o quarto Município a enviar notificação de desastre à Defesa Civil na segunda-feira. Espera-se que esses decretos sejam assinados hoje.

Em Ajuricaba, no noroeste do Estado, a chuva trouxe transtornos a pelo menos 25 famílias. O rio Cachoeira, que corta a cidade, está quatro metros acima do nível normal e transbordou. Segundo a Brigada Militar, a nossa Polícia Militar, cerca de cem pessoas tiveram de deixar as suas residências.

No Vale do Taquari, o nível do rio Taquari está mais de seis metros acima do normal. O rio, na altura de Porto de Estrela, está com 19,2 metros de profundidade. Com a cheia, 50 metros da RS-129 foram invadidos pelas águas, entre Colinas e Estrela.

No Vale dos Sinos, por causa das chuvas, o rio Paranhana quase transbordou no final da tarde de sábado em Três Coroas. A chuva deu uma trégua neste domingo, e o rio não representa agora mais uma ameaça.

O rio Caí chegou a estar sete metros acima do seu nível normal. Durante a tarde de domingo, a água começou a baixar.

O Arroio Kruse voltou a encher no sábado em São Leopoldo, assim como o Arroio Luiz Rau, em Novo Hamburgo. Eles causaram pontos de alagamento nas duas grandes cidades da região metropolitana de Porto Alegre.

A situação é preocupante nesses Municípios, e espera-se que o Governo do Estado, com o apoio da Defesa Civil, aqui, em Brasília, apresente soluções com relação a isso.

Estão bloqueadas a RS-441, a RS-129, a RS-332 e uma estrada lateral à RS-431.

A chuva deste fim de semana deixa pelo menos quatro rodovias gaúchas interditadas nesta segunda-feira, e, em três ocasiões, rios transbordaram e ocasionaram bloqueios.

Em Dois Lajeados, o nível do rio das Antas subiu e invadiu a estrada lateral à RS-431, que leva ao Município de Cotiporã.

Também na serra, a cheia do rio Carreiro interditou a RS-441 entre Nova Prata e Vista Alegre do Prata.

O nível do rio Taquari também subiu e está mais de seis metros acima do normal.

Na localidade de Linha Seca, no interior de Não-Me-Toque, no norte do Estado, parte da RS-332 cedeu em razão do acúmulo de águas da chuva. O trecho está em obras, foi sinalizado, e o desvio é feito pela pista lateral da rodovia.

São esses problemas que, com frequência, estão acontecendo, exigindo grande agilidade da Defesa Civil do nosso Estado e, evidentemente, também do País, que precisa agora adotar políticas de prevenção, para evitarmos que operemos apenas nas calamidades.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que me traz a esta tribuna veio de um representante do Fundo Aerus/Varig, José Paulo de Resende, de Niterói, Rio de Janeiro, que encaminhou a mim e ao Senador Alvaro Dias uma correspondência, lembrando, como é do conhecimento de todos, que, no dia 12 de abril deste ano, completará cinco anos que o grave problema Aerus/Varig está sem solução. Diz ele, na correspondência enviada:

Não adianta solicitar aos Ex^{mos} Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal agilização no julgamento do processo da defasagem tarifária devida para a Companhia Varig, porque os Ministros fazem ouvidos de mercador para minhas solicitações e dos demais colegas da Varig que se encontram nessa tão difícil situação.

É claro que essas palavras agudas se referem ao desespero desses servidores da Varig/Aerus, que contribuíram regularmente para o fundo de pensão e estão agora na miséria e com sérias dificuldades. Muitos deles, como diz o José Paulo de Resende, já faleceram antes que o processo esteja concluído. Já são mais de 500 trabalhadores da Varig que faleceram sem ver a solução resolvida nesses quase cinco anos que se completarão no dia 12 de abril deste ano. Ele solicita que eu e o Senador Alvaro Dias, que estamos ao lado dessa causa, façamos o possível – como eu agora estou fazendo neste pronunciamento aqui no plenário – para mostrar ao Poder Judiciário e sensibilizá-lo sobre a necessidade da tomada de julgamento desse processo, que se arrasta há cinco anos.

A Varig, como todo mundo sabe, já ganhou o processo da defasagem tarifária em todas as instâncias jurídicas por onde esse processo passou. A última, antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal, foi o Superior Tribunal de Justiça. No dia 25 de abril de

2007, houve ganho da Varig nessa importante Corte brasileira. Não é possível que, passados quase quatro anos depois dessa vitória no STJ, o STF e seus Ministros não coloquem em julgamento o processo. “Creio” – diz ele – “que o mesmo poderá ser vitorioso também no STF, e isso poderá beneficiar todos os trabalhadores da Varig”.

Eu gostaria até de ressaltar, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, que recebi com grande alegria no dia 23 de março, na quarta-feira passada, uma grande notícia do Presidente da OAB do meu Estado, Claudio Lamachia, de que a entidade está-se colocando ao lado dessa questão tão importante para servidores que não são apenas do meu Estado, mas também de todo o Brasil.

Cada vez que eu embarco num voo da Gol ou da própria TAM, egressos da Varig que contribuíram com o fundo de pensão me perguntam se essa matéria será julgada ou se o Congresso fará alguma coisa para resolver esse problema. Estamos aqui fazendo a nossa parte. O Senador Paulo Paim tem tratado do assunto, já apresentou um projeto que estou apoiando, mas nós estaremos aqui sempre fazendo essa cobrança, que, pelo menos politicamente, faz referência a essa questão tão aguda.

Ele pede encarecidamente que, nesse caso, estejamos aqui neste momento lembrando e pedindo aos Ministros do Supremo Tribunal Federal que tenham uma atenção especialíssima para esse caso, em homenagem até à memória daqueles servidores da Varig, funcionários, aeronautas, aeroviários que já se foram mas que fizeram a sua parte, e que o Governo, por meio da Secretaria de Previdência Complementar, não fez uma fiscalização rigorosa.

Então, estão aqui, Sr. Presidente, registradas a minha palavra e a minha posição de apoio a essa questão tão importante, com um pedido, agora de uma Senadora, de uma cidadã ao Supremo Tribunal Federal: que haja atenção e a inclusão na pauta dos julgamentos dessa matéria.

Sr. Presidente, eu volto hoje a tratar de um assunto de todos os Senadores desta Casa, mesmo daqueles que não estão acostumados e não pretendem dar emendas ao orçamento dos Municípios, como é o caso do Senador Roberto Requião, que me antecedeu nesta tribuna e diz que prefere concentrar suas emendas para o Estado ou para áreas prioritárias.

Cada um dos Parlamentares aqui faz do seu mandato a sua prioridade.

As prefeituras municipais, enquanto o sistema federativo brasileiro estiver dessa forma desvirtuado, vão continuar dependendo, sim, das emendas dos Parlamentares, Deputados e Senadores, para uma sobrevida das suas respectivas administrações; senão

a limitação de recursos, hoje concentrada na mão da União, vai proibir ou impedir que os prefeitos realizem obras e projetos importantes nas suas respectivas comunidades.

Neste momento, Sr. Presidente, volto ao tema: temos mais uma semana com romaria ou verdadeira maratona de prefeitos aqui em Brasília para tratar das questões relativas à suspensão dos pagamentos, ou à liberação dos chamados “restos a pagar” do Orçamento da União para este ano, Senador Alvaro Dias.

Ano após ano, os prefeitos realizam maratonas nos corredores e nos gabinetes do Congresso Nacional, seja da Câmara, seja aqui do Senado. Partem de seus Municípios em direção a Brasília, compondo comitivas em busca de emendas parlamentares ao Orçamento da União, fundamentais para investimentos nas Prefeituras.

Os prefeitos precisam vir ao Planalto Central batalhar pela apresentação, pela aprovação, pelo empenho e, por fim, pela liberação do recurso. E aí vão gastando também o dinheiro que deveriam estar aplicando nos seus Municípios, simplesmente porque a burocracia é mais um complicador na vida dos prefeitos.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senadora Ana Amelia, V. Ex^a traz um tema à tribuna que é sempre oportuno. Nós temos de repeti-lo até que se rediscuta o sistema federativo, porque, hoje, os Municípios estão sobrecarregados de encargos. Desde a Constituinte de 1988, com a nova Constituição, encargos foram repassados aos Municípios sem a contrapartida de recursos compatível. E há episódios em que o Governo Federal faz cortesia com o chapéu dos Municípios, como ocorreu no ano de 2009, durante a crise, quando o Governo concedeu isenções fiscais e comprometeu o repasse de recursos aos Municípios por meio do Fundo de Participação dos Municípios, prometendo uma...

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Compensação.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – ...compensação. Essa compensação não ocorreu. Então, há uma dívida acumulada e, agora, a questão dos “restos a pagar”, que certamente afetará a vida das administrações municipais. O Governo não quer a reforma tributária porque arrecada cada vez mais e distribui cada vez menos. Arrecada muito bem e distribui muito mal, e os Municípios sofrem as consequências. Enfim, não quero ocupar o tempo de V. Ex^a, mas o discurso que faz tem conteúdo e, sobretudo, razão. Nós compartilhamos do pensamento de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Isso sem falar na questão, Senador Alvaro Dias, a quem

agradeço o aparte, da Emenda nº 29, que está aqui se arrastando no Congresso e que representaria acréscimo de recursos para um setor que hoje é muito sério: a questão da saúde pública dos Municípios.

No caso de “restos a pagar”, Senador Alvaro Dias, foi feito o Decreto Presidencial nº 7.418, publicado no dia 31 de dezembro de 2010, portanto, ao apagar das luzes do mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse decreto trata dos “restos a pagar” não processados dos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, com validade até 30 de abril deste ano. Trinta de abril! Nós já estamos no final de março, e o prazo está-se esgotando.

“Restos a pagar”, no jargão orçamentário, é o nome atribuído às despesas que foram empenhadas, mas não foram pagas até 31 de dezembro, quando se encerra o ano fiscal.

E aí é que está o problema. Muitas prefeituras contrataram serviço, precisam pagar o fornecedor, mas, diante desse decreto e o prazo exíguo – 30 de abril –, estarão, algumas delas como eu já disse aqui, até recorrendo à Justiça para poderem estar conforme a lei e cumprindo com seus compromissos, por força desse decreto.

A isso se soma também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o corte orçamentário determinado, no final de fevereiro deste ano, pela Presidenta Dilma Rousseff, que prevê uma economia de R\$50 bilhões no Orçamento deste ano.

Dados do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, do Governo Federal, indicam que, nessa tesourada, havia “restos a pagar”, processados e não processados, destinados também aos Municípios.

Os “restos a pagar” processados são destinados a obras que estão em andamento, portanto, compromissos já assumidos pelos Municípios com seus fornecedores em obras em execução ou já finalizadas.

Esses cortes orçamentários em “restos a pagar”, processados ou não, comprometem muito a segurança jurídica dos administradores municipais. Além de impedir a continuação das obras que já estão em andamento ou prestes a ser iniciadas, esse corte pode trazer sérios problemas a contratos firmados entre as prefeituras e seus fornecedores, gerando descrédito dos administradores junto à suas comunidades.

É por situações como essa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os preços dos serviços cobrados, quando são ofertados ao entes públicos, são superiores aos praticados pelo setor privado.

Em licitações públicas, fornecedores de obras e serviços são compelidos a elevar seus custos por causa exatamente da burocracia e da incerteza quanto ao recebimento do valor do contrato.

Este, Sr. Presidente, é apenas mais um capítulo de uma novela que não tem final feliz. O arcabouço institucional brasileiro confere aos Municípios muitas atribuições e poucos recursos, como se referiu há pouco, em aparte, o Senador Alvaro Dias.

Precisamos, com urgência, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, rever o pacto federativo para compartilhar com mais justiça os recursos arrecadados, via impostos entre União, Estados e Municípios. É no Município que as riquezas são produzidas e é nele que o cidadão vive e consome; é no Município que os recursos dos impostos são gerados para serem entregues aos Estados e à União e, posteriormente, retornar ao local de origem. O que vem e o que retorna é sempre menor do que sai do Município.

Atualmente, 60% dos recursos gerados com arrecadação de impostos ou da Receita ficam com a União...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ... 24% com os Estados e somente 16% (*Fora do microfone.*) – muito obrigada pela complacência, Sr. Presidente – ficam na mão do Município.

No entanto, os Municípios são muito mais eficientes na hora de utilizar o recurso público. Um estudo feito pela Confederação Nacional dos Municípios demonstra que a taxa de investimento média da União, entre os anos de 1995 a 2008, foi de 18,5% e a dos Estados, no mesmo período, de 38,4%. Já os Municípios utilizaram 43% de seus recursos orçamentários em seus investimentos.

Esse estudo demonstra que a revisão do pacto federativo é inadiável.

E não é por acaso que os Municípios, na média, são mais eficientes na aplicação desses recursos. Em certa medida, esse sucesso se deve à proximidade existente entre a administração municipal e as comunidades, os eleitores, os cidadãos. Os Prefeitos sabem – e eu vejo aqui o Prefeito de Horizontina presente a esta sessão – onde devem investir os recursos, quais são as prioridades dos cidadãos e principalmente têm condições, caro Prefeito, de avaliar os preços praticados pelos prestadores de serviços e também fiscalizar a obra.

Isso sem falar que os administradores municipais têm endereço certo, o cidadão sabe onde mora o Prefeito e está ali batendo a sua porta todo dia, cobrando a execução das obras de que precisa. É do Prefeito que ele cobra a ação rápida para os casos de calamidade pública, como falei há pouco, sem saber que o recurso para a defesa civil, por exemplo, é de responsabilidade da União em parceria com os Estados, limitando muito

a atuação do Município e do Prefeito, que depende da autorização da defesa civil do Estado para ter acesso ao recurso federal.

Eu cito o caso relatado pelo Prefeito Wainer Machado, do PSDB, da cidade gaúcha de Santana do Livramento, lá na fronteira com o Uruguai, ao lado de Rivera. Pois a cidade sofre agora com uma estiagem e, numa entrevista à RCC, rádio importante daquela cidade, do grupo a Platéia, de Livramento, ele disse com todas as letras, durante a entrevista, da qual participamos, que a Prefeitura precisa distribuir água potável, água para consumo humano, nos assentamentos existentes na área rural e por isso é necessário que o Município disponha do recurso para comprar um caminhão-pipa, mas ele não pode comprar um caminhão porque o recurso disponibilizado para ação de defesa civil ao combate à estiagem só pode

ser usado em situação ou ações emergenciais. Mas não é emergência matar a sede das pessoas que não têm água? Minha gente, não dá para entender a burocracia que foge à lógica, que foge até à racionalidade!

Logo, os recursos não podem ser utilizados para a compra do caminhão ou sequer para a instalação de bombas d'água e compra de canos para distribuir a água que está guardada nas cisternas. Não dá realmente para entender.

É do Prefeito que o cidadão cobra o atendimento no sistema de saúde pública, sem saber que a União é quem não cumpre o mínimo constitucional da aplicação de recursos nessa área. O serviço público de saúde já teria interrompido suas atividades se não fosse o esforço das Prefeituras em alocar recursos para cobrir esse *déficit*. Dados da Confederação Nacional dos Municípios indicam que, em média, os Municípios aplicam 22% da sua receita líquida em saúde, enquanto os Estados, que deveriam aplicar 12%, não chegam nem perto disso, como é o caso do Rio Grande do Sul, cujo percentual é de apenas 5%. Até o rico Estado de São Paulo,...

(Interrupção do som)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – ... meu querido colega Aloysis Nunes Ferreira, também não atende os 12% em relação à saúde.

É por esses motivos que reforço a necessidade não só da revisão do pacto federativo, para que a maior parte dos recursos que são gerados nos Municípios neles permaneça, meu caro Presidente. Esse é o primeiro passo para a realização de uma reforma tributária que proporcione eficiência na utilização do recurso público e – por que não? – a redução da carga

tributária. Além disso, dar maior estabilidade institucional e política à Federação.

Eu queria também, aproveitando o encerramento dessa manifestação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer um apelo ao Governo para que prorogue o prazo de 30 de abril para o pagamento dos restos a pagar dos exercícios anteriores. A ampliação desse prazo é necessária para que as Prefeituras possam dar continuidade aos investimentos que estão em andamento e que dependem da liberação desses recursos.

Sr. Presidente, muito obrigada pela generosidade que não foi exclusiva para mim. Os outros oradores que me antecederam também tiveram de V. Ex^a a benevolência necessária nesta hora.

Muito obrigada ao senhor e obrigada aos Senadores pelos apartes.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a expõe um assunto de extrema necessidade para o desenvolvimento da região e do próprio País.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava apenas aguardando o anúncio do próximo orador para pedir pela ordem.

Eu encaminho à Mesa um projeto de decreto legislativo, cumprindo o compromisso que assumi aqui, na semana passada, de tentar sustar um decreto presidencial que transferiu indevidamente mais de R\$21 bilhões para pagamento da dívida pública interna.

Esse decreto do Presidente da República é injurídico, porque viola o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina:

“Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

O art. 11 diz o seguinte:

Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de de-

zembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

Ocorre que parágrafo único estabelece a distinção:

Parágrafo único.

O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios.

É exatamente o que consta do parecer do Tribunal de Contas da União que encaminhou a esta Casa o seu relatório, pedindo ao Congresso Nacional ou sugerindo ao Congresso Nacional que adotasse providências que o caso requer, e uma das providências que podemos adotar é a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do decreto presidencial.

Trata-se de recursos que dizem respeito a Estados e Municípios. Em suma, o Tribunal de Contas concluiu, conforme sumário de sua decisão, que é ilegal a desvinculação dos recursos dos superávits e que, como disso decorre a necessidade de sustação de ato do Poder Executivo, não caberia àquela Corte tomar providências devidas, uma vez que a Constituição atribui ao Congresso Nacional aquela competência, consoante se vê do sumário do acórdão do Tribunal de Contas da União.

Diante disso, Sr. Presidente, estamos adotando essa iniciativa, que é uma iniciativa constitucional, regimental, uma prerrogativa do Congresso Nacional e que se constitui em dever para tornar sem efeito um ato do Presidente da República que subtrai recursos de Estados e Municípios para o pagamento da dívida pública interna.

O projeto está sendo encaminhado à Mesa para as providências, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Mesa aguarda o projeto de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e, com certeza, dará o prosseguimento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 83, DE 2011

Susta parcialmente o Decreto do Poder Executivo, sem número, datado de 11 de setembro de 2008, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É sustada a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União promovida por meio do Decreto do Poder Executivo, sem número, datado de 11 de setembro de 2008, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.", relativamente às seguintes dotações:

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	GRUPO F						VALOR		
			E	N	S	D	P	O	U	I	T
											20.811.794.000

0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)

28 843	0905 0455	OPERACOES ESPECIAIS							334	438.524.000	
			D	I	N	P	O	U	I		
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA	F	6	0	9	0	0		334	438.524.000
		DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL	F	6	0	9	0	0		342	20.373.270.000

Art. 2º O superávit financeiro verificado em 10 de setembro de 2008 nas fontes 34 e 42 e que foi utilizado em decorrência do Decreto a que se refere o art. 1º será revertido às finalidades previstas na Lei nº 7.990/89, nos seguintes montantes:

I – da fonte de recursos 34:

- R\$ 155.800.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões e oitocentos mil reais) para o Ministério do Meio Ambiente;
- R\$ 62.400.000,00 (sessenta e dois milhões e quatrocentos mil reais) para a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- R\$ 220.400.000,00 (duzentos e vinte milhões e quatrocentos mil reais) para a Agência Nacional de Águas – ANA;

II – da fonte de recursos 42:

- a) R\$ 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para a Marinha do Brasil;
- b) R\$ 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para o Ministério de Ciência e Tecnologia; e
- c) R\$ 15.200.000.000,00 (quinze bilhões e duzentos milhões de reais) para o Ministério de Minas e Energia.

Art. 3º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei destinado à criação de créditos especiais e suplementares para a aplicação dos recursos de que trata o artigo anterior, em projetos e atividades que atendam às finalidades estabelecidas nas leis que determinaram a respectiva vinculação.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Em 09 de setembro de 2008, o Poder Executivo federal editou o Decreto sem número (Anexo I), por meio do qual foram destinados os valores de superávit 630,7 milhões de reais da fonte de recursos 34 – Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos, e R\$ 21,3 bilhões para a fonte de recursos 42 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, para o pagamento de Encargos Financeiros da União.

Ocorre, todavia, que é injurídico tal ato, pois viola o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que “Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

Supostamente, o Decreto teria amparo legal, na medida em que o art. 11 da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, determina que

“Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios.”

Teoricamente, estaria autorizada a utilização de tais recursos, todavia o parágrafo único exclui da permissão legal as fontes “decorrentes de vinculação constitucional”.

O que se verifica é que as fontes de recurso cujos superávits foram utilizados no citado Decreto são objeto de expressa vinculação constitucional, na medida em que o parágrafo primeiro do art. 20 da Carta Constitucional determina que:

"§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração."

Em razão da evidente inconstitucionalidade, o TCU, ao examinar a matéria, deliberou, pela aprovação do voto do relator, que compreende que:

A lei reclamada pela Carta Política possui caráter integrativo, porque se presta a desenvolver a eficácia da norma constitucional. A necessidade de edição de tal lei, entretanto, não retira a vinculação constitucional da receita a órgãos da administração direta da União, que decorre de texto expresso da Constituição.

Presente a vinculação constitucional, não poderiam os recursos da compensação financeira ser utilizados no pagamento da dívida mobiliária.

Ainda que não houvesse vinculação constitucional da receita, em favor dos órgãos indicados na legislação ordinária, a Lei 11.803/2008 não teria o condão de afastar a destinação dos recursos e a vedação ao pagamento de dívida, inscritas nas leis 8.001/1990, 9.478/1997 e 7.990/1989, em razão do critério da especialidade.

[...]

No caso concreto, especiais são as leis 8.001/1990, 9.478/1997 e 7.990/1989, que regulam a distribuição da compensação financeira e sua aplicação pelos beneficiários: estados, Distrito Federal, municípios e órgãos da administração pública da União.

Não pode, ainda, prosperar a interpretação de que a Lei 11.803/2008 teria autorizado o uso da quota-parte de órgãos da administração direta da União no pagamento da dívida mobiliária, porque esse entender contraria o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a mudança de destinação de "recursos legalmente vinculados a finalidade específica", ainda que em exercício diverso em que ocorreu o ingresso.

A Lei 11.803/2008 não autoriza a utilização dos recursos da compensação financeira de que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, na amortização da dívida pública mobiliária federal interna, porque expressamente vedou o uso das "fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional" (art. 11, parágrafo único).

Não se aplica, pois, ao caso concreto, a norma permissiva de uso do superávit financeiro no pagamento de dívida, em razão da ressalva contida no parágrafo único do seu art. 11 e porque contraria a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis que regulam a aplicação dos recursos da compensação financeira, todas de natureza especial.

Assim, não poderia o Decreto de 11/9/2008 haver transferido recursos das fontes "compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos" e "compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural" para amortização da dívida pública mobiliária federal intema.

Em suma, o TCU concluiu, conforme sumário de sua decisão, que é ilegal a desvinculação dos recursos dos superávits, e que, como disso decorre a necessidade de sustação de ato do Poder Executivo, não caberia àquela Corte tomar as providências devidas, uma vez que a Constituição atribui ao Congresso Nacional aquela competência, consoante se vê no Sumário do acórdão 2926/2010:

1. *Os recursos da compensação financeira prevista no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, devidos a órgãos da administração direta da União, destinam-se, exclusivamente, ao financiamento das atividades indicadas na legislação específica, pelos órgãos nela indicados.*
2. *É ilegal o uso de recursos da compensação financeira de que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, para pagamento de dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de municípios.*
3. *A Lei 11.203/2008 não autoriza o uso de recursos da compensação financeira prevista no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, para o pagamento da dívida pública mobiliária federal intema.*
4. *Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*

Diante, portanto, da decisão do TCU, cumpre ao Congresso promover a sustação do referido Decreto, e fazer retornar às finalidades originais os valores dos superávits das duas fontes de recurso esvaziadas.

Por isso, convido os Senhores Parlamentares a exercer sua função de controle de legalidade dos atos do Poder Executivo que exorbitem dos limites legalmente impostos.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

ANEXO I

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2008.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00 (quarenta bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro de diversas fontes apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

ÓRGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	R	M	I	F	VALOR
		0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	S	H	O	U	T	40.864.460.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS	N	I	D	E		

28 843	0905 0455	DIVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA -		40.864.460,000
28 843	0905 0455	DIVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA -		40.864.460,000
	0001	NACIONAL		
			1	75.000
			2	2.857.807,000
			3	1.949.516,000
			4	7.552,000
			5	438.524,000
			6	23.430,000
			7	20.373.270,000
			8	1.577.905,000
			9	1.307.747,000
			10	10.000,000
			11	175.211,000
			12	684.718,000
			13	3.992.722,000
			14	7.758.209,000
			15	119.765,000
			16	388.009,000
			17	
			18	
			19	
			20	
			21	
			22	
			23	
			24	
			25	
			26	
			27	
			28	
			29	
			30	
			31	
			32	
			33	
			34	
			35	
			36	
			37	
			38	
			39	
			40	
			41	
			42	
			43	
			44	
			45	
			46	
			47	
			48	
			49	
			50	
			51	
			52	
			53	
			54	
			55	
			56	
			57	
			58	
			59	
			60	
			61	
			62	
			63	
			64	
			65	
			66	
			67	
			68	
			69	
			70	
			71	
			72	
			73	
			74	
			75	
			76	
			77	
			78	
			79	
			80	
			81	
			82	
			83	
			84	
			85	
			86	
			87	
			88	
			89	
			90	
			91	
			92	
			93	
			94	
			95	
			96	
			97	
			98	
			99	
			100	
			101	
			102	
			103	
			104	
			105	
			106	
			107	
			108	
			109	
			110	
			111	
			112	
			113	
			114	
			115	
			116	
			117	
			118	
			119	
			120	
			121	
			122	
			123	
			124	
			125	
			126	
			127	
			128	
			129	
			130	
			131	
			132	
			133	
			134	
			135	
			136	
			137	
			138	
			139	
			140	
			141	
			142	
			143	
			144	
			145	
			146	
			147	
			148	
			149	
			150	
			151	
			152	
			153	
			154	
			155	
			156	
			157	
			158	
			159	
			160	
			161	
			162	
			163	
			164	
			165	
			166	
			167	
			168	
			169	
			170	
			171	
			172	
			173	
			174	
			175	
			176	
			177	
			178	
			179	
			180	
			181	
			182	
			183	
			184	
			185	
			186	
			187	
			188	
			189	
			190	
			191	
			192	
			193	
			194	
			195	
			196	
			197	
			198	
			199	
			200	
			201	
			202	
			203	
			204	
			205	
			206	
			207	
			208	
			209	
			210	
			211	
			212	
			213	
			214	
			215	
			216	
			217	
			218	
			219	
			220	
			221	
			222	
			223	
			224	
			225	
			226	
			227	
			228	
			229	
			230	
			231	
			232	
			233	
			234	
			235	
			236	
			237	
			238	
			239	
			240	
			241	
			242	
			243	
			244	
			245	
			246	
			247	
			248	
			249	
			250	
			251	
			252	
			253	
			254	
			255	
			256	
			257	
			258	
			259	
			260	
			261	
			262	
			263	
			264	
			265	
			266	
			267	
			268	
			269	
			270	
			271	
			272	
			273	
			274	
			275	
			276	
			277	
			278	
			279	
			280	
			281	
			282	
			283	
			284	
			285	
			286	
			287	
			288	
			289	
			290	
			291	
			292	
			293	
			294	
			295	
			296	
			297	
			298	
			299	
			300	
			301	
			302	
			303	
			304	
			305	
			306	
			307	
			308	
			309	
			310	
			311	
			312	
			313	
			314	
			315	
			316	
			317	
			318	
			319	
			320	
			321	
			322	
			323	
			324	
			325	
			326	
			327	
			328	
			329	
			330	
			331	
			332	
			333	
			334	
			335	
			336	
			337	
			338	
			339	
			340	
			341	
			342	
			343	
			344	
			345	
			346	
			347	
			348	
			349	
			350	
			351	
			352	
			353	
			354	
			355	
			356	
			357	
			358	
			359	
			360	
			361	
			362	
			363	
			364	
			365	
			366	
			367	
			368	
			369	
			370	
			371	
			372	
			373	
			374	
			375	
			376	
			377	
			378	
			379	
			380	
			381	
			382	
			383	
			384	
			385	
			386	
			387	
			388	
			389	

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE QUE TRATA O ART. 20, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PAGAMENTO DE DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA. LEI 11.803/2008. DECRETO DE 11/9/2008. EXORBITÂNCIA DO LIMITE DA DELEGAÇÃO LEGISLATIVA. COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL.

1. Os recursos da compensação financeira prevista no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, devidos a órgãos da administração direta da União, destinam-se, exclusivamente, ao financiamento das atividades indicadas na legislação específica, pelos órgãos nela indicados.

2. É ilegal o uso de recursos da compensação financeira de que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, para pagamento de dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de municípios.

3. A Lei 11.203/2008 não autoriza o uso de recursos da compensação financeira prevista no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, para o pagamento da dívida pública mobiliária federal interna.

4. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

RELATÓRIO

Trata-se de levantamento de auditoria realizado nas secretarias do Tesouro Nacional e de Orçamento Federal, com o objetivo de verificar a legalidade da utilização de recursos das fontes 34 (compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos) e 42 (compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural) para amortização da dívida pública mobiliária federal interna.

A equipe de auditoria manifestou-se da seguinte forma (fls. 89/105):

"1.2 A fonte de recursos 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos - é composta pela parcela da receita advinda de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, à alíquota de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento)

sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de energia elétrica aos Entes Subnacionais e aos órgãos da Administração Direta da União, na seguinte proporção, segundo a regulamentação da Lei nº 7.990/89:

1.3 Da parcela equivalente a 6% do valor da energia produzida 45% é distribuída aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

1.4 A parcela equivalente a 0,75% do valor da energia produzida é destinada ao Ministério do Meio Ambiente, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

1.5 A fonte de recursos 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural – por sua vez, é composta pela parcela da receita advinda de compensação financeira correspondente ao montante de 10% da produção (podendo a ANP prever no Edital de licitação, a redução do valor dos Royalties para um montante de até 5% da produção, no mínimo), pela exploração de petróleo e gás natural, devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de prejuízos ambientais causados por essa atividade econômica e ao Comando da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica e ao desenvolvimento da indústria do petróleo,

1.6 A fonte de recursos 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural é composta também pela participação especial devida nas hipóteses de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. Tais recursos correspondentes à participação especial são calculados pela ANP e distribuídos na proporção de 40% para o MME, 10% para o MMA, 40% aos Estados onde ocorre a Produção onde ocorre a produção em terra ou confrontante com a plataforma continental onde se a realizar a produção e 10% para os Municípios onde ocorre a produção em terra ou confrontante com a plataforma continental onde se a realizar a produção.

1.7 Em 31 de dezembro de 2007 o superávit financeiro dessas fontes de recursos era de R\$ 630,7 mil para a fonte de recursos 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos - e R\$ 21,3 bilhões para a fonte de recursos 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, com uma arrecadação média anual de R\$ 1,4 bilhões e R\$ 16,3 bilhões respectivamente, dos quais R\$ 1,0 bilhão e R\$ 10,0 bilhões, em média, são transferidos para os Estados e Municípios, segundo dados do SIAFI.

1.8 O Decreto sem número de 11 de setembro de 2008, fls. 47/48, destinou R\$ 438,5 mil da Fonte - 34 e R\$ 20,4 bilhões da Fonte – 42 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Intema.

1.9 Assim, conforme NL 2008NL003407 de 22 de outubro de 2008 (fl. 56/58), foram retirados a título de desvinculação da fonte de recursos 42, R\$ 2,6 bilhões da

Marinha do Brasil, R\$ 2,6 bilhões do Ministério de Ciência e Tecnologia e R\$ 15,2 bilhões do Ministério de Minas e Energia. A título de desvinculação da fonte de recursos 34, conforme NL 2008NL003406 de 22 de outubro de 2008 (fls. 53/55), foram retirados do Ministério do Meio Ambiente R\$ 155,8 milhões, R\$ 62,4 milhões da ANEEL e R\$ 220,4 milhões da ANA.

1.10 No caso da Marinha do Brasil a desvinculação de recursos da fonte 42 fragiliza a execução, entre outros, do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) que já vinha sendo objeto de constantes contingenciamentos orçamentários. A título de exemplo, o saldo de disponibilidades de 2007 para este órgão, ou seja, o saldo das fontes de recursos que não pôde ser utilizado no decorrer do exercício, no valor R\$ 2,6 bilhões, foi 6,5 vezes superior às dotações aprovadas no Orçamento de 2008 para o PRM, R\$ 410 milhões, e representou, à época, quase 50% dos recursos que a Marinha apontou como necessários ao custeio da 1ª etapa de seu plano de reaparelhamento. Com a utilização do superávit financeiro da fonte 42 para amortização da dívida mobiliária interna essa situação tende a agravar-se, haja vista que grande parte dessas disponibilidades foram utilizadas no pagamento de dívida.

1.11 No levantamento preliminar às fls. 11/24 a equipe de auditoria, concluiu que a destinação dos recursos de superávit financeiro das fontes 34 e 42 para amortização da dívida é indevida e propôs determinação à STN para que apresente em 90 dias um plano para a recomposição dos recursos das fontes 34 e 42 que foram utilizados para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal.

1.12 O citado relatório preliminar de levantamento de auditoria foi submetido a Diretora Técnica que dada a relevância e a materialidade da questão propôs ao Secretário de Macroavaliação Governamental, que deliberasse no sentido de que fossem levadas ao conhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal a instrução e a proposta de encaminhamento relativa ao levantamento de auditoria para que esses Órgãos, caso queiram, se manifestassem sobre o teor dos pareceres da unidade técnica da Semag (fl. 63).

1.13 Destarte, foram emitidos pela Semag os ofícios nº 2050/2009 TCU/SEMAG-Gabinete (fl. 64) e nº 2051 TCU/SEMAG-Gabinete (fl. 65) destinados à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF, respectivamente.

1.14 Em resposta aos referidos ofícios a Secretaria de Orçamento Federal - SOF encaminhou o Ofício nº 30/SECAD/SOF/MP (fl. 67) com o Parecer/MP/CONJUR/Nº 1009-6.7/2009 (fls. 68/77) e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN encaminhou o Ofício nº 96/2009/GABIN/STN/MF-DF (fl. 78) com o Parecer PGFN/CAF/Nº 1717/2009 (fls. 79/85). No desenvolvimento deste trabalho serão apresentados e analisados os posicionamentos desses órgãos.

2. Manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

2.1 Com o intuito de obter a opinião dos Órgãos do Poder Executivo envolvidos na referida destinação de recursos vinculados para amortização da Dívida Pública Mobiliária Interna, essa Secretaria de Macroavaliação Governamental emitiu os ofícios nº 2016/TCU/SEMAC-GAB e 2017/TCU/SEMAC-GAB, datados em 13 e 14/05/2009, respectivamente, para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e para a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, no quais foram feitas as seguintes indagações:

"Tendo em vista que o Decreto de 11 de setembro de 2008 abriu crédito suplementar em favor do Serviço da Dívida, destinando recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, as quais são vinculações previstas no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, solicitamos a V.S.º que nos seja informado, no prazo de 05 (cinco) dias, o fundamento legal para a inclusão de tais fontes no referido decreto.

Tal esclarecimento se deve ainda ao fato de que a Lei nº 7.990/89, no artigo 8º, veda expressamente a utilização de tais recursos para o pagamento de dívida e o artigo 11 da Lei 11.803/2008, ao autorizar a utilização do superávit financeiro de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, gerou uma antinomia com o parágrafo único do artigo 8º da LRF que determina que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Além disso, o parágrafo único da Lei 11.803/2008 excetua a aplicação de recursos decorrentes de vinculação constitucional da autorização para utilização do superávit financeiro de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna."

2.2 Em resposta os referidos Órgãos encaminharam os ofícios nº 39/2009/GABIN/STN/MF e nº 17/SECAD/SOF/MP (fls. 4/10) nos quais emitem basicamente o mesmo entendimento, nos termos da transcrição abaixo, abalizada no ofício da STN:

"Refiro-me ao Ofício nº 2.016/TCU/SEMAC-GAB, de 13 de maio de 2009, que solicita o fundamento legal para a utilização das fontes 34 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos e 42 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, em crédito suplementar em favor do Serviço da Dívida, aberto por Decreto de 11 de setembro de 2008.

2. O Tribunal de Contas da União – TCU questiona ainda, que as vinculações dessas fontes estariam previstas no § 1º do art. 20 da

Constituição Federal; que existe uma possível antinomia entre o art. 8º da Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, o art. 11 da Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008 e o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

3. *Cabe interpretar o disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal, transrito a seguir:*

"§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração."

4. *Constata-se que a expressão "é assegurada, nos termos da lei" refere-se à compensação financeira, pela exploração econômica das reservas naturais, minerais e do potencial hídrico, bens pertencentes à União. O parágrafo mencionado não trata da forma de aplicação desses recursos financeiros, atribuídos a cada Ente e, ainda, não cria vinculação, na medida em que a receita e a despesa não estão associadas.*

5. *Esta Secretaria do Tesouro Nacional entende que a Medida Provisória no 435/2008, convertida pela Lei no 11.803/2008 constitui o fundamento legal para a utilização das mencionadas fontes de recursos, em crédito suplementar a favor da amortização da dívida pública.*

6. *Cabe destacar, ainda que os recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2007, nas fontes "34" e "42", utilizados para a abertura do crédito suplementar, pelo Decreto de 11 de Setembro de 2008, observaram os valores destinados à União, discriminados na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional no 209, de 22 de abril de 2008.*

7. *Quanto ao art. 8º da LRF, este trata da reserva legal no que diz respeito à vinculação de recurso a finalidade específica. As vinculações, neste caso, foram legalmente atribuídas por meio da Lei no 7.990/1989, e posteriormente pela Lei no 11.803/2008, a seguir transcritas:*

Art. 8º da Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989:

"O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada

a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal." (Redação dada pela Lei nº 8.001, de 13.3.1990).

Art. 11 da Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008:

O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios."

8. Vale destacar que a Lei no 11.803/2008, já produziu seu efeito e a Lei no 7.990, de 1989, continua produzindo, portanto, coexistentes e são compatíveis, constatando-se, assim, que não há antinomia entre essas Leis e o art. 8º da LRF.

9. Face ao exposto, esta Secretaria entende que a destinação do superávit financeiro existente no Balanço Patrimonial da União de 2007 para a amortização da dívida pública mobiliária federal interna, realizada pelo Decreto de 11 de Setembro de 2008, ocorreu de forma legal; que esta destinação decorreu de vinculação legal, inclusive com fundamento na Lei no 11.803/2008; que não feriu o conteúdo do §1º do art. 20 da Constituição."

2.3 Posteriormente, após levantamento preliminar, seguindo a proposta da Diretora Técnica da unidade, o Secretário de Macroavaliação Governamental, dada à relevância e a materialidade da questão deliberou no sentido de que fossem levadas ao conhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal a instrução e a proposta de encaminhamento relativa ao levantamento preliminar de auditoria para que esses Órgãos, caso queiram, se manifestassem sobre o teor dos pareceres da unidade técnica da Semag (fl. 63).

2.4 Sendo assim, foram emitidos pela Semag os ofícios nº 2050/2009 TCU/SEMAP-Gabinete (fl. 64) e nº 2051 TCU/SEMAP-Gabinete (fl. 65) destinados à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF, respectivamente.

2.5 Em resposta aos referidos ofícios a Secretaria de Orçamento Federal - SOF encaminhou o Ofício nº 30/SECAD/SOF/MP (fl. 67) com o Parecer/MP/CONJUR/Nº 1009-6.7/2009 (fls. 68/77), do qual destacamos os principais pontos transcritos abaixo:

Em relação à Vinculação Constitucional das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural:

"12.1 Inicialmente afastamos a argumentação de que a vinculação das referidas receitas está na Constituição Federal, absolutamente não está, o §1º do artigo 20 da Constituição Federal não estabeleceu nenhuma vinculação de receita, o que a Constituição fez foi 'assegurar um direito à participação e à compensação financeira nos resultados a ser estabelecida na forma da lei', além disso a Constituição não indicou os órgãos da União

que seriam beneficiados com essas receitas e também não especificou a destinação de tais recursos, ou seja, não fez vinculação da receita a nenhuma finalidade, veja:

"§1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado....";

12.2 *Trata-se de norma Constitucional que, nos ensinamentos de José Afonso da Silva (Silva, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 7ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 88/178), denomina-se de norma de eficácia limitada, possui eficácia jurídica, mas não eficácia social, para ter eficácia social depende de uma lei superveniente, é norma de princípio programático, não regulamenta o direito material protegido, não é norma auto-aplicável, depende da lei para sua aplicação, a Constituição Federal apenas assegura o direito criando uma obrigação para o legislador ordinário implementar;*

12.3 *A Constituição está cheia de normas dessa natureza, sem que com isso podemos interpretar que, por assegurar um direito ocorreu uma vinculação constitucional imutável das disposições inseridas na lei de implementação do direito. Entre outros, tratamento constitucional semelhante a este foi dado no artigo 7º, XI, quando garantiu aos trabalhadores a participação nos lucros ou resultados e participação na gestão das empresas, e no artigo 9º, quando assegurou o direito de greve aos trabalhadores. Em nenhuma dessas hipóteses há entendimento de que existe vinculação imutável na lei de implementação, tanto que até hoje, para o setor público ainda não foi editada a lei;"*

12.4 *No presente caso, a indicação dos órgãos beneficiários das receitas, a destinação das citadas receitas e a proibição de utilização para pagamento de dívidas estão expressas nas Leis ordinárias nº 7.990, de 1990, e nº 9.478, de 1997, logo poderiam ser modificadas ou desvinculadas por ato normativo de mesma natureza e hierarquia ou de hierarquia superior, ou seja, por outra lei ordinária, medida provisória ou por emenda à Constituição;"*

No que tange à Vedaçāo de Pagamento de Dívida com Recursos das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural:

12.9 *A proibição de utilização dos citados recursos para pagamento de dívida não é absoluta, tanto que em relação às dívidas dos Estados e dos Municípios, para com a União, o §1º do artigo 8º da Lei nº 7.990 ressalvou a possibilidade;*

12.10 *A medida provisória 435, de 2008, não desvinculou as fontes de recursos para deixar livre, alterou a vinculação anterior, destinou a*

finalidade legalmente indicada, o seu efeito foi semelhante à alteração do §1º do artigo 8º da Lei nº 7.990, para incluir a possibilidade de pagamento de dívida mobiliária também da União – cuida-se de tratamento isonômico e uniforme em respeito ao princípio federativo, estava havendo discriminação em relação à União, uma vez que os outros entes da Federação já possuíam a permissão para pagar dívida para com a União, a Medida Provisória nº 435 corrigiu esse desvio, igualou o tratamento;

12.11 *O sistema jurídico é dinâmico, as necessidades e justificativas que levam o legislador a normatizar determinadas matérias sofram alteração no decorrer do tempo, de forma que a Constituição Federal assegura modificações posteriores nas leis para acompanhar a dinâmica do tempo e as necessidades atuais, a própria constituição necessita e sofre alterações nesse sentido, de forma que não seria racional e inteligente imaginar que as disposições de uma lei possam perpetuar eternamente sem alterações, nem a Constituição é eterna;*

12.12 *Assim sendo, no nosso regime democrático de direito, o constituinte originário, ao outorgar a Constituição da República, delegou a competência para em momentos posteriores avaliar a conveniência e oportunidade de se promover os ajustes e alterações exigidos pela nova sociedade, sendo, conforme a matéria, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, restando aos órgãos de controle a parte relacionada com a verificação da adequação dos atos com a lei e com a Constituição;*

12.13 *A súmula 347 do Supremo Tribunal Federal, que reconhece legitimidade ao Tribunal de Contas da União para apreciar a constitucionalidade de leis no exercício do controle externo, foi atenuada pelo próprio Supremo – houve evolução das necessidades sociais e a súmula é anterior à Constituição de 1988 - ao fundamentar a decisão concessiva de liminar em Mandado de Segurança impetrado pela Petrobrás contra decisão do Tribunal de Contas da União que declarou inconstitucional regulamento que estabeleceu regime licitatório diferenciado para aquela empresa, o STF entendeu que a súmula precisa de atualização e adequação - "Súmula 347. O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.";*

12.14 *No presente caso, a medida provisória 435, de 2008, foi convertida na Lei nº 11.803, de 2008, de forma que além do Presidente da República, o Congresso Nacional também reconheceu a constitucionalidade e a legitimidade do ato, assim, o ato normativo é vigente, eficaz e goza de presunção de legitimidade e constitucionalidade, é cogente, de forma que compete ao Executivo implementá-la e, se for o caso, ao Judiciário, sendo que em última ou única instância ao Supremo Tribunal Federal, se provocado, apreciar e afastar essa presunção de constitucionalidade, até*

então não há que se pensar de forma diferente, deve-se respeitar e cumprir a lei;

12.15 *O Decreto sem número de 11 de setembro de 2008, que abriu crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, indicando como fonte de recursos aquelas de nº 34 e 42, o fez com base na autorização legal constante do artigo 4º, inciso V, alínea "c", da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 11.647, de março de 2008, bem como na Medida Provisória nº 435, de 2008, não desrespeitou nenhuma norma legal;*

12.16 *O referido Decreto data de 11 de setembro de 2008, portanto posterior à Medida Provisória nº 435, que foi editada em 25 de junho de 2008, logo não há ilegalidade na edição do decreto, tendo em vista que estava autorizado pela lei orçamentária anual e utilizou as fontes de recursos que já estavam liberados da vinculação anterior e com a vinculação legal que foi empregada, o Decreto deu a destinação que esse ato legal apontou, observou todos os limites que o legislador ordinário estabeleceu, não há que se falar em ilegalidade;"*

Da Antinomia entre o Parágrafo Único do Artigo 8º da LRF (LC 101/2000) e do Artigo 11 da Lei 11.803/2008.

12.17 *Não ocorreu desobediência ao Parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que aquele dispositivo estabelece a impossibilidade de utilização de recursos legalmente vinculados em finalidade diversa, ainda que em exercício diferente daquele que ocorreu o ingresso. Portanto, proíbe a utilização enquanto existir a vinculação legal, não proíbe a alteração de vinculação ou a desvinculação legal, também não disciplina sobre o estoque quando isso ocorrer. No presente caso, a utilização que foi dada conforme a nova vinculação, ocorreu após a alteração da vinculação primitiva, (da Lei nº 7.990, de 1989), e em consonância com a destinação prevista no artigo 11 da Medida Provisória 435, de 2008, convertida na Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008. Por força da Medida Provisória e da nova lei a vinculação passou a ser a de amortização da dívida mobiliária federal, de forma que, a nosso ver, tanto a alteração da vinculação primitiva pela Medida Provisória quanto a edição do Decreto sem número de abertura de crédito ao orçamento para a utilização das fontes 34 e 42 observaram os limites constitucionais e legais. (fls. 76/77)*

2.6 *A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por sua vez, encaminhou o Ofício nº 96/2009/GABIN/STN/MF-DF (fl. 78) com o Parecer PGFN/CAF/Nº 1717/2009 (fls. 79/85), do qual destacamos os seguintes pontos:*

Em relação à Vinculação Constitucional das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural:

"3. O exame da questão aqui exposta depende, inicialmente, da análise do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, o qual estabelece:

Art. 20. São bens da União: (...)

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

4. Da leitura do dispositivo, depreende-se que a Constituição Federal criou duas formas de indenizar os entes políticos pela exploração de recursos minerais: a participação nos resultados da atividade e a compensação financeira, deixando ao legislador ordinário a disciplina da matéria. O legislador ordinário, por sua vez, optou por regulamentar apenas a compensação financeira, conforme se verifica da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

5. Vê-se, portanto, que a Carta Política, ao constitucionalizar o instituto da compensação financeira, deixou ao exclusivo critério da lei a sua instituição, o seu cálculo e a sua forma de distribuição e de aplicação.

6. Logo, pode-se afirmar que estamos diante de uma hipótese de vinculação legal e não de vinculação constitucional."

No que tange à Vedaçāo de Pagamento de Dívida com Recursos das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural:

"8. A autorização contida no dispositivo acima transcrito é excepcional e temporária, criada para atender circunstância específica, e não esbarra nas disposições contidas no art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989, e no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Vejamos.

9. Não se verifica qualquer incompatibilidade entre o art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, e o art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989, pois, não obstante a vedação contida neste, no sentido da não aplicação dos recursos oriundos da compensação financeira pelo resultado do aproveitamento de recursos hídricos e pela exploração de recursos minerais no pagamento de dívida, aquele trata de hipótese especial e temporária, restrita a situação pré-determinada (utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna). Trata-se, no caso, de convivência de leis no tempo. O ordenamento jurídico pátrio permite que

lei nova estabeleça disposições gerais ou específicas a par das já existentes. Assim, como bem destacado pela Secretaria do Tesouro Nacional, “a Lei nº 11.803, de 2008, já produziu seu efeito e a Lei nº 7.990, de 1989, continua produzindo”, sendo, portanto, coexistentes e compatíveis entre si.

10. Com efeito, o art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, não teve a finalidade de alterar a destinação dos recursos estabelecida pela Lei nº 7.990, de 1989, a qual deve ser observada. O que fez o citado dispositivo foi possibilitar uma desvinculação temporária de receitas, consubstanciada na utilização do superávit financeiro de quaisquer fontes de recursos, com exceção daquelas decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios, existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para finalidade específica, qual seja, a de amortizar a Dívida Pública Mobiliária Federal interna.”

Da Antinomia entre o Parágrafo Único do Artigo 8º da LRF (LC 101/2000) e do Artigo 11 da Lei 11.803/2008.

8. A autorização contida no dispositivo acima transcrito é excepcional e temporária, criada para atender circunstância específica, e não esbarra nas disposições contidas no art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989, e no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (fl. 81)

E também:

10. Com efeito, o art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, não teve a finalidade de alterar a destinação dos recursos estabelecida pela Lei nº 7.990, de 1989, a qual deve ser observada. O que fez o citado dispositivo foi possibilitar uma desvinculação temporária de receitas, consubstanciada na utilização do superávit financeiro de quaisquer fontes de recursos, com exceção daquelas decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios, existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para finalidade específica, qual seja, a de amortizar a Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

11. Do mesmo modo, não se vislumbra qualquer antinomia do art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, com o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, esta matéria foi, inclusive, objeto de avaliação do Congresso Nacional e desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quando da análise da Medida Provisória nº 435, de 2008. (fl. 82)

3. Análise de Mérito

3.1 Vinculação de Recursos

3.1.1 Inicialmente convém notar que vinculação de receitas é um mecanismo adotado por lei ou pela própria Constituição Federal para garantir a destinação de percentual específico da arrecadação de um tributo ou determinada receita para

finalidades ou órgãos previamente definidos. Consiste em estabelecer um automatismo, um comprometimento de parcela de receitas específicas para objetivos específicos.

3.1.2 A Vinculação de Receitas é uma prática adotada há muito tempo na gestão orçamentária brasileira. Sendo que em determinados momentos da história, dependendo do modelo de planejamento de gasto público, o percentual de vinculação das receitas orçamentárias é maior ou menor.

3.1.3 Em que pese as dificuldades que o excesso de vinculação pode gerar para as Finanças Públicas é ressaltante o papel dessas vinculações na formação de poupança compulsória, que constitui a base das linhas de financiamento governamental para desenvolvimento e manutenção de certas atividades governamentais.

3.1.4 A Constituição Federal de 1988 é responsável pela vinculação de uma parcela expressiva da receita pública, entre as quais pode se destacar, entre outras, as Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e as Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural previstas no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal.

3.2 Restrições para o uso dos Recursos das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (Fontes de Recursos 34 e 42)

3.2.1 Da Constitucionalidade da Vinculação das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural

3.2.1.1 Não obstante os argumentos empregados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, pela Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, esta equipe entende que a Constituição Federal ao erigir a compensação financeira devida em razão da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais a nível constitucional também criou uma vinculação de recurso no que tange à parcela assegurada aos órgãos da administração direta da União, nesse sentido não poderiam ser objeto da autorização contida no artigo 11 da Lei nº 11.803, de 2008.

3.2.1.2 O entendimento desta equipe é de que o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição ao fazer referência a órgãos da administração direta só o fez no sentido de garantir recursos financeiros para aplicação na atividade fim desses órgãos, pois a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica são atividades potencialmente geradoras de uma série de demandas por infra-estrutura, pesquisa científica, fiscalização, controle ambiental e etc. Nesse sentido, o legislador constituinte ao destinar tais recursos aos órgãos da administração direta só o fez para que fossem aplicados especificamente nas atividades atinentes às finalidades específicas dos Órgãos da Administração Direta responsáveis por atender essas demandas.

3.2.1.3 *Se não fosse essa a vontade do constituinte originário, não haveria sentido a expressão "bem como a órgãos da administração direta da União" no §1º do artigo 20 da CF/88, pois, à exceção da parcela destinada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, todo o restante do resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais pertence à União. Portanto, como a Constituição não preceitua expressões inúteis, fica patente que a referida expressão visa garantir recursos aos órgãos mencionados para que esses apliquem nas atividades relacionadas com a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica. Caso contrário, seria desnecessária a expressão "bem como a órgãos da administração direta da União".*

3.2.1.4 *Conforme já afirmado na primeira parte deste trabalho, essa equipe entende que ao legislador ordinário foi delegada apenas a fixação do "quantum" das compensações financeiras, o qual foi regulamentado pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, pela Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 e pela Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997. Essas leis certamente padeceriam do vício de inconstitucionalidade se destinasse a compensação financeira devida em razão da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais a outros órgãos da administração direta que não tivessem entre as suas atribuições o atendimento de demandas relacionadas com a exploração de recursos minerais e de potenciais hídricos.*

3.2.1.5 *Segundo o voto do Excelentíssimo Ministro do STF Gilmar Mendes, no MS 24.312-1 DF, a compensação financeira devida em razão da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais é um direito subjetivo da unidade federada, tratando-se, portanto, de receita originária que lhe é confiada diretamente pela Constituição. Tal entendimento é o mesmo para os órgãos da administração direta e como tal só poderá ser usado na atividade-fim desses Órgãos.*

3.2.1.6 *Por se tratar de uma compensação tais recursos só podem ser utilizados para contrabalançar os eventuais dispêndios causados pela exploração do serviço do qual se origina a compensação. A utilização em outros objetos de despesa caracteriza a desnaturação do referido dispositivo constitucional e, portanto, não pode ser tolerado.*

3.2.1.7 *Nesse sentido, os órgãos contemplados com a vinculação constitucional foram: o Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de exploração (art. 7º, §4º da Lei nº 7.990/89 e art. 49, I, c, da Lei nº 9.478/97); o Ministério da Ciência e Tecnologia (art. 49, I, d, da Lei nº 9.478/97); o Ministério de Minas e Energia (art. 50, §2º, I, da Lei nº 9.478/97); e o Ministério do Meio Ambiente (art. 50, §2º, I, da Lei nº 9.478/97).*

3.2.1.8 Além disso, é de relevo destacar que o parágrafo único do referido artigo 11 da Lei nº 11.803/2008 excetua as vinculações constitucionais do rol de fontes de recursos vinculadas passíveis de destinação à amortização da Dívida Pública Mobiliária Interna, *in verbis*:

Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios. (grifamos)

3.2.1.9 Por todo o exposto, essa equipe reafirma o entendimento de que o artigo 11 da Lei nº 11.803/2008 não autorizou a utilização dos recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, pois estas se referem a receitas constitucionalmente vinculadas. Assim, o ato administrativo, Decreto sem número de 11/09/2008, que destinou o superávit financeiro das fontes supracitadas para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna é ilegal, por força do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 11.803/2008.

3.2.2 Da Vedaçāo de Pagamento de Dívida com Recursos das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural

3.2.2.1 Além do fato de tratar-se de uma vinculação constitucional e de estarem excluídas do rol de fontes de recursos passíveis de destinação à amortização da Dívida Pública Mobiliária Interna, há que se levar em conta ainda que a Lei nº 7.990/89 ao regulamentar o art. 20 da Constituição Federal de 1988, vedou expressamente a aplicação dos recursos dos royalties em pagamento da dívida.

3.2.2.2 A CONJUR/MP, no entanto, argumenta em seu parecer que a Lei nº 11.803/08 alterou legitimamente a vinculação das receitas fixadas na Lei nº 7.990/89, uma vez que se trata de atos de mesma hierarquia. Afirma ainda que a proibição de uso de tais recursos para pagamento de dívida não é absoluta, tendo em vista a ressalva que o § 1º do art. 8º da Lei nº 7.990/89 faz em relação às dívidas dos estados e municípios perante a União. Dessa forma, a CONJUR/MP conclui que o efeito da Lei nº 11.803/08 foi "semelhante à alteração do § 1º do art. 8º da Lei nº 7.990/89, para incluir a possibilidade de pagamento de dívida mobiliária também da União", a fim de conceder tratamento isonômico aos entes federativos (fls. 74).

3.2.2.3 A PGFN afirma em seu parecer (fl. 85) que não há conflito entre o art. 11 da Lei nº 11.803/08 e o art. 8º da Lei nº 7.990/89.

3.2.2.4 O art. 8º dessa lei estabelece que, *in verbis*:

O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. (grifo nosso)

3.2.2.5 *Destarte, a autorização dada pelo art. 11 da Lei nº 11.803/2008 para a utilização de superávit financeiro existente no Tesouro Nacional para o pagamento de dívida pública não pode ser aplicada às fontes de recursos relacionadas aos royalties, uma vez que essa destinação é vedada pela Lei nº 7.990/1989.*

3.2.2.6 *Ainda que se imaginasse a hipótese de uma revogação do artigo 8º da Lei nº 7.990/89, pelo artigo 11 da Lei nº 11.803/2008, como sugere a CONJUR/MP, haver-se-ia que levar em consideração o fato de que a Lei nº 7.990/89 é uma lei especial, por previsão constitucional, no que tange à regulamentação da compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais, e assim sendo, deverá prevalecer em relação à Lei nº 11.803/2008, que é uma lei geral no que tange à regulamentação da aplicação dos referidos recursos.*

3.2.2.7 *Ao tratar do conflito entre leis especiais e leis gerais o Ministro do STF Celso de Mello, concluiu tratar-se de uma típica situação configuradora de antinomia em sentido próprio, eminentemente solúvel, porque superável mediante utilização do critério da especialidade.*

3.2.2.8 *Tal entendimento já está assentado na jurisprudência tanto do Superior Tribunal de Justiça como do Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, no julgamento do Habeas Corpus nº 94.939-8, o Supremo Tribunal Federal denegou por unanimidade a ordem de habeas corpus em conformidade com o voto do ministro relator, Joaquim Barbosa, que declarou em seu voto que “lei de caráter especial não é revogada por outra de ordem geral”.*

3.2.2.9 *Assim também, no Recurso Extraordinário 377.457-3 o ministro Eros Grau ressalta em seu voto que a função desse princípio, lei especial prevalece sobre a lei geral, é evidente: “o texto normativo especial – vale dizer, voltado à disciplina de determinada e individualizada situação – deve prevalecer sobre a regra geral, cuja hipótese normativa abrange situações concretas não marcadas pela peculiaridade tomada como relevante pela norma especial”.*

3.2.2.10 *Outros exemplos desse entendimento por parte dos tribunais podem ser verificados nos seguintes julgados: do Superior Tribunal de Justiça (Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumentos nºs 1.083.063 – SP e 1.077.600 – RN e Recurso Especial nº 541.239 - DF), e do Supremo Tribunal Federal (Extradição nº 795*

– Estados Unidos da América, Agravo Regimental nº 1508 – SC, Recurso Extraordinário nº 163727 – RJ e Mandado de Segurança nº MS 15830 - DF).

3.2.2.11 Portanto, o disposto no art. 8º da Lei nº 7.990/1989 prepondera sobre a autorização do art. 11 da Lei nº 11.803/2008, impedindo que esse artigo seja aplicado às fontes de recursos das royalties (fontes 34 e 42).

3.2.2.12 Assim, considerando o critério de especialidade, o ato administrativo, Decreto sem número de 11/09/2008, que destinou R\$ 438,5 mil da Fonte 34 e R\$ 20,4 bilhões da Fonte 42 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna padece de ilegalidade, ao contrariar a norma de referência nessa questão, que é a Lei nº 7.990/89.

3.2.3 Da Antinomia entre o Parágrafo Único do Artigo 8º da LRF (LC 101/2000) e do Artigo 11 da Lei 11.803/2008.

3.2.3.1 Outro ponto de fundamental importância que deve ser considerado neste trabalho é o disposto no parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Esse parágrafo determina a utilização de recursos legalmente vinculados à finalidade específica exclusivamente no atendimento do objeto dessa vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 8º [...]

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

3.2.3.2 De acordo com a LRF o superávit financeiro dos recursos vinculados, apurados em balanço, deverá ser transferido para o exercício seguinte para utilização exclusivamente no atendimento do objeto de sua vinculação. Nesse sentido, o artigo 11 da Lei nº 11.803/2008, ao autorizar a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, gerou uma aparente antinomia com o parágrafo único do artigo 8º da LRF.

3.2.3.3 Em relação a esse entendimento, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF afirma que o art. 8º da LRF trata-se tão somente de reserva legal no que diz respeito à vinculação de recurso a finalidade específica, e no caso, as vinculações foram legalmente atribuídas por meio da Lei nº 7.990/89 e posteriormente pela Lei nº 11.803/2008 e que, portanto, não há antinomia entre essas leis e o art. 8º da LRF.

3.2.3.4 Na mesma linha adotada na primeira parte deste trabalho, essa equipe entende que na medida em que o art. 11 da Lei 11.803/2008 estabelece uma faculdade não pode ao mesmo tempo criar uma vinculação. Pela dicção do referido artigo depreende-se claramente que se trata de uma autorização discricionária ao Tesouro Nacional para que utilize o superávit financeiro das fontes de recursos legalmente vinculadas, conforme destacado abaixo:

Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna. (GRIFAMOS)

3.2.3.5 O verbo transitivo direto “poderá” não deixa dúvidas de que se trata de uma faculdade do Tesouro Nacional para utilização dos referidos recursos legalmente vinculados. E, na medida em que se trata de uma discricionariedade/faculdade não pode ser ao mesmo tempo uma vinculação.

3.2.3.6 *Vinculação de recursos pressupõe uma obrigação.* A Lei 11.803/2008 conferiu ao Tesouro Nacional, apenas uma faculdade. Portanto, por não criar uma nova vinculação o artigo 11 da referida lei deverá ser compatibilizado com o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Conforme dito, o referido dispositivo da LRF assevera que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

3.2.3.7 Destarte, ao contrário do entendimento da PGFN e do MPOG, considerando a autorização conferida pela Lei 11.803/2008 ao Tesouro Nacional para utilização do superávit financeiro das fontes de recursos legalmente vinculadas e considerando a vedação do art. 8º da LRF para a utilização dos recursos legalmente vinculados a finalidade diversa do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diferente daquele em que ocorrer o ingresso, estamos diante de uma antinomia aparente entre o art. 11 da Lei 11.803/2008 e o parágrafo único do art. 8º da LRF.

3.2.3.8 Tratando-se de antinomia aparente entre a LRF (LC 101/2000) e a Lei nº 11.803/2008, entre as quais não há distinção de natureza hierárquica, faz-se necessário, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal — STF — a análise em função da matéria ser ou não reservada ao processo legislativo de lei complementar. Tratando-se de matéria reservada à lei complementar esta deverá prevalecer em relação à lei ordinária, mesmo que seja mais recente. Neste caso concreto cabe a análise se a matéria trata-se de finanças públicas ou não, se sim prevalece a LRF.

3.2.3.9 O STF, ao julgar o Recurso Extraordinário 419629, cujo objeto tratava da revogação por lei ordinária — Lei nº 9.430/96 — de isenção tributária prevista inicialmente em Lei Complementar — LC nº 70/91, tratou o tema da seguinte forma:

Não há violação do princípio da hierarquia das leis — rectius, da reserva constitucional de lei complementar — cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares. [...]

Este, o caso vertente, relativo à norma que — embora inserida formalmente em lei complementar — concedia isenção de tributo federal e, portanto, submetia-se a regime de leis federais ordinárias, que outra lei ordinária da União, validamente, poderia ter revogado, como efetivamente revogou.”

3.2.3.10 Em esteio, cita-se o afirmado por Vicente Paulo (Maia, Juliana - Org. *Aulas de Direito Constitucional de Vicente Paulo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005. Cap. 25, p. 361-364) a respeito:

Leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções [do Senado Federal] são espécies normativas primárias, isto é, que retiram seu fundamento de validade diretamente da Constituição. O que as distinguem umas das outras é o denominado princípio da especialização. [...]

O que distingue as espécies normativas primárias, integrantes do nosso processo legislativo é o processo de sua elaboração e o campo de atuação de cada uma delas. [...]

Trata-se, portanto, de área de atuação distinta – e não de relação hierárquica. Cada uma das espécies tem o seu campo de atuação específico, que não pode ser invadido por outra.

3.2.3.11 Destarte, verifica-se que o alcance das leis ordinárias e complementares, que eventualmente dispuserem de prescrições divergentes, será dado a partir da análise da aderência de seu conteúdo ao que lhe determinou a Constituição. Se o tema versado em lei complementar lhe houver sido outorgado pela Constituição, não poderá dispositivo constante de lei ordinária limitar-lhe a eficácia. Da mesma forma, se a lei complementar versar sobre tema não lhe atribuído pela Carta Maior, lei ordinária poderá alterá-la posteriormente, visto que tal lei é complementar apenas formalmente, não dispondo seu conteúdo de prerrogativa constitucional.

3.2.3.12 Neste caso concreto sob análise, não há dúvidas de que o tema, vinculação/desvinculação de receitas, é matéria de finanças públicas, pois trata de destinação exclusiva de recursos orçamentários para o atendimento de finalidades específicas, portanto na esfera de competência da LRF. Em tal situação, a própria Carta Política subordinou o tratamento legislativo das finanças públicas ao domínio normativo da lei complementar, que não pode ser substituída por qualquer outra espécie normativa infraconstitucional, ainda que de forma temporária e específica.

3.2.3.13 É de relevo trazer à colação, recente entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão – TCU nº 445/2009 - TCU – Plenário, acerca da antinomia entre o que dispõe o art. 26 da Lei nº 10.522/2002 e o art. 25 da LRF, que assim dispõe:

9.2.2. a aparente antinomia entre o que dispõe o art. 26 da Lei nº 10.522/2002 e o art. 25 da LRF é solucionada a partir da aplicação do princípio da especialização, consoante julgados do STF – Ação Cautelar 346/2004 e Recurso Extraordinário 419629;

9.2.3. conforme os acórdãos 1.631/2006 e 1.955/2007, a LRF, ao dispor em seu art. 25, sobre o instituto das “transferências voluntárias”, regulou matéria relativa à gestão das finanças públicas, em obediência ao

estabelecido no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição Federal, de forma que está caracterizado o atendimento ao princípio da especialização pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim sua prerrogativa para discorrer sobre o tema;

3.2.3.14 *Nesse sentido, considerando a prerrogativa constitucional da LRF, esta equipe reafirma o entendimento de que o ato administrativo do Poder Executivo, Decreto sem número de 11/09/2008, que destinou o superávit financeiro das fontes de recursos vinculados para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna é ilegal, consoante o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF, uma vez que este determina a utilização de recursos legalmente vinculados à finalidade específica exclusivamente no atendimento do objeto dessa vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.*

3.2.4 Retroatividade da Lei nº 11.803/2008

3.2.4.1 *Essa é uma questão relevante desconsiderada nos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.*

3.2.4.2 *A PGFN expôs em seu parecer o entendimento de que o artigo 11 da Lei nº 11.803/2008 possibilitou uma desvinculação temporária de receitas para um estoque de recursos existentes em um momento específico do tempo, ou seja, para o superávit financeiro existente em 31/12/2007. Assim, aqueles recursos legalmente vinculados perderam a vinculação original temporariamente, por força do artigo 11 da referida Lei, para serem aplicados em finalidade específica: amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.*

3.2.4.3 *Entretanto, entendemos que o fato de a desvinculação efetuada por meio do Decreto sem número, de 11/09/2008, ser temporária não elide a irregularidade, uma vez que a norma prevalecente é clara em proibir a utilização dos recursos dessas fontes para pagamento de dívida e não estabelece exceção para o caso das dívidas da União. Nesse sentido, o ato que descumpre tal dispositivo da Lei nº 7.990/89 é ilegal, independentemente de instituir uma vinculação definitiva ou temporária. A convivência de leis gerais e específicas no tempo pressupõe que estas não sejam conflitantes, o que não se verifica no caso em tela.*

3.2.4.4 *Além disso, uma desvinculação temporária não poderia ser aplicada sobre os recursos arrecadados em períodos anteriores à edição da Lei nº 11.803/2008, pois tais recursos já fazem parte do patrimônio e da esfera do direito adquirido de tais Órgãos.*

3.2.4.5 *O superávit financeiro das fontes de recursos vinculados foi constituído em consequência das normas em vigor à época da arrecadação dos recursos, passando a integrar o patrimônio dos Órgãos titulares da vinculação, de forma que não poderão ser atingidos pelos efeitos da Lei nº 11.803/2008 ante a vedação constitucional da retroatividade da lei em face do direito adquirido (fl. 22).*

3.2.4.6 Assim, mesmo desconsiderando os demais óbices destacados neste relatório à utilização dos recursos das fontes 34 e 42 para pagamento de dívida mobiliária da União, o ato que instituisse nova vinculação somente poderia viger a partir de sua edição, ou seja, valeria apenas para os recursos arrecadados após a publicação do ato normativo.

3.2.4.7 Esse princípio está consagrado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da própria Constituição Federal, que estabelece no inciso XXXVI do art. 5º que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. A Lei de Introdução ao Código Civil – Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942, por sua vez, determina que: “A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada” (art. 6º).

3.2.4.8 Segundo R. Limongi França (França, R. Limongi. A irretroatividade das leis e o direito adquirido. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 190.), “(...) o que se visa é impedir que as leis novas atinjam o Direito Adquirido nos termos das leis que se tenham revogado”. Por direito adquirido, o mesmo autor entende que seja “aquele que o seu titular pode exercer” (p. 212). Numa definição mais completa ele sentencia que direito adquirido “é a consequência de uma lei, por via direta ou por intermédio de fato idôneo; consequência que, tendo passado a integrar o patrimônio material ou moral do sujeito, não se fez valer antes da vigência de lei nova sobre o mesmo objeto” (p. 216).

3.2.4.9 Segundo Celso Bastos, citado por Alexandre de Moraes (Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 80.), o direito adquirido:

“constitui-se num dos recursos de que se vale a Constituição para limitar a retroatividade da lei. Com efeito, esta está em constante mutação; o Estado cumpre o seu papel exatamente na medida em que atualiza as suas leis. No entanto, a utilização da lei em caráter retroativo, em muitos casos, repugna, porque fere situações jurídicas que já tinham por consolidadas no tempo, e esta é uma das fontes principais da segurança do homem na terra”.

3.2.4.10 Nessa esteira vem decidindo, pacificamente, o STF em inúmeros acórdãos que tratam de direito adquirido, ato jurídico perfeito e irretroatividade das leis, entre os quais o Recurso Extraordinário 460737/MG - MINAS GERAIS e o Recurso Extraordinário 188366 / SP - SÃO PAULO.

3.2.4.11 Depreende-se dessas citações legais, doutrinárias e jurisprudenciais que o caso concreto em discussão se conforma à restrição prevista no conceito da irretroatividade das leis em face do direito adquirido. Sendo assim, o Decreto sem número de 11/09/2008 que deu aos recursos já arrecadados das fontes 34 e 42 destinação diversa à estabelecida pela Lei nº 7.990/89 feriu o princípio constitucional em tela, prejudicando os órgãos da Administração Direta que tem direito legal ao uso desses recursos.

4. Considerações Finais

4.1 O presente relatório tratou da legalidade da utilização de recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, autorizada pelo art. 11 da MP nº 435 de 26 de junho de 2008, convertida na Lei nº 11.803 de 05 de novembro de 2008, que dispõe sobre a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes em 31 de dezembro de 2007 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna. Tal dispositivo legal fundamentou a edição do Decreto sem número de 11 de setembro de 2008, que efetuou a abertura de crédito suplementar em favor do Serviço da Dívida Interna no valor de R\$ 40.864.460.000,00 a partir de receitas vinculadas.

4.2 Ao contrário do entendimento da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN entendeu-se que a compensação financeira foi vinculada constitucionalmente aos órgãos da administração direta da União responsáveis em dar respostas às demandas que as atividades de exploração mineral e de potencial hídrico geram. Se não fosse essa a vontade do constituinte originário não haveria sentido a expressão "bem como a órgãos da administração direta da União" no §1º do artigo 20 da CF/88, pois, à exceção da parcela destinada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, todo o restante do resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais pertence à União. Além disso, destacou-se que o parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 11.803/2008 excetua as vinculações constitucionais do rol de fontes de recursos vinculadas passíveis de destinação à amortização da Dívida Pública Mobiliária Interna.

4.3 Além do fato de tratar-se de uma vinculação constitucional e de estarem excluídas do rol de fontes de recursos passíveis de destinação à amortização da Dívida Pública Mobiliária Interna, levou-se em conta ainda que a Lei nº 7.990/89 ao regulamentar o art. 20 da Constituição Federal de 1988, vedou expressamente a aplicação dos recursos dos royalties para pagamento da dívida. Pelo critério da especialidade entendeu-se que o disposto no art. 8º da Lei nº 7.990/1989 prepondera sobre a autorização do art. 11 da Lei nº 11.803/2008, impedindo que esse artigo seja aplicado às fontes de recursos dos royalties (fontes 34 e 42).

4.4 Outro ponto de fundamental importância que foi considerado neste trabalho é o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF (LC 101/2000). Essa Equipe Técnica entende que, considerando a prerrogativa constitucional da LRF, no que se refere ao trato das finanças públicas, não tem como possível outra conclusão, se não a de que as disposições do art. 11 da Lei nº 11.803/2008 não podem prevalecer ante ao que assevera o parágrafo único do art. 8º da LRF, que determina a utilização de recursos legalmente vinculados à finalidade específica exclusivamente no atendimento do objeto dessa vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

A Lei nº 11.803/2008, entretanto, é uma verdadeira autorização discricionária ao Tesouro Nacional para que utilize o superávit financeiro das fontes de recursos legalmente vinculadas. Diante dessa antinomia aparente prevalece o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, pois a Constituição Federal de 1988 subordinou o tratamento legislativo das finanças públicas ao domínio normativo da lei complementar, que não pode ser substituída por qualquer outra espécie normativa infraconstitucional, ainda que de forma temporária e específica.

4.5 Além disso, o superávit financeiro das fontes de recursos vinculados foi constituído em consequência das normas em vigor à época da arrecadação dos recursos, passando a integrar o patrimônio dos Órgãos titulares da vinculação, de forma que não poderiam ser atingidos pelos efeitos da Lei nº 11.803/2008 ante a vedação constitucional da irretroatividade da lei em face do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

4.6 Por fim, propõe-se determinação à Secretaria do Tesouro Nacional – STN para que apresente em 90 dias um plano para a recomposição dos recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural utilizados indevidamente para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, bem como para que no futuro se abstenha de utilizar os recursos das citadas fontes para pagamento de Dívida Pública.

5. Proposta de Encaminhamento

Diante do exposto, propõe-se ao Tribunal determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/92, que:

5.1 Apresentem em 90 dias um plano para a recomposição dos recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural utilizados para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal;

5.2 Abstenham-se, em exercícios futuros, de aplicar os recursos das fontes 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural em amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, tendo em vista a incompatibilidade desse procedimento perante a Lei nº 7.990/89.”

A gerente da 3ª divisão da Semag, considerando que o assunto em análise não constitui matéria simples, suscitando questionamentos, propõe que o Tribunal firme “entendimento de que as compensações devidas a órgãos da administração direta da União, em razão da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais tem fundamento constitucional (...), devendo o uso de tais recursos observar os parâmetros contidos na lei maior” (fl. 112).

O titular da unidade técnica anuiu à proposta da equipe de auditoria e manifestou-se da seguinte forma (fls. 113/6):

"2. A matéria foi inicialmente analisada no relatório às fls. 11/24. Na ocasião, considerei oportuno acatar a proposta da então Diretora da 3ª Diretoria Técnica desta Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, para que a instrução e o encaminhamento proposto pela equipe de fiscalização fossem levados ao conhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Secretaria de Orçamento Federal – SOF. A partir dos elementos encaminhados a esta Semag, a equipe de auditoria elaborou novo relatório (fls. 86/105), no qual consolidou as conclusões alcançadas no primeiro.

3. Apesar dos entendimentos contrários manifestados pela STN e pela SOF, manifesto-me de acordo com os argumentos desenvolvidos pela equipe de fiscalização no relatório às fls. 86/105, os quais foram acolhidos pela Gerente de Divisão no despacho às fls. 106/112. Quanto ao entendimento de que a vinculação das compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos e pela exploração de petróleo ou gás natural tem natureza constitucional, tanto a equipe de auditoria como a Gerente de Divisão desenvolvem argumentos que demonstram a sua pertinência. Conforme destacado pela equipe, caso não fosse da vontade originária do constituinte vincular a compensação financeira aos órgãos da administração direta, a expressão "bem como a órgãos da administração direta da União" não constaria do art. 20, § 1º, da Constituição Federal. Isso porque, à exceção da parcela destinada aos Estados e Municípios, todo o restante do resultado da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais já pertencem à União.

4. O argumento é reforçado pela Gerente de Divisão, que destaca, embasada nos ensinamentos de Celso Ribeiro Bastos (in "Curso de Direito Econômico". São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004) e Ricardo Lobo Torres (in "Direito Financeiro e Tributário". 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1995), que embora a Constituição não indique de forma direta os órgãos da administração direta que deveriam ser beneficiados com a receita das compensações financeiras, estabelece contornos expressos de como deveria se realizar. Segundo os renomados juristas, essa compensação serviria como uma contraprestação ao Poder Público pelos danos que a exploração de jazidas lhe causa, seja devido à perda de recursos naturais situados nos territórios dos Entes afetados, seja em razão das despesas que a exploração gera aos cofres públicos para garantir infraestrutura, bens, serviços e assistência às populações envolvidas.

5. Dessa feita, compartilho do entendimento sobre a constitucionalidade da vinculação das compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos e pela exploração de petróleo ou gás natural, entendimento esse confirmado por jurisprudência do STF (MS 24.312-1 DF). Considerando que o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, excetua as fontes de recursos decorrentes de vinculação

constitucional para amortização da dívida pública mobiliária federal interna, as fontes 34 e 42 não poderiam ser utilizadas para tal finalidade.

6. *Ademais, como destacado pela equipe de fiscalização, há que se levar em conta que a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, em seu art. 8º, veda a utilização dos recursos provenientes de compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais para pagamento de dívida. Com relação a esse ponto, manifesto concordância quanto ao entendimento de que a Lei nº 11.803, de 2008, possui um caráter geral e conflita com a Lei nº 7.990, de 1989, que trata especificamente da compensação financeira em função do resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais.*

7. *Concluo, a partir do detalhado trabalho realizado pela equipe de fiscalização e por sua supervisora, que a desvinculação das fontes 34 - "Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos" e 42 – "Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural" para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna viola preceito constitucional e conflita com lei específica sobre a matéria.*

8. *Quanto ao encaminhamento a ser dado à questão, há que se ter em mente que a recomposição dos valores às fontes 34 e 42, que totalizam R\$ 21 bilhões, pode gerar grande impacto nas contas públicas. A proposta da Gerente é no sentido de que não determine a recomposição, mas que se firme o entendimento quanto à natureza constitucional das compensações devidas a órgãos da administração direta da União em razão da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais.*

9. *No entanto, considerando a constatação da irregularidade da desvinculação realizada, bem como o impacto que a falta desses recursos pode gerar para a continuidade dos programas geridos pelos órgãos da administração direta que deveriam recebê-los, considero apropriado o encaminhamento proposto pela equipe de fiscalização, no sentido de que a STN e a SOF apresentem um plano para a recomposição dos recursos de tais fontes, ainda que em prazo a ser definido pelo Poder Executivo. Para prevenir eventuais impactos e desequilíbrios nas finanças públicas, esse plano deverá levar em conta a política fiscal e econômica em vigor.*

10. *Chamo atenção, ainda, para outro ponto levantado pela equipe. Em que pese o escopo do presente levantamento de auditoria ter se restringido à análise da legalidade da utilização de recursos apenas das fontes 34 e 42 para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, foi verificado que o Decreto sem número, de 11 de setembro de 2008, autorizou, também, a utilização de outras fontes para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna. Essas fontes alcançaram o montante de R\$ 20 bilhões, entre as quais muitas são legalmente vinculadas.*

11. *Ainda que tais fontes de recursos não sejam objeto de análise no presente trabalho, por serem vinculadas, a sua utilização encontra óbice no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ipsis litteris:*

"Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso."

12. *No entendimento da SOF (fl. 10), trata-se, tão somente, de reserva legal no que diz respeito à vinculação de recurso a finalidade específica. No caso em questão, as vinculações foram legalmente atribuídas por meio da Lei nº 7.990, de 1989, e posteriormente pela Lei nº 11.803, de 2008. Segundo o órgão central de orçamento federal, o dispositivo da LRF não proíbe a modificação da destinação dos recursos legalmente vinculados, desde que tal modificação se dê por meio de outra lei. Assim, ao alterar a vinculação estabelecida na Lei nº 7.990, de 1989, ainda que temporariamente, a Lei nº 11.803, de 2008, não apresentaria nenhuma contradição em relação à LRF.*

13. *Conforme consignado pela equipe de fiscalização, o art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, abre a possibilidade de que se utilize, para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, o superávit das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31/12/2007. Como afirmado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no Parecer PGFN/CAF/Nº 1717/2009 (fls. 79/85), "a autorização contida no dispositivo acima transcrito é excepcional e temporária, criada para atender circunstância específica." Trata-se, pois, de "vinculação temporária de receitas", que "não teve a finalidade de alterar a destinação dos recursos estabelecida pela Lei nº 7.990, de 1989".*

14. *Para se verificar a compatibilidade entre o art. 11 da Lei nº 11.803, de 2008, e o parágrafo único do art. 8º da LRF, útil se faz a interpretação teleológica deste dispositivo. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a qual consiste no objetivo mediato de todos os dispositivos da lei. Assim, cada norma estabelecida tem um objetivo imediato que concorre para esse objetivo maior, como a contida no parágrafo único do art. 8º, transcrito acima.*

15. *A finalidade desse dispositivo consiste em garantir que recursos legalmente vinculados não sejam aplicados em finalidade diversa daquela estabelecida pela lei que os vinculou. Isso porque, diferentemente das vinculações constitucionais, as vinculações legais podem ser facilmente alteradas pelo processo legislativo ordinário para aprovação de leis, ou mesmo por ato normativo emitido pelo próprio Poder Executivo (medida provisória).*

16. *Como ressaltado pela equipe de fiscalização, embora o excesso de vinculação possa gerar dificuldades para as finanças públicas, é relevante o seu papel*

na formação de poupança compulsória, que compõe a base de linhas de financiamento para o desenvolvimento e a manutenção de determinadas atividades governamentais. Por conseguinte, a utilização de recursos vinculados para outras finalidades pode tanto comprometer a implementação e a continuidade de importantes programas de governo, como afetar o equilíbrio das contas públicas. No caso da Marinha do Brasil, a equipe técnica mostrou que a desvinculação de recursos da fonte 42 fragiliza a execução, entre outros, do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM). E são justamente riscos como esse que o dispositivo da LRF procura afastar.

17. Em que pese o objetivo de se buscar "uma maior eficiência alocativa da administração pública federal, sem prejuízo das vinculações originárias", salientado pela PGFN à fl. 84, a prática viola o dispositivo da LRF, norma com prerrogativa constitucional para dispor sobre finanças públicas. Ademais, a utilização reiterada desse mecanismo de desvinculação temporária pode tornar inócuas a regra contida na LRF e, assim, comprometer os objetivos buscados com a edição dessa lei complementar.

18. Nesse sentido, alinho o meu entendimento ao da equipe de auditoria e ao da supervisora, segundo o qual há uma antinomia entre a norma contida na LRF e a norma da Lei nº 11.803, de 2008, que estende às fontes legalmente vinculadas a possibilidade de serem utilizadas para a amortização da dívida pública mobiliária federal interna. Destarte, convém determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que segregue todas as fontes de recursos legalmente vinculadas que foram objeto do Decreto sem número, de 11 de setembro de 2008, a fim de que possam ser abrangidas pela determinação proposta pela equipe de auditoria.

Dessa feita, encaminhem-se os autos, com a seguinte proposta de mérito, à consideração do Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues:

I) Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, que:

a) apresentem em 90 dias um plano para a recomposição dos recursos da fonte 34 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos e da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural utilizados para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, levando em conta as políticas fiscal e econômica em vigor, com vistas a prevenir eventuais impactos e desequilíbrios orçamentários e financeiros;

b) abstenham-se, em exercícios futuros, de aplicar os recursos das fontes 34 - "Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Hídricos" e 42 - "Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural" em amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, tendo em vista a incompatibilidade desse procedimento perante a Lei nº 7.990, de 1989;

II) Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, que segregue todas as fontes de recursos legalmente vinculadas

que foram objeto do Decreto sem número, de 11 de setembro de 2008, a fim de que possam ser abrangidas pela determinação contida no item I, "a", acima;

III) Arquivar os presentes autos."

VOTO

Trata-se de levantamento de auditoria destinado a avaliar a legalidade do uso de recursos das fontes relativas às compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos e de petróleo ou gás natural, no montante de R\$ 20,9 bilhões, para amortização da dívida pública mobiliária federal interna¹.

A Lei 11.803/2008 autorizou o uso do superávit financeiro das fontes de recursos do Tesouro Nacional, havidas em 31/12/2007, para amortização da dívida pública mobiliária federal interna. Ressalvou, entretanto, as *"decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios"* (art. 11).

Decreto de 11/9/2008 transferiu R\$ 20,9 bilhões das fontes de compensações financeiras pela exploração de petróleo ou gás natural e de recursos hídricos para o pagamento da dívida mobiliária.

Sustenta a Semag que os recursos da União não poderiam ser utilizados no pagamento de dívida, por estarem vinculados aos ministérios do Meio Ambiente e das Minas e Energia, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Argumenta que o art. 11, parágrafo único, da Lei 11.803/2008 excluiu a possibilidade de uso de recursos constitucionalmente vinculados.

Argumenta, também, que a Lei 7.990/1989 veda a aplicação dos recursos da compensação no pagamento de dívida (art. 8º).

Assevera, por fim, haver antinomia entre a Lei 11.803/2008, que autorizou o uso do superávit financeiro das fontes de recursos do Tesouro Nacional para amortização da dívida pública mobiliária federal interna, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede a mudança de destinação de *"recursos legalmente vinculados a finalidade específica"*, ainda que em exercício diverso em que ocorreu o ingresso (art. 8º, parágrafo único).

II

Nos termos da Constituição, são bens da União, entre outros, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, o mar territorial, os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, incluídos os do subsolo (art. 20, incisos V, VI, VIII e IX).

¹ Dívida pública representada por títulos de emissão do Tesouro Nacional no mercado doméstico.

A Carta Política assegurou a participação dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e de órgãos da administração direta da União no resultado da exploração de tais recursos, *in verbis* (art. 20, § 1º):

“§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

O dispositivo alberga os institutos da repartição e da vinculação de receitas.

O constituinte decidiu pela repartição da receita patrimonial de exploração de bens da União entre as entidades político-administrativas da República, incluídos alguns órgãos da administração direta do governo central. Nesse sentido, a lição de Ives Gandra Martins (Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo : Saraiva, 1992, p. 96):

“O artigo tem nítido objetivo desconcentrador. Pretende fortalecer a Federação na medida em que a exploração de um bem que o constituinte outorgou à União, embora situado em Estados e Municípios, inclusive no Distrito Federal, representa perda de patrimônio destes a favor da entidade maior do Estado Federativo. Por essa razão, de forma mais explícita, o constituinte houve por bem centralizar a propriedade do bem e descentralizar o resultado de sua exploração.”

Nesse modelo, cabe à União arrecadar as compensações pela exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos, e distribuir as parcelas pertencentes aos entes subnacionais e a alguns de seus órgãos.

Nos termos da Constituição, coube ao legislador infraconstitucional eleger os órgãos da administração direta da União que participam do resultado de tal exploração, assim como estabelecer os percentuais a serem transferidos aos entes político-administrativos e a destinação do produto da arrecadação.

As leis 7.990/1989, 8.001/1990 e 9.478/1997 indicam os percentuais da receita a serem repartidos entre os estados, o Distrito Federal, os municípios, os ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, o Comando da Marinha e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico.

No caso, as parcelas constitucionalmente destinadas aos entes subnacionais foram a eles entregues. Reputa-se, irregular, apenas, o uso das parcelas devidas aos órgãos da administração direta para pagamento da dívida mobiliária federal interna.

A compensação financeira devida ao Ministério do Meio Ambiente deve ser “empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional” (art. 1º, § 4º, da Lei 8.001/1990).

As parcelas destinadas ao Ministério de Minas e Energia e ao FNDCT devem ser utilizadas no financiamento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e no “desenvolvimento científico do setor mineral”, respectivamente (art. 2º, § 2º, incisos II-A e III, da Lei 8.001/1990).

Os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia financiam “*programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias*” (art. 49, incisos I, alínea ‘d’, e II, alínea ‘f’, da Lei 9.478/1997).

O Comando da Marinha utiliza tais recursos na “*fiscalização e proteção das áreas de produção*” de petróleo gás natural na plataforma continental (art. 49, inciso II, alínea, ‘c’, da Lei 9.478/1997).

A Lei 7.990/1989, por sua vez, veda o uso dos recursos da compensação financeira para o pagamento de dívida, *in verbis*:

“*Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.*” (Redação dada pela Lei 8.001/1990. Grifei).

Nesse cenário, cumpre avaliar se tais recursos poderiam ser utilizados para amortização da dívida pública mobiliária federal interna, com amparo na Lei 11.803/2008, que assim dispõe:

“*Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.*”

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios.” (Grifei).

O primeiro aspecto a avaliar é a existência de vínculo constitucional da quota-parte da União a determinados órgãos e finalidades.

A vinculação de receitas consiste em destinar, de forma automática e compulsória, em exceção ao princípio da não afetação, parte da receita pública a órgão, fundo ou despesa, por imposição constitucional ou legal.

O legislador constituinte foi enfático em restringir a aplicação dos recursos obtidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais a alguns órgãos da administração direta. Houveresse a intenção de permitir a livre utilização desses recursos, pelo Governo Federal, não teria utilizado a expressão “órgãos da administração direta da União”, mas, apenas “União”, como o fez para os entes subnacionais.

A vinculação dessa receita a órgãos da administração direta decorre da vontade do constituinte, ainda que ele tenha reservado ao legislador infraconstitucional a identificação de tais órgãos.

No que se refere à eficácia das normas constitucionais, José Afonso da Silva as classifica em normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada. No último grupo, incluem-se “*as que não produzem, com a simples entrada em vigor, todos os seus efeitos essenciais, porque o legislador constituinte, por qualquer motivo, não estabeleceu, sobre a matéria, uma normatividade para isso bastante, deixando essa tarefa ao legislador ordinário ou a outro órgão do Estado*” (Aplicabilidade das Normas Constitucionais. São Paulo : Malheiros 1998, 3. ed., pp. 82-3).

A lei reclamada pela Carta Política possui caráter integrativo, porque se presta a desenvolver a eficácia da norma constitucional. A necessidade de edição de tal lei, entretanto, não retira a vinculação constitucional da receita a órgãos da administração direta da União, que decorre de texto expresso da Constituição.

Presente a vinculação constitucional, não poderiam os recursos da compensação financeira ser utilizados no pagamento da dívida mobiliária.

Ainda que não houvesse vinculação constitucional da receita, em favor dos órgãos indicados na legislação ordinária, a Lei 11.803/2008 não teria o condão de afastar a destinação dos recursos e a vedação ao pagamento de dívida, inscritas nas leis 8.001/1990, 9.478/1997 e 7.990/1989, em razão do critério da especialidade.

Sobre a prevalência das normas da lei especial sobre as de lei geral, no caso de incompatibilidade, Norberto Bobbio ensina que (Teoria geral do direito. São Paulo : Martins Fontes, 2007, p. 241):

“O terceiro critério, chamado precisamente de *lex specialis*, é aquele com base em que, de duas normas incompatíveis, uma geral e uma especial (ou excepcional), prevalece a segunda: *lex specialis derogat generali*. Também nesse caso a razão do critério não é obscura: lei especial é aquela que derroga uma lei mais geral, ou seja, que subtrai a uma norma uma parte de sua matéria para submetê-la a uma regulamentação diversa (contrária ou contraditória). A passagem de uma regra mais extensa (que contenha um certo *genus*) para uma regra derogatória menos extensa (que contenha uma *species* do *genus*) corresponde a uma exigência fundamental da

justiça, entendida com igual tratamento das pessoas que pertençam à mesma categoria." (grifos do original).

No caso concreto, especiais são as leis 8.001/1990, 9.478/1997 e 7.990/1989, que regulam a distribuição da compensação financeira e sua aplicação pelos beneficiários: estados, Distrito Federal, municípios e órgãos da administração pública da União.

Não pode, ainda, prosperar a interpretação de que a Lei 11.803/2008 teria autorizado o uso da quota-parte de órgãos da administração direta da União no pagamento da dívida mobiliária, porque esse entender contraria o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a mudança de destinação de "recursos legalmente vinculados a finalidade específica", ainda que em exercício diverso em que ocorreu o ingresso.

A Lei 11.803/2008 não autoriza a utilização dos recursos da compensação financeira de que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, na amortização da dívida pública mobiliária federal interna, porque expressamente vedou o uso das "fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional" (art. 11, parágrafo único).

Não se aplica, pois, ao caso concreto, a norma permissiva de uso do superávit financeiro no pagamento de dívida, em razão da ressalva contida no parágrafo único do seu art. 11 e porque contrária a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis que regulam a aplicação dos recursos da compensação financeira, todas de natureza especial.

Assim, não poderia o Decreto de 11/9/2008 haver transferido recursos das fontes "compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos" e "compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural" para amortização da dívida pública mobiliária federal interna.

III

Propõe a Semag determinar que as secretarias do Tesouro Nacional e de Orçamento Federal apresentem plano para recomposição das fontes indevidamente utilizadas na amortização da dívida.

Contudo, a origem do problema não se localiza em atos daquelas unidades, mas no Decreto que abriu o orçamento fiscal da União e remanejou recursos da compensação financeira para a rubrica "encargos financeiros da União", com pretenso amparo na Lei 11.803/2008.

Não se pode exigir que órgãos administrativos desfaçam ato implementado em cumprimento a Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo.

No caso concreto, não pode o Tribunal assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porque compete exclusivamente ao Congresso Nacional "sustar atos normativos do

Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (art. 49, inciso V, da Constituição Federal).

Assim, deve o Tribunal limitar-se a noticiar o fato ao Congresso Nacional, para que ele adote as medidas julgadas pertinentes.

Posto isso, voto por que o Tribunal de Contas da União aprove o acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 3 de novembro de 2010.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

ACÓRDÃO N° 2926/2010 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 011.588/2009-9.
2. Grupo II – Classe V – Assunto: Relatório de Levantamento.
3. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
4. Órgãos: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento destinado a avaliar a legalidade do uso de recursos das fontes relativas às compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos e de petróleo ou gás natural, no montante de R\$ 20,9 bilhões, para amortização da dívida pública mobiliária federal interna.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao presidente do Congresso Nacional, para adoção das medidas que julgar pertinentes, ao ministro-chefe da Casa Civil e aos ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.2. arquivar o processo.

10. Ata nº 41/2010 – Plenário.
11. Data da Sessão: 3/11/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2926-41/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2008.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.864.460.000,00 (quarenta bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro de diversas fontes apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.9.2008

Download para anexo

.....
.....

LEI N° 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

Regulamento

Vide Decreto 3.739, de 2001

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º A compensação pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios. (Vide Lei nº 8.001, de 1990) (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 1º (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

I — (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

II — (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º (Vetado). (Revogado pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 3º O valor da compensação financeira corresponderá a um fator percentual do valor da energia constante da fatura, excluídos os tributos e empréstimos compulsórios.

.....

.....

LEI N° 11.803, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008.

Conversão da MPV nº 435, de 2008

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 435, de 2008, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária, sobre o resultado financeiro das operações com reservas e derivativos cambiais, sobre as sistemáticas de pagamento e de compensação de valores envolvendo a moeda brasileira em transações externas e sobre a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007.

Art. 2º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

“Art. 1º

.....

.....

Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios.

.....

.....

LEI N° 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990.

Conversão da Medida Provisória nº 130, de 1990

Texto compilado

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

.....

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

I – quarenta e cinco por cento aos Estados; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

II - quarenta e cinco por cento aos Municípios; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

~~III – quatro inteiros e quatro décimos por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

~~IV – três inteiros e seis décimos por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

~~V – dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)~~

III - três por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

IV - três por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

LEI N° 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

LEI N° 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.

Vide Lei nº 11.733, de 2008

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2008 no montante de R\$ 1.424.390.706.030,00 (um trilhão, quatrocentos e vinte e quatro bilhões, trezentos e noventa milhões, setecentos e seis mil e trinta reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos o art. 165, § 5º, da Constituição e dos arts. 7º, 8º e 59 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

.....
.....

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

LEI N° 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996.

Texto compilado

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I **IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA**

Seção I **Apuração da Base de Cálculo**

Período de Apuração Trimestral

Art. 1º A partir do ano-calendário de 1997, o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado com base no lucro real, presumido, ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente, com as alterações desta Lei.

§ 1º Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, a apuração da base de cálculo e do imposto de renda devido será efetuada na data do evento, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2º Na extinção da pessoa jurídica, pelo encerramento da liquidação, a apuração da base de cálculo e do imposto devido será efetuada na data desse evento.

Pagamento por Estimativa

LEI COMPLEMENTAR N° 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 2º A contribuição de que trata o artigo anterior será de dois por cento e incidirá sobre o faturamento mensal, assim considerado a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviço de qualquer natureza.

Parágrafo único. Não integra a receita de que trata este artigo, para efeito de determinação da base de cálculo da contribuição, o valor:

- a) do imposto sobre produtos industrializados, quando destacado em separado no documento fiscal;
 - b) das vendas canceladas, das devolvidas e dos descontos a qualquer título concedidos incondicionalmente.
-
.....

LEI N° 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002.

Mensagem de veto

Vide texto compilado

Conversão da MP n° 2.176-79, de 2001

(Vide Medida Provisória n° 526, de 2011)

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) passa a ser regulado por esta Lei.

Art. 2º O Cadin conterá relação das pessoas físicas e jurídicas que:

I - sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, para com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;

II - estejam com a inscrição nos cadastros indicados, do Ministério da Fazenda, em uma das seguintes situações:

.....
.....

Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais e ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objeto de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

§ 1º Na transferência de recursos federais prevista no caput, ficam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensados da apresentação de certidões exigidas em leis, decretos e outros atos normativos.

§ 2º ~~Não se aplica o disposto neste artigo aos débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.~~

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto quando se tratar de transferências relativas à assistência social. (Redação dada pela Lei nº 10.954, de 2004)

§ 3º Os débitos para com a Fazenda Nacional, vencidos até 31 de maio de 1996, não inscritos na Dívida Ativa da União, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas entidades da administração indireta, decorrentes, exclusivamente, de convênios celebrados com a União, poderão ser parcelados nas seguintes condições:

I - o pedido de parcelamento deverá ser encaminhado, até 31 de agosto de 1998, ao órgão gestor do convênio inadimplido, que o submeterá à Secretaria do Tesouro Nacional com manifestação sobre a conveniência do atendimento do pleito;

II - o pedido deverá ser instruído com autorização legislativa específica, inclusive quanto à vinculação das receitas próprias do beneficiário ou controlador e das quotas de repartição dos tributos a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e 159, incisos I, alíneas "a" e "c", e II, da Constituição;

III - o débito objeto do parcelamento será consolidado na data da concessão;

IV - o parcelamento será formalizado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mediante a celebração de contrato de confissão, consolidação e parcelamento de dívida, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, nos termos de convênio a ser celebrado com a União;

V - o vencimento da primeira prestação será 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de parcelamento;

VI - o pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, mas a exatidão do valor dele constante poderá ser objeto de verificação.

§ 4º Aos contratos celebrados nas condições estabelecidas no § 3º aplica-se o disposto no art. 13 desta Lei.

.....
.....

DECRETO-LEI N° 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.

Vide Decreto-Lei nº 4.707, de 1942

Texto compilado

~~Lei de Introdução ao Código Civil
Brasileiro~~
Lei de Introdução às normas do Direito
Brasileiro.(Redação dada pela Lei nº
12.376, de 2010)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

.....
.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 435, DE 26 DE JUNHO DE 2008.

convertida

Lei nº 11.803, de 2008

LEI N° 8.433, DE 16 DE JUNHO DE 1992.

ispõe sobre a criação de cargos nas novas Unidades de Ensino Técnico e Agrotécnico.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São criados, na forma dos Anexos I, II e III desta lei, 1.927 (um mil, novecentos e vinte e sete) cargos de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus e 3.538 (três mil, quinhentos e trinta e oito) cargos Técnico-Administrativos nas novas Unidades de Ensino Técnico Industrial e Agrotécnico, criados pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta dos recursos orçamentários destinados às instituições de ensino constantes dos anexos desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1992; 171º da Independência e 104.º da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Vital do Rego Filho, Senador do PMDB da Paraíba.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com muita honra, Senador Wilson Santiago, meu amigo, meu correligionário de destacada atuação em defesa dos interesses da Paraíba nesta Casa.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago à avaliação de V. Ex^{as}, na tarde de hoje, um assunto que vem tomando conta do noticiário nacional: a violência, a interiorização da violência, a migração da violência, que, há dez anos adstrita as grandes metrópoles; hoje, já é convívio comum, em pequenos, médios e grandes centros, a epidemia da violência no Brasil.

Mas, antes de tecer comentários, estatísticas, planos sobre a violência que grassa em nosso País, eu queria fazer um registro de uma visita muito cara, muito amiga à Casa, alguém da Casa. Com ele, pude aprender muito.

Nele repousam esperanças de um retorno bem próximo da atividade político-partidária. Ele que, na Casa, enquanto Senador da República, representando o Estado da Paraíba, teve uma das mais destacadas entre todos os nossos representantes. Não tenho a menor dúvida de dizer ao País que o Senador Roberto Cavalcanti, que nos visita hoje, que voltou ao seu gabinete, um gabinete que é continuado de S. Ex^a, ele certamente teve uma atuação de lustro, de brilho, cujos resultados estão postos em avanços importantes do Estado, discutindo temas de uma diversidade nacional e regional, sempre adstrito às questões paraibanas, mas com uma visão ampla do universo que produziu.

Parabéns, Senador Roberto Cavalcanti. Eu aqui tenho a honra de dar continuidade ao seu mandato, ao mandato do Governador José Maranhão. Tenho essa responsabilidade de continuar falando pela Paraíba, sendo uma das vozes da Paraíba, ao lado do Senador Wilson Santiago, ao lado do Senador Cícero Lucena.

Queridos companheiros e amigos, sinto-me muito orgulhoso de poder ter tido o aval do meu povo, da minha gente, para estar aqui dando continuidade ao exercício extraordinário do mandato que V. Ex^a teve, Senador Roberto Cavalcanti. Receba meus cumprimentos, a minha gratidão e o meu respeito.

Sr. Presidente, cocaína comprada com cartão de crédito à beira das estradas do País. O Fantástico percorreu 9,7 mil quilômetros, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, dentro de um caminhão, e flagrou imagens de prostituição, corrupção de policiais

e tráfico de drogas. Essa é apenas uma das diversas matérias que os jornais e portais do dia de hoje trazem a respeito da interiorização da violência. É estarrecedor o fenômeno da interiorização da violência no País, que marca uma nova geografia do crime, instaurando novos desafios à política nacional de segurança pública.

Com o êxodo das metrópoles e o crescimento das médias e pequenas cidades brasileiras, a violência próxima do campo se converteu numa extensão de conflitos experimentados nas grandes cidades.

O avanço da criminalidade, dos assaltos, dos furtos, dos sequestros, do tráfico de drogas e dos roubos de veículos, nas regiões denominadas não metropolitanas, se deu de forma muito acentuada a partir da década de 2000. Não é à toa que a imprensa nacional vem recentemente alardeando a onda de violência que assola o meu Estado, a Paraíba.

O Jornal *O Globo* divulgou matéria realçando a explosão da violência em todo o Nordeste, mundo de estatísticas assustadoras. Senador Aloysio, segundo levantamento feito pela Universidade Federal da minha cidade, Campina Grande, de toda a região, a única exceção, no momento, é o Estado de Pernambuco. De toda a Região Nordeste, a única exceção, no momento, desta onda avassaladora de criminalidade é o Estado de Pernambuco – eu queria ter dito o Estado da Paraíba.

Na essência, aponta que, nos últimos dez anos, os Estados nordestinos enfrentaram um crescimento linear no número de assassinatos, diferentemente no Sudeste, que reduziu o número de homicídios.

Entre 2001 e 2009, os homicídios cresceram 158% na Paraíba. Não pensem que ouviram mal: 158% de crescimento linear dos homicídios na Paraíba entre 2001 e 2009! O levantamento feito pela UFCG tem como dados bases do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Em Alagoas, o cruzamento de dados de mortes violentas registradas pelo IML e Secretaria Nacional de Defesa Social, que congrega Polícia Civil e Polícia Militar, mostra que o Estado, nesse mesmo tempo, somente em 2009, Senador Roberto Cavalcanti, teve quase 2 mil homicídios, o vizinho Estado de Alagoas.

Por isso mesmo, uma atenção redobrada deve ser reservada às iniciativas pública e privada destinadas a desenhar um novo e completo levantamento do alastramento da violência neste País.

Sem dúvida, falo do *Mapa da Violência, Anatomia dos Homicídios no Brasil*, edição 2010, que dá conta do quadro calamitoso que estamos vivendo.

Se, por um lado, verificou-se uma queda razoável na quantidade de homicídios praticados no País, por outro, salientou-se um deslocamento significativo do *locus*, do núcleo da violência para o interior brasileiro,

bem como uma concentração maior das vítimas sobre a população afrodescendente.

Segundo a pesquisa de autoria do sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, diretor do Instituto Sangari, os índices de homicídio foram crescendo com regularidade até 2003, a uma taxa de 5% ao ano.

A partir daquele ano e com algumas oscilações, as taxas de homicídio mostraram uma leve tendência de declínio. Contudo, para algumas Unidades da Federação, a década foi ou de estagnação ou de crescimento. Enquanto, na primeira categoria, se enquadraram os Estados como Espírito Santo, Rondônia e Acre, na segunda, se catalogaram Maranhão, Alagoas, Piauí entre outros.

No frigir dos ovos, percebe-se que, no geral, a violência brasileira ocupa com veemência os Estados brasileiros mais economicamente deteriorados, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Essa síntese demonstra claramente o conceito que venho tratando aqui, Senador Aloysio – e que alegria me dá a atenção de V. Ex^a a este pronunciamento! –, que é a extrema injustiça que vivemos nessa desigualdade regional.

Falava-se muito e fala-se hoje em dia em violência em São Paulo, em violência no Rio de Janeiro, mas o que estamos vendo, assistindo, e os dados colhidos nessas estatísticas que trago é que o locus – chamei locus o núcleo dessa violência – tem se transferido dos grandes centros para o interior, talvez por força de ações dos governos estaduais desses grandes centros de enfrentamento dessa criminalidade. O quadro é alarmante, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, em números mais exatos, nos anos de início e fechamento da década em estudo, a situação no Brasil permaneceu praticamente inalterada, com taxa de 25,4 homicídios por 100 mil habitantes em 1997; e de 25,2 homicídios em 2007.

Cumpre ressaltar que o limite da OMS é de dez mortes por 100 mil habitantes.

No entanto, sob a perspectiva mais detalhada do mapa, notaremos que as taxas de homicídios caem efetivamente nas capitais, registrando respectivamente 45,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1997, e 36,6, em 2007. Houve uma queda acentuada, principalmente nas grandes capitais.

O mesmo padrão de queda se repete quando se aplica pesquisa às dez maiores regiões metropolitanas do Brasil, registrando um índice, em 1997, de 48,4 por 100 mil; e, em 2007, 36,6 por 100 mil.

Rerito, a OMS define como máximo limite dez mortes por 100 mil.

Em compensação, no interior brasileiro, o resultado se inverte radicalmente. As taxas no interior do

Brasil cresceram de 13 para 18: de 13,5, em 1997, para 18,5, em 2007.

Os dados caracterizam um fenômeno praticamente inédito no Brasil, emergido na virada do século. Trata-se de inquietante processo de interiorização, como já lhe falei, da violência no Brasil, direcionando o deslocamento dos polos da violência das capitais e regiões metropolitanas, Senador Garibaldi, para o nosso interior, o interior do Rio Grande do Norte, o interior da Paraíba.

Obviamente, não se pode confundir os dados a ponto de se imaginar que o interior do País é mais violento do que as capitais. Nada disso. As taxas de homicídio no interior continuam em patamares inferiores, quando comparadas com os centros metropolitanos. Acontece, entretanto, que a velocidade com que a violência se desdobrou nos pequenos e médios Municípios se elevou de maneira assustadora, astronômica na última década. Aliás, desde a década de 80, o Brasil se depara com elevação da taxa de homicídio nas faixas etárias próximas à juventude ou nas faixas etárias mais jovens.

Para se ter uma ideia do drama, nos anos 80, a taxa de assassinatos entre jovens entre 15 a 24 anos se limitava a 30 num universo de 100 mil. Hoje, essa mesma taxa quase dobrou de tamanho, registrando, já em 2007, 50 mortes num universo de 100 mil. A taxa de letalidade entre os jovens saiu, em uma década, de 30 por 100 mil para 50. Enquanto isso, entre os não jovens, constatou-se uma sensível redução, caindo de 21 para 19 homicídios. E aí vai uma reflexão, a coincidência de dois aspectos, Senador Aloysio, a migração e o consumo de drogas no interior. Uma coisa absolutamente relacionada com a outra.

Essa epidemia que o Brasil vive com o uso do crack, a necessidade de políticas públicas urgentes para combater esse mal que se alastrá com uma velocidade absurda.

Eu tenho estudado sobre a reação orgânica à inalação do crack e tenho, como médico, sentido a impotência humana no combate a esse vício que cerca, que mapeia o organismo a partir do córtex cerebral de uma forma absurda. O homem se perde rapidamente, perde orgânica e mentalmente, a partir das primeiras inalações, dos primeiros contatos com essa droga.

Eu tenho ficado assustado, como homem público, como médico, quando viajo pelo interior do meu Estado, a minha Paraíba, e vejo centenas e centenas de jovens usando, de forma ostensiva, essa droga que é barata e letal. Esse índice alarmante de letalidade, de mortalidade entre os jovens, exatamente coincide com o crescimento da epidemia de crack.

Na edição de 2010, o mapa da violência inaugurou uma nova modalidade investigativa, fazendo

recortes por diversas faixas etárias em combinação com gênero e raça.

Disso resultou um outro dado bastante relevante para a construção de políticas públicas mais eficazes no Brasil. O estudo revela, por exemplo, que acima de 90% das vítimas de homicídio no Brasil são homens, com pequenas variações de Estado para Estado ou de região para região.

Por outro lado, a falta de preparo da polícia agrava o quadro das médias e pequenas cidades, sobretudo o treinamento contra o consumo e o tráfico de drogas e ilícitos mais complexos.

Nesse sentido, em vez da aposta preferencial em medidas repressivas, compete ao Estado adotar medidas preventivas para evitar o aumento aterrorizante do processo de interiorização da violência no País.

Sr. Presidente, o alastramento da violência está ligado diretamente à disseminação do consumo de crack, droga com um potencial devastador, ampliado pelo acesso facilitado, em função do preço barato, e que hoje atinge proporções de epidemia e, como tal, deve ser encarada pelas autoridades públicas.

A saída para redução da violência tem que contar com uma política que prestigie as forças de segurança, valorizando e capacitando os nossos policiais enquanto garantidores da paz social, mas que não esqueça de focar o combate ao crack e a todas as drogas como uma questão de saúde pública.

Além disso, políticas que garantam qualidade de vida melhor no interior do País não podem ser desprezadas. A combinação dessas políticas públicas terá o condão de oferecer as ferramentas necessárias e indispensáveis à segurança de cada Estado e Município do Brasil.

Esse tema que trouxe...

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Meu querido Senador Vital do Rêgo, me permita um aparte.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Antes da conclusão, queria ouvir a jornalista Senadora ou a Senadora jornalista Ana Amelia.

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – As duas coisas.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – As duas coisas. Mas não me deu tempo. V. Exª chegava ao final do seu pronunciamento. Mas entendo a sua preocupação porque represento 223 Municípios paupérrimos do meu Estado. Apenas oito desses 223 Municípios têm alguma receita própria. Entendo a preocupação de V. Exª. Espero que juntos tenhamos soluções claras, práticas para oferecer à afliita situação dos prefeitos do nosso País, essencialmente do interior, que vêm a Brasília, muito que humilhados, pedindo favores, quando lhes é de direito. Parabéns a V. Exª. Ouço V. Exª, que, certamente, traz do

Rio Grande algo muito parecido com esse vexame nacional que é a insegurança no País.

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Senador Vital do Rêgo, agradeço ao senhor a concessão desse aparte. Queria lhe dizer que é inaceitável a condição hoje da Federação brasileira com esse desequilíbrio na repartição dos recursos arrecadados da sociedade: a União, a prima rica, fica com 60%; os Estados, com 24%; e os Municípios, com tão poucos recursos arrecadados. Mais do que isso, o seu gabinete deve ser também um local de romaria dos prefeitos, de todos os prefeitos, e me faz sinal aqui afirmativamente o Senador Aloysio, do rico Estado de São Paulo, imagine o que sobra para nós, Senador Vital do Rêgo, em relação à liberação desses "restos a pagar" e também das próprias emendas já aprovadas pelo Congresso. Seria fundamental que o Poder Executivo atendesse porque o que fazemos aqui é atender a demandas da comunidade. Queria, então, agradecer ao senhor por essa referência, mas queria salientar no seu pronunciamento que o senhor, como médico e homem experiente, com responsabilidade social e política que tem, faz essa abordagem do crack e a questão da segurança pública. O crack é um problema de saúde pública, hoje, é um problema gravíssimo, Senador Vital do Rêgo. Para alegria minha, na Comissão de Assuntos Sociais, consegui ver aprovado um requerimento para uma discussão, em uma audiência pública, com especialistas, sobre essa questão dramática que está hoje chegando ao interior. Tive a informação, Senador Vital do Rêgo, que aqui em Brasília está chegando uma pedra chamada gota ou lágrima – parece-me que seria mais próprio chamar lágrima, porque só temos motivo para chorar e lamentar essa tragédia –, por R\$0,50 a dose. Ora, se por R\$5,00 a pedra do crack já causa essa tragédia, imagine com uma pedra custando apenas R\$0,50. Este problema aflige, hoje, todo o País, inclusive no interior, que imaginávamos livre dessa praga. Então, eu gostaria de cumprimentá-lo e reforçar a necessidade de que a sociedade toda e o Senado da República estejam envolvidos no tratamento desse tema. Muito obrigada, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Lá na Paraíba, quando se afirma uma tragédia dessa natureza, as pessoas do interior dizem: "Isso é uma gota serena!"

Senadora Ana Amelia, eu me irmano às preocupações de V. Exª, às duas preocupações de V. Exª. Quero estar com elas e dizer a V. Exª que, nesta Casa, além de V. Exª, outros colegas Senadores e Senadoras já tiveram oportunidade de se pronunciar a respeito dessa droga, que é um problema de segurança pública,...

(Interrupção do som.)

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – ...mas é também um problema de saúde pública. Elas

têm de estar parelhas, elas têm de estar juntinhas, caminhando paralelamente na busca de uma solução que seja comum, confluente.

Vamos continuar falando sobre isso na Comissão de Assuntos Sociais, vamos continuar falando sobre isso nas comissões de que fazemos parte, porque esta é uma das bandeiras do nosso mandato.

Senador Wilson Santiago, certamente falo por V. Ex^a e também pelo Senado Cícero, quando quero registrar aqui os 40 anos do Tribunal de Contas da Paraíba.

Hoje, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba comemora, nesta segunda-feira, dia 28 de março de 2011, 40 anos de criação. A Corte foi legalmente criada em 1970 e instalada em 1971 pelo então Governador João Agripino.

Haverá uma solenidade a partir das 14h. Fomos convidados, assim como V. Ex^a. Mas, em virtude da nossa presença aqui, eu gostaria, em meu nome, em nome de V. Ex^a e em nome de todos os paraibanos que conhecem o extraordinário trabalho do Tribunal de Contas do meu Estado oferece, saudar o Sr. Presidente, saudar os Srs. Conselheiros, saudar todos os operadores do Tribunal de Contas, que de forma bastante dedicada trabalham a serviço do Tribunal de Contas, a serviço do nosso Estado, cumprindo os preceitos constitucionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Vital do Rego, pelo pronunciamento que V. Ex^a faz em relação às drogas, que tem, de fato, preocupado muito não só a Paraíba como também todos os Estados brasileiros, especificamente as famílias brasileiras.

Parabéns a V. Ex^a pela lembrança, quando registra, nesta Casa, os 40 anos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, órgão que tem prestado um grande serviço à população, por intermédio dos seus conselheiros.

Parabéns a V. Ex^a.

Com a palavra a nobre Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senador Francisco Dornelles. (Pausa.)

Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, de São Paulo. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a comissão de estudos sobre a reforma política, instituída pelo Presidente desta Casa e dirigida pelo

mestre pelo Senador Francisco Dornelles, já caminha celeramente para a conclusão dos seus trabalhos. Várias matérias foram já objeto de deliberação e, amanhã, deveremos concluir mais uma a respeito do tema mais polêmico, mais espinhoso que foi elencado pelo Senador Dornelles como objeto de exame da nossa Comissão. Refiro-me ao sistema eleitoral.

O sistema eleitoral, como nós sabemos, é conjunto de normas jurídicas que delimitam uma área geográfica, onde os votos são recolhidos, apurados, onde se trava a disputa eleitoral, regras que definem o grau de liberdade dos eleitores na opção pelos seus candidatos – lista aberta, lista fechada – e disciplinam também fato da maior gravidade e importância, a transformação do número de votos obtidos em cadeiras, seja no Legislativo, seja no Executivo.

Os sistemas eleitorais, os Senadores sabem, são produto de uma evolução da história política de cada país, objeto de embates políticos, alguns muito agudos, alguns perenes, como, por exemplo, o sistema eleitoral norte-americano, o sistema eleitoral inglês, que, pela sua própria perenidade, de alguma forma, se tornaram neutros na medida em que não facilitam ou dificultam a vida, a manifestação, a expressão de nenhum grupo político, de nenhuma corrente em particular, uma vez que todos já estão suficientemente acostumados à prática desse sistema e ajustaram as suas estratégias ao seu funcionamento.

O sistema político eleitoral brasileiro tem uma tradição. As suas principais instituições datam da redemocratização de 1945 e algumas delas até mesmo da eleição para Constituinte de 1934.

Hoje, mais uma vez, estamos empenhados na reforma do nosso sistema eleitoral. Se o sistema tem algumas décadas de história, nem por isso ele se manteve idêntico, ao que era no seu início. Uma série de modificações incrementais foram sendo introduzidas no nosso sistema, como, por exemplo, a exclusão dos votos em branco do coeficiente eleitoral, a própria reeleição para cargos no Poder Executivo e, mais recentemente, algumas regras importantes, que limitam, que dificultam, o abuso do poder econômico ou do poder aquisitivo no embate eleitoral. E essa última, a lei chamada da captação de sufrágios, ou a lei contra a captação dos sufrágios, de iniciativa popular.

Ouço o aparte do nobre Líder Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Aloysio, seria muito bom se todos pensássemos como V. Ex^a e pudéssemos acreditar piamente que estamos caminhando para conferir ao País um modelo político compatível com as aspirações da Nação brasileira. Mas temo gerar falsa expectativa em relação a essa reforma. Há receio, inclusive, de que possa ocorrer uma contra-

reforma. Nós sabemos que estamos sob a égide de um presidencialismo forte e, nesse presidencialismo, quando não há disposição política de quem governa, dificilmente se promove uma reforma de profundidade. Sem vontade política da Presidente da República, certamente teremos enormes dificuldades para concluir aquilo que se ensaiou no Senado Federal por meio desta comissão que, competentemente presidida pelo Senador Dornelles, realiza um trabalho eficiente. Quanto ao Senado, sabemos que, pela maturidade política aqui existente, com líderes majoritários em seus Estados, teremos maior facilidade de concluir uma proposta. No entanto, há receio de que, na Câmara, pela complexidade da Casa, a aprovação de um novo modelo político para o País seja dificultada. Tememos que isso venha a ocorrer. Afinal, são 513 Parlamentares, vários partidos políticos, posições contrárias, uma comissão que tem um prazo alongado para concluir o seu trabalho, uma indisposição com relação a propostas oriundas do Senado Federal – porque, aqui, já aprovamos os itens essenciais dessa reforma política por volta de 1999, 2000, 2001 e essas propostas aprovadas pelo Senado Federal morreram nas gavetas da Câmara dos Deputados. Peço desculpas ao Senador por interromper a sua linha de raciocínio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, ao contrário. Eu agradeço.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – ...e colocar essa questão porque a acho essencial em respeito à opinião pública do País. Temos que respeitar sempre o cidadão e ser absolutamente francos e transparentes em relação às nossas preocupações. Eu não tenho preocupação em relação ao trabalho desta comissão que, repito, é presidida com muita competência pelo Senador Dornelles, mas tenho muito receio de que o trabalho aqui concluído possa ter dificuldades na Câmara dos Deputados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, ao contrário, em nenhum momento prejudica o meu discurso; só contribui para ilustrá-lo.

Eu compartilho das cautelas e do relativo pessimismo de V. Ex^a. Sou otimista quanto à vontade, mas pessimista quanto à inteligência. Sei das dificuldades, dos obstáculos que se antepõem a uma reforma política em profundidade.

Sei das tentativas anteriores no Legislativo brasileiro. Eu mesmo participei de uma comissão de reforma política na Câmara há cerca de oito anos; acompanhei o trabalho que o Senado fez, a produção de textos votados no plenário, relatados pelo então Senador Sérgio Machado e que estão parados na Câmara.

Apenas creio, Srs. Senadores, que temos, na conjuntura atual, elementos novos que me levam a aumentar

a taxa de otimismo. Veja: as eleições, para serem legítimas, devem se produzir mediante regras igualitárias que não discriminem nenhum grupo; que incrementem a possibilidade de governar o País, de tomada de decisão do País, de regras que sejam inteligíveis aos eleitores e que fortaleçam os vínculos de representação entre os eleitores e os eleitos. Essas regras precisam também ser legitimadas. Os eleitores precisam acreditar que são legítimas. A legitimação pelos resultados é tão importante quanto as que produzem os resultados.

Ou seja, os cidadãos precisam confiar que regras, não sendo as ideais, são as melhores possíveis. Acontece que vejo nobre Líder Alvaro Dias, com muita nitidez, um movimento de deslegitimação das regras atuais. Como quem dissesse ‘não dá mais para fazer eleições parlamentares segundo essas regras’.

Veja a iniciativa popular que levou à Lei da Ficha Limpa. Veja V. Ex^a os votos de protesto que são hoje recorrentes em eleições de diferentes Estados, inclusive no meu Estado, o Estado de São Paulo. Veja o fato constatado em pesquisas recentíssimas de que os eleitores, transcorrido um mês das eleições, não sabem mais em quem votaram para Deputado Estadual, para Deputado Federal ou para Vereador.

E mais: constatei na comissão presidida, como disse, com mão de mestre pelo ilustre Senador Dornelles, algo espantoso para mim. Quando o Senador Dornelles recolheu os votos dos Senadores sobre o sistema eleitoral da predileção de cada um, houve apenas um voto – o Senador Dornelles me corrigirá se minha memória me traí – apenas um voto pela continuidade das regras atuais. Essa é minha lembrança, Senador.

Ora, uma comissão de Senadores, pessoas que, pela sua história política, experiência pública – disputaram várias eleições, têm diante de si mandatos longos –, chegam à conclusão de que as regras atuais não são mais praticáveis entre nós. Isso, para mim, é um sinto-ma de que algo precisa urgentemente ser mudado no sistema de eleição para Parlamentares. E aí o Brasil se defronta, como todas as democracias, com um dilema: sistema majoritário ou sistema proporcional.

Evidentemente, o Senado conhece cada um desses sistemas. Nós fomos eleitos pelo sistema majoritário, que é o sistema para tomada de decisões na Casa, no clube esportivo, no condomínio: a decisão que recolher o maior número de sufrágios é a vitoriosa. Esse sistema majoritário é o mais antigo, é o mais tradicional. Foi objeto de inúmeras críticas; inclusive na sua forma distrital, foi acoimado de estimular o paroquialismo dos representantes, como se Winston Churchill não tivesse vivido seus mais de sessenta anos de vida parlamentar eleito por um distrito na Inglaterra. Mas o fato é que esse sistema sofre críticas por deixar num

segundo plano a capacidade ou a virtude de aferir com mais minúcia, com mais precisão, com mais rigor, as diferentes nuances da opinião pública que percorrem o sistema eleitoral.

E aí se vai para o sistema proporcional, tido como o sistema mais sensível a essas variações, capaz de representar com maior fidelidade a pluralidade das opiniões no corpo político da Nação.

E temos também um sistema que procura conciliar as virtudes de um sistema e de outro: os sistemas mistos que começaram a ser adotados na Segunda Guerra Mundial, na Alemanha Ocidental.

O sistema misto, em minha opinião – e aí é quase que em cada cabeça uma sentença –, seria o preferível nesse momento porque, ao mesmo tempo em que permite a vida e a representação das correntes de opinião minoritárias, garante, na parte da eleição referente aos distritos, aquilo que, no meu entender, é a maior carência do sistema eleitoral brasileiro no momento: é o distanciamento, o esgarçamento do vínculo entre eleitores e eleitos.

O sistema distrital permitiria que o conhecimento da pessoa pelos eleitores e o conhecimento do candidato dos problemas do seu distrito garantissem um vínculo de representação mais sólido e possibilissem um acompanhamento mais constante, e fiel da atividade do Parlamentar por aqueles que o elegeram, sem deixar de lado, pelo ângulo da proporcionalidade, a representação das minorias.

Mas eis que surgiu, Srs. Senadores, Srª Senadora, nos últimos tempos, uma proposta nova – sem prejuízo da discussão dos sistemas eleitorais em vigor ou que vierem a ser instituídos para eleição de Deputados Estaduais e de Deputados Federais e Distrital – de buscarmos um sistema próprio para os Vereadores nas cidades de mais de duzentos mil eleitores, cidades onde há, pelas regras constitucionais, exigência de maioria absoluta para eleição do Executivo.

O Senador Pedro Taques, na última reunião da Comissão de Reforma Política, disse, com toda a razão, que não existe no Brasil, à luz da Constituição, a obrigatoriedade de termos o mesmo modelo, o mesmo sistema eleitoral nos três níveis em que se estrutura a Federação: União, Estados e Municípios.

Tanto é assim que a Constituição Federal, estipula regras para a eleição de Deputados estaduais e federais, mas silencia em relação à eleição dos vereadores.

Dir-se-ia que a Lei Orgânica dos Municípios disciplinaria essa questão, mas, se examinarmos as competências legislativas privativas da União, veremos que entre elas está a de legislar sobre matéria eleitoral. Logo, poderíamos implantar esse sistema do voto majoritário para eleição de vereadores nas cidades

acima de duzentos mil eleitores por lei ordinária, sem necessidade de recorrer à emenda constitucional.

Dir-se-ia que a proporcionalidade é regra na Constituição para o Poder Legislativo nacional, mas é um princípio implícito na Constituição. Discordaria eu dessa opinião porque vivemos em um sistema no qual o Legislativo Federal é bicameral e uma das Casas é eleita pelo voto majoritário e a outra eleita pelo voto proporcional.

A eleição do vereador pelo distrito – e aí me refiro ao distrital puro, o distrito recortado, o território das cidades acima de 200 mil eleitores – seria uma mudança extraordinária na cultura política do País. A repercussão dessa mudança seguramente iria muito além das cidades onde ela seria implantada. Eis que nos 80 municípios com mais de duzentos mil eleitores, vivem 47 milhões de eleitores, 38% do corpo eleitoral do País.

Veja, creio que não há Lei da Ficha Limpa que supra o conhecimento direto do eleitor sobre a vida da pessoa que se apresenta para pedir o voto dele. Não há segurança maior da fidelidade do eleito ao eleitor do que o acompanhamento da ação parlamentar do eleito pelos seus vizinhos. Veja o resultado, Srs. Senadores, se nós implantássemos esse sistema na cidade de São Paulo, por exemplo. São Paulo tem 8 milhões e 500 mil eleitores e 55 vereadores. Há regiões inteiras de São Paulo que não tem um vereador a quem recorrer para a solução de seus problemas. Problemas próprios até da zeladoria da cidade. Eu mesmo vivo numa região de São Paulo que não tem um vereador. Veja: em vez de os 55 vereadores disputarem eleição num colégio eleitoral de 8 milhões e 500 mil eleitores eles seriam eleitos em distritos eleitorais de 155 mil eleitores. Seria possível, então, debater a fundo os problemas do bairro, discutir as suas soluções, ter vereadores efetivamente vinculados à vida da comunidade.

As cidades brasileiras têm uma sociedade civil muito estruturada, dinâmica, exigente, esclarecida, autônoma, desde as mais antigas que são as Santas Casas de Misericórdia até os clubes de serviço do século XX, as associações de bairro, as igrejas, elas têm um tecido social de extremo dinamismo e que seriam os interlocutores num processo de discussão sobre os problemas da cidade, os problemas do bairro.

Outros exemplos de alguns municípios. O Município

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

João Pessoa tem 467 mil eleitores, 21 Vereadores, cada um seria eleito num distrito de 22 mil eleitores. Os partidos apresentariam os seus candidatos, have-

ria disputa e seria eleito o candidato mais votado. Em Curitiba, Senador Alvaro Dias, 1,309 milhão eleitores, um distrito de 35 mil eleitores para eleger os 37 Vereadores. Porto Alegre, minha querida Senadora Ana Amélia, tem 1,064 milhão, que são representados na Câmara por 36 Vereadores. Em vez de fazer campanha num colégio eleitoral de pouco mais de um milhão de eleitores, cada candidato faria campanha num colégio eleitoral de cerca de 30 mil eleitores.

Esse, no meu entender, Sr. Presidente, é o caminho para inocularmos um vírus positivo na nossa estrutura política.

Falta nesse debate participação da opinião pública. Vamos aproveitar o impulso popular que levou à formulação da Lei de Ficha Limpa e sua aprovação pelo Congresso Nacional num movimento que possa efetivamente levar à regeneração da nossa estrutura política a partir da sua célula primordial, que é o Município, que é o bairro, que é a vizinhança. O vereador é aquele que é capaz de ver e andar, andar e ver, conhecer e ser conhecido pelo seus vizinhos.

Essa proposta pode ser implantada para as próximas eleições municipais de 2012, com enorme efeito benéfico sobre a saúde do nosso sistema político.

(Interrupção do som).

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço esses minutos de indulgência.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir o seu raciocínio, pela importância do tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu acho que esse tema realmente, Presidente, merece longo debate. A gente devia parar o Senado por um tempo só para debater esse assunto. Eu vou lhe mandar uma proposta que terminei, uma primeira versão de reforma, mas reforma política, não eleitoral apenas, mas foi uma política republicana. Um dos itens é o voto distrital para vereadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ótimo. Muito bem!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Estou de acordo com o senhor. Agora, no que se refere a parlamentares, Deputados, eu faço uma mudança que pode parecer complicada. Eu sugiro que se elejam 40% dos Deputados Federais de forma distrital, 50% sejam eleitos da forma como é hoje, com o voto do Estado inteiro, e 10% seriam eleitos com voto na-

cional. Teríamos 10% dos Deputados Federais eleitos nacionalmente, seria a disputa dos grandes líderes nacionais entre eles, como os presidentes dos partidos. É claro que vão aparecer alguns líderes religiosos, talvez alguns artistas, mas os grandes nomes nacionais participariam da disputa recebendo voto no Brasil inteiro para chegar aqui como Senador do Brasil e não Senador de determinado Estado. No que se refere aos vereadores, defendo, sim, que seja o voto distrital, por uma razão: é uma eleição que não se ideologiza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É uma eleição do local. Se elegermos todos os Deputados pelo voto distrital, como nos Estados Unidos, vamos perder a chance do grande debate sobre temas maiores e vai cortar o espaço das minorias, que não ganharão eleições porque elas estão espalhadas, elas não são concentradas em um distrito só. Apenas a comunidade quilombola elegeria um Deputado negro. Então parabenizo V. Ex^a. Estou sintonizado totalmente com V. Ex^a no que se refere à eleição do Vereador e por que não fazer isso na próxima eleição?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fico muito feliz com mais uma coincidência entre nós, Senador Cristovam Buarque. Aguardo, com muito interesse, a proposta de V. Ex^a, reafirmando também que é perfeitamente possível coexistirem regras diferentes para eleição de Deputados Federais e Distrital e Estaduais e para a eleição de Vereadores. Não é necessário que nós vistamos o corpo eleitoral brasileiro com o mesmo figurino.

Agradeço a atenção de V. Ex^as e a compreensão do Sr. Presidente desta sessão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Aloysio Nunes Ferreira. V. Ex^a, de fato, mais uma vez, traz um tema significativo, que está em discussão nesta Casa numa comissão presidida pelo nosso ilustre Senador Francisco Dornelles.

Pela Liderança do PP, tem a palavra o Senador Francisco Dornelles, que dispõe do tempo regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de ser inscrito pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a está inscrito, Senador Cristovam.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, como Senador do Estado do

Rio de Janeiro, quero falar da importância da indústria naval no contexto do desenvolvimento do País.

A indústria naval, Sr. Presidente, tem potencial para gerar, até 2014, aproximadamente 200 mil novos postos de trabalho, segundo estimativas do Programa de Modernização e Expansão da Frota, programa esse que apoiará a construção de 49 navios para serem operados pela Transpetro, subsidiária de logística e transportes da Petrobras.

Essa perspectiva, Sr. Presidente, é positiva, mesmo considerando que a indústria já teve, no final da década de 70, níveis de ocupação semelhantes àqueles que se quer atingir em três anos.

Num País com oito mil quilômetros de costa, com quarenta mil quilômetros de vias interiores navegáveis, que tem o desafio de montar toda uma logística de transporte para a exploração dos campos do pré-sal, a construção naval deve ser uma atividade das mais dinâmicas. O transporte hidroviário deve ganhar proporção relativa na movimentação de passageiros e de cargas.

O fortalecimento da indústria naval, Sr. Presidente, vai ajudar a equilibrar nossa matriz de transportes: hoje, apenas 13% das cargas são transportadas por hidrovias. As rodovias ficam com 58% da movimentação, as ferrovias com 25% e os outros modos com os restantes 4%.

Ainda que não se possa afirmar que a reduzida participação do transporte aquaviário na matriz de transportes brasileira é resultado, unicamente, da pouca atenção concedida à indústria naval, se sucessivos governos tivessem reconhecido a importância estratégica do setor, hoje teríamos não somente uma matriz de transporte mais equilibrada, mas também de custos menores, inclusive do ponto de vista do meio ambiente.

Na origem da nossa indústria naval – como em tantos outros ramos da atividade econômica –, vamos encontrar a figura do Barão de Mauá, que, em 1846, construiu em Niterói o primeiro estaleiro do País.

No entanto, Sr. Presidente, um segundo momento de pujança do setor só viria a ocorrer mais de cem anos depois – nas décadas de 1960 e 1970 –, quando o Governo Federal adotou um conjunto de políticas voltadas ao desenvolvimento da indústria nacional.

Foram, é verdade, políticas protecionistas, que tinham como principal objetivo a substituição de importações e que, por isso mesmo, não permitiram a incorporação das tecnologias mais sofisticadas.

Ainda assim, o incentivo dado ao setor fez com que o Brasil se tornasse o segundo maior fabricante de navios de grande porte em todo o mundo. Somente em 1979, foram construídos no Brasil 50 navios. Nessa época, a construção naval era responsável por 40 mil empregos diretos e 160 mil empregos indiretos.

Essa fase de expansão da indústria naval também foi passageira. Com acesso restrito às tecnologias de ponta e fustigada pela abertura do mercado, que colocou em cena os competidores internacionais, nossa construção naval entrou em crise.

A maioria dos estaleiros encerrou suas atividades, e os resultados foram os previsíveis: de um lado, desemprego na indústria; de outro, o desperdício de bilhões de dólares gastos com o fretamento de navios estrangeiros, com impacto sobre a balança de serviços e as contas correntes do País.

Sr. Presidente, considero animador o apoio que o Governo Federal tem dado à indústria naval brasileira. É necessário livrar o setor do atraso tecnológico e da estagnação.

Com o Programa de Modernização e Expansão da Frota, já foram licitados 41 petroleiros, com investimentos superiores a R\$7 bilhões. São 15 navios para transporte de óleo cru; quatro navios para transporte de produtos escuros; quatro navios para transporte de derivados como diesel, nafta, gasolina, óleo combustível e querosene de aviação; sete navios aliviadores, que mantêm posição estacionária próximo a unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarregamento de petróleo; três navios para transporte de óleo combustível pesado e óleo diesel; e oito navios gaseiros, para transporte de gás liquefeito de petróleo.

São embarcações tecnologicamente avançadas. Além disso, Sr. Presidente, o Programa exige que os estaleiros nacionalizem entre 65% e 70% da produção.

Atualmente, dos 180 petroleiros utilizados no transporte de gás e petróleo, somente 52 são nacionais. Com o Programa de Modernização e Expansão da Frota, chegaremos a 2014 com o número de navios construídos no Brasil ultrapassando a casa da centena.

O desenvolvimento de um ramo industrial como o da construção naval depende de uma série de fatores: depende de uma boa provisão de recursos financeiros para a instalação de equipamentos necessários à sua produção; depende da garantia de acesso à tecnologia de ponta; depende de que se façam os devidos investimentos em qualificação profissional e que se fortaleça o Fundo da Marinha Mercante; depende, especialmente, que se reconheça a importância estratégica do setor naval para a indústria do País.

Temos uma oportunidade única hoje, Srª Presidente, de promover o desenvolvimento de nossa indústria naval não mais por espasmos, mas de perseverança numa trajetória de crescimento vigoroso e continuado dos investimentos numa área e num setor tão importante.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amelia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Francisco Dornelles, o discurso de V. Ex^a é um tema muito relevante para os interesses nacionais.

Convidado, agora, para falar o orador inscrito Senador Wilson Santiago, do PMDB da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente Ana Amelia, Sr^{as} e Srs. Senadores, profissionais da imprensa e demais público presente, é difícil compreender como o Brasil, com sua imensa extensão territorial, utiliza tão pouco o transporte ferroviário.

Países com o tamanho de Estados brasileiros, como a França e o Japão, dispõem de malha ferroviária que suplanta a nossa. A malha ferroviária brasileira, Senadora Presidente Ana Amelia, tem apenas 29 mil quilômetros, enquanto a da França tem 35 mil quilômetros; e o pequenino Japão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, tem surpreendentes 43 mil quilômetros de ferrovias. A Índia, que também tem um território menor que o nosso, tem 63 mil quilômetros de ferrovias, Senador Alvaro Dias, mais do que o dobro da nossa malha.

Por essa razão, estamos perplexos com o desprezo com que têm sido tratadas as ferrovias do nosso Estado da Paraíba, que têm necessidade, sim, de ser recuperadas.

Entre os países com grande extensão geográfica, podemos citar a Rússia, Senador Pedro Simon, que tem 85 mil quilômetros de ferrovias federais; e os Estados Unidos, com 226 mil quilômetros, cerca de 8 vezes o tamanho das ferrovias brasileiras.

É bom lembrar que o transporte ferroviário é mais eficaz e econômico, principalmente levando em consideração as grandes distâncias que percorrem as cargas em território brasileiro. Com certeza, poderíamos ter menor número de caminhões deteriorando nossas rodovias, o número de acidentes seria bem menor e muitas vidas seriam poupadadas, se as políticas de transporte tivessem priorizado a utilização da ferrovias. E ainda haveria um estímulo à expansão contínua da malha, tão pouco significativa quando comparada à nossa extensão territorial.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, não bastasse nossa malha ferroviária ser insuficiente, ainda se encontra sub utilizada, sendo responsável pela movimentação de apenas 23% de nossas cargas. É importante lembrar que a média de cargas transportadas por ferrovia em outros países é de 40%; a Rússia chega a 80% da movimentação de sua economia.

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além de nossa malha ser proporcionalmente pequena, há 9 mil quilômetros de ferrovia sem uso, como o exemplo que citei anteriormente – a Paraíba é um dos Estados que tem uma estrutura ferroviária muito grande e praticamente abandonada, precisando, sim, ser interligada à Transnordestina –, e, em outros 10 mil quilômetros, só passa um trem por dia, Sr^a Presidente. Dessa forma, a movimentação regular somente acontece em cerca de 10 mil quilômetros. Repito: somente em 10 mil quilômetros de ferrovia é que há trânsito normal no Brasil inteiro. Isto é, apenas um terço da malha vem funcionando com tráfego mais intenso, já que, nos outros dez mil, só passa um trem por dia, e os outros nove mil estão praticamente abandonados em todo o território nacional, como V. Ex^a testemunhou nas fotos.

Dados da Associação Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF), recentemente divulgados em publicação do dia 16 de março, em vários setores da comunicação deste País, mostram que a movimentação de cargas nas ferrovias do País cresceu 56,1% nos últimos 14 anos. De acordo com estudos da ANTF, hoje o Brasil deveria ter pelo menos 52 mil quilômetros de ferrovias para atender à demanda de escoamento da produção no País.

Por essa razão, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a visita à Paraíba, em meados de dezembro, quando foi verificar o estado das obras de transposição do rio São Francisco, o Presidente Lula garantiu que o Estado seria contemplado no traçado da Ferrovia Transnordestina. O traçado dessa ferrovia visa ligar o Porto do Suape, no Recife, ao Porto de Pecém, no Ceará, e também, por apelo nosso e da própria população paraibana, ao Porto de Cabedelo, na Paraíba – modificando o projeto original, Senadora Presidente, hoje existente –, cruzando praticamente toda a extensão desses Estados e interligando a Paraíba, especificamente nos Municípios de Cajazeiras, São José do Rio do Peixe, Sousa, passando por Pombal, até o Porto de Cabedelo, vizinho à capital paraibana, João Pessoa.

Nessa ocasião, o nosso então Presidente Lula garantiu que a Paraíba não ficaria de fora desse projeto da Ferrovia Transnordestina. A previsão é de que a Transnordestina terá uma extensão de 1.728 quilômetros, constituindo-se em importante fator de integração regional e beneficiando enormemente o escoamento da produção do Nordeste inteiro, inclusive da Paraíba.

A Ferrovia ainda terá como característica a interligação de três portos que estão bem mais próximos da Europa e dos Estados Unidos, os quais citei anteriormente: o Porto de Cabedelo, na Paraíba; o Porto

de Pecém, no Ceará; e o Porto de Pernambuco, já conhecido por todos nós, brasileiros e nordestinos.

Tudo isso, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, e espero que a Senhora Presidenta Dilma, especificamente, coloque em prática um dos pleitos da Paraíba, pleito esse entre tantos outros que são reivindicados e necessários para o desenvolvimento do nosso Estado, que tenho a honra de representar nesta Casa. Que seja realmente esse pleito contemplado no traçado dessa importante ferrovia, que trará mais progresso e desenvolvimento aos produtores e à população do nosso Estado. Quando digo “produtores”, refiro-me à produção do Estado e do próprio Nordeste brasileiro.

Aliás, se não houver como escoar, não há por que produzir. Infelizmente, a realidade é essa, porque a grande dificuldade, a grande demanda, é a infraestrutura para o transporte da produção. E essa infraestrutura precisa, sim, ser cada vez mais expandida, cada vez mais aumentada, atendendo, portanto, à demanda não só da Paraíba, como também de outros Estados Nordestinos e do Brasil inteiro, para que tenhamos condições de avançar, de acordo com o crescimento econômico, e, portanto, de atender às necessidades da produção e do desenvolvimento da Paraíba e do Brasil.

Por isso, manifesto a minha esperança de que a promessa do Governo em anos anteriores, inclusive em dezembro de 2010, juntamente com vários outros Ministros da área que lá estavam, naquele instante, Senador Garibaldi, há de ser mantida e concretizada, já que o Partido fez a sucessora – o Partido do Presidente Lula – e, portanto, é Governo de continuidade. Este Partido, este Governo é interligado, digo até composto, por uma composição política de vários Partidos, no Brasil e nesta Casa, e certamente continuará o grande impulso desenvolvimentista a que assistimos no Governo Lula.

Por essa razão, Sr^a Presidenta Ana Amélia, apelo a V. Ex^a para que não só registre nos Anais desta Casa, como também dê publicidade às fotos da realidade do pronunciamento que realizei hoje, para que a Paraíba seja contemplada com a Transnordestina, além de tudo, integralizando a sua economia à de vários outros Estados da Federação. Isso possibilitará que o nosso Estado, que o Nordeste brasileiro continue recebendo parte da influência e dos investimentos necessários para o seu desenvolvimento, pois testemunhamos que, ao longo do tempo, ao longo da história, quando os governos se interessaram em investir na infraestrutura do Nordeste, nas políticas de geração de emprego, nas políticas de geração de renda, o que ocorreu nos anos 80, esse foi exatamente o período em que o Nordeste mais cresceu, em que o Nordeste mais se desenvolveu e contribuiu de forma decisiva para o somatório na economia e para o equilíbrio deste País.

Hoje o Nordeste tem contribuído, Senador Romero Jucá, de forma espontânea, além dos investimentos direcionados pelo próprio Governo. O Nordeste, a iniciativa privada tem contribuído muito além do que têm contribuído os próprios Governos do passado.

Por essa razão é que apelamos, no dia de hoje, pela atenção especial da Presidente Dilma no sentido de incluir a Paraíba no traçado do projeto da Ferrovia Transnordestina, compromisso esse anteriormente assumido pelo Presidente Lula, para que tenhamos condições de diminuir as desigualdades regionais, para que tenhamos condições de diminuir o desemprego, males que na verdade têm contribuído com o mal-estar do Nordeste. O semiárido nordestino, Senadora Ana Amélia, tem o maior índice de desemprego, o maior índice de mortalidade infantil – se não o maior, um dos maiores; tem também um dos maiores índices de doença de Chagas, um dos menores índices de densidade pluviométrica. Por isso, chove menos no semiárido nordestino.

Essas mazelas precisam, sim, do apoio do Governo, da atenção do Governo não só para direcionar recursos como para apoiar os projetos de iniciativa da população, e também dos Governos e dos Municípios nordestinos para que tenhamos condições de competir com os demais Estados brasileiros em pé de igualdade, em igualdade de condições, e para que tenhamos, portanto, um Brasil só, um Brasil dos brasileiros, um Brasil da população carente de Norte a Sul, mas que saiba que no Nordeste, no semiárido, também há oportunidade de emprego, também há atendimento com condições para a saúde, para a educação, para os desempregados com oportunidade de emprego, para melhorar a educação com a interiorização das universidades públicas, com os cursos profissionalizantes. Enfim, com tudo aquilo que o Governo não só tem a obrigação como o dever de atender as regiões carentes deste País.

Requeiro e digo até a V. Ex^a, repito a publicação do que relatei no pronunciamento como também das fotos que tenho em mão da situação em que se encontra a Paraíba no que se refere as ferrovias.

Anteriormente, ouvimos o pronunciamento do Senador Vital, quando também lembrou e registrou a questão da segurança pública, a questão das drogas, que estão destruindo famílias não só na Paraíba como também no Brasil inteiro.

Temos de nos integrar, temos de nos unir: a sociedade brasileira, a classe política, o Governo. Todos, enfim, para juntos construirmos um Brasil melhor e fazermos com que a Paraíba, o Brasil, o Nordeste, todo o território nacional tenha a convicção de que esta Casa,

por meio de seus representantes, está de olhos abertos sobre a realidade política e social do Brasil.

Por isso é que precisamos cada vez mais integrar-nos aos movimentos das entidades representativas, aos movimentos das entidades que representam os trabalhadores, que representam a educação, que representam a saúde, que representam, enfim, a população brasileira, para juntos, repito, construirmos um Brasil melhor, um Brasil do futuro, o Brasil que almejamos, o Brasil que desejamos.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

Tenho certeza de que, num futuro bem próximo, teremos condições de testemunhar, Senador Alvaro Dias, o que relatei anteriormente, e, além de tudo, de participar deste grande Brasil, deste grande País, País de todos, direcionados para o bem-estar da população.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR WILSON SANTIAGO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso II do Regimento Interno.)

[Compartilhar](#) [Denunciar abuso](#) [Próximo blog»](#)

[Criar um blog](#) [Login](#)

QUARTA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 2010

Ponte metálica de Guarita - Itabaiana-PB

Estações Ferroviárias da Paraíba

No dia 18 de novembro de 2010 fiz uma visita a grande e bela ponte metálica sobre o Rio Paraíba localizada no distrito de Guarita, município de Itabaiana. Desde o ano de 2007 tinha grande vontade de conhecer esta pitoresca ponte. Tem cerca de 150 metros (acredito que seja maior), com altura de mais 6 metros. O estado da ponte é preocupante, muitas partes metálicas estão enferrujadas, e buracos já aparecem em sua estrutura. Colmeias de abelhas e marimbondos estão em praticamente toda a estrutura metálica. Infelizmente não consegui atravessá-la devido a estas abelhas. Infelizmente caso nenhuma autoridade competente tome providências é possível que a estrutura seja comprometida futuramente.

Com certeza foi uma visita inesquecível.

Postado por: Jônatas Rodrigues Pereira às 06:31 0 comentários [24](#)
Marcadores: Atualidades sobre as estações, Obras da engenharia ferroviária paraibana

SÁBADO, 6 DE NOVEMBRO DE 2010

Estação de Itabaiana e Triângulo

Visitei a cidade de Itabaiana no dia 5 de novembro de 2010. A antiga estação de Itabaiana inaugurada em janeiro de 1901, atualmente está desativada, porém seu estado de conservação é bom. Reside uma família no local. O que constatei, é que alguns setores da velha estação estão sendo reformados, o que é um bom sinal. Prédio histórico que é tombado pelo IPHAE/P em 2002. Já a estação nova, ou melhor dizer no local chamado "Triângulo", existe um complexo ferroviário, com almoxarifado, oficinas, depósito de empresas, grandes entroncamentos, etc. O que mais me chamou a atenção foi a grande oficina de concertos de locomotivas e vagões. No pátio desta oficina existem milhares de peças de vagões e locomotivas, entre outras. No local onde compreende o setor administrativo (estação), é onde ocorre o chamado "triângulo", que consiste em entroncamentos que iam a Pernambuco, para Campina Grande, e para João Pessoa, outrora este entroncamento era repleto de passageiros e trens de cargas que iam em rumo ao seu destino, sendo obrigatório passar por Itabaiana. Foi uma grande satisfação visitar este importante lugar.

Postado por: Jônatas Rodrigues Pereira às 06:59 0 comentários [24](#)
Marcadores: Atualidades sobre as estações

TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2010

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS NO ESTADO DA PARAÍBA COORDENADORIA DE ASSUNTOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS IPHAE/P

- Estações Ferroviárias "CABEDELO - PB"
 1. Nº Patrimônio da RFFSA: (-)
 2. Endereço: Cabedelo/pb
 3. Companhias Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 4. Proprietário Atual: RFFSA - (CBTU)
 5. Data de Inauguração: 1889
 6. Bens Móveis/Imóveis: Ponte- Km 34-1942-Ramal-Cabedelo
 7. Uso Atual: Transporte de passageiros
 8. Proteção Existente: Tombata: Dec.º 22.082 (3/8/01)
- Estações Ferroviárias de "JACARÉ"
 1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
 2. Endereço: Cabedelo/PB
 3. Companhias Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 4. Proprietário Atual: RFFSA (CBTU)
 5. Data de Inauguração: 1889
 6. Bens Móveis/Imóveis:-
 7. Uso Atual: Transporte de Passageiros
 8. Proteção Existente: Idem
- Estação Ferroviária de "João Pessoa - (sede)"
 1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
 2. Endereço: João Pessoa/PB
 3. Companhias Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 4. Proprietário Atual: RFFSA (CBTU)
 5. Data de Inauguração: 30/4/1881 - 27/9/1883
 6. Bens Móveis/Imóveis:-
 7. Uso Atual: Transporte de Passageiros

8. Proteção Existente:Idem

- Estação Ferroviária de "PILAR"

1. N° Patrimônio da RFFSA: **1240143**

2. Endereço:Pilar/PB

3. Companhia Férreas de Vinculação: **Conde D'Eu**

4. Proprietário Atual: **RFFSA**

5. Data de Inauguração: **28/12/1883**

6. Bens Móveis/Imóveis:**Casa Agente Armazém**

7. Uso Atual: -

8. Proteção Existente: **Idem**

- Estação Ferroviária de "SANTA RITA"

1. N° Patrimônio da RFFSA: **1240126**

2. Endereço:**Santa Rita/PB**

3. Companhia Férreas de Vinculação: **Conde D'Eu**

4. Proprietário Atual:**RFFSA (CBTU)**

5. Data de Inauguração: **1883**

6. Bens Móveis/Imóveis:**Alguns Objetos e vila ferroviária**

7. Uso Atual:**Transporte de Passageiros**

8. Proteção Existente: **Idem**

- Estação Ferroviária de "Espirito Santo"
Entroncamento - Paula Cavalcanti

1. N° Patrimônio da RFFSA: **12400130**

2. Endereço: **Espirito Santo - PB**

3. Companhia Férreas de Vinculação: **Condev D'Eu**

4. Proprietário Atual: **RFFSA**

5. Data de Inauguração: **1881/83**

6. Bens Móveis/Imóveis: **Complexo Ferroviário: Caixa d'água, Ponte CORF e armazém**

7. Uso Atual: **Transporte de Mercadorias**

8. Proteção Existente: **Tombada: Dec. N° 22.082 de 3/8/2001 DO4/8/2001**

- Estação Ferroviária de ""Mari - PB"

1. N° Patrimônio da RFFSA: -

2. Endereço: **Mari - PB**

3. Companhia Férreas de Vinculação: **Conde D'Eu**

4. Proprietário: **RFFSA**

5. Data de Inauguração: **07/9/1883**

6. Bens Móveis/Imóveis: **Armazém Desativada em 1965**

7. Uso Atual: **Sociedade Cultural Poeta Da Luz**

8. Proteção Existente: **Tombada: Doc. n° 22.659 de 28/8/80 DO 05/9/80**

- Estação Ferroviária de "Antônio Guedes"

1. N° Patrimônio da RFFSA: -

2. Endereço: **Cachoreira dos Guedes/PB**

3. Companhia Férreas de Vinculação: **Conde D'Eu**

4. Proprietário: **RFFSA**

5. Data de Inauguração: **1884**

6. Bens Móveis/Imóveis: **Complexo Ferroviário: armazém, vila, e Ponte.**

7. Uso Atual: Desativada (Ruínas)
8. Proteção Existente: Tombada: Dec. nº 21289 de 11/9/2000 DO 12/9/2000
 - Estação Ferroviária de "Guarabira"
 1. Nº Patrimônio da RFFSA: 1240137
 2. Endereço: Guarabira/PB
 3. Companhia Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 4. Proprietário: RFFSA
 5. Data de Inauguração: 1884
 6. Bens Móveis/Imóveis: Complexo Ferroviário: Armazém, Depósito Objetos: Balança, cofre
 7. Uso Atual: Posto Policial da PM - (PB)
 8. Proteção Existente: Tombada: Dec. nº 21290 de 11/9/2000 DO 12/9/2000
 - Estação Ferroviária de "Nova Cruz" - (Final do ramal) - Maeau
 1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
 2. Endereço: Nova Cruz - RGN
 3. Companhia Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 4. Proprietário: RFFSA
 5. Data de Inauguração: 1883
 6. Bens Móveis/Imóveis: Grande armazém Decorado
 7. Uso Atual: -
 8. Proteção Existente: -
 - Estação Ferroviária de "Duas Estradas - PB"
 - 1. Nº Patrimônio da RFFSA: 1240140
 - 2. Endereço: Duas Estradas/PB
 - 3. Companhia Férreas de Vinculação: Great Western
 - 4. Proprietário: RFFSA
 - 5. Data de Inauguração: 01/01/1904
 - 6. Bens Móveis/Imóveis: Casa Agente Armazém
 - 7. Uso Atual: Desativada em 09/07/1979
 - 8. Proteção Existente: Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 4/8/2001
 - Estação Ferroviária de "Sapé"
 - 1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
 - 2. Endereço: Sapé-PB
 - 3. Companhia Férreas de Vinculação: Conde D'Eu
 - 4. Proprietário: -
 - 5. Data de Inauguração: 07/09/1883
 - 6. Bens Móveis/Imóveis: -
 - 7. Uso Atual: Demolida em Data desconhecida
 - 8. Proteção Existente: -
 - Estação Ferroviária de "Itabaiana" - Triângulo
 - 1. Nº Patrimônio da RFFSA: 1240842 - 1240843
 - 2. Endereço: Itabaiana/PB
 - 3. Companhia Férreas de Vinculação: Great Western
 - 4. Proprietário: RFFSA - Particular
 - 5. Data de Inauguração: 05/01/1901

6. Bens Móveis/Imóveis: **Complexo Ferro Casa Grande, Fio Relógio, ex. Diáguia, ponte**
7. Uso Atual: -
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 DO 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de "Alagoa Grande"
1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
2. Endereço: **Alagoa Grande/PB**
3. Companhia Ferreas de Vinculação: **Great Western**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **01/07/1901 - Inaug. 1902**
6. Bens Móveis/Imóveis: **Ruínas: Estação, Casa Agente, Térreo e 1º andar**
7. Uso Atual: **Desativada em 29/11/1967 - Futura uso cul.**
8. Proteção Existente: **Idem**
 - Estação Ferroviária de "Ingá"
1. Nº Patrimônio da RFFSA: **1240146**
2. Endereço: **Ingá/PB**
3. Companhia Ferreas de Vinculação: **Great Western**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **1907**
6. Bens Móveis/Imóveis: **Casa Agente/relógio, canal op Retificad, rádio.**
7. Uso Atual: -
8. Proteção Existente: **Idem**
 - Estação Ferroviária de Galante"
1. Nº Patrimônio da RFFSA: -
2. Endereço: **Galante/PB**
3. Companhia Ferreas de Vinculação: **Great Western**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **Inicio Séc. XX - 1907**
6. Bens Móveis/Imóveis: **Cotoplexo Ferrov. armaz, alojamento caixa d'agua**
7. Uso Atual: **Desativada. Futuro uso cultural**
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 04/08/2001**
 - Estação Ferroviária de "Sousa"
1. Nº Patrimônio da RFFSA: **1242089 - 1242090**
2. Endereço: **Sousa/PB**
3. Companhia Ferreas de Vinculação: **Rede Viação Cearence - (RVC) Rede Mossorense**
4. Proprietário: **Companhia Ferrea do NE (XFN)**
5. Data de Inauguração: **1926 - 1954**
6. Bens Móveis/Imóveis: -
7. Uso Atual: -
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de: **São João do Rio do Peixe - PB - (Ex. Ant. Navarro)**
1. Nº Patrimônio: **1220933**

2. Endereço: São João do Rio do Peixe/PB
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Viação Cearense - (RVC)**
4. Proprietário: **Companhia Ferrea do NE - (CFN)**
5. Data de Inauguração: **1925**
6. Bens Móveis/Imóveis: -
7. Uso Atual: **Desativada em 1964 / Estação Rádio Amador**
8. Proteção Existente: **Tombada: nº 21.434 de 31/10/2000 - DO 1/11/2000**
 - Estação Ferroviária de: **"Cajazeiras"**
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Cajazeiras/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Viação - Cearense (RVC)**
4. Proprietário: **Companhia Ferroviária do NE (CFN)**
5. Data de Inauguração: **1926**
6. Bens Móveis/Imóveis: **Anexo e WC**
7. Uso Atual: **Núcleo de Extensão Cultural UFPB/CPP/NEC**
8. Proteção Existente: **DECRETO Nº 22.082 DE 3/8/2001 do 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de: **"Soledade"**
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Soledade/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Ferr. NE S/A - (RFFSA)**
4. Proprietário: -
5. Data de Inauguração: **1927 - 1956 - 1º trem - 1957 passageiros**
6. Bens Móveis e Imóveis: -
7. Uso Atual: -
8. Proteção Existente: -
 - Estação Ferroviária: **"Patos"**
1. Nº Patrimônio: **1240158**
2. Endereço: **Patos/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Viação Cearense (RVC)**
4. Proprietário: **Companhia Ferro de NE (CFN)**
5. Data de Inauguração: **1944**
6. Bens Móveis e Imóveis: **Vila Ferroviária Associação**
7. Uso Atual: -
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de **"Borborema"**
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Borborema/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Ferro do NE - (CFN)**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **24/1/1913**

6. Bens Móveis e Imóveis: **Casa Agente Armazém**
7. Uso Atual: **Sec. do Município Posto TELEMAR BNB**
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de "Pombal"
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Pombal/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Viação Cearense (rve)**
4. Proprietário: **Companhia Ferroviária do NE - (CFN)**
5. Data de Inauguração: **1932**
6. Bens Móveis e Imóveis: **Casa Agente nº 368 - nº Patrimônio; RFFSA 1240998**
7. Uso Atual: **Comando Policiamento do Interior: 2ª Cia 3º BPM 3º Pelotão da PM/PB**
8. Proteção Existente: **Decreto nº 22.082 de 3/8/2001 - DO 4/8/2001**
 - Estação Ferroviária de "Pirpirituba"
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Pirpirituba/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Ferroviária do NE (SFFSA)**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **01/12/1910**
6. Bens Móveis e Imóveis: -
7. Uso Atual: **Forum - Juiz Gilson Guedes C. Albuquerque - 1/8/98 - Desativado em 1968**
8. Proteção Existente: **Idem**
 - Estação Ferroviária de "Bananeiras"
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Bananeiras/PB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Rede Ferroviária do NE RFFSA**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **30/07/1925**
6. Bens Móveis e Imóveis: **Casa Agente - Armazém**
7. Uso Atual: **Hotel Pousada do Brejo - Desativada em 1968**
8. Proteção Existente: **Idem**
 - Estação Ferroviária de: **Campina Grande: (Nova e Velha)**
1. Nº Patrimônio: -
2. Endereço: **Campina Grande/PB s/EDB**
3. Companhia Ferrea de Vinculação: **Great Western**
4. Proprietário: **RFFSA**
5. Data de Inauguração: **Velha: 1907 - Nova: 1957**
6. Bens Móveis e Imóveis: **Complexo Ferroviário: Pátio manobras Amazém Casa do Residente**
7. Uso Atual: **Museu do Forró e do Algodão - Desativado**
8. Proteção Existente: **Idem**

Estações Ferroviárias da Paraíba

Postado por Jóasitas Rodrigues Pereira às 07:27 0 comentários [Comentar](#)
Marcadores: Patrimônio

Ações de preservação da estação de Galante

Por se tratar da edificação originalmente tombada pelo IPHAE, as intervenções físicas na mesma se reportarão a promover melhorias na mesma, bem como uma pequena adaptação (ampliação) a saber:

a) Recuperação na Edificação Principal, com ações no telhado (substituição de telhas e madeiramento e remoção das caixas d'água instaladas em caráter provisório), pintura de paredes a cal e remoção da pintura que recobre as pedras nas fachadas, e recuperação das esquadrias e pintura com esmalte sintético sem brilho (acabamento fosco) após as devidas recuperações das esquadrias além de revisão nas instalações elétricas e hidro sanitárias.

b) Construção de Módulo de Sanitário Duplo banheiro (Folha Técnica nº 01), com área de construção de 9,00 m², situado afastado da edificação principal.

Fonte: <http://miltoncandois488@gmail.com-arquivos.blogspot.com/>

Postado por Jóasitas Rodrigues Pereira às 07:25 0 comentários [Comentar](#)
Marcadores: Patrimônio

QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2010

Livro: O TREM DE ALAGOA GRANDE, NOS TRILHOS DA GREAT WESTERN, MARTINHO RAMALHO DE MELO. ED. IDEIA, JOÃO PESSOA 2005.

A obra do pesquisador Martinho Ramalho de Melo traz, neste seu livro, uma infinidade de informações relativas ao desenvolvimento motivado pela implantação da estrada de ferro na Paraíba. Por onde passou o "caminho de ferro" a localidade experimentou um surto de progresso.

Neste livro podemos ver a evolução da ferrovia no Brasil, Paraíba e Alagoa Grande, desde seu início até seu trágico final. Os fatores socioeconômicos envolvidos diretamente no crescimento urbano da Alagoa Grande também são fatores ligados a vinda do trem. Quando este foi desativado nos anos sessenta, cidades de pequeno porte sofreram diretamente com este fim.

Com este seu trabalho Martinho Ramalho de Melo, filho de Alagoa Grande, reaviva um período áureo de sua terra natal e nos mostra o grande erro que foi a desativação do caminho de ferro.

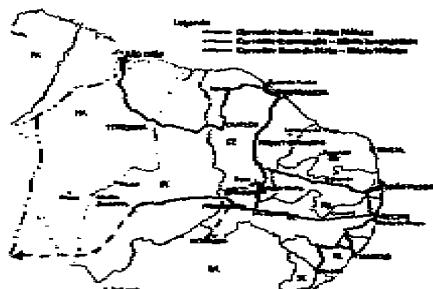
Horários do Trem em Alagoa Grande

De Alagoa Grande a Mulungu existia a linha "45" partindo às 5:33h e chegando às 6:25h. De Mulungu à Alagoa Grande, existia a linha "56" partindo às 16:50h e chegando às 17:40h. Existia ainda o horário às 13:50h, de Mulungu à Alagoa Grande e o horário às 12:30, de Alagoa Grande a Mulungu.

Postado por Jóasitas Rodrigues Pereira às 14:03 0 comentários [Comentar](#)
Marcadores: Literatura

QUARTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2010

CFN (Companhia Ferroviária do Nordeste) e Transnordestina



A Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) origina-se da Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal S/A. Até 1997, a ferrovia de carga no Nordeste pertencia a RFFSA e era dividida em três superintendências regionais: SR 1, SR 11 e SR 12. A SR 1 abrangia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte; a SR 11 abrangia o estado do Ceará; e a SR 12 os estados do Piauí e Maranhão. Em 1998, estas ferrovias passaram para o controle privado, quando foi criada a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN).

Transnordestina

A Transnordestina Logística S/A - é uma empresa privada do Grupo CSN criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S/A em 1 de janeiro de 1998. Administra a malha ferroviária do Nordeste adquirida da RFFSA que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), SR 11(Ceará) e SR 12(Piauí e Maranhão). Possui 4.238 km que se estendem pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas até o município de Propriá, em Sergipe. Em 2008, a razão social da CFN (Companhia Ferroviária do Nordeste S/A) mudou para Transnordestina Logística S/A.

A frota de locomotivas da CFN/Transnordestina Logística S/A é composta por máquinas de pequeno porte e baixa potência, possuindo um total de 94 locomotivas.

Fabricante	Modelo	Potência Ativa	Total	Nota
ALCO	RSD-8	1050 HP	31	42
EMD	G12	1425 HP	20	20
GE	U5B	600 HP	12	17
GE	U10B	1050 HP	8	8
GE	U8B	900 HP	6	6
Amsted-Maxion	DH-10	1300 HP	1	1 Em testes

Projeto da nova Transnordestina

A ferrovia Transnordestina nasce grande, com 1.728 quilômetros de extensão. E tem uma missão de enorme responsabilidade: dar início a um longo ciclo de desenvolvimento para o Nordeste.

A Transnordestina é uma ferrovia que liga os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao cerrado do Piauí, no município de Eliseu Martins. O objetivo é elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma moderna logística que une uma ferrovia de alto desempenho e portos de calado profundo que podem receber navios de grande porte.

Até se chegar à concepção do traçado atual, foram contratadas experientes consultorias em pesquisas agrícolas e minerais para identificar cargas potenciais que pudessem dar suporte ao crescimento da ferrovia. O que mais chamou a atenção foi o crescimento agrícola no cerrado nordestino e a dificuldade futura para escavar toda a produção, fato que poderia estancar o crescimento regional. Na safra de 2004/5, a região formada pelo Norte do Tocantins, Oeste da Bahia e Leste do Piauí produziu 5,3 milhões de toneladas de grãos.

Isto, somado ao fato de que existem no nordeste dois portos novos e de grande calado, levou à solução: construir uma ferrovia de classe mundial que, junto aos trechos existentes, pudesse dar uma respeitável vantagem competitiva aos produtos do cerrado. A soja, que cresce a taxas superiores a 17% ao ano entre 1992 e 2004, no cerrado nordestino, junto com o milho e o algodão, pode se transformar na carga-índica que vai tornar o novo empreendimento sustentável.

No meio do caminho, uma imensa e já conhecida jazida de gipsita ganha também um sopro de competitividade capaz de revitalizar a região. A estas duas cargas adicionem-se os combustíveis e o biodiesel, com excelente perspectiva de crescimento, o polo produtor de frutas em Pernambuco mais a produção de álcool que se inicia no cerrado, além das excepcionais oportunidades para o transporte de minério de ferro. Está pronto um mix de cargas capaz de sustentar um empreendimento rentável.

As projeções da ferrovia apontam para o transporte de 17 milhões de toneladas de cargas em 2010 e cerca de 27 milhões em 2020. A construção foi iniciada em 6 de junho de 2006 e sua conclusão prevista para dezembro de 2010.

Fontes: <http://www.cfn.com.br/>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Transnordestina>

Postado por Jônatas Rodrigues Pereira às 06:30 - 0 comentários

Marcadores: Companhias que atuam na Paraíba

CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos)

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a partir da junção de uma empresa de projetos ferroviários Empresa de Engenharia Ferroviária S.A. – ENGEFER e de uma das diretorias da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., mais precisamente a Diretoria de Transportes Metropolitanos – DTM, responsável pela operação e manutenção do transporte de passageiros em todo o Brasil.

No dia 22 de fevereiro de 1984 foi constituída a CBTU com a missão de planejar, realizar estudos, projetos, implantar e construir o

transporte de pessoas, operar e explorar comercialmente, ficando sob a responsabilidade da RFFSA, o gerenciamento do transporte de carga sobre trilhos. A CBTU se transforma em uma empresa subsidiária da RFFSA.

Os sistemas ferroviários aos poucos são transferidos da RFFSA para a CBTU, que passa a gerenciar primeiramente, em 1984, São Paulo e Rio de Janeiro, e posteriormente, Recife em 1985 e Belo Horizonte no ano de 1986.

São Paulo e Rio de Janeiro já vinham passando por um processo de modernização, ocorrendo o mesmo com Recife – Linha Centro e Belo Horizonte. Sendo que os dois últimos sistemas citados receberiam projetos que os transformariam em metrôs de superfície. O Sistema de Recife já era identificado em suas respectivas regiões de operação como METROREC e o de Belo Horizonte como DEMETRÔ.

Mais tarde, em 1988, são transferidos os sistemas de Recife - Linha Sul, Fortaleza, Salvador, Natal, João Pessoa e Maceió.

Os sistemas ferroviários são denominados então de Sistemas de Transporte Ferroviário Metropolitanos, ficando assim estruturados: Administração Central, com sede na cidade do Rio de Janeiro, seis Superintendências - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, e sob a gestão da Superintendência de Recife, três Gerências: João Pessoa, Natal e Maceió.

Durante seis anos, desde a criação da CBTU, é implantado o Programa de Modernização da Ferrovia, até que, com a criação do Plano Nacional de Desestatização – PND, em 1990, dá-se o inicio da implantação do Programa de Estadualização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros sobre Trilhos. Este Programa consiste em recuperar e modernizar todos os sistemas operados pela CBTU, para mais tarde serem Estadualizados e futuramente privatizados.

Em setembro de 1993, a CBTU deixa de ser subsidiária da RFFSA, tornando-se uma empresa ligada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava visando à transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os poderes locais de governo.

No ano de 1994, é iniciada a implantação da Descentralização dos Sistemas, transferindo para os governos dos Estados de São Paulo, representado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e do Rio de Janeiro, representado pela Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS, os respectivos sistemas ferroviários.

No ano de 1997, é criada a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, com a finalidade de projetar o metrô da Região Metropolitana de Fortaleza e futuramente operá-lo, ficando, na ocasião, para a Superintendência de Fortaleza, a missão de operar e manter o transporte de passageiros sobre trilhos.

No ano de 2002, é transferida para o Governo do Estado do Ceará, representado pelo METROFOR, a Superintendência de Fortaleza – STU-FOR, com a função de implantar, operar e manter o sistema metrô.

Hoje a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, gerencia a operação de São Paulo, a SUPERVIA, formada pelo consórcio de empresas BANCO PACTUAL, RENFE e CAF, tem a concessão para operar e manter o sistema de bitola larga do Rio de Janeiro, assim como o trecho de bitola estreita que vai da estação Japeri até a estação de Paracambi e o trecho entre as estações de Gramacho até Vila Inhomirim.

A Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística - CENTRAL, criada em 2001, opera o sistema de bitola métrica do Fundo da Baía de Guanabara, ou seja, os ramais ferroviários de Niterói / São Gonçalo / Visconde de Itaboraí, Saracuruna / Magé / Guapimirim e o sistema de Bondes que liga o centro da cidade do Rio de Janeiro ao bairro de Santa Teresa.

O Programa de Descentralização para o Sistema de Salvador está amparado na união dos governos Estadual e Municipal e da Iniciativa Privada, representados pela Companhia de Transportes de Salvador – CTS, empresa criada no ano de 2000, para implantar e operar o metrô da Região Metropolitana de Salvador. Em 2005, o Sistema de Trens Urbanos da cidade (trecho ferroviário entre as estações de Calçada e Paripe) foi transferido para a Prefeitura de Salvador.

Atualmente, a CBTU opera os trens de passageiros nas cidades de Recife, Belo Horizonte, João Pessoa, Natal e Maceió.

A CBTU é uma empresa vinculada desde 2003 ao Ministério das Cidades, assim como o DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito e a Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

Sistema de João Pessoa

Com 30 km de extensão, o Sistema de Trens Urbanos em João Pessoa é composto por 4 locomotivas e 24 carros de passageiros, formando 2 composições que realizam 28 viagens diárias, interligando os municípios de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, na Grande João Pessoa. O sistema da CBTU João Pessoa possui 9 estações modernas e recuperadas, e transporta, em média, 10,1 mil passageiros/dia. A velocidade comercial média é 25,5 km/h, e o custo da tarifa é R\$ 0,50.

Nos 30 km de extensão, os passageiros podem desfrutar de uma viagem agradável, segura e econômica, além de contemplar belas paisagens rurais em plena área urbana. Preocupada com o espaço onde está inserida, a CBTU João Pessoa, ao oferecer um transporte de passageiros com qualidade, se integra à comunidade litorânea realizando projetos sociais e culturais que visam manter uma sinergia com a população, resgatando os valores do povo paraibano. A área formada pelos quatro municípios (João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita) atravessados pelo sistema ferroviário apresenta uma população total de aproximadamente 844 mil pessoas, o que corresponde a cerca de 24,5% do total da população estadual.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wilson Santiago. A importância estratégica da Ferrovia Transnordestina equivale à importância estratégica para o Sul do País, da Ferrosul.

Então, é inaceitável que o Brasil, com a infraestrutura, com as deficiências que tem, dê-se o luxo de deixar à margem esse projeto tão importante.

Parabéns pelo pronunciamento, Senador Wilson Santiago!

Muito obrigada.

Antes de passar a palavra, há uma comunicação de Liderança do PDT...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu gostaria apenas que V. Ex^a me inscrevesse, Sr^a Presidente, como solicitei, para que eu possa falar pela Liderança do Governo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a já está inscrito pela Liderança do Governo em seguida, após o próximo orador.

Eu gostaria de fazer uma comunicação do expediente que esta Mesa recebe.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 70/2011/GLPTB

Brasília, 24 de março de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Progressista – PP, uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. _ Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O expediente lido vai à publicação.

Convidado, para fazer uso da palavra, o Senador Cristovam Buarque, em comunicação de Liderança pelo PDT.

Os próximos Senadores inscritos são o Senador Alvaro Dias, o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Marisa Serrano.

Depois do Senador Alvaro Dias, falará, por comunicação de Liderança, o Senador Romero Jucá como Líder do Governo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nós estamos recebendo, nos

diversos meios de comunicação dessa tal de globosfera, a notícia da provável demissão do encarregado da política nuclear brasileira na Cnen. E a razão que está sendo dada não está clara, porque se diz que é porque Angra não tem autorização para funcionar. Mas não tem autorização para funcionar porque o Presidente da Cnen está sendo omissa, demorado ou porque está sendo cuidadoso? Isso não está no noticiário que eu vi até aqui. E esse é um assunto, Sr^a Presidenta, sobre o qual o Senado tem de debruçar-se.

Há um ano e meio, eu tive a oportunidade de ir a Chernobyl, uma viagem difícil. Precisei da autorização do ministério ucraniano, precisei do apoio muito forte da Embaixada brasileira, mas consegui ir ver o que é Chernobyl 20 anos depois da tragédia. E eu fui porque, preocupado como sou com o meio ambiente, angustiado com essas represas feitas no Brasil, eu comecei a achar, Senadora Marisa, que a energia nuclear poderia ser alternativa. Afinal de contas, é uma fonte de energia que não polui, destrói quando acontece uma tragédia, mas não cria grandes lagos, não joga fumaça no ar. Por que não a energia nuclear? E eu via que só há dois problemas com a energia nuclear: o problema da engenharia civil, que assegura que não haverá problemas de vazamento, e o problema da engenharia nuclear, onde guardar os resíduos depois que eles cumprem o seu papel. Isso aí a engenharia, eu imaginava, pode resolver.

Mas eu decidi ir, aproveitando uma viagem que não estava muito longe, até Chernobyl. Senador Pedro Simon, eu vi o que é uma catástrofe. Eu vi o que é uma cidade da qual, de repente, todos os seus habitantes são obrigados a sair sem levar nada consigo, e, na primeira parada, até a roupa e os documentos terem de queimar. Eu vi as árvores tomando conta dos prédios abandonados; escolas com as árvores por dentro comendo tudo; casas sendo derrubadas de dentro para fora pela floresta que tomou conta. E eu pude, ao ler um pouco, perceber milhares de pessoas que até hoje convivem com doenças graves, por causa do que aconteceu ali, de repente.

É impossível continuar a favor da energia nuclear depois de ir a Chernobyl, a não ser que se mostre, com uma força muito grande, que a engenharia é tão poderosa que resiste às mais graves mudanças estruturais da Terra.

Hoje, depois de ver a televisão por todas essas semanas com o assunto das usinas japonesas, eu não tenho mais dúvida: esse não é o caminho que a gente deve seguir para resolver a crise energética dos nossos países, porque, embora não polua no dia a dia, o risco existe, e o risco provoca tragédias impossíveis de controlarmos. Com a fumaça, a gente põe máscara

ras; com os lagos, que são uma tragédia ecológica, a gente recupera a fauna e a flora antes que eles sejam inundados; mas, com a tragédia nuclear da radiação espalhada por uma cidade, espalhada pela água, espalhada pelo mar, impedindo a produção agrícola... Vinte anos depois, ninguém pode ainda produzir em muitos quilômetros ao redor de Chernobyl, e isso vai continuar por centenas de milhares de anos, porque essa radiação não desaparece, a não ser por um processo natural que leva centenas de milhares de anos. Não dá para brincarmos com uma coisa como a energia que é capaz de provocar tragédias tão grandes.

Imagine uma coisa dessa, Senador Lindbergh, lá pertinho de onde o senhor mora, em Angra dos Reis. Imagine um raio de trinta, cinquenta ou setenta quilômetros a partir de Angra dos Reis: entra por São Paulo e vai por uma grande parte do Estado do Rio de Janeiro. Isso fica inabitável por muitos anos! Inabitável por muitos anos!

Aquelas famílias que a gente está vendo hoje no Japão não vão poder voltar se a tragédia se agravar – ainda há uma chance de ela não se agravar. Nós estamos falando de um país como o Japão, acostumado a terremoto. Alguns dizem: “Mas no Brasil não há terremoto”. Quem garante que não pode haver um terremoto no meio do Atlântico? E qualquer um garante que um terremoto forte no meio do Atlântico gera um tsunami até as costas brasileiras. Aí se diz, Senador Gim: “Mas isso vai atacar todas as casas que estão ao redor”. É verdade, mas, depois que passar, volta-se; agora, se atacar a usina nuclear, ninguém volta.

Por isso, temos de – e foi uma proposta que fiz na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que até retirei porque outras comissões fizeram também – ouvir os responsáveis pela política energética brasileira. E, por incrível que pareça, o que estava convocado para ir, o Presidente do Cnen, já não vai mais, porque está sendo exonerado hoje.

Não basta vir o encarregado da energia nuclear; precisa vir também o Ministro da Energia, para dizer o que vamos fazer se não fizermos centrais nucleares. É a pergunta que me fazem: “E, se não fizermos centrais nucleares, o que fazemos?”

Eu só vejo duas alternativas: primeiro, reduzir o consumo de energia. É possível, sim, um país viver sem o consumo energético que a gente tem hoje em qualquer país desenvolvido. Há uma margem de redução. Segundo, procurar fontes alternativas, como lá no seu Estado, Presidente, e no Ceará também, com a energia eólica.

E há energia solar. A Alemanha hoje está fazendo uma coisa, Senador Lindbergh, que é um sonho: as casas não pagam a energia que usam; as casas ven-

dem energia, porque há energia solar para consumo doméstico, e o que sobra coloca-se na rede.

A gente pode transformar cada casa em uma usina produtora de energia em vez de uma usina consumidora de energia, através de técnicas simples, sobre tudo se decidirmos fazer isso e começarmos a investir radicalmente na procura dessas soluções.

Mas o primeiro passo para investir na procura de soluções é tomar a decisão: continua ou não continua buscando energia nuclear? Pelo que se sabe, sete usinas novas estão para serem construídas.

O Sr. Lindbergh Farias (Boco/PT – RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a me concede um parte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só um minuto; com o maior prazer.

Nesse final de semana, a Primeira-Ministra, a Chanceler Merkel, perdeu a eleição em um dos Estados da Alemanha porque o Partido Verde ganhou pelo susto que o Japão provocou na população alemã. Essa onda vai crescer; essa onda vai crescer, mas não pode ficar uma onda apenas do contra. Tem que ser uma onda que traga alternativas também. Não pode ser apenas aquela rejeição a um tipo de energia. Tem que haver também proposta de uma energia alternativa, ou de um modelo civilizatório alternativo, ou de uma indústria alternativa, um consumo alternativo que não exija tanta energia.

Antes de concluir, Presidente, quero dar um aparte ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Quero parabenizar o pronunciamento de V. Ex^a. Vou subir à tribuna daqui a pouco, Senador Cristovam, para falar do mesmo tema. O Brasil, ao contrário da França, que tem quase 80% de sua energia produzida por usinas nucleares, tem menos de 3%. E V. Ex^a faz uma pergunta sobre terremotos. Nós não temos terremotos, mas temos deslizamentos. E muitos. Há dois anos, em Angra dos Reis, no dia 1º de janeiro, a gente se lembra do episódio de Ilha Grande, em que uma parte daquele morro, na verdade, dissolveu-se. A gente viu agora, na região serrana do Rio de Janeiro, o que os geólogos chamam de corrida de lama e detritos. Pois bem, Senador Cristovam, o Jornal *O Globo* de domingo – vou falar isto no meu pronunciamento – traz uma foto – e vou mostrá-la – de um acidente que aconteceu naquela região em 1985, que soterrou todo um laboratório de radioecologia. Eu faço uma pergunta que fiz na semana passada ao Presidente da Eletrobras, Dr. Othon, que esteve nesta Casa, e ao representante do Cnen, que não era o Presidente, mas era o representante do Cnen: no meio daquelas chuvas de 1º de janeiro, em Angra, a Rio—Santos estava completamente interditada, a defesa civil do Município estava trabalhando

para salvar as pessoas que estavam soterradas. Eu perguntei se a usina havia sido desligada, e a resposta foi: "Não". Não existe um plano de emergência, que é a nossa preocupação toda. Eu só queria concluir, Senador Cristovam, dizendo que, na quarta-feira, uma comissão externa desta Casa vai a Angra dos Reis. Nós queremos visitar a usina, mas queremos conversar com a população, com as associações de moradores. Queremos saber do plano de treinamento, desse plano de emergência, porque a Rio—Santos fica justamente em cima das usinas. Nós sabemos que, hoje... Volto a dizer: não é apenas aquele caso que citei do dia 1º de janeiro de 2009. Qualquer chuva causa desmoronamentos, hoje, na Rio—Santos. Como pode haver um plano de evacuar aquela região se a estrada que está ali em cima fica completamente interditada em qualquer situação? Então, na verdade, esse é um tema seriíssimo. Acho que, mais do que condenar o programa brasileiro, o que a gente tem que fazer é o que o mundo inteiro está fazendo: abrir-se para discutir, olhar a questão da segurança, porque acho, Senador Cristovam, até por ter participado das discussões sobre a região serrana, por estar fazendo parte de toda a discussão sobre esse sistema nacional de defesa civil, por saber como é frágil... O senhor sabe que, no Japão, eles retiraram mais de cem mil pessoas, em vinte quilômetros em torno da usina, em poucos dias. É por tudo isso que eu apresento muitas dúvidas, e é por isso que esta Casa criou uma comissão externa que vai a Angra dos Reis na próxima quarta-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É uma pena, Senador, que Chernobyl seja tão longe, porque essa Comissão deveria ver. Quem vai lá, Senador Romero, não volta com a sensação de defender. Para eu ir lá, tive que assinar documentos de que me responsabilizaria pelas seis horas que passaria lá. Ao sair, tiver que passar por um detector de radioatividade para saber se me levavam para o hotel de volta ou para um hospital, para me cuidar – vinte anos depois!

Você vai pela estrada e, de repente, começa a ver o deserto verde que vai surgindo na sua frente, o vazio de pessoas e apenas árvores; a selva tomando conta. Era uma cidade antiga, cujas casas já estão praticamente tombadas pelas árvores; uma cidade parecida com Brasília, onde moravam os funcionários das usinas. Os prédios estão lá, todos tombados. A gente vê o cemitério de um projeto energético que é arriscado demais.

O Senador Lindbergh lembrou bem: dá para a gente viver sem esses 3%, Senador Romero Jucá. A França não consegue – eu não sei como a França vai resolver; eu não sei como a Alemanha vai resolver –,

mas o Brasil consegue. Dá para a gente viver sem esses 3% de energia. Dá para a gente repor esses 3% com outras fontes, ainda que sejam hidrelétricas, de preferência pequenas, e não grandes.

Eu lamento muito que a Senadora Marina Silva não esteja aqui. Acho que ela seria a pessoa para encarnar essa grande luta, para que nós saibamos como ter um modelo econômico em que a energia não traga esse risco trágico, esse inferno, porque a gente não vê o fogo, mas o fogo toma conta das pessoas por dentro.

E concluo dizendo que está surgindo – e eu faço parte de quem está ajudando a criar – uma Frente Latino-Americana de Parlamentares Contra a Energia Nuclear. Estamos trabalhando, também, com a possibilidade de um plebiscito mundial, pela Internet, no dia 6 de agosto, dia da explosão de Hiroshima, para saber o que mundo pensa sobre: vamos consumir mais e cair na energia nuclear, ou vamos consumir menos e buscar alternativas e dormir sem medo de que, a centenas de quilômetros de onde estamos, não haverá um vazamento nuclear, por uma força natural, como a do Japão, ou por um erro humano, como foi em Chernobyl? Nem tsunami houve, foi um simples erro, e que em qualquer lugar pode acontecer.

É isso, Srª Presidente, que eu queria dizer, insistindo: o Senado não pode ficar omisso para discutir se o futuro da energia nuclear vai usar ou não fontes nucleares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cristovam Buarque, cumprimento-o pela coragem de ter chegado a esta área de risco. O Brasil, felizmente, pela possibilidade que tem de diversificar a sua matriz energética com energia limpas e renováveis, está em uma situação mais confortável que outras nações. Deus é realmente brasileiro.

Obrigada, Senador Cristovam, que falou pela Liderança do PDT.

O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Srª Presidente Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, fica a impressão de que há uma fábrica de escândalos no Brasil. Se olharmos para o que se divulgou no último fim de semana, vamos verificar que há uma produção inegotável de corrupção na atividade pública brasileira.

Começo citando a denúncia de corrupção, revelada pelo jornal *O Globo*, na área da saúde pública do País. Justamente nesse setor. Está escrito na Secretaria de Saúde do Paraná, em Curitiba, uma frase: "A saúde do povo é a suprema lei." Deveria ser: "No Brasil,

a saúde do povo é o caos, é a tragédia administrativa, é a consagração da incompetência."

Saúde pública deveria ser o debate da década. No entanto, o único debate que se anuncia, que se insinua, que se ensaia é o debate sobre o restabelecimento da CPMF para financiamento do serviço de saúde pública do País. Lastimável!

O que nós verificamos, nesses dias, com mais esta denúncia, é que o Banco Mundial tinha razão, quando concluiu estudos afirmando que a questão da saúde pública no Brasil não é dinheiro, é desorganização, falta de planejamento, incompetência de gerenciamento e corrupção.

Há poucos dias, a denúncia de que roubam na Farmácia Popular. A Farmácia Popular, que se constitui em esperança na camada mais pobre da população para atender as suas necessidades de medicamentos, tornou-se também porta aberta à corrupção. A denúncia está nos jornais dos últimos dias.

Agora, nesse fim de semana, a revelação de que R\$600 milhões foram desviados em dois anos. No ano de 2007 e 2008, R\$662 milhões foram para o ralo. Mas o prejuízo deve ser bem maior, pois somente 2,5% das chamadas transferências fundo a fundo são fiscalizadas, de acordo com a Controladoria Geral da União.

Eu considero que quem rouba dinheiro da saúde se torna ladrão, mas também assassino, porque, certamente, o roubo é a causa para a morte de milhares de brasileiros desassistidos, muitos morrendo em filas de hospitais, não apenas no interior do País, mas a partir da própria capital.

Aqui em Brasília, no ano passado, eu fui procurado por pessoas desesperadas que queriam salvar a vida de dois de seus familiares. Um caso, um acidente na Bahia, a transferência para o Hospital de Base em Brasília, a necessidade da amputação da perna e uma fila enorme. O doente foi transferido para o Hospital Regional em Cascavel, no Paraná. Vejam a distância. Um outro, depois de muita insistência, de muita persistência, acabou sendo atendido com muito atraso. E as consequências são inevitáveis.

Portanto, saúde pública no Brasil é caos, da capital ao interior, do interior à capital. E a única alternativa que encontram é discutir a hipótese do retorno da CPMF, quando há, na Câmara dos Deputados, uma proposta que seria a solução, com a fixação da responsabilidade da União de repassar 10% do Orçamento para o atendimento da saúde pública no País. Mas o que se constata é que há corrupção, há incompetência, há desorganização, há ausência de planejamento.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é a oposição no Brasil que faz a constatação; é o próprio Banco Mundial, que tem equipe técnica qualificada para investigar a realidade.

E é por isso que propusemos, Senadora Marisa Serrano, há algum tempo, que o debate sobre saúde pública no Brasil pudesse se transformar no debate da década.

Concedo um aparte, primeiramente, à Senadora Marisa, que pediu antes, e depois à Senadora Marinor.

A Srª Marisa Serrano (Bloco/PSDB – MS) – Senador Alvaro Dias, muito pertinente a sua fala hoje sobre o que as pesquisas todas indicam como o maior problema que o brasileiro sente hoje no País. Acima da violência, da falta de segurança pública, é a saúde a questão maior vivida pelo brasileiro. E tudo aquilo que V. Ex^a colocou nós estamos ouvindo de toda a população brasileira, não só dos nossos Estados. V. Ex^a está ouvindo da população do seu querido Paraná, mas eu estou ouvindo de Mato Grosso do Sul também. Tenho certeza que esse é um clamor nacional. E concordo com V. Ex^a que a questão de mais recursos colocados na saúde sem que haja seriedade, planejamento e consciência de que temos que tratar bem a questão da saúde, principalmente os recursos da saúde, é fundamental. Nós precisamos saber se temos médicos para irem para o interior, abrir caminhos para que eles possam realmente trabalhar no interior deste País. E eu falo isso porque inúmeras cidades de Mato Grosso do Sul que têm uma dificuldade imensa de conseguir um médico que possa atender a sua população. Então, a interiorização da medicina é fundamental. É fundamental que os nossos médicos ganhem o suficiente para não ficarem com quatro, cinco empregos, indo só uma hora em um, duas horas em outro, e fazer um acompanhamento efetivo nos postos de saúde, onde eles trabalham, sem ficar pulando de um lugar para outro sem atender bem à população. E depois nós não ouvimos, durante a campanha política, ninguém falar em ressuscitar impostos. Ninguém falou na volta da CPMF. Ninguém disse que os impostos voltariam no Brasil. Era justamente o contrário. Era desonerar o País, era melhorar a reforma tributária, fazer uma reforma tributária justamente para diminuir os impostos. E o que nós estamos vendo hoje? A discussão da volta da CPMF; o IOF está subindo em todo o País – quem está comprando no exterior sabe disso. Quer dizer, aos poucos, estão voltando os impostos neste País. Portanto, V. Ex^a tem toda razão. A corrupção está se tornando endêmica neste País, e nós temos que dar o exemplo, nós aqui desta Casa, mas também todos

aqueles que governam e têm a obrigação de governar bem todos os municípios deste País.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Marisa. Veja, só em Franca, um relatório do próprio Ministério da Saúde que foi divulgado mostra o desvio de R\$2,5 milhões da Farmácia Popular – só em Franca! Eu me referi a R\$662 milhões, mas pode ser muito mais, já que, como eu disse, somente 2,5% das transferências são fiscalizadas. Portanto, esse valor pode ser infinitamente maior. E onde está a indignação? O que se consagra num fato como este é que a impunidade prevalece no Brasil como consequência da banalização da corrupção, que foi, talvez, o maior desserviço que se prestou à Nação nos últimos anos. A corrupção não provoca mais indignação.

Em outros tempos, certamente, ao se anunciar que roubaram mais de R\$600 milhões da saúde pública, nós teríamos uma reação compatível com a grandeza do assalto praticado. No entanto, hoje, não há reação compatível. A indignação não tem o tamanho do crime que se pratica no Brasil. Em nenhum momento se verifica uma correspondência em relação à proporção do crime praticado. Nesse caso, é crime hediondo, porque o ladrão é assassino, já que pessoas morrem como consequência da escassez de recursos para atender o serviço público de saúde no País.

Eu concedo à Senadora Marinor o aparte que solicita.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu acho que este tema é bastante pertinente. Eu estou preparando alguns dados da situação da saúde no meu Município, o que vem ao encontro da preocupação de V. Ex^a. Estamos preocupados com a situação da saúde no Brasil, que é grave sob vários aspectos: os recursos destinados são poucos, porque o pagamento da dívida pública continua tendo prioridade no Brasil, mas existe uma situação de acomodação por parte do Governo Federal, por parte das estruturas do Governo Federal, na perspectiva da fiscalização dos recursos. Na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, só contra o Prefeito Duciomar Costa, que é ex-Senador desta Casa e atual Prefeito, só na área da saúde há dez ações, dez ações do Ministério Público Federal, entre ações criminais, ações civis públicas e ações de improbidade. Morte nas unidades de saúde, por falta de atendimento, por falta de médico, por falta de medicamento, por falta de um desfibrilador; isso é rotina. E o que assusta é exatamente a banalização do assunto. O que está me causando calafrio, porque são os filhos do povo que estão necessitando desse atendimento, é como os governos estão tratando disso, como o Governo Federal trata. Em cada processo de investigação por parte da Controladoria da União

– que uma vez seleciona um Município para investigar, não tem uma rotina de investigação da aplicação dos recursos –, há novas denúncias. Esta semana, virou notícia no Estado do Pará a revolta da população de Curralinho, uma cidade incrustada no centro da Ilha de Marajó, onde a malária é o principal motivo de morte da população. E simplesmente foi detectado o desvio de dinheiro público. A Câmara Municipal daquela cidade tentou apurar o assunto e foi impedida de apurar. A população se revoltou, teve quebra-quebra, enfim. Agora, os trabalhadores, os lutadores, os que sofrem a consequência do desvio, do roubo de dinheiro público estão sendo perseguidos pela polícia, porque foram reclamar. Enquanto isso, qual é a atitude do Governo Federal? Como é que ele pensa em interferir para alterar essa situação do Sistema Único de Saúde? Propondo o aumento da CPMF. É a única saída, é a única coisa que tem a fazer? Nada mais tem o Governo Federal a fazer? Qual é o seu papel no acompanhamento das políticas públicas, na fiscalização? Contra o sistema de ambulâncias no Brasil, de urgência e de emergência, são poucas as cidades que não têm denúncia, são poucas as cidades brasileiras que não têm denúncia. E é um sistema controlado pela União. Urgência, emergência, renais crônicos, tudo que envolve recurso federal e controle da União está nessa situação. Eu pretendo pedir o apoio de V. Ex^as, porque a situação no meu Estado é tão grave que os juízes federais estão saindo de lá. Não tem juiz federal para julgar essas dez ações contra o Prefeito Duciomar Costa. A minha cidade entrou no Cadih pela primeira vez na história, por conta de desvio de dinheiro público. Só está indo recurso da assistência, da educação e da saúde, porque são verbas carimbadas, são serviços essenciais. E ninguém faz nada! E ninguém faz nada! Então, nosso papel aqui é denunciar, mas é também pedir providências. E, nesta semana, em todas as esferas – estadual, municipal e federal –, em todo órgão público que possa atuar no enfrentamento dessa situação da saúde no meu Estado, eu estarei tomando providências. Na semana que vem, estarei dedicada a essa questão. Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Marinor. Faz muito bem V. Ex^a, terá sempre o nosso apoio.

E veja, essa é uma revelação surpreendente, porque diz respeito apenas à investigação de 2,5% dos recursos transferidos. Em 2,5%, o montante do rombo é de R\$662 milhões. Se nós fizermos aí a conta, se nós fizermos a média, certamente nós vamos chegar a um valor assustador de desvio na área de saúde pública no País. Apenas em Franca, na farmá-

cia popular, R\$2,4 milhões. E nós sabemos que não é só lá que ocorre o desvio.

Mas eu tinha elencado aqui, e vejo que o meu tempo vai-se esgotando, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 tópicos de irregularidades anunciadas nos últimos dias, e estou ainda na primeira. Portanto, nós não damos conta. Senadora Marisa, às vezes, nós somos cobrados: "Onde está a Oposição?". A Oposição faz o que pode, numericamente fragilizada, numericamente em desvantagem acachapante. E são tantos os casos, são tantas as denúncias, a corrupção se tornou prática rotineira no Brasil, que nós não damos conta realmente. Como hoje pretendia falar sobre vários tópicos de irregularidade, e estou ainda no primeiro deles.

O outro seria a denúncia do *Fantástico*, da Rede Globo, a respeito de um crime nas estradas, mostrando a venda aberta de drogas nas estradas brasileiras, inclusive com compra através de cartão de crédito. Veja a modernização do crime em nosso País: vende-se cocaína nos postos de gasolina, paga-se com cartão de crédito e nota fiscal do posto de combustível. Só que esse é outro combustível, as consequências desse combustível são outras. Mas compra-se com cartão de crédito e nota fiscal nas estradas brasileiras. É lamentável que a impunidade possa produzir tanto mal ao povo brasileiro.

A outra denúncia – eu vou concluir atendendo aos apelos da Presidente – diz respeito à denúncia na *Folha de S.Paulo* sobre laranjas que seriam utilizados para concessão de emissoras de rádio e TV, incluindo políticos, alguns religiosos. Isso precisa ser investigado.

O PSDB vai apresentar um requerimento na Comissão de Ciência e Tecnologia, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Pereira, para que, em audiência pública, o Governo possa prestar esclarecimentos sobre as denúncias que são da maior gravidade. O objetivo é ocultar movimentações financeiras, ludibriar a regra que impede que instituições como igrejas sejam donas de concessões. O artifício é velho e conhecido do Poder Público.

Essa é uma denúncia que precisa ser apurada, é uma denúncia da maior gravidade, que envolve especuladores, políticos etc.

Portanto, que essa audiência pública possa permitir o esclarecimento, ouvindo as autoridades responsáveis.

Sra Presidente, muito obrigado. Lamentavelmente não foi possível falar sobre outras questões relevantes que havia anotado para, sobre elas, discorrer desta tribuna.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, que falou como orador inscrito.

Agora, em nome da Liderança do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero rapidamente fazer três registros que considero importantes.

O primeiro deles demonstra o compromisso do Governo Federal, da Presidente Dilma Rousseff, com a promessa que firmamos aqui quando da votação do salário mínimo.

Hoje foi editada a Medida Provisória nº 528, que trata e oficializa a correção da tabela do Imposto de Renda em 4,5% para o ano de 2011, para o ano de 2012, para o ano de 2013 e também para o ano de 2014. A correção da tabela do Imposto de Renda planeja a ação do Governo para os próximos quatro exercícios, da mesma forma que foi feito com a votação do reajuste do salário mínimo.

Quando nós votamos aqui o salário mínimo, confirmamos à população brasileira, às Senadoras e aos Senadores, neste plenário, que, assim que fosse aprovado o salário mínimo, ainda este ano, a Presidenta Dilma editaria uma medida provisória para que essa correção da tabela do Imposto de Renda pudesse beneficiar também os contribuintes brasileiros já a partir da sua edição.

Essa edição impacta as contas públicas em 1 bilhão e 600 milhões para o ano de 2011 e algo em torno de R\$ 2 bilhões para os anos seguintes, porque vai valer durante os doze meses. É um fato extremamente importante. Nós queremos registrar que, junto com a correção da tabela do Imposto de Renda, mudam-se os valores de desconto, mudam-se os patamares de isenção. Portanto, todos são beneficiados.

O segundo registro que gostaria de fazer é que a Presidenta Dilma, em solenidade no Palácio, no final da semana passada, afirmou que, dentro de alguns dias, encaminhará uma medida provisória ao Congresso, dando condições para garantir o custeio das creches que estão em construção. Como as creches são construídas e só recebem recursos do Fundeb no ano seguinte, a Presidenta Dilma, preocupada com essa ação, nessa solenidade, assinou convênios para a construção de 718 creches. Ela também anunciou uma fórmula para que essas creches possam subsistir até receber recursos do Fundeb.

Portanto, uma medida provisória deverá definir recursos do Ministério da Educação para essa transição do funcionamento das creches, de tal forma que não

impacte as prefeituras que não têm condição, muitas vezes, de arcar com essas despesas.

Portanto, é uma medida também operacional importante, preocupada a Presidente Dilma com as crianças brasileiras e com o Programa Nacional de Construção de Creches.

E o terceiro registro que gostaria de fazer diz respeito ao meu Estado de Roraima. Trata-se da garantia que tivemos do Ministro Edison Lobão, da Eletrobrás, de que ainda este ano será lançado o leilão para a construção da linha de transmissão que vai unir Manaus a Boa Vista, uma linha em 500 kVA, que vai fazer com que o sistema de Boa Vista seja interligado ao sistema de Manaus, e o sistema de Manaus, interligado ao resto do Brasil pelo sistema de Tucuruí.

Portanto, o compromisso do Governo para comigo, do Ministro Lobão, Presidente da Eletrobrás, e do próprio Governo Federal da Presidente Dilma é de que, este ano de 2011, seja feito o leilão para que, em 2013 e 2014, haja conexão, ligamento do restante do Brasil com Tucuruí e Manaus e seja feita também a ligação de Boa Vista com Manaus.

Portanto, eu quero registrar à população do Estado de Roraima que esse é um grande passo para resolver definitivamente a questão de energia do nosso Estado, porque a interligação vai possibilitar não só o atendimento à população de Roraima de energia vinda do restante do Brasil, mas vai propiciar também que Roraima possa construir quatro hidrelétricas que já estão estudadas pela EPI, para que nós tenhamos a condição de, construindo essas hidrelétricas, vender energia para o restante do Brasil.

Portanto, é um anúncio importante que faço aqui, registrando o compromisso do Governo de construir, de iniciar os processos de construção, por meio de leilão, dessa linha de transmissão ainda no ano de 2011.

Peço a transcrição das matérias "Dilma anuncia medida provisória para garantir recursos às creches públicas" e "Governo oficializa correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda até 2014".

Muito obrigado, Srª Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Dilma anuncia MP para garantir Recursos a creches públicas

Ela afirmou que investir em educação é chave para desenvolvimento.

Presidente disse que terá boa relação com prefeitos de todos os partidos.

Nathalia Passarinho Do G1, em Brasília

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta quinta-feira (24), durante cerimônia no Palácio do Planalto, que editará uma medida provisória para garantir o custeio de creches públicas. Os recursos para financiar as unidades de educação infantil durante o período em que as prefeituras não receberem repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Segundo a assessoria do Ministério da Educação, a MP ajudaria a pagar os gastos com custeio do momento em que a creche fica pronta até a prefeitura provar ao Fundeb que a unidade está, efetivamente, em operação.

"A gente sabe que, caso de creche, o custeio pesa mais do que o investimento. Vamos enviar uma MP ao Congresso para bancar com recursos do Ministério da Educação esse interregno até vocês receberem os recursos do Fundeb. Justamente porque a gente quer que as coisas fluam de maneira a garantir que as crianças tenham suas oportunidades garantidas", disse, sem dar detalhes sobre valores.

Dilma participou de cerimônia no Palácio do Planalto de assinatura de termos de compromisso entre o governo federal e municípios para a construção de 718 creches públicas, e fez a entrega simbólica de 54 unidades de educação infantil. No discurso, a presidente destacou que investir na educação de crianças e jovens é essencial para o desenvolvimento do País.

"Um País que dá importância a suas crianças o seu futuro, a sua nacionalidade e constrói o verdadeiro caminho do desenvolvimento. Cuidar das crianças é questão decisiva para que nosso País seja desenvolvido. Se nós quisermos ser um País desenvolvido temos de olhar com especial atenção para o que é feito das nossas crianças", afirmou.

A Presidente também reforçou o compromisso de manter, durante o atual governo, uma boa relação com as prefeituras. Segundo ela, a filiação partidária dos prefeitos não vai influenciar nas parcerias com o governo federal.

"Ser republicano, não olhar origem partidária dos prefeitos é algo fundamental se esse País quer de fato construir democracia sólida e efetiva", afirmou Segundo Dilma, o Brasil está no rumo certo do crescimento econômico e desenvolvimento social. "O Brasil está num momento histórico e especial de sua vida. Continuamos a possibilidade de criarmos uma economia com base no controle da inflação e economia sustentável, gerando empregos para a ampla maioria da sua população."

Ao final da cerimônia, ela foi questionada sobre o pedido de demissão da Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, mas evitou comentar o assunto. "Aguarde". Disse a Presidente.

Governo oficializa correção de 4,5% por ano na tabela do IR até 2014

Diário Oficial da União desta segunda-feira traz MP sobre o assunto.
Atualização da tabela só aconteceu após aprovação do mínimo de R\$ 545.

Alexandre Martello Do G1, em Brasília

[imprimir](#)

O governo oficializou nesta segunda-feira (28), por meio da Medida Provisória 528, publicada no Diário Oficial da União, a correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 2011, 2012, 2013 e 2014, ou seja, até o fim mandato da presidente Dilma Rousseff.

O reajuste da tabela do IR neste ano, que já havia sido confirmado pelo ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, ficou abaixo, porém, do que pediam os sindicatos, que buscavam um reajuste de 6,46% - correspondente à variação do INPC no ano passado.

Entretanto, o governo atendeu ao pedido das centrais sindicais de promover um reajuste da tabela do IR não somente para 2011, mas para todos os anos do mandato da presidente Dilma.

Após aprovação do salário mínimo

A atualização da tabela só foi autorizada pela presidente Dilma Rousseff após a aprovação do salário mínimo de R\$ 545 pelo Congresso Nacional. A aprovação do mínimo, no valor proposto pelo governo, era um pré-requisito para a correção da tabela. De acordo com o governo, a correção da tabela representará uma renúncia de R\$ 1,6 bilhão neste ano. Nos próximos anos, a renúncia poderá ficar acima de R\$ 2 bilhões por ano.

Ao corrigir a tabela do IR, o governo abdica de arrecadação, uma vez que menos contribuintes passarão a pagar o Imposto de Renda. Ou aqueles que continuariam pagando, com o reajuste da tabela, seriam menos tributados. A explicação é que o limite de isenção do IR é corrigido junto com a tabela progressiva.

Limites

Em 2010, por exemplo, com base em valores recebidos no ano anterior, foi obrigado a declarar IR quem recebeu mais de R\$ 1.499,15 por mês. Em 2011, este valor sobe para R\$ 1.566,61. Já em 2012, o limite de isenção avançará para R\$ 1.637,11 e, em 2013, para R\$ 1.710,78. No último ano do mandato de Dilma Rousseff, em 2014, subirá para R\$ 1.787,77.

A correção da tabela do IR também implicará no reajuste dos valores das deduções do Imposto de Renda. Na declaração do IR deste ano, por exemplo, quem optar pela declaração simplificada, poderá fazer o abatimento de 20% da renda tributável, limitado a R\$ 13.317,09. Com a correção da tabela, esse valor vai subir para R\$ 13.916,36 na declaração de 2012, para R\$ 14.542,60 na declaração de 2013, para R\$ 15.917,02 no IR de 2014 e para R\$ 15.880,89 na declaração de 2015 (ano-base 2014).

No caso da dedução por dependentes, possível apenas por meio da declaração completa, o valor, de R\$ 1.806,28 no IR 2011 (ano-base 2010), avançará para R\$ 1.889,64 em 2012, para R\$ 1.974,72 em 2013, para R\$ 2.063,64 em 2014 e R\$ 2.156,52 em 2015 (ano-base 2014, o último do mandato do atual governo).

Como é feita a correção?

A atualização da tabela do Imposto de Renda, de acordo com o governo federal, está sendo feita com base no centro da meta de inflação deste ano, que é de 4,5%, tendo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como referência. Entretanto, analistas do mercado financeiro estimam uma inflação bem maior para este ano, em torno de 5,9%, tendo como base também o IPCA.

Cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) revelam que, apesar de ter sido corrigida nos últimos quatro anos, a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física ainda está defasada. Segundo o Sindicato, o percentual de defasagem da tabela do IR foi superior a 64% entre 1995 e 2010. A defasagem corresponde às perdas inflacionárias do período.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Romero Jucá, que usou comunicação de liderança, como Líder do Governo nesta Casa.

Convidado para falar como orador inscrito o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidente Ana Amélia, Sr^{as} Senado-

ras, Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para falar de uma comissão externa desta Casa que vai visitar Angra dos Reis, as Usinas Angra 1 e 2, na próxima quarta-feira.

Essa comissão externa e o debate aqui no Brasil surgiram depois de Fukushima. Todos os países do mundo estão parando para discutir os seus projetos nucleares. Agora há pouco, o Senador Cristovam Buarque fez aqui um discurso, um discurso muito inteligente

sobre se havia alternativas à energia nuclear no Brasil. Eu dizia, Senador Pedro Simon, ao Senador Cristovam Buarque que nós aqui temos menos de 3% da nossa energia produzida pelas usinas nucleares. Mas a discussão é – e não quero tomar aqui uma posição a favor da continuidade ou suspensão do nosso programa nuclear. Acho que acontece em todo o mundo um momento de repensar, de olhar a segurança, de olhar a situação de cada país.

Confesso, Exm^a Sr^a Presidente Ana Amélia, que fiquei mais preocupado na semana passada. Na semana passada tivemos aqui uma série de audiências públicas com acadêmicos do porte do professor Luiz Pinguelli Rosa, do professor Aquilino, também da UFRJ. Tivemos uma audiência pública neste Senado com a presença do representante do CNEN e também com o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon. E fiquei mais preocupado por quê? Confesso que a minha maior preocupação é quanto a um plano de emergência. É claro que a possibilidade de um acidente é pequena – peçamos a Deus que nunca aconteça –, mas sabemos que, se acontecer, o dano é altíssimo.

Sr^a Presidente Ana Amélia, tenho participado dos debates sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, porque fui Prefeito, acompanhei como Prefeito o problema das chuvas e enchentes no meu Município de Nova Iguaçu, mas fui eleito aqui para o Senado e assumi já na discussão dos problemas da região serrana. Sobrevoei tudo no primeiro dia, acompanhando o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, e o Ministro das Relações Institucionais; sobrevoei aquela região de Friburgo, Teresópolis, Petrópolis. Vimos centenas e centenas de desmoronamentos. Sei, a partir dali, estudando toda essa discussão, a nossa articulação nesse Sistema Nacional de Defesa Civil; a gente percebe como é frágil o nosso sistema de prevenção e alertas de catástrofes. Tão frágil que a Presidente Dilma, quando veio aqui, em sua mensagem ao Congresso Nacional fez um apelo para que o Congresso Nacional discutisse junto com o Governo Federal a elaboração de um marco regulatório desse Sistema Nacional de Defesa Civil. Não temos força nacional de defesa civil, não temos cadastro nacional que aponte as áreas de risco.

É isso! Todos os anos vem a chuva, nós corremos com políticas emergenciais, mas não há uma política estruturante do País sobre o assunto. Ao me debruçar sobre o tema quando entrou a discussão sobre energia nuclear, a minha primeira preocupação foi: estamos preparados na eventualidade de um problema? Vou a dizer, peço a Deus que nunca aconteça. Deus é brasileiro, não vai acontecer. Mas se acontecesse em Angra dos Reis estariámos preparados?

São esses os meus questionamentos, Senadora Marisa Serrano.

E é por isso que vamos lá na quarta-feira discutir e visitar não as instalações das usinas de Angra 1 e Angra 2, mas estamos indo para conversar com a população, com associações de moradores, com vereadores.

Há um problema que é central. A BR-101, a Rio-Santos. A Rio-Santos fica em cima das usinas. Qualquer pequena chuva traz desmoronamentos, barreiras caem na Rio-Santos, qualquer pequena chuva. Eu não falo de grandes chuvas. E o primeiro questionamento é: na hipótese de um problema, por onde fazer a evacuação das pessoas daquela área? Por onde as pessoas sairão se a Rio-Santos for interditada?

Queremos discutir o treinamento com a população. Aqui no Brasil é feito todo ano, mas a população participa de dois em dois anos. A participação é voluntária. Eu liguei para várias pessoas de Angra dos Reis, liguei para vereadores, ninguém havia participado do treinamento! Mas eu quero ir lá. Queremos ver, queremos conversar com as pessoas.

Há uma discussão sobre o raio. Veja que, no Japão, em Fukushima, eles retiraram 140 mil pessoas de um raio de 20 quilômetros em poucos dias.

Há uma tese de que Angra dos Reis não está no raio de evacuação na hipótese de um problema. Eu acho isso extremamente questionável. O raio que eles colocam é de cinco quilômetros para evacuar; acima disso, não haveria problemas. Eu discutiria isso. Mas, quero discutir, tudo bem, em relação aos cinco quilômetros, como está sendo feito esse plano de treinamento com a população?

Eu vi hoje que há projetos de construção de saídas pelo mar, mas eles não funcionam ainda; são projetos. Eu nunca trago matérias de jornais, mas trouxe *O Globo* de domingo, com a reportagem e esta foto mostrando um acidente que houve naquele trecho da BR-101, houve um deslizamento nesse trecho da Rio-Santos que soterrou todo o laboratório de rádioecologia, ao lado da usina. Isso aqui para mostrar que não são suspeitas a própria direção da Eletronuclear com relação a esses episódios. O Senador Cristovam falava e muita gente dizia que aqui no Brasil nós não temos placas tectônicas; temos no Atlântico, perto da África, mas nós não temos problema de terremotos, nós não temos problemas de tsunamis. Nós não temos problema de terremotos e tsunamis. Seria muito difícil acontecer isso aqui. Mas temos um problema que é concreto. Toda a Serra do Mar do Rio de Janeiro tem uma situação e tem uma natureza. Como os geólogos falam, toda a Serra do Mar é feita de uma rocha com uma pequena camada de terra e vegetação em cima; quando desmoronam, desmoronam com tudo. Foi assim naquele

acidente em Angra dos Reis, no dia primeiro de janeiro de 2010. Vimos na Ilha Grande, vimos agora na região serrana. É uma característica de toda a Serra do Mar. Então não temos terremotos, mas temos isso.

Eu estou indo de coração aberto, sem posições definidas. Agora eu acho que nós temos que ter responsabilidade. Não quero e não vamos ser alarmistas. Mas nós temos que ter muita responsabilidade, Senadora Marinor, e olhar com calma toda essa situação. Não podemos ter uma postura aqui de dizer que não vai acontecer conosco – sinto que é mais ou menos isso, a minha sensação é esta: Deus, Senador Wilson Santiago, está nos protegendo.

Nós temos que ter de fato um plano muito consistente e é por isso que eu acho que essa comissão externa vai estar presente quarta-feira lá em Angra do Reis.

Eu queria anunciar a esta Casa também que o Senador Jorge Viana apresentou – e foi aprovado – um requerimento criando comissão temporária para discutir um sistema nacional de prevenção a catástrofe, a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil. Temos visto aqui nesta Casa a quantidade de pronunciamentos, Senadores de Santa Catarina, do Paraná, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, sobre as chuvas. Então, essa vai ser outra comissão especial criada nesta Casa.

Meu nobre Senador conterrâneo concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh, traz V. Ex^a um assunto de grande importância não só para o Rio de Janeiro, mas também para o nordeste brasileiro, especificamente para o semiárido brasileiro. Todos nós vivenciamos e temos acompanhado ao longo do tempo não só o que ocorreu no Rio de Janeiro, como também as sucessivas secas no nordeste. Isso tem feito com que todos nós tenhamos condições de avaliar a desestrutura da defesa civil brasileira. Só para V. Ex^a ter uma idéia, quando acontece uma seca ou excesso de chuva em algumas regiões do País, a Defesa Civil só vem atuar com 30 dias, com 60 dias. Os decretos de calamidade, às vezes, duram seis meses. Às vezes no município ocorre um excesso de chuva ou uma seca, uma estiagem longa, e só depois de seis meses o Estado ou o Governo Federal reconhece e declara o estado de calamidade pública.

Então, a desestrutura da Defesa Civil é muito grande. Essa comissão que V. Ex^a irá comandar - tenho certeza de que vai presidi-la – será importante para apresentar a esta Casa e ao próprio Governo uma proposta de reestruturação da Defesa Civil em todos os setores e em todas as regiões do País, para que tenhamos condições de socorrer, com mais agilidade e mais rapidez, as necessidades das famílias que são, de fato, atingidas por esses desastres. Por isso, parabenizo V. Ex^a. Tenho

certeza de que V. Ex^a, não só pela origem, mas também pela experiência que tem, conhecendo o nordeste e conhecendo muito mais ainda o Rio de Janeiro, terá condição de não só subsidiar esta Casa como também de apresentar um projeto que represente o nosso pensamento e aponte a necessidade da melhoria da Defesa Civil Nacional, para que, num espaço de tempo bem curto, tenhamos condições não só de socorrer a população nesses casos, como também de acompanhá-la, de perto e de evitar situação desse porte, com certeza, atendendo ao desejo e às necessidades da grande maioria da população brasileira. Parabéns a V. Ex^a e a todos aqueles que, com certeza, irão contribuir para a melhoria da Defesa Civil Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago.

Concedo um aparte à Senadora Marisa Serrano.

A Sr^a Marisa Serrano (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Lindbergh. Eu gostaria de parabenizá-lo e de dizer que esta Casa está fazendo o seu papel. A Comissão de Meio Ambiente já fez uma audiência pública discutindo a questão energética nuclear do País e V. Ex^a propõe uma visita *in loco* para verificar as questões de segurança da usina. Nessa questão, cabe-nos acompanhar, fiscalizar e sugerir. Agora, eu não vejo o Governo tomar nenhuma posição a respeito - não há nenhuma posição que possa tranquilizar o povo brasileiro. Eu não vi ninguém do Governo dizer ao povo brasileiro que foi a Angra, que está tudo Ok, que o povo brasileiro pode ficar tranquilo e que, aqui, tomamos todas as medidas, medidas de evacuação da população, se for o caso, e medidas de fiscalização de toda a usina. Para todos nós, fica essa idéia de que o Governo está fazendo muito pouco. Só para terminar, como disse o Senador que me antecedeu, eu quero falar sobre a Defesa Civil. A questão da Defesa Civil é brincadeira no País. Eu soube que tem R\$700 milhões para o Brasil inteiro, para todas as catástrofes do Brasil. Só Mato Grosso do Sul precisaria de R\$400 milhões para sair da enchente que está havendo no Estado. Agora os problemas se avolumam com a enchente do Pantanal, que vai ter o seu pico no mês de maio. Já está tudo ilhado. Só o meu Estado precisaria de R\$400 milhões, e a Defesa Civil tem R\$700 milhões para atender o Brasil inteiro. É muito pouco. V. Ex^a há de convir. Então, precisamos cobrar do Governo Federal mais atuação nessa área. É o que V. Ex^a está fazendo com muita galhardia. Muito obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço à Senadora Marisa Serrano. Fomos Deputados juntos e sou admirador da luta da Senadora pelas bandeiras educacionais.

Senadora, o Ministro Mercadante tem tomado algumas posições. Eu acho que o Governo vai tomar

posições firmes nessa questão da energia nuclear. Sinceramente, acho que nós estamos em outro momento deste Senado.

Senador Cristovam, Senador Pedro Simon, observando de longe, a legislatura passada do Senado foi muito marcada pela disputa Situação e Oposição, ataques ao Governo e defesas do Governo. E ficou muito nisso. Hoje, por várias questões, até por uma correlação de forças aqui, acho que este Senado tem que repensar um pouco sua atuação, tem que juntar Senadores da Situação e da Oposição e montar uma pauta mais vinculada à vida real das pessoas, aos problemas concretos das pessoas.

Veja V. Ex^a, Senador Marisa Serrano: os problemas são de todos. Há fragilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil? Há fragilidades do Governo? Há fragilidades desta Casa, do Senado? Sim, há fragilidade de todos.

Senador Cristovam, Senadora Marisa, a última lei que fala do Sistema Nacional de Defesa Civil foi aprovada pelo Senado Federal. Sabem quando? Em dezembro passado! Há pouco. Então essa lei que estou criticando, que é uma lei que teve participação do Governo Federal, foi votada por este Senado em dezembro.

Vejam: em algumas questões, nós temos de assumir, porque o problema é de todos – do Parlamento, do Governo Federal, dos Governos Estaduais. A questão da defesa civil é essa. Eu tive uma conversa, no mínimo engracada, com uma pessoa da minha cidade – eu fui Prefeito de Nova Iguaçu –, que me olhou e disse: “É, depois desses episódios todos, eu, que não acreditava nessa história de mudanças climáticas, agora estou acreditando.” Esse é um fato que está crescendo. Nós temos que suprir lacunas de todos. Então não é só um problema de Governo e Oposição. Eu tenho muita liberdade aqui, Senador Cristovam e Senadora Marisa, para dizer onde é que está errado. Acho que nesse debate da energia nuclear está-se fugindo para outra discussão, mas eu penso que este Senado, no próximo período, tem que achar um rumo, um jeito de discutir coisas concretas, mais próximas da vida real. Se ficarmos só na acusação entre Governo e Oposição... Isso não é suficiente.

Senadora Marisa Serrano, muito obrigado pelo seu aparte.

Senadora Marinor Brito.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Senador Lindbergh, eu queria parabenizar V. Ex^a pela decisão de propor a comissão externa, decisão que nos faz refletir sobre outras tarefas e outros papéis que o Parlamento brasileiro pode desempenhar, como a defesa do interesse público na busca de soluções que garantam que o povo brasileiro esteja protegido das violências, quer sejam provocadas direta ou indiretamente pelo homem, quer sejam fruto da

natureza. Estou cada vez mais consciente de que precisamos fazer um deslocamento para a vida real, como V. Ex^a diz. Os fatos estão acontecendo na vida real. As ameaças concretas estão presentes na vida real das pessoas. Tenho certeza de que a visita que V. Ex^as vão fazer – eu dificilmente vou estar em condições, em razão da minha agenda já comprometida com outras tarefas – a essa região vai trazer elementos que, no mínimo, vão ajudar na reflexão e no enfrentamento, seja para criticar, sim, o Governo – se assim for necessário –, seja para pedir providências, seja para entender que mecanismos são esses, se é que eles existem, do ponto de vista do planejamento estratégico, do ponto de vista orçamentário, da estrutura existente no País para enfrentar catástrofes, para enfrentar problemas, na perspectiva de se antecipar a eles, inclusive, como propõe V. Ex^a. Propus uma comissão externa a Belo Monte, que foi aprovada. Espero completar essa tarefa no dia 16, porque há catástrofes que são previsíveis, sem haver o mínimo de responsabilidade dos que elaboraram o processo de implementação de políticas, a ponto de ninguém se responsabilizar. Ninguém está interessado nisso. O Nordeste, o Norte, o Sul, o Centro-Oeste, todas as Regiões do Brasil estão sujeitas a essas catástrofes. E eu estou, neste momento, como V. Ex^a, empenhada em tentar impedir uma catástrofe socioambiental planejada por um setor do Governo, apoiada por setores das elites deste País, que se relaciona também com implantação de hidrelétrica.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Refiro-me à exploração do potencial hídrico da nossa região, que vai matar índios, que vai matar mulheres, que vai explorar sexualmente crianças, que vai aumentar a violência nas regiões, que vai aumentar o desemprego. E isso deve ser motivo de preocupação deste Senado Federal. Por isso, valorizo e parabenizo V. Ex^a. Tenho certeza de que o Rio de Janeiro não poderia ter representante mais preocupado com a vida e com a qualidade de vida do povo. V. Ex^a propõe uma atividade como esta, uma agenda como esta, que é positiva para o enfrentamento destas dificuldades que esses setores de Defesa Civil, de planejamento das estratégias de proteção ao povo brasileiro não estão garantindo. Parabéns pela iniciativa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço à senhora, Senadora Marinor, que é uma lutadora e que eu conheço há muito tempo das lutas populares e sociais deste País.

Eu queria, antes de conceder o aparte ao Senador Cristovam Buarque, relembrar o que falei no aparte que fiz em seu pronunciamento. Questionei aqui, quando da presença do Presidente da Eletronuclear, Professor

Othon, sobre aquele episódio das chuvas de Angra dos Reis no dia 1º de janeiro de 2010. Todo o Brasil se lembra daquele episódio em Ilha Grande.

Aquele era o momento em que a Defesa Civil de Angra dos Reis, por palavra de representantes do Município, estava completamente com suas atividades direcionadas ao socorro das pessoas que foram atingidas, a socorrer vidas. A Rio-Santos estava completamente interditada, houve desmoronamento em vários pontos. Isso aconteceu em vários pontos da cidade de Angra dos Reis. E perguntei ao Presidente: "Dr. Othon, a usina foi desligada naquele momento?" E a resposta foi "não". Isso para mim é muito grave. Isso para mim é muito grave.

E concedo do aparte ao Senado Cristovam, que fez um pronunciamento há pouco, lembrando o art. 21 da nossa Constituição, que diz que "compete à União"; inciso XXIII: "explorar os serviços, instalações nucleares de qualquer natureza"; alínea a: "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante a aprovação do Congresso Nacional".

É importante dizer isso porque estamos discutindo sobre Angra 3. Angra 2 não foi aprovada aqui, no Congresso Nacional. Utilizaram um decreto ainda do regime militar que vigorava. E esta Casa deve assumir as suas prerrogativas.

Concedo o aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Lindbergh, em primeiro lugar, o meu apoio a esta ideia de que o Senado deveria discutir mais os interesses e os problemas nacionais, e menos as disputas partidárias que, muitas vezes, nós temos aqui. Nós precisamos fazer mais grupos de trabalho em função de temas concretos da realidade. As nossas Comissões são muito setoriais, e não temáticas, tais como educação, economia; e não temas como a pobreza. Deveria haver uma comissão aqui para estudar como erradicar a pobreza no Brasil. O problema do meio ambiente, a gente começa a ter. A gente precisa debater mais estes assuntos. A energia nuclear, neste momento, é um tema fundamental que não se restringe à Comissão de Energia. Agora, entre os temas que têm relação com tudo isto, sobre um, de fato, a gente não vê o Governo agindo, mas a gente sabe que se está fazendo alguma coisa; e não vê o Senado tomando conhecimento. É que, daqui a um ano e quatro meses, haverá, no Rio de Janeiro, a reunião Rio+20, que deveria ser uma reunião para discutir o futuro da humanidade inteira. A gente ouve falar muito da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e não ouve falar de 2012, que, não tenha dúvida, é uma reunião muito mais importante, transcendental para o futuro do pro-

jeto civilizatório do que tudo o mais. E o senhor, como representante do Rio, poderia tentar trazer mais este tema aqui para dentro. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente Collor, aceitou que a gente criasse uma subcomissão para trabalhar este assunto e me pediu até para coordenar isso. Eu queria pedir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É um prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Que o senhor se junte, apesar de paraibano, como carioca, para trabalharmos este assunto. A Senadora Marinor está obviamente convidada, assim como a Senadora Marisa e todos os Senadores – vejo aqui também o Senador Presidente Itamar Franco –, para que a gente possa pressionar o Governo brasileiro a dar mais atenção a essa reunião Rio+20, de 2012. Aí, o assunto da energia nuclear deveria ser debatido em escala mundial e não apenas as soluções que a gente tem para o Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, agradeço o convite. Vou participar desse debate. Faço parte da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que vai ser instalada neste Congresso Nacional, Comissão composta por Deputados e Senadores. Muito obrigado pelo convite, Senador Cristovam.

E encerro assim o meu pronunciamento. Falei aqui das Usinas Angra 1 e Angra 2, do projeto nuclear brasileiro, da precariedade do nosso sistema nacional de defesa civil. Mas concluo, trazendo este assunto que entrou no meio do debate aqui: que é a gente repensar um pouco o papel deste Senado Federal. Estou convencido e vim de uma situação ...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Ana Amelia, agradeço a V. Ex^a o tempo, a tolerância.

Mas eu era Prefeito de um Município, e Prefeito é aquele que acorda com a população à porta da sua casa, conversando sobre os problemas, problema da escola, problema do saneamento, do buraco, da luz. Para mim, tem sido extremamente interessante estar neste Senado Federal discutindo os grandes temas nacionais. Agora, a minha grande preocupação é como não perder o contato com a vida real, com as pessoas, com o mundo concreto.

Estou aqui de frente ao nosso ex-Presidente Itamar Franco, a quem eu admiro, que faz parte da história da minha vida, como jovem líder estudantil, à frente daquele movimento dos caras-pintadas. Encontramos no Presidente Itamar Franco, toda uma geração de jovens, um Presidente que estava sempre aberto às lutas, aos posicionamentos dos estudantes brasileiros. Não

foram poucas as vezes em que batemos à porta do Presidente Itamar Franco para discutir temas nacionais e ligados à educação, à universidade. Mas vejo que esta Casa tem um peso tão grande, com ex-Presidentes, ex-Governadores, que além – e é isso que acabo repetindo – além do debate Situação-Oposição, nós temos que entrar no mundo real da vida das pessoas. E eu acabo, o meu discurso, enfatizando isso.

Por isso, acho muito importante a nossa ida a Angra dos Reis, a ver problemas concretos. E digo que nós vamos sem uma posição pré-estabelecida. Não queremos ser alarmistas, não temos posição favorável ou contrária à continuidade do programa, mas queremos olhar os problemas da segurança e não vamos nos furtar se tivermos de fazer alguma recomendação mais dura ao Governo Federal em relação à providência de segurança que temos de tomar em relação às Usinas Angra 1 e Angra 2.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, primeiro, agradeço a generosidade do Senador Lindbergh. Ele sabe da fraternidade que tenho por ele há muitos anos.

Sr^a Presidente, eu tenho ficado calado nesse debate nuclear, no Brasil. E fico entristecido, porque foi neste Senado, há muitos anos, que se rasgou o véu de mistério que existia no acordo nuclear Brasil-Alemanha, através de uma comissão parlamentar de inquérito dada pelo Senador Paulo Brossard.

Naquela época – não hoje, naquela época –, no regime militar, permitia-se que um Senador de oposição fosse presidente da comissão. Eu fui presidente da comissão e o nobre Senador Jarbas Passarinho, relator, e fez um belo trabalho.

Eu fico, sinceramente, entristecido, Sr^a Presidente, porque há vários projetos, inclusive meus, dizendo da localização das usinas nucleares, falando inclusive do problema do afastamento, em função de Angra dos Reis, comentando por que foi em Angra dos Reis. E nós sabemos que essa foi uma posição. Era um sítio que os índios chamavam de terra podre. Nós sabemos que, em Angra 2, por exemplo, teve de ser revisado todo o problema de fundação.

Eu não entendo, Sr^a Presidente – que me desculpe o Senador Lindbergh, por quem tenho uma fraternidade imensa, e S. Ex^a sabe disso. Eu não entendo que tantos que vão a essa tribuna não se recordem isso. Eu tenho um livro, Sr^a Presidente – e não estou fazendo propaganda do meu livro porque ele nunca

foi vendido –, em que escrevo sobre energia nuclear, junto com a Dr^a Edwiges, que é a chefe de gabinete do nosso prezado Senador Eduardo Suplicy.

Por que não falam do que se fez? Por que não falam dos nossos projetos que aí estão, Sr^a Presidente? Ninguém se refere. Parece que o problema levantado aqui da energia nuclear foi hoje, foi ontem! Não, Sr^a Presidente, foi desde 1975!

Meu jovem Senador Lindbergh, acho que V. Ex^a – desculpe-me – deveria rever os Anais do Congresso Nacional e ver que a luta que se fez aqui de muitos e muitos anos...

Já vou terminar, minha cara Presidente, minha querida Senadora.

É preciso que façamos justiça àqueles Senadores que aqui estiveram, que batalharam, que justificaram. Porque falar da energia nuclear, eu poderia falar aqui uma hora, uma hora e meia, debater com eles, na hora em que eles quiserem, desde 1945, quando o almirante e físico Alberto tentou trazer para o Brasil as centrífugas. E por que o Presidente Geisel implantou o acordo com a Alemanha? Porque os Estados Unidos, à época, não queriam dar a tecnologia da ultracentrifugação e nem da difusão gasosa. E aí, eu poderia contar toda a história.

Lamento, Sr^a Presidente. Lamento, sinceramente. Não vi aqui um debatedor da energia nuclear, e eu estou disposto a discutir com eles na hora em que eles quiserem. Não estou dizendo que sei mais do que eles, não, mas é preciso fazer justiça ao Senado da República daquela época; é preciso fazer justiça aos Senadores que enfrentaram o regime militar para debater aquilo que se levanta agora, como se fosse hoje! Hoje! Hoje! Isso é que nos deixa entristecidos.

A vida é essa, a vida é essa. Tudo o que se fez se esquece. Aqueles que lutaram pelo problema da energia nuclear – muitos já se foram – devem estar imaginando que só agora o jovem Senador descobriu a energia nuclear. Só agora outros Senadores debatem a energia nuclear.

Não vi, sinceramente. Não vi – e V. Ex^a recebeu os meus projetos – uma menção, não aos meus projetos, à luta do Senador Dirceu Cardoso.

Desculpe essa minha insistência, mas eu fico realmente imaginando que eu estou em um outro mundo. A vida me conduziu para cá, Deus deve ter lá seus motivos, mas, enquanto eu estiver aqui, não vou permitir, sinceramente, que se esqueçam da luta no passado, que foi uma luta terrível. Para que se saiba que aqui no Senado, Sr^a Presidente – já vou encerrar –, nós recebímos a documentação do acordo nuclear em inglês. Em inglês! Nós nunca tivemos, durante certo tempo, acesso. Ele está dizendo agora que vai visitar as usinas. Nós, primeiro, tivemos de conhecer

as usinas na Alemanha e as usinas na França, para depois conhecer as usinas brasileiras.

Então, foi uma luta; uma luta que, se não querem reconhecer, eu espero, dentro em breve, ocupar a tribuna para contar um pouquinho da história nuclear. Acho que o Senado merece ouvir. E, mesmo que não haja ninguém para ouvir, mesmo que não queiram discutir, por favor, vamos lembrar que o mistério do famoso acordo Brasil-Alemanha foi descoberto por esta Casa, Senadora.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

Presidente Itamar Franco, V. Ex^a sabe do carinho e da admiração que tenho por V. Ex^a, e o pronunciamento que faz eu vou acolher. Na verdade, não sou nenhum especialista em energia nuclear. Eu estou falando em cima de um problema de segurança ali, porque há um debate muito grande do Rio de Janeiro naquela região de Angra. Mas V. Ex^a está coberto de razão. Eu vou estudar. Eu já sabia da sua atuação naquele período, e V. Ex^a tem razão. Pode ficar certo de que, no meu próximo pronunciamento sobre o tema – vou quarta-feira a Angra dos Reis –, eu vou resgatar esse histórico, resgatar o peso deste Senado nessa discussão e o peso de V. Ex^a. Peço desculpas, sinceramente, porque V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. E tem toda razão o Presidente Itamar Franco. Temos sempre que destacar o papel desta Casa, o papel de muita gente que lutou na discussão do programa nuclear brasileiro.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O espaço que o Senador Lindbergh teve foi maior que o dos outros, e também o do próprio Senador Cristovam. Isso decorreu, exatamente, da importância, Senadora Marinor, que esse tema suscita no debate brasileiro, à luz, hoje, dos acidentes no Japão.

O Brasil tem em debate, desde o governo militar, esse acordo com a Alemanha. E fizeram muito bem os eleitores de Minas Gerais de terem trazido ao Senado não apenas um Senador da maior relevância, da maior integridade, da maior importância, mas também a memória para que refresquemos aqui esses fatos nas horas oportunas.

Caro Presidente, Senador Itamar Franco, agradece-lhe essa manifestação, porque é a valorização dessa Casa como instituição. Estou ocupando esta mesa, que me honra muito, neste momento, em que à Casa é resgatado um valor que correspondeu aos anseios nacionais. E nós somos os primeiros a reconhecer e a preservar tais valores, sob pena de não estarmos aqui cumprindo com as nossas responsabilidades.

Muito obrigada a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Marinor, pela ordem. E a próxima inscrita é a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir a minha inscrição pela Liderança do PSOL. E também estou no livro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela Liderança?

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, nós ouvimos aqui, hoje à tarde, vários Senadores falam sobre a questão da energia atômica. Ouvimos o Senador Cristovam Buarque, que fez um relato da sua visita a Chernobyl; o Senador Lindbergh, que, na sua preocupação com Angra dos Reis, pede que o Governo fiscalize mais, acompanhe mais essa questão; e o Senador Itamar Franco, que resgata a história desta Casa na discussão do problema nuclear brasileiro.

Isso é uma história e vocês estão vendo que esta Casa está preocupada com isso. E por que está preocupada com isso? Justamente pelos acontecimentos do Japão. A partir do momento em que a sensação de insegurança passou a tomar conta da população, não só do Brasil mas também da população do globo, a respeito da questão nuclear. E a gente sabe que tudo aquilo que está acontecendo em Fukushima, no Japão, é consequência de um terremoto e de um tsunami; por isso estamos vendo que é necessário discutir o futuro da matriz energética brasileira.

Temos ouvido falar que há a possibilidade de construção de novas usinas nucleares, mas isso nos preocupa a todos. Tanto é que o Senado realizou, como eu disse, na semana passada, uma discussão a respeito do programa nuclear brasileiro. Quer dizer, entramos no debate, resgatando, como disse o Senador Itamar, toda a história desta Casa; mas agora aconteceu um fato mundial que preocupa o mundo todo, inclusive o Brasil. A China, por exemplo, que tinha 35 novas usinas nucleares, Senador Itamar, suspendeu as licitações. A Alemanha e a França estão rediscutindo a sua matriz energética vinda das usinas nucleares.

E a gente fica preocupado porque, do que aconteceu em Fukushima e está acontecendo ainda, nós não podemos avaliar totalmente a força radiativa, pois ainda está muito recente, mas há o medo de a radiação atômica chegar a outros países também e não só ali no Japão, na região de Fukushima. Então, é esse medo generalizado, essa insegurança que faz com que todos nós nos preocupemos em discutir que opções temos para que as nossas cidades e a nossa população não sejam vítimas da radioatividade que vem dessas usinas.

Eu acredito que os países todos do mundo estão pedindo um tempo para pensar. Senador Itamar, não é que vamos acabar com a energia nuclear no mundo. Mas eu acho que as nações estão parando para pensar, para refletir sobre essa questão. Eu acho que a questão japonesa impactou muito a todos, principalmente pela quantidade de mortos, pela situação difícil, com o inverno extremamente rigoroso, com a água contaminada, com o medo. Eles, no passado, com Nagasaki e Hiroshima, já viveram situações parecidas e dramáticas. Quer dizer, têm sua história, sabem o que passaram e sabem que estão vivendo agora uma situação de guerra.

Então, eu quero colocar aqui que nós temos que reorientar a nossa questão energética. E toda crise, como essa, por pior que seja, por mais que nos entristeça, por mais que a gente tenha que dar a mão aos japoneses e dizer que nós estamos juntos e somos solidários, tudo isso faz com que a gente também traga dessa crise toda a oportunidade para discutir coisas novas, outras alternativas.

Por isso acho que devemos investir mais nas pesquisas de novas alternativas de energia, devemos trabalhar, aqui no Brasil, com uma dedicação maior à energia eólica, à energia das marés, à energia solar, ao etanol e aos biocombustíveis. Quer dizer, temos aí fontes de energia limpa e podemos aprofundar também o nosso trabalho: discutir mais, investir mais, e, principalmente, pesquisar mais.

Eu acho que o nosso ministério, que justamente trata de tecnologia, Senador Itamar, e tem um orçamento irrisório, é aquele que tinha de ter um orçamento muito maior para ajudar o País a crescer, para procurar novos caminhos e garantir que o País possa crescer de forma sustentável.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Permito, Senador Itamar. É um prazer ouvi-lo.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Senadora, primeiro quero agradecer à nossa querida Presidenta as palavras muito fraternas que ela disse a meu respeito. Ela sabe o respeito que tenho desde que eu a conheci. E é uma honra vê-la sentada aqui, sobretudo hoje, presidindo os nossos trabalhos. Senadora, o que eu estou levantando é a injustiça que se faz: ninguém está preocupado com acidentes agora pelo que aconteceu no Japão, não. Já naquela época... É porque eu quero que façam justiça: aqueles que estiveram aqui desde 1975, quando foi assinado o acordo com a Alemanha, já tinham a preocupação com a segurança. Eu fui um crítico sério, contrário ao problema da energia nuclear no Brasil desde que assumi a Presidência da Comissão. Já naquela época. Então, é uma injustiça o que eu

vejo, não houve o acidente no Japão, mas houve *Three Miles Island*, houve Chernobyl, houve outros acidentes. Quando se fala no problema francês, esquece-se de que a França tem mais de 80% da energia proveniente da energia nuclear. Ela é dependente. Eu estive lá e sei como é isto: ela possuía uma usina para fins pacíficos e outra para fins bélicos. Não precisa ser físico. Isso foi o que eu disse ao Senador Lindbergh, com todo respeito. Os processos físicos para energia, para paz e para artefatos bélicos inicialmente são os mesmos, só se separam mais tarde: a energia que vai contribuir para a paz e a energia para artefato nuclear. Já naquela época, se V. Ex^a também se der o cuidado, vai verificar que há projetos nesta Casa – uns já arquivados, mas há outro, do meu caso de rejeitos radioativos, aprovado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja lei está em vigor. Nós esquecemos uma coisa muito séria, de que o Senador Lindbergh também falou: eu mandei ao Congresso Nacional, quando Presidente da República, para a construção da Usina de Angra 2. Por que mandei? É porque a Constituição – e nós aqui também estamos esquecendo isso – obriga que qualquer reator a ser construído em território nacional tem de ser aprovado pelo Congresso Nacional. Não é Regimento Interno, não, é a Constituição, foi uma emenda de minha autoria como Constituinte. Portanto, cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, por debater o problema nuclear, mas dizer que é o problema japonês, não! Naquela época nós já tínhamos preocupação quanto ao terreno, que eu já citei aqui, preocupação quanto à localização. Se nós não fizermos justiça àquele trabalho difícil que foi o do Senado, aí, Excelência, vamos ter de esperar um terremoto, um *tsunami* em outras cidades, em outros lugares, para podermos pensar na energia nuclear no Brasil.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Eu confirmo aquilo que V. Ex^a colocou aqui, e muito bem: a gente tem de garantir a toda a Nação brasileira a trajetória que este Congresso e a Nação brasileira têm a respeito das discussões já citadas no passado e que continuam vivas. Não há como a gente não discutir, em vista do que aconteceu no Japão, e não ficarmos preocupados. Isso é natural do ser humano, a gente tem de ficar preocupado!

Quando acontece uma catástrofe como está acontecendo em Mato Grosso do Sul e em alguns Estados brasileiros, as enchentes que estão aí – as enchentes vêm todos os anos; temos as enchentes no Pantanal todos os anos –, não significa que a gente não vai se preocupar, quando agora há uma enchente que passou dos limites e está nos preocupando enormemente.

Quer dizer, resgatando o passado, rememorando o passado e dando o devido valor a todos os que trabalharam em todas essas épocas, nós vamos con-

tinuar discutindo uma coisa que nos preocupa, e nos preocupa principalmente porque a gente espera que o Brasil invista em outras formas de energia.

E essa preocupação não é só por uma mera oportunidade que estamos vivendo, mas por várias razões. Por exemplo, nós estamos vendo os acidentes com plataformas de petróleo. Vimos agora, nos Estados Unidos, um acidente enorme e aqui mesmo, no Brasil. Temos de discutir também. Estamos aí prospectando petróleo a sete mil metros de profundidade. Quer dizer, interessa a todos nós discutir também se temos segurança, para garantir ao povo brasileiro essa questão, e principalmente achar que essas fontes poluidoras de energia possam ser gradativamente substituídas por energia limpa.

Portanto, quero aqui, Sr^a Presidente, dizer o seguinte: nós estamos discutindo a questão de energia atômica, mas eu quero falar de uma matriz energética brasileira que dá 85% da energia que consumimos e que impacta a sustentabilidade da nossa economia, que é a energia hidráulica.

O sistema hidráulico brasileiro é o sistema que está consolidado no País. Quando falamos na criação de fontes alternativas, com mais pesquisa no futuro, é claro que nós vamos trabalhar, mas também pensar que nós temos aqui um parque hidroelétrico tão grande que vale a pena discutir essa questão. E discutir essa questão por quê? Principalmente porque nós estamos acompanhando agora o que está acontecendo em Jirau, em Santo Antônio; o que está acontecendo em Pernambuco, no Ceará, o que está acontecendo no meu Mato Grosso do Sul. As grandes usinas hidrelétricas que estão sendo programadas para o País estão sendo colocadas em regiões inóspitas, em regiões mais distantes da civilização, com milhares de pessoas, com milhares de trabalhadores. E quero dizer aqui que essas são grandes obras constando de um programa que o Governo cuida com muito carinho que é o PAC. Mas, às vezes, esquece que não é só a questão da infraestrutura e não é só a questão econômica que têm de prevalecer neste País. E a relação dos empregados que trabalham nessas usinas? Como estão sendo tratados? Qual é o salário que recebem? Como estão os serviços no atendimento à sua saúde, ao mínimo de lazer dentro de uma usina, já que passam ali quatro meses sem ver a família?

Essa é preocupação maior que trago, principalmente, porque quero apresentar o caso do Mato Grosso do Sul. Temos lá uma usina que está sendo construída, chama-se usina São Domingos, entre a região de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, em Mato Grosso do Sul. São R\$370 milhões em obras do PAC. Na quinta-feira passada houve um vandalismo terrível. Queimaram todos os alojamentos, queimaram a cape-

la, queimaram o refeitório, os salões de informática. Foi uma quebra-quebra em toda a usina. Isso entristece, porque Mato Grosso do Sul espera a energia elétrica e precisa dela para o seu desenvolvimento.

Como está acontecendo isso em todo o País, preocupa-me muito que o Governo não esteja preparado para ações desse tipo. Como cuidar de milhares de pessoas que estão nessas usinas, que estão nessas grandes obras? Como o Governo quer fazer grandes obras, principalmente incrustadas dentro da mata, como é o caso de Rondônia ou do meu Mato Grosso do Sul, sem estar preparado para verificar, para acompanhar como esses trabalhadores estão vivendo? Essa é função do Governo. A fiscalização, o acompanhamento das obras, a responsabilidade disso é do Governo. A empreiteira pode estar lá construindo, mas ao Governo cabe fiscalizar porque a obra é paga com dinheiro público. Não estamos vendo o Governo fazer isso.

Agora, sai a notícia de que amanhã vai haver uma reunião em que vai se discutir com as centrais sindicais, com os interessados como fazer. Depois de acontecer tudo o que aconteceu... E é interessante notar que as centrais sindicais estão completamente perdidas neste caso. Elas não se entendem. Não foi nenhuma rebelião motivada pelos organismos sociais, pela rede social. Não chegou lá isso. Foi justamente a falta de atendimento ao trabalhador desses locais. Foi o que aconteceu em Mato Grosso do Sul, e tenho certeza de que deve ter acontecido isso em outras regiões do País.

Portanto, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, foi proposta aqui nesta Casa uma diligência de Parlamentares da Comissão de Meio Ambiente para visitar Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e vou sugerir também que vão a São Domingos, em Mato Grosso do Sul, que é outro tipo de ação.

Quero dizer que o Governo que diz priorizar tanto os programas sociais, priorizar tanto a melhoria de vida da população... Isso é discurso na hora em que a gente vê o que está acontecendo com milhares de trabalhadores sem atendimento, jogados, como estão, nesses locais de trabalho, sem seus direitos trabalhistas garantidos pelo Governo. O Governo deve não só, como disse, acompanhar e exigir que haja direitos trabalhistas e boas condições de trabalho como também fiscalizar isso. Acho que foi omissão do Governo esta questão. Eu espero que agora o Governo possa intervir junto às empreiteiras, junto aos consórcios responsáveis por essas obras e possa dar uma resposta à sociedade sobre o que está acontecendo no Brasil, senão vamos ver pipocar em todas as ações deste País a insatisfação que estamos vendo nesses locais, como na usina de São Domingos, em Mato Grosso do Sul. Essa insatisfação muito grande pode irradiar por todo

o País. Se o Brasil não tem competência para abarcar situações como essa, tem que aprender rápido, muito rápido, para poder intervir nessas questões que estão surgindo em nosso País.

Era essa a denúncia que eu queria fazer e as minhas considerações, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Marisa Serrano.

A gravidade do que V. Ex^a acaba de relatar me levou a tomar a iniciativa de, na Comissão de Assuntos Sociais, requerer uma audiência pública com a presença de autoridades do Governo, o Ministro do Trabalho, representantes das próprias centrais sindicais e das empreiteiras, uma vez que isso tem a ver com a questão social do emprego e das condições de trabalho nessas obras que são importantes, já que ela está diretamente relacionada à questão da matriz energética brasileira. Então, existem dois pontos de interesse, de importância: não só a questão econômica, que é secundária, mas a questão social, que prevalece e é prioritária.

Queremos apenas comunicar à Casa que tomei essa iniciativa hoje de requerer à Comissão.

Obrigada, Senadora Marisa Serrano, pela sua manifestação.

Agora, para uma comunicação de liderança, tem a palavra a Senadora Marinor Brito. Se a senhora preferir falar como inscrita, chamo o Senador Marcelo Crivella, para uma comunicação de Liderança, pelo PRB.

Tem cinco minutos para esta comunicação, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Presidenta, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria de fazer duas comunicações: primeiro, uma carta que acabo de receber de um senhor do Rio de Janeiro. Ele me pede que faça aqui um requerimento, e, Sr^a Presidenta, quero fazer esse requerimento agora, neste instante, de acordo com o Regimento: que seja incluído na Ordem do Dia o PLS Nº 252, de 2005, que foi elaborado pelo Senador Paulo Paim e que estabelece critério para aposentadoria especial aos segurados da Previdência Social.

Ele descreve aqui o drama que ele vive com a síndrome pós-poliomielite e as dificuldades que ele tem em relação à sua qualidade de vida para trabalhar. Aliás, ele nem pode mais dar aula porque não tem mais forças. Explica também a sua luta contra o preconceito, contra as limitações, contra o direito de ir e vir. Essa doença, segundo ele nos explica aqui, faz com que ele perca neurônios a partir do momento em que ele sofre fadiga muscular.

Ele se sentiu muito animado e muito contemplado com o projeto de 2005, do Senador Paulo Paim. Fui verificar, e esse projeto foi para o Arquivo por final da Legislatura; há um requerimento do próprio Senador para ser desarquivado, e está pronto para inclusão em Ordem do Dia.

Eu queria fazer um requerimento para o colocarmos com prioridade na Ordem do Dia, tendo em vista que há pessoas, como ele, necessitadas.

O que diz o projeto? Diminuir o tempo de contribuição para esses brasileiros que sofrem, e sofrem muito, sofrem às vezes a vida inteira, para 25 anos, em vez dos 35 anos. Vinte e cinco anos de contribuição, nessa situação, eu acho que vale 50 da contribuição daqueles que têm saúde.

Ma eu gostaria, também, Sr^a Presidenta, de comemorar, aqui da tribuna – hoje, eu não podia deixar de vir aqui para celebrar este momento –, os 176 anos de Campos.

O Município de Campos, no norte do Estado Fluminense, pouca gente sabe, é três vezes maior que o Município do Rio de Janeiro. Tem 4.000 km², enquanto o Rio de Janeiro tem apenas 1.200 km². E quero anunciar para todo o Brasil que, hoje, haverá um show do Elimar Santos e que a cidade vai ganhar a duplicação da estrada que dá acesso ao Farol de São Tomé.

Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, completa, nesta segunda-feira, dia 28, 176 anos de elevação à categoria de cidade. Até 1835, o Município era uma vila. Para comemorar a data, nesta segunda-feira, às 20h30min, o cantor Elimar Santos fará um show na RJ-216, depois do anúncio oficial da duplicação da rodovia. A RJ-216 liga o centro de Campos ao balneário do Farol de São Tomé, principal área turística do Município. O cantor sertanejo Leonardo se apresentou ontem, no domingo, na Praça São Salvador.

As comemorações pelo aniversário da cidade começaram na última quarta-feira, dia 23, com início das obras de uma fábrica de refrigerantes que faz parte...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Já vou concluir, Sr^a. Presidente.

...de um programa de incentivo a novas empresas, com recursos do Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos, e show de artistas locais.

Então, eu quero aqui, do plenário do Senado Federal, dizer também que a cidade é o maior Município do meu Estado do Rio de Janeiro, com extensão territorial de 4.027 km² – portanto, mais de três vezes maior que o Rio de Janeiro, que tem 1.200 km² apenas –, e a população de Campos, segundo o último censo do IBGE, chegou a 463.545 habitantes. É uma das cidades mais populosas do Rio de Janeiro.

A economia do Município é basicamente os *royalties* do petróleo. O Município vive com um orçamento de R\$1,5 bilhão, mas R\$1 bilhão por ano advém dos *royalties* do petróleo.

Mas há ali também muitas usinas. Há produção de cana, há produção de açúcar, há produção de álcool. Uma gente valente, um povo extraordinário que traz na sua gênese, no seu DNA, a valentia e a bravura dos índios dos campos de goytacazes, que nunca se permitiram ser escravizados.

E mais, Sr^a Presidente.

Senador Paulo Paim, eu quero fazer aqui uma homenagem a Campos. O pior conflito que o Brasil sofreu foi a Guerra do Paraguai. Solano Lopes invadiu o teu Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e ele tinha 80 mil homens – o Rio Grande do Sul de vocês. D. Pedro II tinha só 30 mil homens no Exército brasileiro. E, na segunda-feira, o *Jornal do Commercio* – com dois emes –, que circula no Rio de Janeiro até hoje, publicou um decreto chamado Voluntários da Pátria, que era uma oportunidade aos negros, em 1864, de lutarem na Guerra do Paraguai, para conseguirem alforria. Inclusive o neto do Obá de Oyó, um dos maiores reinos da África, que já vivia na Bahia há muito tempo, foi para lá como alferes.

Mas de onde saiu o primeiro galeão, que se chama Ceres, levando os escravos que foram lutar na Guerra do Paraguai – trinta mil escravos foram para lá? Ah! O primeiro galeão, Senador Lindbergh, saiu de Campos, com os escravos dos canaviais, que foram lutar com bravura. Foram trinta mil homens que deram o sangue. Infelizmente, quando voltaram, em 1870 – o nosso Caxias dizia: “Quem botou uniforme do Exército brasileiro, seja português, seja índio, seja negro, torna-se cidadão, de acordo com a Constituição de 1824” –, não deram cidadania aos negros. Eles lutaram tanto, foram cinco anos de sacrifício, e vencemos a guerra. Eles foram alforriados, mas alforria sem trabalho, sem moradia. Foram, então, viver nos morros do Rio de Janeiro, nos guetos. Aí está o DNA das nossas favelas.

Mas hoje Campos, desses heróis, dos índios e dos negros, comemora o seu aniversário, e eu gostaria, então, de aplaudi-la aqui do plenário.

Presidenta, muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella, que falou por comunicação de liderança do PRB, o seu partido.

Agora, por troca de inscrição com a Senadora Marinor Brito, a Senadora Gleisi Hoffmann, por ordem de inscrição.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidenta.

Srs. Senadores, é com muita alegria que subo a esta tribuna, nos dias restantes do mês de março, que é o mês que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, para falar sobre dois programas do Governo Federal que têm exatamente na mulher o seu foco. Um é o Programa ProInfância, que, na realidade, tem foco também na criança. Trata-se da entrega de creches que a Presidenta Dilma fez na semana passada, na quinta-feira, no Palácio do Planalto, através de uma ação simbólica, assinando vários termos com várias prefeituras – a Senadora Ana Amélia, que hoje está aqui presidindo esta sessão, participou. Foram 419 termos assinados para 718 creches, sendo 54 delas já concluídas. Serão R\$800 milhões no ano de 2011, para que possamos atender as nossas crianças.

Nós sabemos que a creche, que a Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento da criança, para o Ensino Fundamental e também para as mães, para as mulheres, que, cada vez mais, assumem fora dos seus lares, de suas residências compromissos e responsabilidades também com a sua carreira profissional. A Presidenta Dilma faz isso, exatamente no mês de março, procurando mostrar o seu compromisso com a mulher e com o desenvolvimento da criança.

Hoje, também, a Presidenta Dilma, dentro da programação do mês de março, lançou em Belo Horizonte o programa que tinha sido já um compromisso de campanha dela: o Programa Rede Cegonha. É um programa com R\$9,4 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde a serem investidos até 2014. Os recursos vão ser aplicados na construção de uma rede de cuidados para a mulher e para as crianças de até dois anos. O programa, que foi compromisso de campanha da Presidenta, tem foco na gestão da saúde mais que na criação de novas unidades.

Os investimentos vão atingir todo o ciclo gestacional, que começa pela unidade básica de saúde, passa pelos exames do pré-natal, pelo transporte seguro, até o parto nos leitos maternos do SUS. E o programa traz algumas estruturas como novidade. Por exemplo, as Casas da Gestante e do Bebê e os Centros do Parto Normal, que funcionarão junto com a maternidade. E o objetivo é “humanizar o nascimento”.

Uma das medidas do programa será oferecer, nos postos de saúde, testes rápidos de gravidez. Confirmado o resultado positivo, a gestante deverá se submeter a, no mínimo, seis consultas durante o pré-natal, além de exames clínicos e laboratoriais.

Entre os exames a serem exigidos pelo Ministério da Saúde estão o de HIV – AIDS – e sífilis, que são importantíssimos para a saúde da gestante e do bebê.

O Rede Cegonha também prevê a qualificação de profissionais de saúde para dar assistência adequada

às gestantes e aos bebês. A meta é levar o Rede Cegonha para todo o Brasil, mas o Governo quer iniciar o atendimento pelo Nordeste, pela Amazônia Legal e por nove regiões metropolitanas, onde há maior concentração de gestantes.

As primeiras cidades a receberem o programa serão: Manaus, Recife, Distrito Federal, Belo Horizonte, Rio, Campinas, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba.

É importante registrar aqui, Srª Presidenta, que Curitiba já desenvolve um programa que tem essas referências e que, com certeza, com o Rede Cegonha, será reforçado, e nós poderemos também ampliar esse atendimento para as mães da região metropolitana de Curitiba.

O programa terá uma atuação integrada com as demais iniciativas para a saúde da mulher no SUS, com foco nas cerca de 61 milhões de brasileiras em idade fértil.

Entre os objetivos do programa está a redução em, pelo menos, 15%, Senadora Marisa Serrano, do índice "intolerável" de mortalidade materna, atualmente em 60 mortes para cada 100 mil partos; e da mortalidade infantil, hoje, em 14,5 óbitos para cada mil nascimentos para um dígito.

Cumpre ressaltar que as metas serão feitas não só pelo Ministério da Saúde, mas em conjunto com Estados e Municípios, posto que o programa vai ter que envolver Estados e Municípios para ter um bom resultado.

Então, eu queria deixar isso registrado. Nós estamos findando o mês de março, mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, e tivemos, neste mês, várias atuações, várias ações e várias propostas tanto deste Senado, do Congresso, da Câmara dos Deputados, como do Poder Executivo, sendo duas delas, pelo menos, aqui retratadas na última semana e nesta, que têm a ver com o compromisso da nossa Presidenta Dilma Rousseff com as mulheres deste País.

Quero também parabenizar tanto o Ministério da Educação, pelo Programa Prolinfância, como o Ministério da Saúde, por estar dando sustentação ao Programa da Rede Cegonha. Aliás, o Ministério da Saúde, nos últimos dias, no último mês, lançou alguns programas muito importantes que estão fazendo a diferença e, com certeza, vão fazer a diferença na vida do povo brasileiro.

Quero aproveitar, Senadora Ana Amélia, para falar de outro tema que foi objeto de notícia nos jornais neste final de semana, como a *Folha de S. Paulo*, que teve, ontem, inclusive como manchete, esta notícia, e continua hoje: é a questão de compras, por "laranjas", de concessão de rádios e TVs pelo Governo Federal.

Eu queria aproveitar aqui para ler uma nota do Ministério das Comunicações a esse respeito, porque acho importante para que as pessoas se sintam infor-

madas sobre o que o Ministério está fazendo e sobre o posicionamento do Governo Federal.

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse hoje que as irregularidades detectadas nos processos de outorgas no setor de radiodifusão serão combatidas e as responsabilidades encaminhadas, para apuração do Ministério Público e da Polícia Federal, às instâncias competentes para conduzir questões criminais, principalmente as relacionadas às questões envolvendo "laranja" na compra de concessão.

É importante dizer que esta prática não tem como ser detectada pelo Governo Federal, porque as empresas são registradas na Junta Comercial e não se pode negar a fé pública de um documento. Então, o Governo Federal só tem conhecimento dessa situação depois que a denúncia chega.

Por isso, é muito importante essa matéria que a *Folha* fez, porque realmente chegou ao Governo a denúncia da existência de "laranjas" na mediação dessas concessões.

Portanto, agora, tem-se como encaminhar ao Ministério Público e à Polícia Federal. E é isso exatamente que o Ministério está dizendo:

A Secretaria de Comunicação Eletrônica, setor responsável pelas outorgas na radiodifusão, vem investindo na gestão e controle de processos para evitar fraudes e considera que o melhor caminho é informatizar e dar maior transparência e acesso à sociedade. Entretanto, da mesma maneira que outros crimes contra a administração pública, sua apuração cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Defendo, inclusive, Senadora Ana Amélia, que possamos divulgar, por meio do site do Ministério da Comunicação, as outorgas concedidas, os nomes, as responsabilidades, as empresas, de maneira a ficar isso muito claro e registrado.

Acho que isso é importante tanto para o Poder Público como para a sociedade brasileira.

As medidas ao alcance do Ministério estão sendo adotadas. Toda a Secretaria já está sendo reformulada e repensada para garantir que os novos processos sejam mais transparentes e ágeis, evitando o uso indevido de brechas na lei. Para estimular ações futuras, o Ministério está consolidando todos os dados de outorgas para divulgação na Internet, o que possibilitará à população em geral exercer o controle social e ajudar o Ministério das Comunicações, o Ministério Público e as polícias no exercício das suas respectivas competências.

Vale salientar que a legislação atual não permite a transferência de outorga nos primeiros cinco anos após a emissão da licença de funcionamento, razão pela qual nenhum licitante pode “vender” regularmente nenhuma outorga sem que a estação emissora esteja funcionando há pelo menos cinco anos. Qualquer infração a esta regra acarreta a cassação da outorga. Entretanto, como já esclarecido, a administração pública não dispõe de meio para verificar se os sócios de uma empresa têm condições econômicas de figurar na sociedade ou se são sócios de fato, além de não ter como configurar a existência de “contratos de gaveta”, pois, como o próprio nome diz, são contratos ocultos, de conhecimento apenas das partes, que só vêm a público quando são denunciados. No que se refere às licitações não concluídas, o Ministério já vem tomando medidas para eliminar este passivo do Poder Público. Dentro do prazo já divulgado (um ano e meio), os procedimentos licitatórios não concluídos serão tratados, podendo acarretar tanto a concessão da outorga e a consequente assinatura do contrato (após a aprovação do Congresso Nacional), quanto a revogação daqueles em que se constate a impossibilidade de conclusão. Aliado a isso, o aperfeiçoamento dos procedimentos burocráticos (já em curso desde janeiro) tornará o trâmite muito mais rápido, o que também exigirá capacidade de resposta dos licitantes e outorgados, o que acarretará o fato de que somente permanecerão nas licitações e nas outorgas aquelas empresas que realmente têm meios para isso. Ainda neste ponto, o Ministério vem estudando medidas para impedir que empresas sem capacidade financeira participem de licitações de radiodifusão (por exemplo, a exigência de caução para participar do certame). [O que evitaria também a participação de “laranjas” nesse processo.]

Os próximos editais, que somente serão publicados após a conclusão dos procedimentos não concluídos, conterão cláusulas com tal finalidade.

Ou seja, estão suspensos todos os editais de licitação do Ministério até que todos os procedimentos de concessão sejam concluídos.

No que se refere a retransmissoras de radiodifusão e outorga de rádios e TVs educativas e rádios comunitárias, o Ministério das Comunicações esclarece que esses são serviços públicos, por isso, não há que se falar em licitação, inclusive porque as entidades outorgadas não podem

auferir lucro em decorrência de tal atividade. No entanto, para tornar mais transparentes as concessões de radiodifusão educativa, ainda nesta semana, será posta em consulta pública (no site do Ministério das Comunicações) uma proposta de norma com a finalidade de estabelecer critérios e procedimentos céleres para tais outorgas. Medida semelhante está sendo tomada no que se refere às retransmissoras comerciais, cuja norma ainda está em fase de elaboração no Ministério, mas que será posta em consulta pública nos próximos vinte dias. Vale salientar, no entanto, que não há previsão legal para cobrança por tais serviços, questão que deverá ser resolvida no médio prazo com o envio de projeto de lei (ou de iniciativa de projeto de lei por parte do Congresso Nacional) prevendo que os serviços de retransmissão, quando para a exploração econômica, será objeto de licitação e cobrança por parte do Estado. De qualquer forma, as outorgas de radiodifusão educativa e de estação retransmissora estão suspensas até a publicação das novas normas relativas a tais serviços.

O Ministério das Comunicações acredita que, com as medidas aqui mencionadas, em conjunto com todas as outras já anunciadas, tornarão o setor de radiodifusão mais transparente e organizado, possibilitando que ele exerça regularmente a sua função pública de informar, educar e entreter a população brasileira.

V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que participa da radiodifusão há muito tempo, e ainda agora participa de programas de rádio, sabe a importância de nós termos esse setor com muita transparência. É responsabilidade desta Casa também atuar sobre esse tema. Por isso, acho que é importante termos aqui audiências públicas com o Executivo, com o Ministério Público, com a Polícia Federal, para que todas essas questões sejam esclarecidas e para que possamos regulamentar esse tema e, de fato, contribuir para a democracia brasileira, já que é muito importante levar a informação ao cidadão, uma informação de qualidade e desprovida de qualquer ação ou de qualquer interesse em manipulá-la.

Agradeço esse tempo, Senadora Ana Amélia, e agradeço também à Senadora Marinor. Tive oportunidade de falar de temas que considero da mais alta relevância.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Gleisi Hoffmann, muito obrigada. Eu deixei a comunicação há um ano, mas sei bem. O me-

Ihor remédio, como disse V. Ex^a, para essa questão, é a transparência.

E fico muito animada com a informação dada por V. Ex^a de que o Ministério das Comunicações colocará todas as informações das concessões públicas à disposição, ao conhecimento da sociedade.

É isso que precisa ser feito para a transparência ser o melhor remédio.

Obrigada, Senadora.

Prorrogo a sessão por 30 minutos.

Concedo a palavra à Senadora Marinor Brito, que está inscrita e que fez a troca de tempo com a Senadora Gleisi Hoffmann, que acabou de fazer o seu pronunciamento.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito, do PSOL.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, eu queria, antes de fazer o meu pronunciamento, pedir para dar como lidas as várias matérias desta semana na imprensa de todo o Brasil que se reportam ao alcance da Lei da Ficha Limpa, os pronunciamentos e as entrevistas respondidas por alguns de nós, Senadores, pelo Ministro Fux, pelo Ministro Lewandowski, e outras que tratam do assunto. Vou deixar à disposição da Mesa para que fique registrado nos Anais desta Casa o que pensa o povo brasileiro, qual foi a repercussão da decisão do Supremo de não validar a Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010.

Então, faço questão de que fique registrado, já que esta Casa foi palco de um amplo debate, aprovou por unanimidade – é verdade que sob pressão do povo brasileiro –, mas eu acho que é absolutamente necessário que o Senado Federal tenha os registros dos pronunciamentos, das opiniões do povo brasileiro, que foram reportadas através dos diversos meios de comunicação.

E eu voltarei obviamente, ainda esta semana, a tratar desse assunto, já que este é o momento de analisar os bastidores da Justiça brasileira, já que é o momento de procurar entender, do ponto de vista jurídico, que passos estão sendo dados, que podem ser dados para que permaneçamos o tempo que a lei nos permitir ficar no Senado Federal.

Mas eu queria aqui, Sr^a Presidente, tratar hoje de um assunto internacional, um assunto que tem tomado os noticiários nacionais e internacionais e em relação ao qual o meu Partido tem uma posição muito clara. Queria compartilhar, com profunda preocupação, a grave crise no mundo árabe, os desdobramentos dessa grave crise no mundo árabe, em particular no norte da África. O mundo tem acompanhado nas últimas semanas, maravilhado e estarrecido, as rebeliões que tomam conta do mundo árabe e o desmoronamento de regimes tidos como

exemplo pelas potências ocidentais. Governos como os da Tunísia e do Egito não só eram considerados vitrines da excelente relação do Ocidente com o mundo árabe, como também serviam de entreposto para o controle político e militar do imperialismo sobre a região.

A queda destes regimes autoritários e as crises envolvendo outros países como Líbia, Arábia Saudita e Bahrein, combinadas com o surgimento de novas organizações populares, o fracasso da política de submissão aos ditames do capital internacional e o desejo de liberdade dos povos daquela região, têm colocado em alerta o imperialismo.

Essa mistura explosiva que já havia alimentado centenas de greves no Egito nos últimos dois anos, mesmo sob a perseguição do governo de Hosni Mubarak, tem-se alastrado por outros países, ameaçando o sensível equilíbrio dos interesses das elites nativas e da burguesia internacional.

Os altos níveis de desemprego, a falta de liberdade política, a corrupção e as violentas medidas contra as oposições, além das diferenças religiosas em cada país, têm alimentado um descontentamento que agora explode em forma de revolta. De repente, o imperialismo colhe as tempestades que plantou, deixando cair por terra a máscara democrática que encobria a violência utilizada contra os povos daquela parte do mundo.

Importante destacar, Sr^a Presidente, que, ao contrário do que muitos afirmavam, o componente religioso ocupa um papel absolutamente secundário nas revoltas que têm varrido o norte da África e o Oriente Médio. Evidentemente, isso não significa que o componente religioso inexista. Ele está presente e mobiliza as massas, na sua maioria muçulmanas. Porém, as revoltas árabes têm um conteúdo principalmente político e econômico. São rebeliões com características notadamente ocidentais, que colocam em xeque a tese utilizada pelo imperialismo em sua “guerra contra o terror”, segundo a qual o mundo árabe representava uma ameaça ao modo de vida da civilização ocidental, com seus extremistas e fundamentalistas empenhados numa guerra impiedosa contra a sociedade judaico-cristã. Ao contrário, o que temos visto são jovens, operários, camponeses, militares, homens e mulheres, cristãos e muçulmanos, lutando lado a lado por emprego, democracia e liberdade, derrubando ditadores até então financiados pelas potências ocidentais.

No que diz respeito à Líbia, a discussão acerca dos desdobramentos do conflito desatado pela revolta da população toma outra dimensão, haja vista a intervenção das potências imperialistas.

E não é exatamente porque Kadafi já foi um jovem líder terceiro-mundista que expulsou as empresas estrangeiras, criou a Companhia Nacional de Petróleo,

foi solidário à causa palestina à frente da Opep e do Movimento dos Países Não Alinhados, repudiando por diversas vezes o imperialismo.

Faz aproximadamente dez anos que o líder líbio imprimiu uma guinada à direita ao seu governo, aproximando-se da União Europeia, particularmente do devasso e arquirreacionário Primeiro Ministro italiano Berlusconi e das corporações italianas, corroborando com a retórica norte-americana da “guerra contra o terror” e passando a colaborar ativamente na repressão à migração de africanos em direção à Europa.

Tudo leva a crer que, por detrás da intervenção militar, está uma decisão estratégica de mais largo fôlego: a necessidade das forças do capital, capitaneadas pelos Estados Unidos, de assegurarem o domínio direto das fontes produtoras de petróleo. Tal como ocorreu no Iraque de Saddam Hussein, ditadores, mesmo que cúmplices do imperialismo, que demonstram algum laivo de independência, não são suficientemente confiáveis, principalmente quando governam territórios ricos em petróleo.

No atual contexto, exigir a imediata suspensão dos ataques da Otan e a abertura imediata de negociações entre as partes em conflito na Líbia é a única maneira de preservar a existência e possibilidade de ação de uma oposição democrática e anti-imperialista. Enfim, os desdobramentos do levante dos povos árabes está em aberto. Na Líbia, a intervenção militar já está em curso e busca preservar os interesses do imperialismo na região.

Eu utilizaria as palavras de Rosa Luxemburgo para afirmar que, no caso dos países árabes, “a sorte da democracia está ligada à do movimento operário”.

Sem o fortalecimento das organizações populares independentes, as rebeliões podem sofrer derrotas incalculáveis. Nos países árabes, a reforma legal dos regimes pode levar ao reforço progressivo de uma nova classe trabalhadora ascendente. Ou seja, a conquista de reformas no sistema político em países como Egito ou Tunísia são, de qualquer forma, um avanço que pode contribuir para a melhoria das condições gerais de luta dos trabalhadores e do povo no curto e médio prazo.

Dante desse quadro, afirmo que o Senado tem tarefas inadiáveis. A primeira é, além de expressar seu mais duro repúdio ao regime líbio, condenar explicitamente a intervenção militar estrangeira. A segunda é manifestar o entendimento de que na oposição se misturam setores muitas vezes contraditórios e que, portanto, apoiar incondicionalmente generais que até ontem comandavam a perseguição e a morte de opositores a Kadafi na Líbia é um erro, é um grande erro.

Em outras palavras, o apoio e a solidariedade das instituições democráticas do Brasil estão reservados exclusivamente àqueles que lutam por uma Líbia democrática e independente.

A terceira e não menos importante tarefa é defender uma saída que permita ao povo líbio e dos demais países árabes, cujos ventos da liberdade têm feito estremecer a ordem vigente, construir uma nova ordem social, política e econômica. Sobre esse tema, é isso que eu teria a colocar neste momento.

Não posso deixar esta tribuna no dia de hoje sem fazer referência à cidade de Belém, capital do Estado do Pará, que tem um espaço absolutamente privilegiado natural, no ponto de vista da arquitetura, que se caracteriza por ser um espaço de encontro entre os ribeirinhos do Estado do Pará e a cidade. Estou falando do Ver-o-Peso, o mercado do Ver-o-Peso, o complexo do Ver-o-Peso, que comemora, no dia de hoje, 384 anos. Eu não poderia deixar esta tribuna sem parabenizar todo o povo do Pará, todos os que atuam nas diversas feiras existentes no Ver-o-Peso, no mercado de peixe, no mercado de carne, os que fazem daquele lugar o seu espaço de trabalho, os que fazem daquele lugar o seu espaço de lazer, os que fazem daquele lugar o seu espaço de comercialização, de busca das iguarias, de confluência da cultura amazônica, da cultura paraense.

Então, em nome da Bancada do Partido Socialismo e Liberdade nesta Casa eu queria mandar, da tribuna do Senado Federal, o meu mais forte abraço e o meu carinho ao povo que convive no complexo do Ver-o-Peso.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA MARINOR BRITO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso II do Regimento Interno.)

O alcance da Lei da Ficha Limpa

26 de março de 2011/0h00

O Estado de S.Paulo

Apesar da euforia dos políticos eleitos no pleito de 2010, mas cuja diplomação foi negada pela Justiça Eleitoral com base na Lei da Ficha Limpa, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que a considerou aplicável apenas a partir das eleições de 2012 não permite que assumam seus mandatos imediatamente. Como a legislação processual privilegia o princípio da individualização dos litígios, seguindo a tradição liberal do direito brasileiro, cada um dos recursos de candidatos barrados pela Lei da Ficha Limpa terá de ser julgado individualmente pelo STF.

Por isso, a decisão tomada pela Corte na última quarta-feira, com base no voto desempate do Ministro Luiz Fux, vale somente para a parte interessada no processo julgado naquela sessão. Trata-se do candidato a deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Leonídio Bouças. Considerado ficha-suja pela Justiça

Eleitoral, por ter sido condenado por improbidade administrativa, ele obteve 41,8 mil votos nas eleições de 3 de outubro.

Os 29 candidatos que também recorreram ao STF, questionando a data de entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa e contestando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de negar sua diplomação, com base nesse texto legal, terão assim de aguardar a vez do julgamento de suas ações. Isso também vale para os candidatos que aguardam julgamento de recursos na última instância da Justiça Eleitoral.

Graças ao procedente aberto pelo STF, todos já sabem de antemão que irão assumir seus mandatos. Mas, como afirmou o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, a data da posse de cada um deles vai depender da inclusão de seus processos nas pautas de votação do TSE e do Supremo. "E esse é um processo que demorará um certo tempo, pois o julgamento não é imediato", diz o ministro. Ele também deixou claro que os políticos barrados pela Lei da Ficha Limpa que não entraram com recurso no STF, após o pleito de outubro, não mais poderão fazê-lo.

Os problemas da Lei da Ficha Limpa não se esgotam nas discussões sobre o alcance da decisão tomada pelo STF na quarta-feira nem sobre seu impacto na mudança na distribuição das cadeiras no Congresso e nas Assembleias Legislativas. Eles vão muito além, pois esse texto legal – fruto de um bem-intencionado do projeto de iniciativa popular, que recebeu 1,6 milhão de assinaturas – tem redação confusa, peca por falta de precisão conceitual e carece de rigor jurídico.

Por isso, embora o Supremo tenha reconhecido que a Lei da Ficha Limpa é constitucional, a ponto do

Ministro Luis Fux tê-la classificado como "lei do futuro", nada impede que políticos, partidos e até entidades de classe questionem cada uma de suas alíneas e parágrafos, antes das eleições de 2012.

"A lei vai ser fatiada como salame, o que poderá levá-la a ser ainda mais esvaziada", afirma Lewandowski, antevendo as discussões jurídicas no STF. Alguns ministros, por exemplo, consideram exagerada a inelegibilidade por 8 anos, prevista pela da Ficha Limpa. Outros ministros alegam que a Justiça Eleitoral só pode negar registro a candidatos condenados pela última instância do Judiciário – e não por tribunais de segunda instância, como prevê a Lei da Ficha Limpa. Segundo esses ministros, a lei colide com o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém pode ser considerado culpado até o final do processo. E há, ainda, quem questione a retroatividade da lei – no caso, o conceito de "vida pregressa", que é fundamental para o efeito moralizador da lei. "Se você puder apanhar fatos da vida passada para atribuir efeitos futuros, talvez não haja mais limites", diz o Ministro Gilmar Mendes.

Diante da importância da Ficha Limpa para a moralização da vida pública e do risco de que seja inteiramente esvaziada por uma profusão de ações judiciais contra pontos específicos, a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que irá entrar com uma ação direta de constitucionalidade – o que permitirá ao STF escoimar todas as inconstitucionalidade da Lei de uma só vez e estabelecer o definitivo alcance de suas regras e punições.

instituições? Como a Constituição garante que todo cidadão lesado pode entrar na Justiça, todos aqueles que se sentiram prejudicados pela lei entraram em juiz. Veja quantas aferas: passam pela primeira instância, TRE, vão ao TSE e ainda cabe recurso ao STF. Eu sou defensor da eliminação do número de recursos. É preciso que a população se satisfaça.

O atraso nesse caso foi agravado pela demora na escolha do novo ministro do STF. O sr. é a favor do atual critério de escolha dos ministros?

A única alteração que eu faria, talvez até pela visão da carreira, é que eu acho que parte das vagas do Supremo deveria ser destinada a juízes de carreira, que tenham experiência na atividade de julgar, tenham percepção de que esses recursos demoram.

O sr. defende mandato fixo para ministro?

Me perguntaram sobre essa ideia e acho boa. Um ministro que passa 10 anos em um tribunal superior já deu sua contribuição ao país. Isso é mais de dar contribuição do que fazer biografia.

O sr. vai poder ficar quase 13 anos. Pretende sair antes?

Ali a gente vai ter que valer da frase de que o futuro à Deus pertence. Eu não sei se vou tão longe. Acho que é uma ideia legítima você contribuir com seu país por 10 anos e depois você permitir que outros possam ocupar.

Essa divisão que houve nesse julgamento tende a se repetir?

Eu entendo o seguinte: mesmo os magistrados mais experientes têm um grau de intelectualidade muito avançado, não merecem a pecha de conservadores. O voto do ministro Gilmar Mendes é um voto baseado em doutrinas recentes. São homens de todos os tempos, e os mais novos também têm posições ponderáveis. Não tem grupo; nem deve se imaginar isso. Até porque o Supremo visa a fazer Justiça à luz da lei e da Constituição. Não é um tribunal de justiçamento. Nós temos um respeito sagrado pela Constituição, até porque iniciativas populares podem levar a soluções contra o próprio povo.

O STF tem pela frente casos polêmicos, como a extração de Cesare Battisti. Qual sua posição sobre o caso?

Uma tese sub judice não pode ser adiantada sob pena de criar um paradoxo e eu ficar impedido de julgar.

A extração virou uma disputa entre a questão política e o entendimento do tribunal?

Acho que a questão que se vai colocar é a seguinte: se o ato do presidente é um ato vinculado à decisão do Supremo ou é um ato discricionário. Tem sistemas jurídicos de todos os gostos. Tem sistema que avalia apenas se estão presentes as condições de extração. A discussão é saber qual é o sistema brasileiro. Será que é aquele que entende que o Poder Judiciário só avalia e tem que cumprir, ou é que o Poder Judiciário é impositivo, e cabe apenas ao presidente cumprir? Vai depender do teor da decisão.

Há na pauta outros casos de grande repercussão social, como a penalização ou não do aborto de anencéfalo e a união homoafetiva. Como o sr. se posiciona nesses casos?

No Supremo, você aplica regra bíblica de a cada dia uma agonia. Por exemplo, a lei da Ficha Limpaa foi incluída na sexta à noite na pauta. Essas coisas são divulgadas muito em cima da hora.

E em relação à Adin contra a fixação do salário mínimo por decreto? O sr. acha que existe choque entre Poderes?

Eu acho que é uma coisa mais formal. Saber se a política podia ser fixada por lei e depois o detalhamento por decreto. Acho que vai ser só isso.

Mas o sr. nesse ponto também pretende ser estritamente técnico?

Eu julgo sempre de acordo com a minha consciência, e acho que estou fazendo o melhor. Eu sou humano. Se eu errar, you errar pelo entendimento. Eu sou sensível aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Outra polêmica posta é sobre os limites de atuação do CNJ. O sr. acha que o ministro Cezar Peluso adotou uma postura mais corporativista que a anterior? O ministro Peluso é um juiz de carreira que exerce a presidência. E o ministro não tem a história de um homem corporativista. Tem a história de um homem firme, que quando tem de aplicar uma punição severa não se farta a isso. Ele só não vai permitir a condenação de uma pessoa em bases infundadas.

Mas qual o sr. acha que deve ser o limite de atuação do CNJ?

Temos uma regra constitucional. O CNJ foi uma grande inovação em relação ao controle externo, mas de vez em quando tem tido histórico de questionamentos quanto à sua atuação, de desvios da função. É isso que temos de analisar.

Neste ano eu no próximo os sr. vão se deparar com o maior julgamento da história do STF, que é o do mensalão. O sr. acha que o Supremo é a corte adequada para julgar questões penais?

Juiz tem de julgar de tudo. Outro questionamento, o da prerrogativa de foro, tem um pressuposto correto, porque o ente público, dependendo da função que ele exerce, está sempre sendo questionado. Não seria razoável ele ser julgado cada hora, num julgar.

Mas existe o outro lado dessa questão, que é o fato de o Supremo demorar demais para se manifestar em questões penais. Até hoje há apenas três casos de condenação.

Isso é uma realidade infastável, inociável. Mas hoje o fato de você ter juízes para produzir provas, fazer a oitiva de testemunhas, agiliza muito. Pelo tamanho do processo, pela quantidade de réus, o ministro Joaquim Barbosa está tendo uma prestação enorme. Acredito que vai haver uma distribuição com muita antecedência do relatório, para que todos nós possamos fazer juiz, de valor e emitir um julgamento justo.

Em 2007, quando o STF decidiu receber a denúncia no caso do mensalão, o ministro Ricardo Lewandowski fez um desabafo dizendo que o Supremo julgou "com a faca no pescoço". No julgamento, isso deve voltar, com parte da opinião pública pressionando pela condenação; e de outro, os acusados e os aliados tentando negar qualquer delito. Como equilibrar isso?

E você acha que eu não julguei o Ficha Limpaa com a faca no pescoço? Eu acho que os ministros vão se equilibrar no fio dessa navalha no seguinte sentido: o processo penal determina que seja apurada a autoria e a materialidade. Esse é o papel do Supremo: à luz dos autos verificar se houve autoria e materialidade dos delitos apontados. Discussão política é inaceitável. Eu não vou entrar nessa seara. Discussão política comigo não vai ter. Não vou nem impugnar politicamente nada nem acatar nada politicamente. Vou me atar aos autos e à lei e à jurisprudência.

Georgina Tolosa Galvão

De: Georgina Tolosa Galvão
Enviado em: sexta-feira, 25 de março de 2011 19:24
Para: ubiratan@prpa.mpf.gov.br
Cc: felicio@prpa.mpf.gov.br; prmaltamira@prpa.mpf.gov.br; claudioamaral@prpa.mpf.gov.br; brunoalexandre@prpa.mpf.gov.br
Assunto: ENC: Diligência em Altamira

De ordem da senadora Marinor Brito informo que a data da diligência foi alterada para o dia 16/04 próximo, em função da disponibilidade dos demais senadores.

Atenciosamente

Georgina Tolosa Galvão
Assessora Parlamentar

De: Georgina Tolosa Galvão
Enviada em: sexta-feira, 18 de março de 2011 17:02
Para: 'ubiratan@prpa.mpf.gov.br'
Cc: 'prmaltamira@prpa.mpf.gov.br'; 'felicio@prpa.mpf.gov.br'
Assunto:

REQUERIMENTO N° 19-CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência na cidade de Altamira, Estado do Pará, no sentido de ouvir as populações que poderão ser atingidas, quais sejam Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares, Ribeirinhos, Moradores da Periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e demais movimentos sociais que se contrapõem ao empreendimento Belo Monte, que já está sendo terraplanado, bem como deverão ser ouvidos representantes do Ministério Público do Pará.."

Autoria: Senadora Marinor Brito

Resultado: Aprovado o Requerimento

De ordem da senadora Marinor Brito, encaminho requerimento aprovado na Comissão de Direitos Humanos para diligência em Altamira sobre a construção de Belo Monte.

A senadora está confirmado alguns parlamentares para o dia 09 de março próximo. Assim, solicita que os senhores procuradores, na medida do possível reservem a agenda para a data mencionada. Em momento oportuno, o titular da CDH expedirá comunicação referente a realização da diligência.

Atenciosamente

Georgina Tolosa Galvão
Assessora Parlamentar
Fones: (61) 3303-6493/8207-9857

publicado em 24/03/2011 às 21h05:

Michel Temer diz que validade da Ficha Limpa em 2010 não era problema político

Vice-presidente admitiu que projeto foi aprovado por causa da "pressão popular"

Thiago Faria, do R7

Publicidade

Presidente da Câmara quando a Lei da Ficha Limpa foi aprovada, o vice-presidente Michel Temer admitiu nesta quinta-feira (24) que a norma passou por conta da "pressão popular". Segundo ele, sua aplicação já nas eleições de 2010, porém, não era um problema para os políticos resolverem.

- Ao aprovar [a Lei da Ficha Limpa], eu jamais disse se deveria aplicar agora ou não. Quero dizer, o fato de aplicar-se ou não era um problema jurídico, não um problema político. Aprovar aquela norma, naquele momento, me parecia uma norma importante para o país.

Na quarta-feira (23), os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram, por seis votos a cinco, que a regra que barra políticos com condenação em órgãos colegiados não valeu nas eleições de 2010.

Temer, que assume na noite de hoje, em São Paulo, uma cadeira na Academia Paulista de Letras Jurídicas, elogiou a decisão do Supremo e disse que ela marca um importante precedente.

Michel Temer diz que validade da Ficha Limpa

- Havia um impasse pelo empate. O fato de ter superado o impasse já foi um grande passo. No momento em que o Supremo decide pela irretroatividade da lei, ele fixou um precedente muito importante.

No entendimento dos ministros, para a regra ser aplicada, teria que ser publicada pelo menos um ano antes da eleição. A Ficha Limpa, porém, entrou em vigor em junho.

Temer assume hoje a cadeira número seis da academia, ocupada anteriormente pelo senador Romeu Tuma, morto no fim do ano passado.

PMDB

Questionado se a indicação do ex-ministro Geddel Vieira Lima para uma diretoria da Caixa Econômica Federal amenizaria a pressão do PMDB por cargos, Temer qualcouer desconferto e disse que seu partido não pode ser tratado com um aliado, mas como o próprio governo.

- Não há pressão de cargos no governo. Há a certeza de que PMDB não é aliado, ele é governo.

TSE garante que barrados pela Ficha Limpa poderão ocupar cargos

Até agora, Barroso e Pinto — 29 de março de 2011, 45-16-03

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Ricardo Lewandowski (foto), afirmou nesta quinta-feira (24) que os candidatos barrados pela Lei da Ficha Limpa no ano passado poderão ser convidados aos cargos para os quais foram eleitos.

Para isso, basta que os TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) reajustem os cálculos para definir o quociente eleitoral, soma usada para definir a proporção de candidatos eleitos em relação às votações.

O ministro prestou não estipular "um prazo para que isso ocorra, mas reiterou que essas ações que entraram com recurso questionando a aplicação da

Ficha Limpa na eleição do ano passado têm seu direito garantido.

— É evidente que após essa decisão do STF (quarta-feira) nós autorizaremos o julgamento. Até mesmo a própria decisão monocrática que foi autorizada pelo plenário do STF (Superior Tribunal Federal) fará com que essas decisões se acelerem. Eu tenho certeza que os ministros que tenham processo dessa natureza, em suas gabinetes, seja no STF, seja no TSE, darão prioridade absoluta a isso. Os TREs sóão comunicar imediatamente essas decisões e os agravios dos candidatos que foram barrados, é claro, têm o maior interesse em acelerar todo esse procedimento.

Levantado também afirmou que o julgamento de quinta-feira (23) do STF sólido apenas a validade da Ficha Limpa para as eleições de 2010 e que querer pôr a lei poderia ser ato de discussão na Suprema Corte.

— Por exemplo, formamente, a lei está em vigor para as próximas eleições, mas não está atuando a futuras questionamentos. O Supremo não se pronunciou sobre a constitucionalidade da lei, que poderá vir a ser questionada, futuramente, entre as eleições de 2012.

O ministro garantiu que os agravios dos candidatos que foram barrados pela justiça para assumir os mandatos, caso do deputado federal Paulo Maluf (PE-SP), têm garantido o direito de permanecer no exercício. Já no caso dos demais políticos que entraram com recurso no STF questionando a validade da Ficha Limpa para as eleições de 2010 serão responsáveis nos cargos.

Isto vale para os casos dos senadores Wilson Santiago (PMDB-PR), que tenta pedir a vacância para Cícero Cunha Lima (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR-TO), que abriu o caso para Marcelo Miranda (PMDB-TO) e Gilvan Borges (PMDB-AP), que tenta destrar o Senado em favor do deputado Jólio Coelho (PSB-AP).

— Os TREs terão de reproduzir os resultados, refazer os cálculos, eleger os candidatos previamente a essa manobra política.

Ja o processo envolvendo Jader Barbalho (PMDB-PA) é mais complicado. O ministro afirmou que o caso ainda não está encerrado, mesmo o STF tendo julgado em outubro do ano passado que a Ficha Limpa se aplicava ao candidato. Na prática, sóna o STF declarou no julgamento da quinta-feira (23) que a Ficha Limpa não vale para as eleições de 2010, os agravios do político podem aproveitar para entrar com uma ação rescisória e pedir de volta a vaga que hoje é ocupada pelo senador Renan Calheiros (PSD-PR).

— Esse caso é muito específico, tem muitos detalhes e voltará a ser julgado. Eu não posso me pronunciar sobre isso. E também temos a imprevisão de que existam embargos suspensivos pendentes de julgamento, portanto é um caso que provavelmente ainda não está encerrado.

Caráter benéfico

Mesmo com todo a confusão jurídica a polêmica causada pela decisão do STF, Lewandowski votou a favor da Ficha Limpa. Para o ministro, a lei cumpriu seu papel de fazer com que a sociedade discutisse mais sobre as biografias dos candidatos.

— A lei da Ficha Limpa teve, durante as eleições, um efeito profundo. A população pode discutir amplamente, e eleger os antecedentes dos candidatos, muitos candidatos com maus antecedentes foram automaticamente barrados pelos próprios partidos e alguns candidatos nem se apresentaram tendendo o resultado da Ficha Limpa. A Ficha Limpa é, hoje, muito mais que uma lei bonita, é uma lei. É uma lei sólida, uma lei sólida que protege a política.

Georgina Tolosa Galvão

De: Georgina Tolosa Galvão
Enviado em: sexta-feira, 25 de março de 2011 18:29
Para: Altair Gonçalves Soares
Assunto: ENC: Projeções de voo BSB-ATM
Anexos: projeções de voo para Altamira.pdf

Prezado Altair,

Não pude retomar para você de manhã porque estava dando apoio à senadora na residência. Mas recebi o recado de que o senador Paulo Paim declinou do pedido de aeronave da FAB pela disponibilidade de vôos comerciais.

Envio em anexo a pesquisa de disponibilidade de vôos comerciais e solicito que você converse com o senador Paim o quanto antes. Porque ainda achamos que o ideal para ir e voltar no mesmo dia, ou pelo menos sair à tarde do dia 15 e voltar no dia 16 ao final da programação, seria o ideal conseguir a aeronave da FAB.

Envio também relação de autoridades que achamos conveniente serem informadas da diligência que ocorrerá no dia 16/04 próximo:

Procuradoria da República no Pará/ Ministério Público Federal**Procurador Chefe**

Ubiratan Cazetta

Rua Domingos Marreiros N°690 Bairro Umarizal Belém/PA - CEP 66.055-210 ubiratan@prpa.mpf.gov.br
- PABX: (91) 3299-0100

Procurador Felicio Pontes Júnior felicio@prpa.mpf.gov.br

Procuradoria da República em Altamira

Endereço:

Avenida Tancredo Neves, nº 3303, bairro Jardim Independente (CEP:68.372-066)

Telefone:

(93) 3515-2526

E-mail:

prmaltamira@prpa.mpf.gov.br

Horário de atendimento:

12:00 às 19:00

Procuradores da República:

Cláudio Terre do Amaral
E-mail: claudioamaral@prpa.mpf.gov.br
Bruno Alexandre Güttschow
E-mail: brunoalexandre@prpa.mpf.gov.br

Atenciosamente

Georgina

CENÁRIO 1

BRASÍLIA – ALTAMIRA

Voo

Sexta-feira, 15 de Abril de 2011

Partida: 14:00 Brasilia, Brasil - Brasilia Internacional

Chegada: 16:35 Belem, Brasil - Val De Cans

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ3446

Mudança de avião necessária. Tempo entre os voos = 0:55.

Vôo Sexta-feira, 15 de Abril de 2011

Partida: 17:30 Belem, Brasil - Val De Cans

Chegada: 18:40 Altamira, Brasil - Altamira

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ5204

Operado por Trip

ALTAMIRA - BRASILIA

Voo

Domingo, 17 de Abril de 2011

Partida: 23:05 Altamira, Brasil - Altamira

Chegada: 00:15 +1 dia(s) Belem, Brasil - Val De Cans

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ5455

Operado por Trip

Mudança de avião necessária. Tempo entre os voos = 2:05.

Voo

Segunda-feira, 18 de Abril de 2011

Partida: 02:20 Belem, Brasil - Val De Cans

Chegada: 04:40 Brasilia, Brasil - Brasilia Internacional

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ3719

CENÁRIO 2

BRASÍLIA – ALTAMIRA

Voo

Sexta-feira, 15 de Abril de 2011

Partida: 14:00 Brasília, Brasil - Brasília Internacional

Chegada: 16:35 Belém, Brasil - Val De Cans

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ3446

Mudança de avião necessária. Tempo entre os voos = 0:55.

Voo

Sexta-feira, 15 de Abril de 2011

Partida: 17:30 Belém, Brasil - Val De Cans

Chegada: 18:40 Altamira, Brasil - Altamira

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ5204

Operado por Trip

ALTAMIRA - BRASÍLIA

Voo

Sábado, 16 de Abril de 2011

Partida: 19:35 Altamira, Brasil - Altamira

Chegada: 20:15 Santarém, Brasil - Maestro Wilson Fonseca

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ5208

Operado por Trip

Mudança de avião necessária. Tempo entre os voos = 5:15.

Voo

Domingo, 17 de Abril de 2011

Partida: 01:30 Santarém, Brasil - Maestro Wilson Fonseca

Chegada: 01:45 Manaus, Brasil - Eduardo Gomes

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ3892

Mudança de avião necessária. Tempo entre os voos = 0:55.

Voo

Domingo, 17 de Abril de 2011

Partida: 02:40 Manaus, Brasil - Eduardo Gomes

Chegada: 06:30 Brasília, Brasil - Brasília Internacional

Cia Aérea: TAM Linhas Aéreas JJ3543

ONG Projeto Resgate Brasil – Marco Aurélio de Sousa e pastor Vicente de Melo Medeiros

Retrato do trabalho escravo:

Bélgica e Portugal – trabalho escravo braçal

Suíça e Itália – sexual (na Itália, principalmente de travestis)

- Quem explora os brasileiros na Europa são os portugueses, pela facilidade da língua. As pessoas trabalham 12, 14 horas por dia e recebem por 8 horas. Como estão na ilegalidade, têm que se sujeitar.
- Na Bélgica, a exploração serve à construção civil
- Abordar questão das Olimpíadas e Copa do Mundo no Brasil, que deverá ser um dos focos da CPMI do Tráfico Humano, pois o turismo sexual é um dos elementos para o tráfico de pessoas.
- Abordar casamentos na Holanda e na Suíça. Hoje, legislação nesses países é mais rígida: para se casar na Holanda, é obrigatório falar a língua local e ter condição social boa. Caso contrário, somente com autorização do consulado no Brasil. Na Suíça, é cobrado um visto do consulado dos dois países e somente após, no mínimo, cinco anos de união, é possível conseguir o visto permanente.
- Na Europa, uma babá brasileira, por exemplo, recebe a metade do salário mínimo vigente no país (país europeu), sendo que o custo de vida é muito alto. Porém, as brasileiras não se vêm na condição de trabalho escravo, pois ainda assim sobra no final do mês mais dinheiro do que sobraria no Brasil e, por isso, não percebem sua situação de ilegalidade.
- Os relatos mais urgentes estão na Turquia. Mulheres e homens presos por transportar drogas vivem em situação deplorável. Eles são condenados sem a presença de nenhum brasileiro e sem entender seu próprio julgamento, tendo em vista que não entendem o idioma. Na prisão, eles são obrigados a pagar pela água, roupas e produtos de higiene pessoal. Aqueles que não tem dinheiro para comprar, passam frio, sede e são isolados por conta do mau cheiro. As mulheres pedem que lhes seja concedida a possibilidade de cumprir a pena no Brasil, para poder ficar mais perto dos filhos e sair dessa situação desumana.
- Será solicitada audiência com o Itamaraty, Ministério da Justiça, consulado brasileiro na Turquia, MP Federal e organismos internacionais de direitos humanos.

A máfia belgo-brasileira da construção

Data: 18/01/2011

por Mônica Pereira Abreço assf

A revista francesa "Vacature" (<http://www.vacature.com/>), um meio de comunicação gratuito dedicado ao mercado de emprego, gerou polêmica na Bélgica ao publicar duas reportagens dedicadas aos trabalhadores brasileiros na área da construção na Bélgica. O Brasil é considerado um dos países estrangeiros que mais fornece mão de obra irregular para a construção na Bélgica.

Confira os principais trechos do artigo "A máfia belgo-brasileira da construção", traduzidos livremente para o português, e leia as reações da Associação Abreço. Nico Schools e Filip Michiels são os autores dos textos. Fotos de Tim Dirven, Isabel Poussel, Sofie Van Hoof e Jocas Lampens.

"Os novos poloneses"

"(...)A policial Joana Donato (polícia federal) explica que o setor de construção belga é mais procurado que o Português e Espanhol. "Os salários aqui são muito mais altos," Mônica Pereira (Associação Abreço); "Os brasileiros são os novos poloneses." Bruno Devillé (inspetor social) completa: "Antigamente essa era a área favorita dos poloneses, mas eles não aceitam mais hoje essas condições de trabalho... Por que eles o fariam, atualmente, sendo cidadãos da UE perfeitamente legais? (...) "Que não haja dúvida: todas as grandes empresas belgas nessa indústria da construção, são pelo menos conscientes dessas práticas e, normalmente, também cooperam para tal alívio." (...) "De acordo com Jean Gratacás (da federação sindical socialista FGTS); a maioria dos chefes de obras, as grandes empresas belgas, fazem pouco caso (desta lindíssima)." É clara que eles sabem que seu trabalho ilegal nas obras, as grandes empresas belgas, fazem pouco caso (desta lindíssima)." É clara que eles sabem que seu trabalho ilegal nas obras, eles vejam os preços. Como se passa em uma grande obra? O construtor delega tarefas. Os subcontratantes por sua vez lacerçam o trabalho. E todo mundo leva a sua porcentagem. O cliente da fila ganha quase nada. (...)"

"Máfia brasileira da construção?"

"A presença cada vez maior de brasileiros em situação irregular na construção belga reabre o debate a torno da ação policial quando o antigo procurador do trabalho de Bruxelas, a polícia e fiscalização social, reinam-se no inicio de 2000. Entre aproximadamente 2002 e 2007, eles controlaram as grandes obras de todo o país. Luc Faigneau, na época o procurador do trabalho em Bruxelas e hoje exercendo a mesma função em Liège, desempenhou um papel fundamental. (...) Em média, 15% dos trabalhadores de cada obra controlada trabalhava ao negro. É enorme. Sistematicamente encontramos entre eles um grande grupo de brasileiros em situação irregular. E, certamente, nem sempre os mesmos." Bruno Devillé. "Nas ações de controlo nas grandes obras encontrávamos cada vez mais falsos documentos de identidade portugueses. Em quase todos os casos, os 'portugueses' eram na realidade brasileiros (...). Para a polícia, não é fácil distinguir um documento verdadeiro de um falso. Durante os controles surpresa, esses documentos muitas vezes podem salvar seus titulares de um repatriamento." Joana Donato: "No pior dos casos eles são deportados, mas nada impede que dentro de alguns meses voltem à Bélgica." Além disso, é necessário muito tempo de preparação e coordenação antes de haver um controle.

"Empresas falsas"

"Bruno Devillé: 'A medida que mais brasileiros estabeleceram-se em Bruxelas, assistimos à um aumento das compras e uso de falsas identidades portuguesas, como por exemplo, abertura com esses documentos de empresas, aluguel de veículos e conclusão de empréstimos. Os cartões desaparecem depois de um certo tempo, os empréstimos - concluídos com uma falsa identidade - não são reembolsados. Assim, alguns brasileiros em situação irregular acabam por entrar no mundo do crime real, onde todos da turma têm responsabilidades claramente definidas. Do trabalhador barato na obra até o falso que fornece os documentos.' Muitos empresários belgas querem fazer negócios com um subempreiteiro brasileiro barato, mas se protegem de antemão. Eles exigem documentos para provar que eles, alegadamente, trabalham com uma empresa brasileira perfeitamente legal e oficialmente existente. Enquanto eles se baseiam em propostas de preços anormalmente baixos, mas, claro, todos muito conscientes de que se trata de trabalho ao negro. Aqui em Bruxelas conseguimos desmantelar várias empresas onde brasileiros dedicavam seus dias à redação e venda de faturas para cobrir atividades ilegais. Eles compram empresas legais, apenas com a intenção de ter um contrato formal e faturas oficiais para enviar aos seus clientes belgas. Bruno Devillé explica ainda como as empresas de contabilidade belga exercem um papel fundamental na construção das redes brasileiras. 'Eu posso indicar de imediato, em Bruxelas, cinco empresas de contabilidade especializadas onde você pode comprar empresas já existentes: 5.000€ em cima da mesa e você é o orgulhoso proprietário de uma empresa (...) Esta empresa pode ser completamente legal para trabalhar em qualquer local de construção. Claro que o contador sabe como tudo funciona, só que estilisticamente falando, ele não faz nada de ilegal'.

"Milhões de euros"

«Jean-Claude Delaprière é o Presidente da Unidade de Informação Financeira. Os bancos belgas são obrigados a comunicar operações suspeitas ao UIF. O UIF por sua vez, recolhe a informação financeira e envia dossier à promotoria. Delaprière: "Especialmente em 2009, nós recebemos muitos relatos de fluxos financeiros suspeitos nas redes brasileiras. Identificamos ao longo do tempo um padrão de comportamento. Personagens misteriosas lançam em simultâneo uma série de empresas. (...) Essas empresas são muitas vezes desmanteladas ou abrem fábrica, ainda há muitas outras empresas. (...) Um pouco com todo o trabalho da fiscalização, é difícil dizer que elas desaparecem. (...)"

Normalmente, essas empresas também são cabos postais vazias (sem endereço físico). Não têm empregados oficiais. Nem pagam imposto de renda e contribuições sociais. Às vezes as empresas dispõem de contas em bancos diferentes. (...) Estas redes são muito voláteis, encontramos apenas as contas bancárias e um intermediário. Um intermediário, que muitas vezes nem sequer tem conhecimento de toda a rede de empresas, num quadro mais amplo.

"São gerados milhões de euros nessas redes brasileiras", diz Jean-Claude Delaprière. "Um círculo gera, em oito meses 3.000.000 de euros. Então, há uma série de redes que nem chegamos a ver." Em outras palavras, o número é bem maior. Bruno Devillé dá uma ideia da grandezza: "A primeira organização criminosa neste ambiente que realmente conseguimos desmantelar, tinha em dois anos mais de 25 milhões de notas de euro emitidas: Você pode deduzir que a fraude total chega às centenas de milhões de euros. As redes que estão por trás de tudo isso também sabem que elas cometem relativamente poucos riscos: uma investigação completa leva tempo e resulta risco de obra. Quando elas fazem os problemas, se refugiam no Brasil. Com o diabólico, obviamente." (...) Bruno Devillé e Luc Faigneau finalmente põem a culpa - com ênfase nos políticos. "Só respeitabilizando o controlante principal por todos os sub-controlados que trabalham em sua obra, podemos resolver este problema. Infelizmente não posso deixar de notar que há uma completa falta de vontade política." Luc Faigneau é claro: "Com a frequência de um relógio, você ouve em discurso político a abordar a fraude social e fiscal. Mas nem sequer dispõem de meios para combater eficazmente a fraude."

Lamentamos que numa reportagem dedicada aos trabalhadores brasileiros na Bélgica sejam destacadas sobretudo as supostas atividades criminosas destes trabalhadores na construção civil e se dá a entender que a comunidade brasileira residente no país seja composta por várias redes organizadas onde se geram "milhões de euros" às custas da fraude fiscal e social e da exploração de operários.

A comunidade brasileira na Bélgica caracteriza-se de fato por uma grande quantidade de trabalhadores da construção civil, muitos em situação irregular. Esses trabalhadores são na maior parte dos casos cidadãos honestos que, em virtude de sua situação de estadia, são obrigados a recorrer a estratégias de sobrevivência para encontrar e manter um trabalho remunerado. Um grande número é vítima de patrões sem escrúpulos de várias nacionalidades, incluindo alguns brasileiros, portugueses, marroquinos, espanhóis, italianos, holandeses, entre outras. Em geral, os donos das obras para as quais eles trabalham, enquanto "subcontratados", são belgas.

Não concordamos com a visão exagerada da existência de supostas "redes maliciosas" de recrutamento de trabalhadores no Brasil (consultar segundo artigo de "vacature" do dia 18.12.2010) ou de facilitação do tráfico e de sequente exploração sistemática na Bélgica. A maioria dos trabalhadores chegam na Bélgica por seus próprios meios e são de fato muitas vezes explorados como outros migrantes em situação irregular, quando se integram no trabalho informal. E, mais uma vez, não necessariamente por outros brasileiros.

A publicação desse tipo de artigos contribui, infelizmente, à uma maior estigmatização da comunidade e à justificação de medidas de controle mais rígidas, incremento de expulsões assim como o endurecimento de eventuais políticas migratórias. Importante seria ressaltar que existe uma necessidade de mão de obra estrangeira, que os homens brasileiros, preenchem atualmente vagas no setor da construção e devem ter a oportunidade de trabalhar de forma regular no país. Além disso, seus direitos, enquanto trabalhadores, mesmo em situação irregular, devem ser garantidos.

ISTOÉ - Independente

[Imprimir](#)

• • Brasil | Edição: 2159 | 25.Mar.11 - 21:00 | Atualizado em 28.Mar.11 - 09:58

Para quem o congresso trabalha

Quais são e como operam os grupos de pressão que dominam a Câmara e o Senado. a maioria financia bancadas informais com gente de todos os partidos para manter ou mudar algumas leis. Outros grupos são pautados por movimentos civis

Sérgio Pardella

Com uma agenda própria, alheias aos embates das legendas e indiferentes às cores partidárias, pelo menos 17 grandes bancadas informais exercem hoje enorme influência no Congresso, orientam a atuação parlamentar e revelam o grande poder dos lobbies em Brasília. Por trás desses grupos de pressão organizados, encontram-se verdadeiros conglomerados corporativos, associações, confederações, empresas e movimentos da sociedade civil. Garantindo a coesão dessas frentes pluripartidárias, é corriqueiro encontrar poderosos financiadores de campanhas, que trabalham diuturnamente para ver seus interesses atendidos no Legislativo. Ao contrário das bancadas dos partidos, não é o tamanho dos blocos temáticos que determina suas forças. Importante, no caso, tem sido a capacidade de mobilização. Um exemplo disso é a chamada bancada da saúde. Em número de integrantes, ela é a sétima do Congresso – menos robusta que a ruralista ou sindical (leia quadro na pág. 45). Reunindo 50 parlamentares, a bancada divide-se em pelo menos três grupos: o dos que defendem a saúde pública, estatal e gratuita; o grupo que dá voz aos interesses privados, com fins lucrativos, entre eles os planos de saúde; e, por fim, a turma favorável às Santas Casas, que fazem filantropia e recebem recursos públicos. Os parlamentares da bancada da saúde, no entanto, costumam quintuplicar os apoios quando estão em jogo os interesses das entidades que representam.

“Deputado que defende terra, defende a sua própria terra. A saúde é uma questão coletiva. Os apelos são outros, o que torna muito maior nossa capacidade de organização”, reconhece o deputado Darcisio Perondi (PMDB-RS), um dos principais líderes da bancada da saúde. Em fevereiro, um poderoso lobby da indústria farmacêutica desembarcou em Brasília na tentativa de reverter a proibição dos moderadores de apetite pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Com pelo menos um deputado ou senador da bancada da saúde a tiracolo, lobistas de laboratórios multinacionais ocuparam gabinetes importantes na Esplanada dos Ministérios. Havia políticos de todos os partidos servindo de cicerones aos empresários do setor. A pressão deu certo. A Anvisa prometeu analisar os argumentos contrários ao veto às substâncias emagrecedoras como a sibutramina, a anfepramona, o semporex e o mazindol. Não foi estabelecido um prazo para a decisão final. Ou seja, o assunto, por ora, está em suspenso.

Tal como a frente da saúde, a bancada da bola é pequena no tamanho, mas efetiva nas ações. Com apenas nove integrantes, já conseguiu marcar um tanto na atual legislatura, favorecendo o lobby da cartolagem dos gramados. Pressionada por dirigentes de clubes e confederações, a bancada da bola aprovou uma emenda que alterou a chamada Lei da Moralização do Futebol. Com isso, a partir de agora, os cartolas não mais serão responsabilizados caso endividem os clubes que dirigem. Até então, estes corriam o risco de ver penhorados seus respectivos patrimônios. A emenda é de autoria do deputado José Rocha (PR-BA), que desde de 2002 figura na lista de doações de campanhas da CBF. Nos registros do TSE, constam doações de pelo menos R\$ 150 mil para o deputado baiano.

O time da bola no Congresso também foi reforçado, este ano, com a eleição de Ciro Nogueira (PP-PJ) para o Senado e de Romário (PSB-RJ) para a Câmara. O Baixinho, no entanto, não esclarece de que lado está, se dos dirigentes ou dos atletas. Ele responde: "Ainda estou me familiarizando com essa nova situação", limita-se a afirmar o ex-jogador.

Como ficou evidente nas movimentações futebolísticas, em geral o esforço de parlamentares em favor de determinados setores reflete, além de ideologia comum, uma boa dose de retribuição a financiadores de campanha. É o caso das empresas ligadas ao agronegócio, pecuária e ao ramo de papel e celulose, que abriram ainda mais seus cofres na última campanha eleitoral. Doaram pelo menos R\$ 100 milhões para deputados e senadores da área. O deputado ruralista Alex Canziani (PTB-PR) recebeu R\$ 360 mil do Grupo JBS-Fribôi. Os deputados do DEM paranaense Abelardo Lupion e Eduardo Sciarra receberam R\$ 80 mil cada um da Bunge Fertilizantes. Já o deputado Marcos Montes (DEM-MG) arrecadou cerca de R\$ 1 milhão só de pecuaristas, usineiros e exportadores de papel. Como resultado, as empresas conseguiram aumentar a bancada ruralista, uma das mais atuantes da Casa, que saltou de 56 para 160 parlamentares.

O presidente da Câmara, Marco Maia, ex-metalmúrgico, recebe o presidente da CUT, Artur Henriques, que articula a redução da jornada de trabalho e a manutenção do imposto sindical

O principal objetivo do lobby do agronegócio, este ano, é a aprovação do substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que altera o Código Florestal Brasileiro. "A proposta consolida as áreas já ocupadas pelos produtores e restabelece o quadro de segurança no campo", defende o presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), Eduardo Riedel. A preocupação é garantir a aprovação do código até 12 de junho, quando entra em vigor o Decreto 7029/2009, prevendo que todos os imóveis rurais deverão estar com suas reservas legais averbadas. Isso poderá deixar na ilegalidade 90% das propriedades rurais brasileiras. A tarefa, porém, não será fácil. Do outro lado da trincheira estão os ambientalistas, para quem o projeto de Rebelo irá anistiar desmatadores, reduzir as áreas de preservação permanente e permitir a ocupação de encostas e tops de morros. Embora formem uma bancada de apenas 15 parlamentares, da qual fazem parte os deputados Sarney Filho (PV-MA), Alfredo Sirkis, fundador do PV, e José Luiz Penna (PV-SP), presidente do partido, os ambientalistas, apoiados por ONGs "verdes", reverberam com muita força no Congresso. "Os quase 20 milhões de votos da ex-senadora Marina Silva na disputa presidencial motivam a bancada e mostram a nossa força no Parlamento", afirma o coordenador de políticas públicas do Greenpeace, Nilo D'Ávila.

A relação direta entre doações e empenho parlamentar também se evidenciou no episódio da derrubada da proibição dos inibidores de apetite. A maioria dos deputados que esteve ao lado dos laboratórios recebeu doações da indústria dos remédios durante a campanha do ano passado. Entre os beneficiários aparecem os deputados Saráiva Felipe (PMDB-MG) e Osmar Terra (PMDB-RS).

Por intermédio da Intersfarma (Associação da Indústria Farmacéutica de Pesquisa), os dois receberam R\$ 150 mil de laboratórios multinacionais. Outro parlamentar pertencente à bancada da saúde, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), foi contemplado com R\$ 50 mil. No total, a Intersfarma doou R\$ 1,8 milhão para 20 candidatos. Desses, 13 se elegeram.

Os planos de saúde, lançando mão da mesma prática, investiram R\$ 12 milhões em doações nas eleições de 2010. Elegeram 38 parlamentares, dez a mais do que em 2006. As empresas do setor esperam que seus parlamentares agraciados derrubem, este ano, o projeto que obriga as operadoras a justificar por escrito eventual recusa em realizar exames e internações. O deputado mais beneficiado com recursos dessas fontes foi Doutor Ubiali (PSB-SP), que recebeu R\$ 285 mil da Federação das Unimed's de São Paulo. O parlamentar, que, em 2010, relatou e conseguiu aprovar projetos do agrado do setor, é um dos críticos mais ferozes dos procedimentos adotados pelo SUS. "O resarcimento ao SUS pelo atendimento de quem possui plano de saúde é exagerado", diz ele.

Este é um dos grupos que mais cresceram na atual legislatura. Seus 66 parlamentares vão combater o grupo GLBT, para evitar o casamento gay e a permissão do aborto

Há fortes grupos de interesse do Congresso que estarão em lados opostos durante as discussões de projetos este ano. A bancada sindicalista congrega 73 parlamentares e promete brigar pela aprovação do projeto que prevê redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. O presidente da Força Sindical e deputado reeleito, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), acredita que há espaço para fazer uma articulação "a fim de garantir um bloco de cerca de 200 parlamentares a favor das causas trabalhistas". Na última semana, a CUT recebeu parlamentares, no aeroporto de Brasília, com uma pauta que inclui, além da redução da jornada, o fim do fator previdenciário. O corpo a corpo foi intenso. Cada deputado que desembarcava era logo abordado por um sindicalista com um folheto em mãos. "Às vezes a gente fica meio sem jeito. Diz que vai votar a favor só para se livrar do cara", confidenciou um parlamentar. PSD e PPSD também pediu para não ser identificado. O lobby do movimento sindical rivalizará com os defensores dos interesses dos empresários, que representam a maior bancada da Casa, com 273 integrantes. O ponto fraco do segmento empresarial é ser muito heterogêneo. Em alguns casos, se confunde com outros grupos de parlamentares, como os ruralistas. Conhecido como rei da soja, o senador Blairo Maggi (PR-MT) é um dos políticos que pertencem simultaneamente às duas bancadas. "Tradicionalmente, os parlamentares empresários não atuam de modo articulado", afirma o cientista político Rubens Figueiredo, diretor do Centro de Pesquisas e Análises de Comunicação (Cepac).

Eles estão em guerra com os ruralistas, que receberam farta doação para aprovar mudanças no Código Florestal

Um dos grupos de lobistas da área empresarial mais atuantes no Congresso é a Associação das Empresas Cerealistas do Paraná (Acepar), que trabalha na Câmara pela redução da carga tributária. A ação em Brasília rendeu frutos. Por intermédio de parlamentares da bancada dos empresários, a Acepar ampliou seu espaço no mercado. Assiduo frequentador dos corredores da Câmara e do Senado, o vice-presidente da associação, Arney Antonio Frassan, sócio-diretor da AB Comércio de Insumos, foi recompensado. Conquistou, no ano passado, um assento na Câmara de Logística do Ministério da Agricultura. As indústrias são outra vertente da bancada dos empresários com voz ativa no Parlamento. O lobby industrial tem uma atuação sistemática no Congresso, bradando sua Agenda Legislativa da Indústria, um documento elaborado anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), cujo lançamento sempre ocorre em cerimônia pública. A agenda lista projetos em tramitação no Congresso que são de interesse do setor. "A CNI faz uma espécie de lobby transparente porque nossa posição está claramente indicada nesta agenda, que é pública", diz o ex-presidente da CNI, o deputado Armando Monteiro Neto, eleito senador (PTB-PE).

Um dos crescimentos mais notáveis dessas frentes parlamentares foi o da bancada evangélica. Ela, que tinha 45 parlamentares, conseguiu eleger 66. Agora medirá forças com os estreantes na Casa que representam o movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Os pontos de discórdia são os projetos em favor da descriminalização do aborto e do casamento civil gay. "Vamos nos opor a todos os projetos que não se identificam com princípios bíblicos", diz o deputado Erielson Santana (PSC-BA), diácono da Assembleia de Deus. A lista dos evangélicos novatos inclui o ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ) e a cantora gospel Lauriete Rodrigues (PSC-ES). Os católicos são tão aguerridos nessa questão da união de pessoas do mesmo sexo quanto os evangélicos. Este ano, dois religiosos engrossarão as fileiras da bancada: Padre Zé (PP-CE) e Padre Ton (PT-RO). Apesar de estar em menor número, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), um dos líderes do segmento GLBT com cerca de dez parlamentares, partirá para a ofensiva. Na terça-feira 29, lança a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT. "Queremos os mesmos direitos para todos", repete Wyllys. No Senado, o movimento é representado por Marta Suplicy (PT-SP), que desarquivou projeto de lei que torna a homofobia crime. Depois de passar pela Comissão de Assuntos Sociais, o projeto ainda precisará passar pela Comissão de Constituição e Justiça antes de ser votado em plenário. Marta sabe das resistências que pode encontrar, mas revela otimismo. "Eu tenho a convicção de que poderemos, na legislatura que se inicia, retomá-lo e avançar para a aprovação. Não espero que seja fácil. Já vejo manifestações contrárias. Mas a renovação na Casa foi grande e tenho esperança em convencer os nossos senadores de sua importância não só para a comunidade GLBT, mas para o Brasil", disse.

O ex-pugilista Popó (PRB-BA) e o ex-jogador Romário (PSB-RJ), próximos da turma dos cartolas

A disputa ferrenha entre as bancadas suprapartidárias e "grupos de pressão" por espaço e influência no Congresso mostra que o lobby, prática que cresceu no Brasil a partir da Constituinte de 1988, está cada vez mais transparente no País, embora não seja ainda regulamentada por lei, como nos EUA. Há pouco tempo, o lobby era quase sempre relacionado a atividades ilegais. Casos de tráfico de influência seguem sendo tratados como fruto do trabalho de lobistas, mas nos últimos 20 anos ganhou corpo uma categoria de profissionais que vem se pautando por uma atuação à luz do dia. Eles procuram contato com as autoridades com hora marcada na agenda, assunto previamente definido e nos próprios gabinetes de trabalho. É o caso da empresa Umbelino Lobo, que durante cinco anos atendeu o Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom). A empresa de consultoria, sediada em Brasília, foi responsável pela aprovação da emenda constitucional que instituiu a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), o chamado "imposto dos combustíveis". Mais do que um direito legítimo, é um dever do setor privado manter um canal permanente de interlocução com o Legislativo a fim de ajudar na formulação de políticas públicas", prega Antônio Marcos Umbelino Lobo, diretor superintendente da empresa e no mercado há 32 anos. Mas há importantes companheiros de atividade de Lobo empenhados em evitar a regulamentação do setor. É que dentro ou fora do Congresso ainda pululam em Brasília as bancadas da sombra.

O CONGRESSO FATIADO

73 parlamentares
Grupos de interesse: dirigentes sindicais, trabalhadores, aposentados
Líderes: dep. Paula Pereira da Silva (PDT-SP) e Vicentinho (PT-SP)

10 parlamentares
Grupos de interesse: integrantes do movimento GLBT
Líderes: dep. Jean Wyllys (PSOL-RJ) e sen. Marta Suplicy (PT-SP)

60 parlamentares
Grupos de interesse: prefeitos
Líderes: dep. Celso Maltzani (PMDB-SC) e Júlio Cesar (DEM-PI)

8 parlamentares
Grupos de interesse: pequenos agricultores e cooperativas de crédito
Líderes: dep. Assis do Couto (PT-PR)

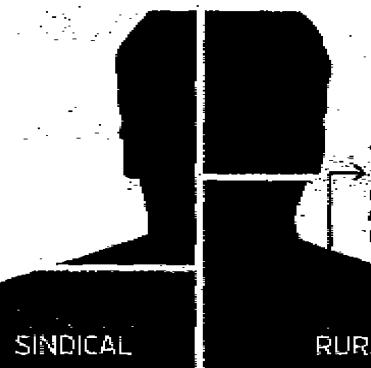
60 parlamentares
Grupos de interesse: donos de rádio e tv's
Líderes: dep. Arnódeo de Oliveira (DEM-RJ)

33 parlamentares
Grupos de interesse: escolas e universidades privadas
Líderes: sen. Góis (PMDB-DF) e dep. Professora Dorinha (DEM-TO)

15 parlamentares
Grupos de interesse: agentes, delegados, promotores, procuradores e juizes
Líderes: dep. Pratini (PDT-SP) e Kátia Ota (PSB-SP)

44 parlamentares
Grupos de interesse: detentoras dos direitos das mulheres
Principais líderes: dep. Alice Portugal (PCdoB-BA) e Janete Rocha Pinto (PT-SP)

8 parlamentares
Grupos de interesse: instituições financeiras
Líder: sen. José Agripino Maia (DEM-RN)



160 parlamentares
Grupos de interesse: fazendeiros, agropecuaristas e integrantes do agronegócio
Líderes: sen. Blairo Maggi (PR-MT), Kátia Abreu (DEM-TO) e Ivo Cassol (PP-RO)

66 parlamentares
Grupos de interesse: igrejas evangélicas
Líderes: dep. Marcelo Crivella (PRB-RJ) e dep. Anthony Garotinho (PR-RJ)

20 parlamentares
Grupos de interesse: entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente
Líderes: dep. Érika Kotsay (PT-DF) e Teresa Surita (PMDB-RR)

15 parlamentares
Grupos de interesse: militantes da causa ambiental e ONGs "verdes"
Líderes: dep. Alfredo Simão (PR) e José Penna (PV-SP)

43 parlamentares
Grupos de interesse: Movimentos em defesa dos direitos dos negros
Líderes: sen. Paulo Paim (PT-RS) e dep. Edson Santos (PT-BR)

273 parlamentares
Grupos de interesse: empresários e indústrias
Líder: sen. Antônio Monteiro (PTB-PE)

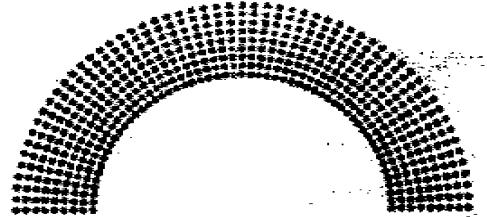
50 parlamentares
Grupos de interesse: planos de saúde, seguros e laboratórios farmacêuticos
Líderes: dep. Décio Perin (PMDB-RS), Arlindo Chinaglia (PT/SP) e Doutor Ubirajara (PSB-SP)

9 parlamentares
Grupos de interesse: clubes de tutozinhos e futebolões
Líderes: senadores Gilvan Soárez (PMDB-AP) e Ciro Nogueira (PP-PI) e deputados José Rocha (PR-BA) e Romário (PSB-RJ)

OS LOBBIES QUE JÁ DERAM CERTO EM 2011 ...

A bancada da bola conseguiu aprovar emenda eximindo os presidentes de clubes de se responsabilizarem, com seu patrimônio pessoal, caso endividem as instituições que dirigem

A bancada da saúde, representando os laboratórios farmacêuticos multinacionais, conseguiu adiar a discussão sobre a proibição pela Anvisa das substâncias inibidoras de apetite como a sibutramina, a anfepramona, o temproporex e o mazindol



O QUE AINDA ESTÁ EM JOGO NA ATUAL LEGISLATURA ...

As bancadas ruralista e ambientalista travam uma queda de braço em torno da aprovação do Código Florestal

As bancadas sindicalista e empresarial estão em lados opostos na votação do projeto que prevê redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e da proposta de regulamentação da terceirização

A bancada evangélica e a que representa o movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) divergem em relação à descriminalização do aborto e ao casamento civil gay

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores,

Tenho recebido diversas manifestações da população e acompanhado o noticiário da imprensa. É notável a frustração da sociedade com relação à decisão do STF sobre a não-validade da Ficha Límpa para as eleições de 2010.

Após quatro anos de discussão e de ampla e histórica mobilização da sociedade, com a assinatura de cerca de 2 milhões de cidadãos e cidadãs - fato inédito no país - vemos novamente a vontade do povo ser atropelada em nome do benefício das elites, dos corruptos e daqueles que se utilizam da máquina pública em prol de interesses pessoais.

Por isso, quero pedir que seja registrado, nos anais desta Casa, algumas notícias que têm saído que refletem a decepção do povo brasileiro.

28 de março de 2011

Senadora Marinor Brito (PSOL/ PA)

Belo Horizonte (MG), 22/09/2010 - O editorial "Ficha Limpa e a Justiça" foi publicado na edição de hoje (22) do jornal Estado de Minas:

"Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) enfrentam um dos julgamentos mais delicados do ano. Sob a expectativa dos 21 milhões de brasileiros que bancaram a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei da Ficha Limpa, o tribunal terá de decidir quanto à constitucionalidade da aplicação das vedações a candidaturas já nas eleições de outubro. O que está sobre a mesa é um recurso extraordinário do candidato ao governo do Distrito Federal Joaquim Roriz (PSC), que, conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seria atingido pela nova lei, por ter renunciado ao mandato de senador em 2007 para escapar da ameaça de cassação. Seus advogados argumentam que a aplicação da Lei da Ficha Limpa em 2010 representaria uma retroação para punir o réu, o que seria vedado pela Constituição Federal.

O pleno do STF vive momento de transição, desde a aposentadoria de um de seus 11 ministros, que ainda não foi substituído. Com isso, passa a haver a possibilidade de empate, situação que vai obrigar o voto duplo do presidente da Casa, ministro César Peluso. Até ontem, eram conhecidos os pontos de vista de apenas cinco dos ministros, quatro a favor e um contra a aplicação da lei este ano. O desconhecimento dos votos restantes só contribui para aumentar as expectativas quanto ao resultado. E elas não são plenamente positivas. O pressentimento de que não há consenso quanto à constitucionalidade em discussão levou a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) a colher 140 mil assinaturas de apoio a um manifesto em favor da aplicabilidade total e imediata da lei. Além disso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) preparou para hoje atos públicos em várias capitais durante a sessão do STF.

Não há dúvida de que a decisão do Supremo envolve mais do que os 242 candidatos que tiveram seus registros negados pela Justiça Eleitoral (14 deles em Minas). A Lei da Ficha Limpa tornou-se uma bandeira da maioria da população, numa demonstração de cansaço em relação ao comportamento condenável de um número crescente de políticos em todos os níveis da representação parlamentar e da administração pública. Pesquisa realizada pelo Ibope e divulgada ontem pela AMB revelou que, dos 2.002 entrevistados, 85% são favoráveis à Lei da Ficha Limpa. E 43% disseram conhecer casos de compra de voto. Também foi expressiva a manifestação de desconfiança, já que 73% dos entrevistaram consideram que a política beneficia apenas os políticos.

São, portanto, claros o desejo de mudar a política e a convicção de que isso só será possível mudando os atores políticos, inclusive pela via da limpeza da ficha do candidato. Mas é preciso separar as coisas. Toda manifestação é aceita, desde que dentro do limite da democracia e do respeito às instituições. E o democrata sabe que o juiz não pode agir sob pressão. Seu julgamento deve ser técnico, sereno, isento. No Judiciário, o que está em questão não é a vontade popular, mas, sim, o que diz a lei. O STF não vai julgar a Ficha Limpa, apenas a sua aplicabilidade este ano. Tomara que vote sim. Mas, seja qual for a decisão, a lei valerá nas futuras eleições e quem se engrandeceu ao se mobilizar para defendê-la no Congresso deve saber acatar o pronunciamento da Justiça: É assim que funciona a democracia."

EDITORIAL - O GLOBO - Sob a sombra da Ficha Limpa

Publicada em 02/02/2011

Empossada no Congresso a 54ª legislatura e reiniciados os trabalhos no Poder Judiciário, depois do recesso de passagem de ano, ontem todos os poderes da República entraram em pleno funcionamento. Há o fato político saudável de as instituições democráticas cumprirem sua rotina dentro da normalidade - ao contrário de vizinhos de continente -, mas existem expectativas disparem em relação a cada um dos poderes.

O Executivo, depois do primeiro mês de trabalho, em que a presidente Dilma assumiu uma postura discreta, diferente do estilo do governo passado, exercido do palanque e do púlpito, começa agora a enfrentar o terreno perigosó das negociações com um Congresso em que um aliado ressentido, o PMDB, promete pregar algumas peças em votações importantes.

Nas primeiras, quatro, semanas, o governo Dilma defendeu medidas corretas na área econômica, como a contenção da farra dos gastos em custeio, mas está na dependência de articulações para impedir um reajuste inadequado do salário mínimo, com efeitos negativos pesados em contas públicas já problemáticas.

... a sombra da Ficha Limpaa

No Judiciário, há a pendência da indicação do 11º ministro do STF, pela presidente, única condição para desempatar o julgamento sobre a entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa: se ela produzirá efeitos sobre as eleições do ano passado ou apenas no próximo pleito, municipal, de 2012.

Foi tamanho o desgaste do Congresso na legislatura passada que, por inevitável, a nova legislatura assume diante do mau humor de eleitores. Mesmo porque, dos 513 deputados federais, há pelo menos 59 com processos na Justiça, conforme levantamento feito pelo site G1, em 61 tribunais. A maioria (53) responde por crimes relacionados à administração pública. Imagine-se o que acontece em cada uma das assembleias legislativas também empossadas ontem.

Reafirma-se, portanto, a importância de o Supremo, empossado o novo ministro, concluir os julgamentos em torno da Ficha Limpa, de preferência, confirmado o entendimento de cinco dos ministros de que a lei já estava em vigor de fato durante as eleições. Sera um alento para os milhões que se mobilizaram no encaminhamento do projeto desta lei moralizadora. Mais do que isso, estabelecerá um marco histórico para a regeneração da vida pública no Brasil.

Reconheça-se que o Congresso, ao se curvar diante do fisiologismo, teve no Executivo um abnegado sócio. A fisiologia e o clientelismo são crimes praticados a dois. Embora o mensalão tenha sido arquitetado e posto em prática no primeiro mandato de Lula, foi no segundo que o estilo do toma lá da cá de negociação com o PMDB e outras legendas aliadas foi aplicado à exaustão. E não foi diferente na montagem do governo Dilma Rousseff.

O ideal seria que, juntos, Planalto e Congresso decidissem melhorar o nível do relacionamento entre Executivo e Legislativo. Pode ser pedir muito. Mas pelo menos que os canais políticos de comunicação do governo com os parlamentares deixem de explorar os recursos típicos do baixo clero.

Não faz bem para a democracia desmoralizar as negociações políticas no Congresso. Até pelo poder que detém, cabe ao Executivo dar o exemplo.

Lei da Ficha Limpa – A decepção (Jornal do Brasil, 25 de março de 2011)

*Percival Puggina**

A imensa maioria da sociedade ficou "de cara" com a decisão do STF que postergou para 2012 a vigência da Lei da Ficha Limpa. Já encontrei gente convencida de que o artigo 16 da Constituição federal foi uma artimanha concebida com a finalidade de beneficiar políticos desonestos.

O referido preceito, com a redação que ganhou em 1997, diz assim: "A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência". Não é preciso conhecer a história do Brasil na segunda metade do século passado para saber-se o que motivou tal disposição. Ela é uma vacina contra casuismos que, alterando de última hora as regras eleitorais, sirvam para beneficiar a maioria parlamentar (via de regra a poderosa base do governo) em prejuízo da minoria. Tivemos muito disso durante o regime militar, por exemplo. O foco da norma está posto no respeito às regras do jogo e ao eleitor. Ou, em outras palavras, à segurança jurídica e à própria democracia.

Se o leitor destas linhas, assim como eu, não tem em boa conta o discernimento de grande parte do eleitorado, nem apreço algum por grossa fatia dos partidos e seus representantes, não é contra a Constituição nem contra a decisão do STF que se deve insurgir. Sua decepção deveria ter sido instigada já quando leu nos jornais que a Lei da Ficha Limpa foi aprovada na Câmara dos Deputados por 388 votos contra apenas um. E no Senado Federal, logo após, por 76 votos a zero. Bastava para deduzir: aí tem! E não deu outra. Era para não valer. Impossível que juntos - deputados, senadores, assessores do Congresso Nacional, entre outros - não conhecessem o teor do artigo 16 da Constituição ou inferissem que, no STF, a força do preceito da anualidade acabaria minimizada. Não podia ser e não foi. Por pouco, mas não foi. Prefiro uns patifes a mais no Congresso do que ver o Supremo rasgar a Constituição por pressão popular.

Agora, usarei o direito do autor para falar da minha decepção. O que me entristece profundamente é saber que em momento algum, nos debates travados sobre o tema ao longo destes últimos dias, subimos um milímetro na compreensão de que estivemos tentando corrigir as consequências em vez de atacarmos as causas da enxurrada de mazelas na política nacional. Lamentamos seu efeito destruidor. Choramos as vítimas do mau uso dos recursos públicos. Deploramos as desigualdades dos pleitos e os abusos dos poderosos. Como nas enchentes, descuidamos da prevenção e não nos ocupamos, um segundo sequer, do modelo institucional ficha suja com o qual convivemos! Enquanto isso, a usina da criminalidade política continua em plena atividade. O PCC da política, o Comando Vermelho da política, que se vale do nosso pavoroso modelo institucional, atua e continuará atuando mesmo na remotíssima hipótese de que a impunidade acabe e todos vão tomar banho de sol em horário certo no pátio de algum presídio. Lá de dentro, com celulares ou sem celulares, continuarão se valendo das franquias e facilidade de um sistema que lhes facilita a vida e coloca o país no vergonhoso 69º lugar no ranking da ética. A nota 3,7 que recebemos nos situa a apenas 2,6 pontos da Somália, que é o último dos 180 países avaliados, e a longínquos 5,6 pontos da Dinamarca, que encabeça a lista dos melhores padrões éticos.

Decepção, para mim, é isto. É saber que em momento algum do último pleito muitos cidadãos que hoje reprovam o STF se interessaram em saber o que seus candidatos pensavam sobre reforma institucional e política (estavam mais interessados em achar alguém que lutasse por seus interesses pessoais ou corporativos). É perceber que a nação ainda crê, firmemente, que seja possível colher resultados diferentes agindo, sempre, do mesmo modo. É ver tantas pessoas convencidas de que a Lei da Ficha Limpa será capaz, mantida a regra do jogo, de moralizar os comportamentos dos políticos, dos partidos e dos eleitores. É achar-se preferível

atropelar o princípio da presunção de inocência (inciso LVII do artigo 5º da Constituição), segundo o qual "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória", a reformular o modelo recursal do direito brasileiro que dá garantias eternas de imunidade aos réus endinheirados!

Escreva aí, leitor: quando, em 2012, os recursos contra a Lei da Ficha Limpa entrarem no STF invocando esse outro preceito constitucional, a lei se desfará em cacos, evidenciando a incompetência de sua concepção. Como bem disse, em recente programa de tevê o advogado Ricardo Giuliani - os responsáveis pela atual decepção (e pela futura) são os que criaram ilusões na opinião pública através de uma norma eivada de inconstitucionalidades.

* Escritor e articulista

24/03/2011

MCCE: Reconhecimento e decepção pelo Ficha Limpa

Da redação
Do Contas Abertas

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) viveu, ontem, noite de contrastes. Ao mesmo tempo em que recebia no Hotel Copacabana Palace o prêmio "Faz Diferença" – homenagem do jornal "O Globo" pela coordenação da campanha para aprovação da Lei da Ficha Limpa – tomava conhecimento do resultado do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que invalidou o instrumento para as eleições de 2010. Em diversos veículos de comunicação, como O Globo e o Correio Braziliense, os integrantes do Movimento não esconderam a decepção.

Para Jovita Rosa, uma das diretoras do MCCE, a decisão do STF foi um retrocesso. "Fiquei triste, mas isso demonstra que nós temos muito a avançar e que a necessidade de uma reforma política é grande. É como se dessemos cinco passos para a frente e dois para trás. Mas sabemos que a democracia foi conquistada aos poucos". Outro integrante do Movimento, Osiris Barbosa, comentou: "Como toda a sociedade, queríamos que a lei estivesse valendo para 2010, até porque através dela, muitos políticos foram barrados pelo voto (dos eleitores) e pela Justiça".

Algumas entidades que contribuíram para a obtenção das assinaturas que levaram a Lei da Ficha Limpa ao Congresso Nacional, também revelaram desapontamento com a decisão do STF. "Infelizmente entenderam que a moralidade pode esperar, comentou o integrante da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade", Luciano Santos. A presidente nacional do Movimento Voto Consciente, Celina Marrone, endossou o desapontamento do Grupo. "Nem sempre o que é legal, é ético, existem coisas que não são proibidas por lei, mas não são éticas. O comportamento do ser humano não está avaliado em lei, mas também em ética. Nós temos que começar a resgatar valores", alerta.

O juiz de direito e membro da Comissão Nacional do MCCE, Márlon Reis, considerou que o resultado contrariou as expectativas. "Nós esperávamos que fosse reconhecido que o princípio da normalidade foi feito para impedir leis oportunistas que prejudicassem minorias partidárias. Nós entendemos que existem fundamentos extremamente fortes para que, neste específico, ele não fosse aplicado, tão intensos que a posição de cinco ministros foi essa", ponderou.

Além do adiamento da vigência efetiva da Lei, no julgamento de ontem o voto de alguns ministros do STF despertou dúvidas quanto à validade da regra até mesmo para as próximas eleições. No texto legal, é considerado ficha suja quem é condenado por instância judicial colegiada. No entanto, a Constituição Federal contém o princípio da presunção da inocência. Só são considerados culpados aqueles que forem condenados em definitivo, esgotadas todas as instâncias existentes. Assim, haveria possível conflito entre a Lei da Ficha Limpa e a própria Constituição.

No entanto, Jovita acredita que a Lei vai cumprir as finalidades para as eleições do ano que vem. "A Lei já tem validade quando ela completa um ano, então nas eleições de 2012 ela terá pleno vigor", explica.

Sobre os questionamentos apontados ontem no julgamento, de que a Lei da Ficha Limpa fere o princípio de inocência ao decretar inelegibilidade antes do fim do processo de condenação do político, Jovita afirmou que ontem, só estava sendo julgado a validade da Lei. "A Lei não foi válida para 2010, mas ela não vai ficar no esquecimento", conclui.

24/03/2011 O juiz que limpou as fichas-sujas

RUTH DE AQUINO é colunista de ÉPOCA

O novo juiz do Supremo Tribunal, Luiz Fux, é faixa preta em jiu-jitsu. Carioca de 57 anos, foi surfista, tocou guitarra numa banda de rock, The Five Thunders ("Os cinco trovões"). Aluno brilhante de escolas públicas, Fux tornou-se, na semana passada, o ídolo dos fichas-sujas. A decisão do juiz de adiar a Lei da Ficha Limpa para 2012 lavou o passado de políticos que há muito tempo violam o Artigo 14 da Constituição. Este sim deveria ser o artigo intocável. É o que prega a moralidade na vida pública, completa um ano, então nas eleições de 2012.

Fux acredita que continua a ser o mesmo lutador da juventude. "Na minha época, os professores de jiu-jitsu davam o exemplo da retidão", escreveu, em depoimento para a Uerj, onde se formou em Direito. Em seu primeiro voto polêmico, Fux não pode ser criticado por desrespeitar a legislação. Baseou-se nela para desempatar os votos dos colegas. A Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, com 1,6 milhão de assinaturas, foi aprovada no ano passado e sancionada pelo Congresso e por Lula. Tornava inelegíveis os políticos condenados por improbidade, corrupção, abuso de poder econômico, quebra de decoro. Fux elogiou a lei, mas concluiu que ela não poderia valer para 2010, já que, pelo Artigo 16 da Constituição, mudanças em leis eleitorais precisam ser aprovadas até um ano antes do voto.

O palavreado no Supremo costuma ser rebuscado. "A Lei da Ficha Limpa, no meu modo de ver, é um dos mais belos espetáculos democráticos, posto que é uma lei de iniciativa com escopo de purificação no mundo político", começou Fux, em sua mídia inicial com a torcida do povo brasileiro, que não aguenta mais tanta impunidade em campo. E continuou: "Um dispositivo popular, ainda que oriundo da mais legítima vontade popular, não pode contrariar regras expressas no texto constitucional." A Constituição. Este é o que é certo.

Acontece, senhor juiz, que os fichas-sujas vêm contrariando regras expressas no texto constitucional muito tempo antes de a lei ser aprovada. Caso levássemos a Constituição à risca, dezenas de políticos não poderiam estar no Congresso nem disputar as eleições de 2010. Um dado me convence de que validaria Ficha Limpa já nas últimas eleições. não equivale a rasgar o texto da Constituição: o voto de cinco juízes do Supremo. Foram favoráveis à aplicação imediata da lei: Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia, Ellen Gracie,

Ricardo Lewandowski. Todos estudaram Direito, chegaram ao STF e fizeram uma opção. Entre o Artigo 16, que fala da "anualidade", e o Artigo 14, que fala da "moralidade pública", esses cinco juízes ficaram com o último. Preferiram interpretar a Constituição não sob o mérito do calendário, mas dos valores e da integridade.

Os fichas-sujas vêm contrariando o texto constitucional muito tempo antes de a lei ser aprovada

Como o jogo não acabou em goleada, mas em simples desempate na prorrogação – 6 a 5 –, o juiz Fux e seu time não convencerão a arquibancada de que agiram em prol dos interesses nacionais. Quem comemora são os políticos profissionais com rabo preso, flagrados em golpes baixos, dinheiro na bolsa, dólares na cueca – e até os que ainda não foram flagrados pelas câmeras do tira-teima. Porque, não tenham dúvidas, voltamos quase à estaca zero. Quem é ingênuo a ponto de acreditar que a Lei da Ficha Limpa está automaticamente aprovada para 2012? "O STF não derrubou a lei... pelo menos não por enquanto", disse a juíza Ellen Gracie. Por enquanto, o juiz Fux limpou o caminho de Jader Barbalho e companhia (leia mais).

Se a cronologia é nosso guia, já podemos escalar os centroavantes do STF, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Cesar Peluso. Eles argumentam que ninguém pode ser barrado no campeonato eleitoral se tiver cometido um crime antes da edição da lei. Isso significaria, na prática, anistia para todos os políticos condenados antes de junho de 2010. A Ficha Limpa, comemorada pela sociedade como o início da faxina pública, na verdade passaria a valer apenas como um cartão amarelo.

Esqueçamos tudo, brindemos à amnésia nacional, e, daqui para a frente, não se esqueçam, deputados, senadores, prefeitos, governadores e juízes: ninguém poderá mais roubar e multiplicar seu patrimônio à custa do povo. Porque, isso contraria uma cláusula pétrea da Constituição. Deu para entender? Era só a arquibancada de que agiram em prol do...

Correio Braziliense

Data: 28.03.2011

DENISE ROTHENBURG - Nas entrelinhas

A vida é dura

Haverá no Senado dois grupos: os eleitos diretamente, sem problemas, e os "fichas sujas" que tomaram posse mais tarde. O dia a dia desse grupo não será fácil.

O cidadão comum, aquele que paga impostos em dia e sonha com um país mais justo, ainda está de ressaca por conta derrubada da Lei da Ficha Limpa. E você que tem paciência de ler este artigo deve achar que estou equivocada ao usar o verbo "derrubar", afinal, a decisão do Supremo Tribunal Federal não acabou com a lei, apenas disse que o texto passa a valer a partir de 2012, blá-blá-blá. Ok. Vejamos os fatos e a tendência.

Ao mesmo tempo em que o cidadão comum reclamou, não foram poucos os políticos que comemoraram a decisão. Acreditam que Luiz Fux, ao profetizar o voto louvando a visão da sociedade de defesa da Ficha Limpa, deixou claro que a intenção de criar a legislação foi boa, mas faltou respaldo no que os juristas chamam de ortodoxia do direito.

Certa vez, o vice-presidente da República, Michel Temer, comentava numa roda de amigos sobre como vê o STF hoje. Um grupo, dizia ele sem citar nomes, está mais voltado à sociologia do direito, ou seja, toma decisões em sintonia com aquilo que a sociedade deseja. Outro grupo, não. Segue com a ortodoxia. Se a lei não agrada à sociedade, o problema é da sociedade. O STF não pode se furtar ao aplicá-la ainda que seja para dar posse a quem não tem lá uma ficha muito limpa. Por tudo o que vimos até agora nos julgamentos recentes, a divisão continuará prevalecendo, ora dando a vitória para um lado, ora para o outro. Ocorre que, em termos de Ficha Limpa, o segundo grupo parece ter mais peso no que vem por aí.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai levar ao Supremo uma ação para saber que artigos da lei são constitucionais. E já não são poucos os advogados que declararam com todas as letras que o direito de se candidatar é livre, até mesmo para quem sofreu alguma condenação judicial por colegiado. Afinal, se couber recurso a essa condenação, o sujeito pode ser inocentado.

Vejamos a questão da renúncia, em que o sujeito deixa o mandato para escapar de um processo de cassação. Ora, a letra fria da lei diz que renúncia é um ato unilateral que pode ser tomada a qualquer tempo. Diante disso, a renúncia não pode se configurar como um ato para impedir futuras candidaturas. Pelo menos assim pensam muitos advogados de excelências enroscadas na Ficha Limpa.

E também alguns ministros do STF. Por essas e outras, o futuro da Ficha Limpa é incerto e duvidoso. Como diria o cantor Cazuza, "eu vejo grana, eu vejo dor". Grana nas mãos dos advogados e dor de cabeça para quem apostou na Ficha Limpa como a esperança para tirar uns enrolados de cena. Enquanto isso, no Congresso...

Estão todos de olho na "volta dos que não foram", ou seja, daqueles Senadores barrados pela Ficha Limpa e que agora podem, num futuro próximo, assumir os mandatos. Para felicidade dos que apoiaram a legislação, apesar da vitória na Justiça, haverá no Senado dois grupos: os eleitos diretamente, sem problemas, e os "fichas sujas", que tomaram posse mais tarde. O dia a dia dessa segunda categoria não será fácil.

Quanto a você, leitor, se quiser a Lei da Ficha Limpa, é bom se preparar para tomar sol na frente do STF e do Congresso no futuro próximo. Chamou a atenção a apatia da população que, depois de reunir

um milhão de assinaturas e propor a Lei da Ficha Limpa, não se mobilizou para fazer valer o que foi aprovado. Semana passada, por exemplo, a manifestação na porta do STF era por salário, não em defesa da legislação que passava por uma prova de fogo no plenário. Se quiserem que a lei tenha alguma validade, é bom se mexer. Afinal, como costuma dizer a minha amiga Cristiana Lobo, táxi parado não pega passageiro.

Folha de S. Paulo

Data: 24.03.2011

ELIANE CANTANHÊDE

Gol de Fux

BRASÍLIA - A votação de ontem no Supremo Tribunal Federal é um alívio, ao mostrar que o Fla-Flu na mais alta corte do país acabou e da melhor forma: com a vitória da lei, da experiência e da técnica jurídica sobre o apelo fácil da demagogia.

Ninguém que não tenha rabo preso nem dívidas na polícia e na Justiça pode ser contra a Lei da Ficha Limpa. Eu, tu e nós (nem sempre eles) somos a favor de moralidade na vida pública e exclusão dos piores quadros e dos mais lamentáveis exemplos de homens

públicos. A questão, porém, é que juízes não julgam pela impressão ou pela simples vontade, mas friamente com base no que está escrito nas leis vigentes e na Constituição. Luiz Fux, que veio para desempatar, elogiou o princípio da lei, como todos nós elogiamos, mas votou de acordo com a Constituição: a Lei da Ficha Limpa foi sancionada em junho do ano eleitoral de 2010 e, portanto, só pode valer para as próximas eleições -a de 2012, municipal, e a de 2014, geral.

Dói? Dói, mas doeria mais se Fux jogasse às favas os escripulos de consciência e a letra da lei em favor dos aplausos e dos elogios. Para "ficar bem" com a opinião pública.

A Ficha Limpa, para ele, é "a lei do futuro, a aspiração legítima da sociedade brasileira". Mas, igualmente, deve ser aspiração da sociedade brasileira o Estado democrático de Direito regido de fato pelo direito, não ao sabor do clamor popular e do aplauso fácil.

Que, assim como Fux teve a coragem de enfrentar as câmeras e as críticas, a Justiça brasileira a tenha também para perseguir uma sociedade mais justa, em que a lei valha efetivamente para todos. Haverá então um dia em que lei, realidade e aspirações legítimas da sociedade andem, enfim, juntas. Vai demorar? Vai. Mas devagar e sempre. Comemorem "fichas-sujas" do PT, do PSDB, do PP, do PSB. Sem esquecer de que o Brasil avança e que quem ri por último ri melhor.

“Frustração dos desejos” – Jornal do Commercio

Brasília, 25/03/2011 – O editorial “Frustração de desejos” foi publicado na edição de hoje (25) do Jornal do Commercio da Rio de Janeiro:

“Democracia recente, ex-colônia de exploração, o Brasil diferencia-se de outras nações emergentes por ter uma população até hoje intimidada diante do poder. Autoridades que dele se apossam aproveitam-se dessa característica para cometer abusos e beneficiar-se da lentidão do Judiciário.

Por essa razão, qualquer projeto de iniciativa popular, como o Ficha Limpa, deve ser sempre louvado. A decisão do Supremo Tribunal Federal pela invalidade da legislação em 2010 é duro revés a qualquer brasileiro que se empenhe em construir um país justo.

Por seis votos a cinco, o STF definiu que as regras estabelecidas na Lei Ficha Limpa só podem ter eficácia a partir das eleições para prefeitos e vereadores, em 2012. A justificativa é a de que, segundo a Constituição, não se poderia impor nova legislação eleitoral em ano de sufrágio. Da mesma maneira que, a partir da proposta inicial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a sociedade se mobilizou pelo projeto, deve surgir novo movimento para torná-lo efetivo, em sua totalidade, no próximo ano.

Detratores da ética na política certamente buscarão novos artifícios para angariar respaldo no Supremo.

Podem, por exemplo, argumentar que, de acordo com a Constituição, só pode ser condenado em definitivo quem já foi considerado culpado em todas as instâncias. A

Ficha Limpa se aplica, da forma como foi concebida, a quem sofreu condenação em qualquer instância judicial colegiada.

É chegado o momento, portanto, de refletir também sobre a forma com que a Carta Magna impõe entraves ao desenvolvimento do país.

Guardião da Constituição, o Supremo Tribunal Federal – com suas prerrogativas de isenção e independência – deve contar com todo o respeito dos cidadãos. No entanto, caso seu trabalho seja limitado a zelar pelo conjunto de leis maiores do Brasil de maneira estritamente literal, por que contraria-se constantemente a Carta Magna ao não se garantir direitos fundamentais à saúde, segurança, moradia?”

Carta ao leitor: Os constrangimentos da Lei da Ficha Limpa (jornal O Norte)

26/03/2011

A Lei da Ficha Limpa, aprovada em maio do ano passado, às vésperas das eleições, acabou se tornando uma decepção para os milhares de eleitores que, na época, realizaram uma grande mobilização para que fosse aprovada. A iniciativa popular, liderada pelo movimento de combate à corrupção eleitoral, recolheu mais de dois milhões de assinaturas, número superior àquela determinado pela Constituição, acreditando que, se a lei fosse aprovada, os candidatos condenados por colegiados judiciais seriam impedidos de assumir o cargo, caso fossem eleitos no pleito de 2010.

Mas na última quinta-feira, entre aplausos e críticas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a lei não valerá para as eleições de 2010 e que os candidatos que tiveram votos suficientes, mas foram barrados pela lei, poderão tomar posse nas respectivas casas legislativas.

A decisão do STF teve como base o artigo 16 da Constituição Federal, que trata da anterioridade da lei eleitoral, sob o argumento que a lei não pode antecipar a punição de uma pessoa antes da ação judicial ter sido concluída.

A partir de agora, os recursos apresentados pelos candidatos barrados serão analisados e, uma vez deferidos, os tribunais regionais eleitorais vão refazer os cálculos do quociente eleitoral para definir se o candidato poderá ser diplomado.

Apesar da decepção inicial, fica a expectativa de que as regras da Ficha Limpa possam ser aplicadas integralmente e sem questionamento nas eleições municipais de 2012. Além disso, a mobilização popular trouxe à tona o debate sobre a questão, promovendo uma revisão de valores, inclusive, dentro dos próprios partidos, que fizeram uma análise dos antecedentes antes de definir seus candidatos, sob pena de ficarem sem representação caso a lei prevalecesse. O debate também representou um exercício de cidadania, já que instigou a participação da sociedade num processo em que ela é a principal interessada.

Ao final, com a decisão do STF, fica claro que, mesmo a despeito de defender o interesse do cidadão, partidos e candidatos precisam se conscientizar que, ao buscarem

reformas legislativas, é preciso conhecer as regras constitucionais, sob pena de causar constrangimento para si, para a população e para o próprio sistema.

Jerússia Arruda
Editora-chefe

Gazweta do Sul Edição de 28/03/2011 - Geral

A vitória dos “ficha-suja”

A motivação da nossa Lei da Ficha Limpa está baseada numa dramática experiência italiana ocorrida nos anos de 1982 e seguintes. Embora nossa tentativa não chegasse nem aos pés daquela.

Naqueles tempos, a política italiana estava dominada e fortemente influenciada pela corrupção, com farto pagamento de propinas nos contratos públicos.

O movimento popular italiano recebeu o nome de Mão Limpas. Foi um rolo compressor. Mais de 6 mil pessoas investigadas. Dentre elas, 2.993 tiveram prisão imediata – quatro ex-primeiros-ministros, mais de 400 parlamentares, mais de 800 empresários e uns 2 mil administradores locais. Tudo o tempo todo com importante e decisivo apoio da imprensa.

Voltando à nossa “experiência”. Desde o primeiro dia da vigência da nova lei, dezenas de juristas antecipavam que a Lei da Ficha Limpa seria julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Como de fato foi na última semana.

Sob rigoroso exame legal, não estão errados os que acreditam que a lei “põe em risco o Estado de Direito”.

E que é um abuso e precedente gravíssimo ignorar o princípio da irretroatividade das leis (as leis eleitorais devem estar em vigor 12 meses antes da data das eleições seguintes).

Outra razão vigorosa contra a nova lei seria sua incompatibilidade com o princípio da presunção de inocência. Essa expressão significa que “ninguém poderá ser considerado culpado sem sentença com trânsito em julgado”.

Respeitáveis opiniões, sem dúvida. Mas vejamos a questão por outros ângulos. E de modo que já vou dando minha opinião político-jurídica.

Não se tratava de uma lei eleitoral e sim de uma legislação que fixava uma exigência ética, que fixava pré-requisitos para a obtenção de “uma procuração” do povo, do

cidadão, do eleitor... Como se fosse a exigência de uma “folha corrida” de antecedentes pessoais e sociais que qualquer candidato a servidor público deve apresentar quando passa num concurso público.

Nesse caso das candidaturas, qualquer dúvida deve ser em favor da sociedade e não em favor do indivíduo, da pessoa do candidato.

Porque o interessado nessa questão é a sociedade que irá outorgar uma procuração ao candidato a parlamentar.

Voltando à questão do Direito Constitucional e ao princípio da presunção da inocência, entendo que deveria ter havido – de parte do STF – uma conjugação e confrontação valorativa de princípios.

Afinal, também há outros princípios legais e constitucionais, como a moralidade e a transparência, a probidade administrativa e a correta vida pregressa.

Tocante ao direito de concorrer a um cargo público, o que é mais importante: o princípio da presunção da inocência ou o princípio da moralidade pública?

Acredito que os direitos políticos não são pessoais. É parte dos interesses da sociedade. A eleição, como processo, e a delegação de função como fim, para o exercício da representação pública, exigem, sem dúvida, o imperativo da idoneidade moral.

O povo pode não entender de Direito e Constituição, mas tem uma percepção lógica e clara sobre o que é justo e injusto, sobre o que é certo e errado!

Ficha limpa traída! – mensagem da Avaaz

O STF decidiu ontem: a Ficha Limpa só será válida para 2012.

O Ministro Luiz Fux quebrou todas as expectativas e frustrou a sociedade brasileira ao dar o voto do desempate que liberou os corruptos barrados a assumirem seus postos no Congresso Nacional. Ao ser apontado para o STF, o Ministro Fux elogiou a Ficha Limpa dizendo que ela “conspira a favor da moralidade”. Somente ontem ficamos sabendo do seu verdadeiro posicionamento.

O voto do Ministro Fux significa que corruptos famosos como Jader Barbalho, João Capiberibe e Cássio Cunha Lima irão assumir seus cargos. É um tapa na cara da sociedade brasileira que lutou árduamente pela aprovação da Ficha Limpa.

Cinco Ministros do STF, o Ministério Público Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, todos analisaram a Ficha Limpa e concordaram que a sua validade para 2010 é plenamente constitucional. Até a Ministro Fux ser apontado havia um empate de 5 juízes contra e 5 a favor da validade da Ficha Limpa para 2010. Ele deveria ter quebrado o empate favorecendo o povo brasileiro, não os interesses dos corruptos.

Brasileiros de todos os cantos do país se uniram em uma escala fenomenal e lutaram bravamente para aprovar a Ficha Limpa. No começo poucos acreditavam que ela seria aprovada, mas juntos nós pressionamos os deputados durante todo o trâmite da lei no Congresso, garantindo que a Ficha Limpa finalmente se tornasse lei. E nós vencemos. Mais de 2 milhões de nós fizemos isto acontecer. O entusiasmo pela aprovação da Ficha Limpa tomou conta da mídia e da sociedade, simbolizando uma nova era na política brasileira.

O Ministro Luiz Fux foi bem recebido pelos grupos da sociedade civil como um "apoiador da Ficha Limpa" porém ontem, ele decepcionou a todos nós. Há pouco que podemos fazer para reverter a decisão do STF, mas vamos inundar os emails do Ministro Fux com mensagens de todo o Brasil, mostrando a nossa indignação. Clique abaixo para enviar a sua:

Este não é o fim desta história, ainda temos um longo caminho a percorrer para consertar a política brasileira, acabar com a impunidade e finalmente ter políticos decentes nas urnas. Não será fácil, mas este é um movimento do povo brasileiro e com determinação, nós temos o poder de gerar as mudanças a longo prazo que o nosso país tanto merece.

Com esperança,

Alice, Graziela, Ben, Laura, Milena, Pascal, Ricken e toda a equipe Avaaz

Uma pequena ponderação sobre a decisão do STF de validade da lei da ficha limpa só a partir de 2012

Não sou constitucionalista, mas já trabalho com direitos humanos e na área criminal a algum tempo e nesse sentido tenho acompanhado o posicionamento dos Tribunais superiores com relação ao direito a liberdade previsto no Art. 5 da Constituição.

Pois bem.

O argumento usado agora pelos Ministros é de que a Lei Complementar (LC) 135/2010, a chamada Lei da Ficha Limpa, não deve ser aplicada às eleições realizadas em 2010, por desrespeito ao artigo 16 da Constituição Federal, dispositivo que trata da anterioridade da lei eleitoral; pois não pode retroagir para punir alguém por fatos passados.

Ora, em nosso País, no caso da concessão de liberdade a um preso, o STF, STJ e outros tribunais entendem que um ilícito criminal cometido a um, dois, três, quatro e até a mais de 10 anos, macula a folha de antecedentes criminais de uma pessoa a tal ponto que esta não pode exercer em muitos casos, o direito (Também constitucional) de recorrer em liberdade. Por isso temos quase meio milhão de presos provisórios no Brasil.

Destaque-se que sequer existe lei falando que uma pessoa acusada de outros delitos tenha que ficar presa para responder ao processo. Essa idéia amplamente difundida e aplicada pelo Judiciário (na maior parte das vezes contra réus pobres e muitas vezes analfabetos) é uma construção doutrinária e jurisprudencial. Ou seja: A idéia de que um ilícito praticado anteriormente obsta o exercício de um direito nasce e se perpetua por obra e graça de estudos de juristas (doutrina), e pela repetição exaustiva de decisões judiciais (jurisprudência) que construíram uma noção de periculosidade e perigo à ordem pública (utilizada subjetivamente por cada Juiz) acerca de um cidadão se este tiver algum tipo de antecedentes. A obstrução do direito à liberdade pelo cidadão que tem antecedentes criminais não nasce da lei ou da Constituição, mas da interpretação destas.

Digo isso, porque na questão do ficha limpa, o STF assumiu uma posição extremamente incoerente com o ordenamento jurídico que diz querer preservar, pois, no caso do direito à liberdade, o STF permite que fatos anteriores (antecedentes) influam no exercício de um direito atual pelo cidadão (no caso: a liberdade) se esta pessoa a tal ponto quiser...

E no caso da lei da ficha limpa, este mesmo tribunal entende que os fatos anteriores à Lei (antecedentes) não podem obstar um direito (de concorrer a uma eleição), direito este que, se exercido, atinge em cheio toda a população, que em tese pode ter um péssimo deputado, senador ou membro do executivo, dado os seus antecedentes.

Aliás, fichas de bons antecedentes (criminais, SPC, SERASA, do CADIN, etc...) são exigidas e usadas por toda a sociedade e no serviço público. Até mesmo no Judiciário quando se vai admitir um funcionário, um Juiz, um promotor, um policial, etc.... Desconheço decisão do STF com repercussão geral que proíba este tipo de exigência.

Mas como disse. Na sou constitucionalista e essa é só uma opinião para ajudar no debate da questão.

Por fim, creio que a descrença nas instituições, ao contrário do que fala o Ministro Fux e Gilmar Mendes, nasce sim desse tipo de decisão (que nunca sabemos se são políticas ou jurídicas – vide libertação de Daniel Dantas pelo STF em tempo recorde..), e que são lamentáveis sob todos os aspectos.

Marco Apolo.

Advogado.

Presidente da SDDH

Assessor Jurídico do SINTSEPA

Assessor Jurídico do SINCORT

Após quatro anos de debates, a Ficha Limpa teve 1,6 milhão de adesões

Isabella Souto

Bertha Maakaroun

Publicação: 22/03/2011

Transformar em lei a vontade popular de retirar do processo eleitoral corruptos e condenados pela Justiça não foi fácil, mas contou com algo fundamental: o clamor de 1.604.815 brasileiros. Foram quatro anos de debates e uma campanha que envolveu diversas entidades, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Primeiro era preciso que pelo menos 1,5 milhão de eleitores, levando em conta todos os estados, concordassem com a ideia e dessem sustentação a um projeto de iniciativa popular para aprovação no Congresso Nacional. O passo seguinte era mais complicado: convencer deputados federais e senadores a aprovar uma legislação que poderia, no futuro, impedir os de disputar cargos públicos.

A Ficha Limpa virou tema da campanha da fraternidade da CNBB de 2008, intitulada Em defesa da vida. A ideia recebeu a adesão de várias entidades da sociedade civil e, em maio do mesmo ano, a campanha pelo voto em candidatos com ficha limpa virou tema de encontros religiosos no país inteiro. A partir daí, ganhou as ruas em busca do apoio popular por meio das assinaturas dos eleitores. Bastou pouco mais de um ano para atingir 980 mil pessoas — número ainda insuficiente para a elaboração do projeto.

O tempo para completar as assinaturas necessárias era curto, pois o projeto teria que ser enviado ao Congresso até o início de outubro, um ano antes das eleições. Em setembro de 2009, foi então lançada nova campanha, batizada de “300 mil assinaturas em 30 dias”. Em diversas paróquias foram feitos apelos aos fiéis, durante as missas, para a adesão ao projeto. Um site arquivava o formulário para que eleitores prenchessem e entregassem nas igrejas. O ator Milton Gonçalves integrou a campanha e gravou um vídeo veiculado na internet para defender a campanha.

Resultado: os organizadores conseguiram 300 mil assinaturas, mais que as necessárias. Em 29 de setembro de 2009 foi entregue à Câmara dos Deputados o projeto que tiraria da vida pública quem tivesse ficha suja. A nova batalha passou a ser convencer deputados federais e senadores a aprová-lo. Apenas em fevereiro do ano passado — quase cinco meses depois de entregue —, o projeto começou a tramitar, culminando na aprovação em abril.

No meio do caminho, integrantes do movimento tiveram que ceder em alguns pontos e aceitar alterações no texto original. Estratégia para evitar que o projeto fosse engavetado. A proposta vedava a candidatura de condenados em primeira instância, restrição que foi trocada para condenação em tribunais. Também passou a ser possível a candidatura de alguém que obtiver na Justiça a suspensão da condenação. Aprovado na Câmara, o projeto seguiu para o parecer dos 81 senadores.

Adoção

Em 19 de maio, os 76 senadores presentes no plenário aprovaram o projeto sem qualquer modificação para evitar que ele retornasse à Câmara — o que atrasaria a discussão e diminuiria as chances de a lei entrar em vigor nas eleições de outubro. Duas semanas depois, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) transformou o apelo popular em lei. Com o seu ato, veio um longo debate jurídico. A nova lei deveria ser adotada nas eleições de outubro de 2010? Condenados antes da sanção da lei estariam enquadrados nela?

O assunto chegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que decidiu: as novas regras deveriam ser adotadas nas eleições de outubro, com aplicação mesmo a condenados antes da sua edição. Candidatos insatisfeitos com a legislação — e com o entendimento dos ministros do TSE — recorreram então ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de garantir a sua candidatura ou a validade dos votos recebidos em outubro. Exatos 32 recursos tramitam hoje no Supremo, a quem caberá a palavra final sobre a aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa.

Estudantes fazem manifestação em frente ao Congresso (G1)

24/03/2011

Manifestantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) participaram de uma manifestação, nesta quinta-feira (24), em frente ao Congresso Nacional. Eles querem que o governo invista 10% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e 50% do fundo social do pré-sal na área de educação.

Durante a manifestação, os estudantes invadiram o espelho d'água do Congresso. Três paraquestistas, que usavam a bandeira da UNE, pousaram no gramado da Esplanada.

Representantes do grupo foram recebidos pela presidente da República, Dilma Rousseff, pelo ministro da Secretaria-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e o ministro da Educação, Fernando Haddad. Eles receberam um documento com as reivindicações dos estudantes.

Para a representante da Ubes, Gabrielle D'Almeida, só por meio de protesto os estudantes conseguem ser ouvidos pelo governo. 'Tem que haver algum diferencial pra que essas pautas sejam avaliadas. Por isso usamos a irreverência da juventude', completa.

Movimentos em defesa da Ficha Limpa ficam frustrados (Correio Braziliense)**Ana Elisa Santana****Publicação: 24/03/2011**

Manifestação em defesa da Ficha Limpa em frente ao Supremo: pressão também por reajuste salarial

Entidades que ajudaram a levantar assinaturas e levar a Lei da Ficha Limpa à aprovação no Congresso se mostraram decepcionadas com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar a aplicação da norma para as eleições de 2010. Com o voto de desempate do ministro Luiz Fux contra a posição dos movimentos pela Ficha Limpa, políticos antes barrados poderão assumir cargos na Câmara dos Deputados e no Senado, além de nas assembleias legislativas. "Infelizmente entenderam que a moralidade pode esperar", critica o integrante da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e Impunidade (Abracci), Luciano Santos.

Para o juiz de direito e integrante da Comissão Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) Márton Jacinto Reis, o resultado do julgamento na Suprema Corte foi contrário à expectativa. "Nós esperávamos que fosse reconhecido que o princípio da normalidade foi feito para impedir leis oportunistas que prejudicassem minorias partidárias. Nós entendemos que existem fundamentos extremamente fortes para que, neste específico, ele não fosse aplicado, fundamentos tão fortes que a posição de cinco ministros foi essa", lamentou. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, afirmou ao término da sessão no Supremo que a decisão tomada frustra a sociedade, "que por meio de lei de iniciativa popular referendada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontou um novo caminho para a seleção de candidatos a cargos eletivos fundado no critério da moralidade e da ética".

A presidente nacional do Movimento Voto Consciente, Celina Marrone, também ressalta o desapontamento da população em relação à posição do STF, mesmo com a iminência da volta ao cenário político nacional de candidatos que haviam sido barrados. "Nem sempre o que é legal é ético, existem coisas que não são proibidas por lei, mas não são éticas. O comportamento do ser humano não está avaliado em lei, mas também em ética. Nós temos que começar a resgatar valores", alerta.

Bandeiras

Mesmo com a deceção, os movimentos comemoram o entendimento dos ministros de que a lei é constitucional e será aplicada a partir das eleições de 2012. "Ainda que não seja aplicada, a ideia foi colocada, discutida, e se tornou uma cultura dentro da sociedade brasileira olhar para a ética e o passado dos candidatos", diz Luciano Santos, da Abracci. O juiz Márton Jacinto Reis afirma ainda que, após o resultado positivo obtido pela Ficha Limpa, novas mobilizações estão sendo planejadas. "Amanhã (hoje) vamos participar da audiência pública na comissão de Reforma Política da Câmara, e semana que vem lançaremos as bases de uma nova iniciativa popular ainda mais profunda do que a Ficha Limpa, que vai ser para a reforma do Sistema Eleitoral Brasileiro. A gente está misturando a tristeza com o ânimo para ir mais longe", afirma.

Enquanto os ministros votavam no plenário, cerca de 300 manifestantes se reuniram na Praça dos Três Poderes para defender a Lei da Ficha Limpa e, com bandeiras e faixas, aproveitaram a repercussão do julgamento para protestar por outras causas, como funcionários públicos que cobram por uma negociação para reajuste salarial dos funcionários do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Obrigada, Senadora Marinor. Nós também cumprimos essa comunidade de um lugar tão conhecido do Brasil quanto o da festa do Círio de Nazaré.

Agradeço e quero dizer a V. Ex^a que a sua solicitação será atendida, na forma do Regimento, relativamente às questões do ficha limpa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº 72/11-GLPSDB**, solicitando tornar sem efeito o Ofício nº 36/11-GLPSDB, que indicou membros do Partido da Social Democracia Brasileira – (PSDB) para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nesse sentido, a Presidência designa o Senador Cyro Miranda, como membro titular, para integrar aquela Comissão, em vaga destinada ao PSDB.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 72/11-GLPSDB

Brasília, 28 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a, a gentileza de tornar sem efeito o Ofício nº 36/11-GLPSDB, que indicou os membros do PSDB para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, ao mesmo tempo, indicar o Senador Cyro Miranda para integrar, como titular, a referida Comissão.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a CNC, é uma entidade sindical cuja representatividade não pode ser contestada. Além de representar quase cinco milhões de empreendedores, a CNC também responde pelo Sesc e pelo Senac, dois serviços sociais que formam e reciclam, anualmente, mais de vinte milhões de brasileiros das mais variadas classes profissionais.

O documento “A CNC e os desafios do Brasil”, publicado em novembro do ano passado e que traz as propostas defendidas pelo setor terciário para as políticas públicas do País, reveste-se, portanto, da maior relevância, pois o texto reflete os anseios de

uma parcela altamente significativa da força produtiva brasileira.

O exame do criterioso documento produzido pela CNC revela a genuína preocupação da entidade com o desenvolvimento do País, além de uma compreensão profunda acerca dos principais problemas que o Brasil enfrenta em setores que vão da economia à segurança pública, passando pela tributação, pela previdência social, pela infraestrutura e pela saúde, entre tantos outros temas.

Tomemos, por exemplo, a forma como o tema espinhoso da reforma tributária é tratado pelo documento. Inicialmente, a CNC situa o problema e apresenta alguns dados e números preocupantes do sistema tributário brasileiro: uma carga tributária de 35% do PIB, digna da Escandinávia, mas sem a qualidade dos serviços públicos oferecidos por Dinamarca, Suécia e Noruega; e um sistema absolutamente caótico, composto por 70 incidências tributárias e considerado, pelo Fórum Econômico Mundial, como uma das piores estruturas tributárias entre as 134 analisadas pela entidade.

Em seguida, a CNC defende um sistema tributário mais simples, mais enxuto e mais competitivo, cujas repercussões incluiriam, certamente, mais lucratividade e produtividade para as empresas brasileiras e a redução ou a estabilização dos preços internos.

A CNC pleiteia, finalmente, a intensificação dos debates sobre o substitutivo da PEC 233/2008, que tramita na Câmara dos Deputados, e defende, entre outros pontos, a extinção da CSLL, que seria incorporada ao Imposto de Renda, e a criação de um IVA Federal que englobe PIS, Cofins, IPI, Contribuição do Salário-Educação e, oportunamente, até o ICMS e o ISS.

O documento segue tratando de outros temas, como a política fiscal, a reforma trabalhista, a política monetária, a educação, a saúde e o meio ambiente, sempre com bastante propriedade e conhecimento de causa, e sempre propondo iniciativas e soluções sensíveis e racionais.

O documento, portanto, é leitura das mais interessantes a todos os que queiram conhecer os principais problemas brasileiros da atualidade de uma forma crítica e didática. A CNC, uma vez mais, demonstra sua preocupação com os destinos do País e nos revela o que pensa e o que propõe nosso setor terciário, tão bem representado, em nosso País, por essa histórica confederação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão de hoje, convocando outra para amanhã, no horário regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória Nº 510, de 2010)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2011, que regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 510, de 2010).

(Lida no Senado Federal no dia 24.03.2011)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 13.12.2010)

Prazo final prorrogado: 07.04.2011

2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

Pareceres sob nºs 7 e 8, de 2010, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que oferece; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável à Emenda nº 1-CCJ.

3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008 (nº 94/1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana

sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 50, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 79, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2011 (nº 2.912/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 49, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro.

5**REQUERIMENTO Nº 246, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 246, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Fundo Nacional de Recursos Hídricos)

6**REQUERIMENTO Nº 249, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 249, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais e Ecossistêmicos)

7**REQUERIMENTO Nº 250, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010, além das

Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

8

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Redefinição das dimensões da área de reserva legal)*

9

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Novo Código Florestal)*

10

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 08, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de*

distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

11

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2011

Requerimento nº 255, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (inclui critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos).*

12

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2011

Requerimento nº 256, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (vedações a empresas que utilizem trabalho escravo).*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 55 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

28-3-2011

segunda-feira

16h Chat com blogueiros

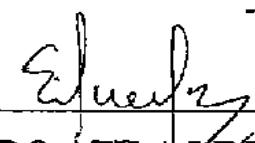
Sala de Audiências

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2011, PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA PARA O PERÍODO 2011-2014.

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, reúne-se no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, a Sessão Plenária sob a Presidência do Senhor Deputado Átila Lins, Primeiro Vice-Presidente. Presentes os Senhores Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Francisco Dornelles e Cristovam Buarque, as Senhoras Deputadas Iracema Portela, Fátima Pelaes, Sandra Rosado e Rose de Freitas, e os Senhores Deputados Rui Palmeira, José Rocha, Mendes Thame, Átila Lins, Alexandre Santos, Jorge Tadeu, Hugo Napoleão, Ricardo Izar, Efraim Filho e Eduardo da Fonte. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, lembrando que a presente Sessão Plenária fora convocada, conforme edital publicado no Diário do Senado Federal, pag. 01279, de 1º de fevereiro de 2011, e no Diário da Câmara, Suplemento “A” ao nº 016 de quinta-feira, 03 de fevereiro de 2011, para eleição dos membros da Comissão Deliberativa para o período 2011-2014. Dá-se início, por escrutínio secreto, a eleição da Comissão Deliberativa. Às dez horas e trinta minutos é encerrada a votação. O Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Alexandre Santos para escrutinador. Aberta a urna, são encontradas 19 cédulas que coincidem com o número de votantes. Feita a apuração, verifica-se que os 19 votos são

favoráveis à chapa apresentada. O Senhor Presidente declara eleitos membros da Comissão Deliberativa os seguintes Parlamentares: Titulares: Senadores José Agripino, Ciro Nogueira, Jarbas Vasconcelos, Aécio Neves, José Sarney, Luiz Henrique e Cristovam Buarque; Deputadas Sandra Rosado e Rose de Freitas; Deputados Átila Lins, Paes Landim, Henrique E. Alves, Jorge Tadeu Mudalem, José Rocha, Efraim Filho, Simão Sessim, Alexandre Cardoso, Sérgio Guerra, Paulo Bornhausen, Asdrubal, Narcio Rodrigues, Sarney Filho, Alexandre Santos, Eduardo da Fonte e Vicentinho. Suplentes: Senadora Kátia Abreu; Senadores João Vicente Claudino, Fernando Collor, Eunício Oliveira, Antônio C. Valadares, Francisco Dornelles e Renan Calheiros. Deputadas Iracema Portela, Fátima Pelaes e Ana Arraes; Deputados Ricardo Izar, Paulo Magalhães, Maurício Quintella Lessa, José Mentor, Aníbal Gomes, Carlos Souza, Mendes Thame, Roberto Balestra, Juio Semeghini, Rui Palmeira, João Magalhães, Hugo Napoleão, Cláudio Cajado, Rodrigo Maia e Dilceu Sperafico. Nos termos do artigo 11 do Estatuto, o Senhor Presidente convoca os membros da Comissão Deliberativa para procederem à eleição da Comissão Diretora. Encerrados os trabalhos é a Ata lida e aprovada. Eu,
, Karla Schaefer, secretária, lavrei a presente Ata que irá a publicação.

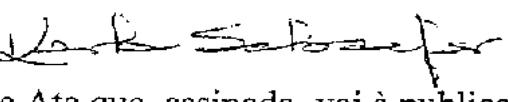


DEPUTADO ÁTILA LINS

PRESIDENTE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2011, PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO DIRETORA, BIÊNIO 2011/2012.

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às dez horas e trinta minutos, reúne-se no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, a Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, sob a Presidência do Deputado Átila Lins. Presentes os Senhores Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Francisco Dornelles e Cristovam Buarque, as Senhoras Deputadas Iracema Portela, Fátima Pelaes, Sandra Rosado e Rose de Freitas, e os Senhores Deputados Rui Palmeira, José Rocha, Mendes Thame, Átila Lins, Alexandre Santos, Jorge Tadeu, Hugo Napoleão, Ricardo Izar, Efraim Filho e Eduardo da Fonte para eleger a Comissão Diretora para o biênio 2011/2012, com mandato até fevereiro de 2013. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto o processo da respectiva votação. Às onze horas e trinta minutos o Senhor Presidente encerra os trabalhos, designando o Deputado Alexandre Santos como escrutinador. Aberta a urna são encontradas dezenove cédulas, número que coincide com o dos votantes. Feita a apuração dos votos constata-se que não há voto discrepante e é eleita a seguinte chapa: Presidente: Deputado Átila Lins; Primeiro Vice-Presidente: Senador Ciro Nogueira; Segundo Vice-Presidente: Deputado Sérgio Guerra; Tesoureiro: Senador Eunício Oliveira; Secretário: Deputado Alexandre Santos. Para

Membros do Conselho Interparlamentar: Senador Cristovam Buarque e Deputado Henrique E. Alves. O Presidente proclama os nomes dos eleitos e os declara empossados. Prosseguindo, o Deputado Átila Lins agradece, em seu nome e em nome dos demais eleitos, a confiança manifesta dos seus colegas e enfatiza que continuará a envidar esforços em prol dos trabalhos desta entidade que é o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e eu, , Karla Schaefer, Secretária, lavrei a presente Ata que, assinada, vai à publicação.



DEPUTADO ÁTILA LINS

PRESIDENTE

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

- PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

- Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

- Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

- Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

- Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

- Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

- PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

- Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

Leitura: 16/03/2011

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

PTB

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (4)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (3)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.03.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.

**4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS
TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgávio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemburg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 10/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)

2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (8)	1. VAGO (6)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (5)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaíro Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
(1)	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaíro Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

PTB

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁵⁾

PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1^a VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1^a VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2^º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2^º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

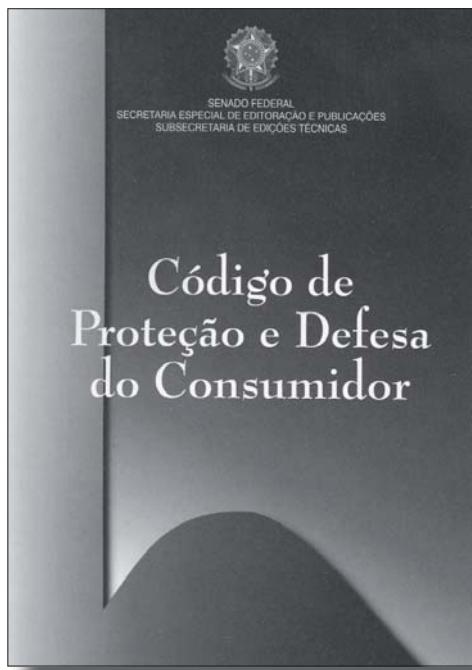
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 210 páginas

OS: 2011/11056